

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (DOUTORADO)

ANDRÉ EDUARDO TARDIVO

**TALVEZ MÃES, SEMPRE MULHERES: REPRESENTAÇÕES MATERNAS EM
PRODUÇÕES LITERÁRIAS RECENTES DE AUTORIA FEMININA**

MARINGÁ – PR
2023

ANDRÉ EDUARDO TARDIVO

**TALVEZ MÃES, SEMPRE MULHERES: REPRESENTAÇÕES MATEERNAS EM
PRODUÇÕES LITERÁRIAS RECENTES DE AUTORIA FEMININA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Doutorado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras, área de concentração: Estudos Literários.
Orientadora: Dra. Lúcia Osana Zolin.

MARINGÁ – PR
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

T183t	<p>Tardivo, André Eduardo</p> <p>Talvez mães, sempre mulheres : representações maternas em produções literárias recentes de autoria feminina / André Eduardo Tardivo. -- Maringá, PR, 2023. 249 f.: il. color., figs., tabs.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Osana Zolin.</p> <p>Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2023.</p> <p>1. Literatura feminina. 2. Maternidade. 3. Escritoras brasileiras. 4. Ficção brasileira - Mulheres. I. Zolin, Lúcia Osana, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.</p>
CDD 23.ed. 809.892787	

ANDRÉ EDUARDO TARDIVO

**TALVEZ MÃES, SEMPRE MULHERES: REPRESENTAÇÕES MATERNAS EM
PRODUÇÕES LITERÁRIAS RECENTES DE AUTORIA FEMININA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Letras (Doutorado) da Universidade Estadual
de Maringá, como requisito parcial para obtenção
do grau de Doutor em Letras, área de
concentração: **Estudos Literários.**

Aprovada em Maringá, **22 de novembro de 2023.**

BANCA EXAMINADORA



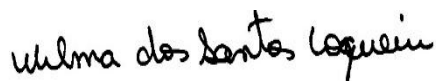
Prof.ª Dr.ª Lúcia Osana Zolin
Presidente da Banca (UEM/PLE)



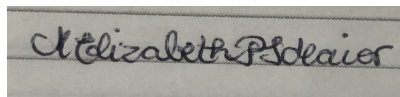
Prof.ª Dr.ª Alba Krishna Topan Feldman
Membro Titular (UEM/PLE)



Prof.ª Dr.ª Geniane Diamante Ferreira Ferreira
Membro Titular (UEM/PLE)



Prof.ª Dr.ª Wilma dos Santos Coqueiro
Membro Externo (UNESPAR – Campo Mourão/PR)



Prof.ª Dr.ª Mª Elizabeth P. Souto Maior
Membro Externo (UFPB – João Pessoa/PB)

À Thais Mariana, minha verdade.

Por falar em mães, à minha.

AGRADECIMENTOS

Poucas pessoas, neste mundo da pesquisa, se ocupam lendo as palavras escritas neste tópico. É inevitável que, em um trabalho de fôlego, pulemos os agradecimentos e vamos direto “ao que interessa”. Eu, ao contrário, sempre fiquei curioso para saber a quem esses/essas pesquisadores/as dedicam e agradecem em seus trabalhos. Agora, quando chega a minha vez, me vi estacionado nesse campo pensando no que escreveria quando terminasse minha tese de doutorado; e, em um momento de epifania, percebi que as palavras serão incapazes de expressar o que sinto. Entretanto, como sempre, ao longo de toda vida, me arrisco a tentar. Nessa árdua e bela jornada que resolvi me lançar desde o retorno à universidade, em 2014, para uma área totalmente diferente de minha primeira formação, encontrei diversas pessoas – inclusive um novo eu. Algumas delas se foram, outras permaneceram, mas todas, de alguma forma e em alguma medida, me ofereceram algo enquanto eu dava o melhor de mim em um universo que por tanto tempo fico encoberto sobre o medo de ser quem sou e fazer o que me dava prazer. E é a elas que agora direciono as minhas palavras, como uma tentativa de dizer aquilo que as palavras parecem não dar conta de transmitir:

Àqueles/as que sempre estiveram por aqui:

A Deus, que sempre segurou as pontas da minha ansiedade, medo, insegurança e que mesmo diante de tantas dúvidas que me rondavam, me manteve firme e permitiu que eu concluísse mais essa etapa.

Aos meus pais, Ademir Tardivo e Alvacir Mariot, sem os quais eu jamais conseguiria alcançar meus objetivos. Gratidão por sempre me apoiar e respeitar meus tantos silêncios e ausências durante os anos de imersão nos livros e por sempre, independentemente das circunstâncias, acreditarem que eu seria capaz.

A minha irmã, Thaís Mariana – ou apenas minha capivara –, a quem também dedico esta tese. Obrigado por tanto e por tudo, mas, principalmente, obrigado simplesmente por existir e, por isso, dar razão à minha existência. Tenho a plena certeza de que você é a minha alma gêmea nessa vida.

Ao meu avô Onivaldo Tardivo que durante o meu processo de doutoramento partiu, mas que permanece vivo em sua fala mansa, olhar paciente e generoso e com um coração que ainda bate em mim recordando-me que silêncios são importantes, mas que melhor ainda é ir à

luta e nos pôr à toda prova. Essa é a primeira conquista em que não está presente fisicamente, mas certamente acompanhou o desfecho de mais esse capítulo.

Àqueles/as da travessia:

À inspiradora professora doutora Lúcia Zolin, por me permitir tocar o bonde com sua presença e orientação. Por segurar o freio de mão, quando necessário, e por sempre me dar espaço, tempo e sugestões pontuais para a compreensão do mundo e da escrita. Lúcia, muito obrigado por ter aceitado me acompanhar nessa travessia. Obrigado por ser inspiração, vitrine, alegria, seriedade e companheirismo na jornada acadêmica.

À banca do exame de qualificação pela atenção com que leu este trabalho e pelos apontamentos precisos e pela contribuição inestimável a esta tese, composta pela professora doutora Alba Krishna Topan Feldman que indicou e enviou tantos textos e pela professora doutora Maria Elizabeth Peregrino Souto Maior que ampliou o olhar e a compreensão teórica da tese.

À banca de defesa, composta pelas professoras da qualificação, pela professora doutora Geniane Diamante Ferreira Ferreira e, em especial, à professora doutora e amiga Wilma dos Santos Coqueiro pela leitura não apenas deste mas de inúmeros textos ao longo de minha jornada no mundo da literatura. Além de referência profissional – de longe uma das melhores professoras que tive na vida –, um ser humano ímpar e generoso. Obrigado por tanto e por sempre, Wilmãe.

Aos amigos que fiz durante toda essa travessia, em especial ao Leonardo Sfordi, Renata Rocha, Brenda Marinossi, Giordana Ticianel e Gabriel Mello, pelas confidências, seminários, fofocas, alegrias e angústias compartilhadas e, principalmente, por tornar esse processo menos solitário.

Ao professor Me. Sandro Adriano da Silva por ter acreditado em mim enquanto pesquisador e ser humano; por tantas sugestões de leituras e diálogos construtivos na vida literária e por ser fonte de inspiração na docência e na literatura.

A todos/as os/as professores/as que passaram pela minha vida, desde a pré-escola ao doutorado, e me inspiraram a me tornar um/a deles/as.

Às escritoras e ativistas Marcela Tiboni e Bruna Thimotheo, e a ex-jogadora de vôlei Fabiana Alvim, que prontamente me atenderam e discutiram sobre a maternidade lésbica, indicando obras, sites, redes sociais e outras fontes que tratam do tema e assim impulsionaram essa pesquisa.

Aos companheiros de trabalho da Secretaria Municipal de Educação de Campo Mourão sem o apoio e compreensão durante minhas ausências para as aulas e orientações este trabalho certamente não seria possível.

Aos que são, simplesmente:

Esta tese estará sempre em dívida com Ana Zukoski, irmã de alma e que mesmo longe se faz perto, a quem devo grande parte do que me tornei desde 2015. Sua persistência, determinação, comprometimento e alegria são determinantes para que eu pudesse escrever estas linhas. Frequentemente eu paro e penso: “eu mereço tamanha cumplicidade e apoio?” Não sei responder. Sei apenas que este texto é fruto de muitas leituras também de Ana, cujo olhar atento e generoso me permitiu expandir análises e refletir sobre uma experiência pela qual, fisicamente, nunca passarei. Obrigado por tantos comentários engraçados e relacionados a gatos, pelas tabelas e quadros que ajudou a elaborar e por esse amor que construímos diariamente.

À Fernanda Prates, grande amiga, leitora e crítica, a quem devo muito do que aqui está produzido. Obrigado pela leitura atenta e rigorosa, por seus ‘pitacos’, sugestões e comentários objetivos que tanto contribuíram para que essa tese, enfim, nascesse e pudesse alcançar o mundo.

Aos meus queridos amigos Diogo Ortigara, Maurício Soares e Flávia Cardoso, pelo irrestrito apoio e confiança que vão se acumulando com o passar dos anos. À grande amiga Priscila Muller que me acompanha em tantos caminhos e em tantas formas que quis o destino que enquanto eu gestava e paria esta tese, ela engravidava e dava à luz ao Bruno Davi, que chega para nos alegrar e dar trabalho propiciando que juntos ressignifiquemos a maternidade.

Enfim, acho que os planos traçados em 2014 se concretizam com essas linhas. E por isso não poderia deixar de agradecer a todos/as que me esperaram nessa travessia, por isso, empresto as palavras de Donath: “se eu não soubesse que vocês nunca desistiriam de esperar com amor e preocupação até que eu voltasse das sombras do processo de escrever, teria sido muito difícil mergulhar e desaparecer”.

Foi escrito mais de uma vez, mas sempre uma vez a menos do que o conveniente. Abre os flancos a todas as flechadas. [...] É um enterro do futuro, uma lembrança do passado: talvez consiga assim ser um trabalho do presente. Agradece aos amigos e inimigos que, de um modo ou de outro, ajudaram a constituí-lo.

Flávio Kothe

Eu estava cada vez mais concentrada em escrever minha tese, que alguns dias eu comparava com a gravidez de minha amiga. Decidir a estrutura daquele livro que se tramava em minha mente e em meu computador era como formar um esqueleto que eu imaginava ser sólido e ágil ao mesmo tempo. Às vezes, minha própria criação também me provocava náuseas.

Guadalupe Nettel

Você é a barbaridade de ter feito a minha barriga crescer, meu corpo zunir, abrir, escancarar pra você sair de onde eu nunca pus sequer os pés, as mãos, da casa em que vivo e habito sem nunca ter entrado porque moro fora de mim.

Elisa Lucinda

Só para que se ficasse a saber que Deus, quando quer, não precisa de homens, embora não possa dispensar-se de mulheres.

José Saramago

RESUMO

A presente tese tem por objetivo apresentar uma análise interpretativa de romances, contos, poemas e cordéis de autoria feminina brasileira, buscando reconhecer os impactos das intersecções de raça, classe social e orientação sexual nas formas de maternagens representadas na literatura recente de mulheres. Nesse mesmo movimento intentamos problematizar a naturalização do instinto materno para ampliar os debates que envolvem a maternidade. Para atender aos nossos objetivos, selecionamos os romances *Você nunca mais vai ficar sozinha* (2020), de Tati Bernardi, e *Véspera* (2021), de Carla Madeira, que nos permitiram discutir como as mulheres brancas lidam com a experiência da maternidade e contribuem para a compreensão das reivindicações das mulheres negras que, convidadas pelas feministas no século XX a participarem dos debates de então, não enxergavam suas agendas nas pautas de suas companheiras. Daí encontrarmos nos contos “Em segurança”, de Lindevania Martins, “Afeto”, de Marli de Fátima Aguiar, “Fim do mundo”, de Nana Martins, “Não vai achando que é só alegria”, de Samira Calais, e “Negra trama”, de Zainne Lima da Silva, integrantes da coletânea *Cadernos Negros* (2019), e nos romances *A Filha Primitiva* (2022), de Vanessa Passos, e *Como se fosse um monstro* (2023), de Fabiane Guimarães, o prevailecimento de questões interseccionais de raça e classe social com aquelas decorrentes do patriarcado, isto é, as opressões e delineamentos de papéis pré-definidos para as mulheres. Com o intuito de ampliar os horizontes de perspectiva em relação ao fenômeno por nós estudado, buscamos lançar luzes sobre a maneira com que mulheres oriundas de grupos minoritários vivenciam a maternidade. Nessa direção, nos debruçamos sobre a representação indígena na literatura brasileira contemporânea, concomitantemente à reflexão sobre a escassez de obras que versem sobre essa maternidade e que sejam publicadas por grandes editoras. Ademais, buscamos estabelecer relações da discreta participação desses grupos no mercado livreiro com a tradição oral desses povos. Assim, nos ocupamos do cordel *Coração na aldeia, pés no mundo* (2018), de Auritha Tabajara, e de poemas de Eliane Potiguara para demonstrar como a compreensão de maternidade se mostra distinta daquela de tradição ocidental. Por fim, tencionamos ampliar a compreensão da maternidade para além dos limites biológicos quando buscamos perscrutar especificidades da experiência lésbica a partir dos contos “Triângulo” e “Chuva”, de Lúcia Facco, e “Isaltina Campo Belo”, de Conceição Evaristo. Nesse propósito, analisamos os relatos (auto)biográficos *Mama: um relato de maternidade homoafetiva* (2019) e *Desmama: memórias de uma mãe com outra mãe* (2022), de Marcela Tiboni, problematizando, também, a ficcionalização de suas experiências. Tudo somado, nossa hipótese é a de que talvez se tornem mães e tenham performances plurais a partir das intersecções que as atravessam, mas sempre serão mulheres cujos anseios devem ser respeitados, considerando os atravessamentos supracitados. Este estudo se alicerça nos pressupostos da Crítica Feminista, dos Estudos Culturais e Psicológicos utilizando como aporte teórico-metodológico autores/as como Badinter (1985; 2011), Beauvoir (2016a; 2016b), Collins (2019; 2021), Donath (2017), Graúna (2013), Iaconelli (2015), Meruane (2018), O’Reilly (2004; 2010; 2016; 2022), Vivas (2021), Zolin (2015; 2021), entre outros.

PALAVRAS-CHAVES: Literatura de mulheres. Maternidade. Ficção brasileira contemporânea. Interseccionalidade. Estudos sobre maternidade.

ABSTRACT

This thesis aims to present an interpretative analysis of novels, tales, poems and cordeis written by Brazilian women, seeking to recognize the impacts of the intersections of race, social class and sexual orientation in the forms of mothering represented in recent women's literature. In this same movement, we try to problematize the naturalization of the maternal instinct to broaden the debates involving motherhood. To attend our objectives, we selected the novels *Você nunca mais vai ficar sozinha* (2020), by Tati Bernardi, e *Véspera* (2021), by Carla Madeira, that allowed us to discuss how white women deal with the experience of motherhood and contribute to understanding the claims of black women who, invited by feminists in the 20th century to participate in debates at the time, did not see their agendas in the guidelines of their companions. Hence we find in the tales “Em segurança”, by Lindevania Martins, “Afeto”, by Marli de Fátima Aguiar, “Fim do mundo”, by Nana Martins, “Não vai achando que é só alegria”, by Samira Calais, and “Negra trama”, by Zainne Lima da Silva, members of collection *Cadernos Negros* (2019), and in the novels *A Filha Primitiva* (2022), by Vanessa Passos, e *Como se fosse um monstro* (2023), by Fabiane Guimarães, the prevalence of intersectional issues of race and social class with those resulting from patriarchy, that is, oppression and delineations of pre-defined roles for women. In order to broaden the horizons of perspective in relation to the phenomenon we studied, we sought to shed light on the way in which women from minority groups experience motherhood. In this direction, we focus on the indigenous representation in contemporary Brazilian literature, concomitantly with the reflection on the scarcity of works that deal with this motherhood and that are published by major publishers. Furthermore, we seek to establish relationships between the discreet participation of these groups in the book market and the oral tradition of these peoples. So, we take care of cordel *Coração na aldeia, pés no mundo* (2018), by Auritha Tabajara, and poems by Eliane Potiguara to demonstrate how the understanding of motherhood is different from that of the western tradition. Finally, we intend to expand the understanding of motherhood beyond biological limits when we seek to scrutinize specificities of the lesbian experience from the tales “Triângulo” e “Chuva”, de Lúcia Facco, e “Isaltina Campo Belo”, by Conceição Evaristo. For this purpose, we analyze the (auto)biographical reports *Mama: um relato de maternidade homoafetiva* (2019) e *Desmama: memórias de uma mãe com outra mãe* (2022), by Marcela Tiboni, also problematizing the fictionalization of their experiences. All in all, our hypothesis is that perhaps they become mothers and have plural performances from the intersections that cross them, but they will always be women whose wishes must be respected, considering the aforementioned crossings. This study is based on the assumptions of Feminist Criticism, Cultural and Psychological Studies using authors such as Badinter (1985; 2011), Beauvoir (2016a; 2016b), Collins (2019; 2021), Donath (2017), Graúna (2013), Iaconelli (2015), Meruane (2018), O'Reilly (2004; 2010; 2016; 2022), Vivas (2021), Zolin (2015; 2021), among others.

KEYWORDS: Women's Literature. Maternity. Contemporary Brazilian fiction. Intersectionality. Motherhood Studies.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MATERNIDADE.....	37
FIGURA 02: ESTRUTURA CAPITULAR DO ROMANCE	85

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: ORIENTAÇÃO SEXUAL DAS PERSONAGENS MÃES.....	58
TABELA 02: COR DAS PERSONAGENS MÃES	59
TABELA 03: SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS PERSONAGENS MÃES	60
TABELA 04: PROFISSÃO DAS PERSONAGENS MÃES	61
TABELA 05: PERSONAGENS INDÍGENAS E A RELAÇÃO COM A MATERNIDADE	171

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: SÍNTESE DAS IDENTIDADES MATEERNAS NOS *CORPORA* ANALISADOS.. 223

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01: LITERATURA DE CORDEL INDÍGENA.....	175
IMAGEM 02: AURITHA TABAJARA	185
IMAGEM 03: RESPOSTA DIDÁTICA AO PRECONCEITO	219

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
FIV	Fertilização <i>In Vitro</i>
GRUMIN	Grupo Mulher-Educação Indígena
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais
OMS	Organização Mundial da Saúde
UEM	Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

PARA COMEÇO DE CONVERSA	18
1. MATERNIDADES: POSSIBILIDADES, REALIDADES E REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS.....	24
1.1 Toda mulher nasce para ser mãe: o discurso patriarcal e seus desdobramentos ao longo da História.....	24
1.2 A maternidade sob o viés das religiões: a construção do ideal de mãe	38
1.3 A recusa da maternidade e seus impactos na construção das identidades femininas	43
1.4 O arrependimento como agente regulador da maternidade.....	46
1.5 Representações literárias maternas: cânone e contestações	52
1.6 Resignificações e outros desdobramentos da experiência: quem são as novas mães?	56
2. MATERNIDADES: AS EXPERIÊNCIAS DA MULHER BRANCA.....	65
2.1 <i>Você nunca mais vai ficar sozinha</i> : quando os laços viram nós.....	66
2.2 <i>É sempre Véspera</i> a vida da mulher-mãe: as identidades maternas em debate.....	83
3. MÃES NEGRAS: O CORPO, AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS	102
3.1 Os cadernos negros: as identidades maternas negras em debate.....	106
3.2 <i>A filha primitiva</i> : reflexões sobre a filha da filha e ela mesma	119
3.3 <i>Como se fosse um monstro</i> : (re)produção em série no/do corpo máquina.....	142
4. MATERNIDADES OUTRAS: NÃO REPRESENTAÇÕES E AUSÊNCIAS.....	166
4.1 Maternidade indígena: reflexões e provocações necessárias.....	167
4.2 <i>O Lado B</i> da experiência: lesbianismo e maternidade.....	193
PALAVRAS EM ABERTO.....	226
REFERÊNCIAS	235
<i>Teóricas</i>	235
<i>Obras literárias citadas</i>	245
Corpora.....	248

PARA COMEÇO DE CONVERSA

Já pararam para pensar que todos nós nascemos de uma mulher que, para bem ou para mal, se tornou mãe? O que essas mulheres enfrenta(ra)m desde então segue silenciado pelo consenso de que se trata da ordem natural das coisas, já que o corpo da mulher é preparado tanto para conceber quanto para expelir a criança. Mas essa constatação – para muitos/as até banal – é o centro no qual gravita a vida humana. Tudo começa ali – para ambos os nascimentos, o do/a filho/a e o da mãe! Se há, nesse processo, um duplo nascimento, por que insistimos em manter os debates apenas direcionados para as crianças enquanto colocamos as mulheres de lado?

Nosso interesse pela maternidade não é datado, vem da necessidade de compreender, ainda que minimamente, os laços que envolvem as pessoas e a fantástica possibilidade de se gerar outra vida, não apenas no que diz respeito ao aspecto biológico, mas também no que toca à construção do caráter e outros aspectos que constituem os seres humanos. Essa busca ontológica pelos afetos que se constroem entre mães e filhos/as e o que as levam, frequentemente, a colocarem-se à margem sempre nos instigou. Até que ponto essas mulheres podem aguentar? A qual preço elas se oferecem como colo para o choro do outro? A que custo renunciam a si próprias ao saber que dentro de si carregam outra pessoa? Que medo as acompanha nessa travessia? Aliás, elas têm permissão para ter medo? Com o avanço do curso da vida e da observação constante desses/as atores/atrizes, somado ao amor pela literatura, por que não ouvi-lo/las?

Por outro lado, aquelas que não quiseram (ou não puderam) percorrer esta trilha, o fizeram a custas de quê? Por que tão pouco se fala sobre suas histórias? Tantas interrogações, tanta ânsia por entender o outro e tão pouco se encontra nos livros que abordam a maternidade... Aliás, diante dos livros que pareciam mostrar que só existe um caminho para as mulheres, isto é, aquele que mostra a plenitude e a alegria, a pergunta: e as outras, onde estão? Não existem? Todas as mulheres são felizes na maternidade? Nada as incomoda? Se existem mulheres que não se sentem realizadas por que não as encontramos, também, neste universo?

A importância da universidade aparece embutida no contexto dessas inquietações, já que foi no espaço acadêmico que fomos apresentados à literatura de autoria feminina e aos amplos debates que vêm se estabelecendo aí na ânsia de refletir, ressignificar e alterar o estado de coisas que mantêm as mulheres agrilhoadas a perfis predeterminados. Por isso nos deparamos com perspectivas e obras que, na contramão das representações essencialistas das

mulheres, provocam o/a leitor/a a refletir sobre os papéis sociais dos indivíduos e suas implicações, conduzindo-nos a uma nova compreensão da maternidade. Com efeito, apesar de a maternidade ocupar espaço, ainda que como tramas paralelas, em romances de autoria feminina a partir da virada para o século XXI, o tom que se vislumbrava na vasta bibliografia encontrada não era o mesmo que agora vemos nas produções literárias e, certamente, não será o mesmo daqui a alguns anos, justificando a pesquisa em tela. Em síntese, as reflexões aqui propostas buscam ouvir as vozes das mulheres e contribuir para ressignificar as representações dos papéis maternos na literatura contemporânea. Não apenas imbróglis entre mães e filhas/as pelos quais “se percebe a inadequação de algumas mulheres para a função materna e o seu esforço para ajustar-se a essa prática, dentro dos moldes tradicionais” (SANTOS, 2011, p. 11), mas também a recusa, o adiamento e as novas configurações maternas que vêm ganhando destaque nos debates a partir de caracteres interseccionais. E isso, evidentemente, passa pelo acesso e permanência das mulheres no mundo das letras, bem como pela importância de se discutir experiências que até então apontavam para uma única direção.

É necessário frisar que esta tese de doutorado se apresenta como ampliação dos horizontes analisados em pesquisa anterior. Enquanto no mestrado (2021) discorremos sobre as representações maternas no romance *Com armas sonolentas* (2018), de Carola Saavedra, que se direcionam para a subversão do ideal materno, mas que permanecem em um esquadro exclusivamente heteronormativo; aqui, intentamos abarcar a pluralidade feminina de orientação sexual, raça e posição social no tocante à maternidade e como suas agendas são (ou não) representadas na literatura brasileira contemporânea. Portanto, as discussões aqui arroladas e o aparato teórico-metodológico anteriormente utilizado ocupam o ponto de partida para a análise de outros perfis maternos na literatura brasileira contemporânea escrita por mulheres.

Nossa premissa era a de se debruçar exclusivamente sobre romances de autoria feminina contemporânea que versassem sobre a temática, porém, no decorrer da pesquisa nos deparamos com pouquíssimas obras que abordassem, ainda que minimamente, a maternidade indígena e lésbica. Tal constatação concorreu para que alargássemos nosso olhar e pudéssemos lançar luzes sobre outros gêneros literários, como o conto, poemas, os relatos (auto)biográficos e o cordel, porquanto tenhamos encontrado alguma referência sobre as práticas maternas nesses gêneros e que contribuíssem para iluminarmos o modo como as maternidades vêm sendo vistas e vivenciadas por outros grupos de mulheres. Em grande

parte, também decorre da dificuldade em unificar as análises e discussões a partir de apenas um gênero literário já que se as representações plurais do fenômeno somente agora começam a aparecer é de se supor que isso ocorra em vários formatos, embora em alguns com menos agilidade.

Um homem tecendo reflexões sobre maternidade. Em um primeiro momento pode até soar contraditório haja vista que a ele não caberá a experiência de gestar. À vista disso, e de eventuais questionamentos que possam surgir na leitura deste texto, julgamos ser imprescindível delimitar nosso local de fala¹, deixando explícita a perspectiva da qual nos posicionamos. É sempre importante ressaltar que ainda que tentemos nos aproximar do sentimento que as mulheres carregam consigo acerca da (não) maternidade em suas mais variadas faces, jamais seremos capazes de vivenciá-las. Não buscamos nos apropriar ou emitir juízo de valor sobre as formas de maternidades e maternagens aqui abordadas, antes buscamos abrir espaços e tecer reflexões acerca deste constructo sociocultural que compele as mulheres a exercerem um papel que nem sempre lhes apetece, bem como debater seus reflexos na literatura brasileira de autoria feminina contemporânea. É como homem branco, de classe média, feminista, ocidental, pesquisador da literatura escrita por mulheres que lançamos luzes, nessa oportunidade, sobre as representações literárias – e ausências – da maternidade.

A organização desta tese pretende implicar um processo gestacional. Fecundados pela curiosidade sobre o que as mulheres têm a dizer, começa com a gravidez na primeira seção do capítulo II, em que, tendo já concebido as angústias acima mencionadas, gestamos um novo olhar para a maternidade de múltiplas mulheres ao nos debruçarmos sobre romances, contos, relatos (auto)biográficos e cordéis de autoria feminina brasileira debatendo o que elas têm a dizer por meio da materialidade literária. Aí avançamos até o parto de uma concepção plural de maternidade que se mostra a toda prova e busca abrir portas para outras configurações que desconhecemos e outras que ainda surgirão, sempre respeitando a pluralidade do ser humano e as vozes femininas. Intentamos, assim, defender a tese de que o ideário de maternidade – para além da individualidade de cada sujeito – atinge as mulheres de formas diferenciadas a

¹ A filósofa/ensaísta/professora Djamila Ribeiro, afirma que “todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade”. Para Ribeiro, “o fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente a constituição dos lugares de grupos subalternizados” (RIBEIRO, 2017, p.86, grifo da autora).

partir da posição social, raça e orientação sexual ao mesmo tempo em que, independentemente da/s posição/ões ocupada/s, permanecem sob o jugo de uma sociedade extremamente patriarcal. Dessa maneira, a partir da heterogeneidade das personagens elencadas pelos *corpora* desta pesquisa, intentamos demonstrar como as formas de maternagens exercidas estão visceralmente interligadas com o lugar de fala de cada grupo e ao cronotopo tempo e espaço em que estão inseridos.

O primeiro capítulo, sem pretensões de esgotar a temática, traça momentos importantes do conceito de maternidade ao longo da História, a partir de escolhas teóricas pontuais que de modo algum intenta desconsiderar as contribuições dos demais autores e autoras que se dedicam à essa temática e que aqui não foram discutidas. Debate também os simbolismos envolvidos nessas concepções de maternidade e seus impactos nas identidades femininas. Informações importantes são depreendidas dos resultados de pesquisas que envolvem a escrita recente de mulheres e as representações femininas aí propulsionadas, lançando, também, um novo olhar para o fenômeno da maternidade, haja vista que as conquistas dos Feminismos possibilitam que as mulheres busquem o atendimento às suas agendas em suas mais plurais particularidades.

A fim de debater e refletir sobre esses processos, nos ocuparemos de narrativas ficcionais e (auto)biográficas que iluminam a maneira com que as mulheres, nos mais variados estratos sociais, raciais e de orientação sexual, enxergam a maternidade. No segundo capítulo, por exemplo, nos ocupamos dos romances *Você nunca mais vai ficar sozinha* (2020), de Tati Bernardi, e *Véspera* (2021), de Carla Madeira, com o objetivo de lançar luzes sobre as representações maternas das mulheres brancas e problematizar como, a contar de nossos *corpora*, as preocupações de ordem financeira são discretas, sobressaindo-se aquelas de ordem individual e psicológica o que pode sinalizar que, após a superação de outros desafios, essas mulheres têm se deparado e refletido sobre o que as impelem ou não a exercer esse fenômeno.

Na sequência, abordamos cinco contos que compõem a coletânea *Cadernos Negros*, publicada em 2019, e que dialogam com nossa perspectiva analítica buscando discorrer sobre as agendas das mulheres negras na interseção entre raça, classe e orientação sexual. Analisamos ainda os romances *A filha primitiva*, de Vanessa Passos, e *Como se fosse um monstro*, de Fabiane Guimarães, publicados em 2021 e 2023, respectivamente, e que nos apresentam um olhar diferenciado e não romantizado da maternidade. Isso porque, no primeiro caso, a relação que possui com a mãe faz com que a narradora se projete na filha ao

mesmo tempo em que utiliza da escrita como mecanismo de (re)existência. Já na trama de Guimarães a subversão da experiência é mais acentuada uma vez que a personagem Damiana se utiliza do expediente materno para sustentar sua família, sobretudo após a descoberta da doença de sua mãe. Com efeito, a busca pelas origens e a desromantização da maternidade são determinantes na trajetória da protagonista na medida em que usa de seu corpo – historicamente um aspecto cerceado às mulheres porquanto fosse necessário utilizá-lo apenas para a reprodução – para se sustentar. Do mesmo modo, a narradora que nos coloca a par da trajetória de Damiana se (re)encontra com o passado no qual recorreu a um aborto e expõe suas cicatrizes por meio da escrita.

Dedicamos o quarto capítulo desta tese àquelas representações maternas mais invisibilizadas pela tradição canônica da literatura brasileira: as maternidades indígenas e lésbicas. Ao abordar o primeiro perfil, buscamos, a partir de dados levantados por Zolin (2021), discorrer sobre a discreta presença desses grupos nas obras publicadas pelas grandes editoras. Nesse viés, buscamos relacionar como as representações indígenas, sobretudo no primeiro momento do Romantismo, desconsideram as particularidades dos povos aborígenes e buscam atrelá-los à tradição europeia ao mesmo tempo em que nos ocupamos do cordel de Auritha Tabajara para refletir sobre a maternidade e a relação entre o/a indígena e o/a branco/a. Cumpre salientar que nosso interesse é pelas práticas de maternagens e o modo como as mulheres indígenas vivenciam a experiência, sem nos ocuparmos, única e exclusivamente, da relação que estabelecem com a ideia de mãe-natureza *per se*. Entretanto, por compreendermos que essa relação é necessária para a figura materna nesses povos, dado o caráter espiritual e coletivo, buscamos lançar luzes sobre alguns poemas de Eliane Potiguara que compõem a obra *Metade cara, metade máscara* que nos permitem compreender o fenômeno e sua importância para as tribos.

Em se tratando das mães ao lado de outras mães, utilizamos para nossas análises, além de contos de escritoras consagradas na cena literária – como é o caso de Conceição Evaristo e Lúcia Facco – os relatos (auto)biográficos de ativistas como Marcela Tiboni e Bruna Thimotheo na medida em que os romances que possuem esse mote (ainda) são raros na seara literária. A partir das memórias e relatos dessas escritoras contemporâneas intentamos discorrer sobre como a experiência se mostra distinta daquela preconizada pelas malhas do patriarcado que limita a atuação feminina. Contrariamente, a partir de atuações consistentes tanto no exercício da maternidade quando na luta por seus direitos e também de seus/suas

filhos/as, as escritoras abordam e descortinam uma série de pontos que essa vertente materna possui em função do preconceito e do desconhecimento.

Não buscamos enrijecer uma ideia unívoca de maternidade, pelo contrário, intentamos com essa tese demonstrar ao/à leitor/a como são diversas as multifaces dessa experiência que durante tanto tempo esteve atrelada a dois caminhos possíveis: a alegria de vivenciá-la ou a amargura de uma vida sem filhos/as. Simultaneamente, pretendemos comprovar como a experiência da maternidade atinge as mulheres de formas distintas, a contar dos atravessamentos a que estão sujeitas. De fato, historicamente foram desconsiderados os atravessamentos de raça, orientação sexual e classe social, nas mais variadas interconexões, como se todas as mulheres vivessem uma mesma realidade em uma herança dos primeiros movimentos do Feminismo, liderado por ativistas brancas (DAVIS, 2016).

Portanto, diante de um mundo interconectado e de tantas condicionantes que afetam diretamente as mulheres em seu exercício materno, pretendemos revalorar o que é ser mulher e mãe na contemporaneidade a partir das intersecções de raça, orientação sexual e classe a fim de demonstrar como a ideia uníssona de mãe, difundida ao longo da História e que por muito tempo encerrou as identidades femininas, se mostra reducionista e, portanto, não cabe mais na jornada das mulheres do século XXI, posto que não há apenas dois caminhos para as mulheres; há o mundo em suas tantas estradas, cruzamentos, retornos, avanços...

1. MATERNIDADES: POSSIBILIDADES, REALIDADES E REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS

“O que seria mais difícil do que escolher entre o sempre o nunca?”

(Jeanne Safer)

“Afirmo que o júbilo dos não-procriadores/
supera o da parcela que reproduz./
Os primeiros, solitários de filhos,/
ignoram, por não os terem,/
se é aprazível ou penoso tê-los,/
livres de multiagruras”

(Eurípedes)

1.1 Toda mulher nasce para ser mãe: o discurso patriarcal e seus desdobramentos ao longo da História

Desde muito cedo, nossas meninas são condicionadas a exercer o papel materno por meio de práticas cristalizadas que, pouco a pouco, vão desenhando os caminhos possíveis para as mulheres na sociedade. Se, *a priori*, para algumas pessoas, pode não parecer problemático o gesto de presentear nossas filhas, sobrinhas, afilhadas, conhecidas, com bonecas e utensílios domésticos, em uma visão macro observamos como esses itens contribuem para delimitar a atuação feminina ao espaço privado e as encerra em situações de submissão e dominação. Esses brinquedos, mesmo que inconscientemente, reforçam o ideário que atrela as mulheres à maternidade e ao cuidado com a casa em uma espécie de treinamento para o futuro. Assim, ao receber panelas, vassouras e bonecas que choram e pedem incessantemente comida, as meninas vão sendo enredadas nas malhas do patriarcado que as reduzem ao cuidado com os outros antes de si mesmas, delimitando as possibilidades que terão na vida. Essas ações se destacam ainda mais se fizermos um paralelo com os artefatos destinados aos meninos neste mesmo período: carros, espadas, tubos de ensaio, aviões... são exemplos que ilustram como,

implicitamente – talvez hoje em dia até explicitamente, dadas as situações política e social de nosso país –, direcionamos os comportamentos que esperamos das crianças enquanto homens e mulheres.

Esses comportamentos e ações, por sua vez, não são frutos da contemporaneidade ou apenas do capitalismo de forma isolada. Contrariamente, são redes que se apoiam e que mantêm a atuação feminina limitada às paredes do lar. Nessa esteira, é pertinente destacar que quase nunca se fala sobre as ambivalências da maternidade na pauta feminista (VIVAS, 2021), mas sim do aborto. Ora, é evidente que o direito à interrupção da gestação “não é mais que a outra face da maternidade” (VIVAS, 2021, p. 63), contudo é preciso que sejam lançadas luzes sobre o fenômeno para identificar os inúmeros problemas e repensar as atribuições deste papel social para a (re)construção das identidades femininas.

Nessa empreitada, é preciso que olhemos para o passado a fim de entender a distribuição dos papéis sociais e como esses atendem a uma óptica masculina. Essas malhas de poder e discursos se entrelaçam e continuam a direcionar as mulheres a papéis pré-definidos. Durante muito tempo, para as mulheres, a função do sexo estava atrelada única e exclusivamente à reprodução, de modo que o prazer sexual era de competência masculina. Educadas para se tornarem esposas exemplares e mães zelosas, essas mulheres foram impedidas dos prazeres da carne em grande parte pelo mito judaico cristão que as classifica como provocadoras do pecado original. Essa visão religiosa divide as mulheres em classes como “mulher pra casar” e “mulher para diversão”, até porque o prazer sexual masculino também era fornecido por mulheres, afetadas pelo ideal patriarcal de servidão, mas sem as “vantagens” das outras mulheres, como ter uma casa, família, filhos/as. Dessa forma, por sermos uma sociedade assentada nos pilares religiosos, as vontades femininas foram desconsideradas e delas cobrada atuação angelical. O comportamento feminino ideal, portanto, entrelaça aspectos fisiológicos e dogmáticos cujo objetivo consiste em mantê-las subalternizadas, controladas e, conseqüentemente, fora dos debates decisórios.

No que concerne à biologia, é frequente escutarmos que a maternidade² é o destino feminino por excelência, como se toda a complexidade da individualidade das mulheres pudesse ser reduzida a um sistema reprodutor que permite a gestação de outro indivíduo. Não bastasse essa condição feminina ter sido utilizada contra elas mesmas – quando poderia

² Em função de nosso recorte temático para as análises literárias que se desenvolverão nesta tese, delimitamos nossas reflexões sobre a maternidade enquanto fato biológico e nas práticas de maternagens dela decorrente. Em resumo: não abordaremos as outras formas de maternidades atípicas, como as adoções, entre outras.

funcionar como prerrogativa para, talvez, uma nova regulação social –, criou-se a noção de instinto materno tanto para encerrá-las em seu destino de mãe quanto para delas reclamar comportamentos pré-determinados que as coloquem em busca permanente pela perfeição no cuidado com os/as filhos/as. Em seu traçado por alguns séculos na história da França, e sob o qual a seguir nos debruçamos, Badinter (1985) desanuvia essa prática que classifica como mito. Segundo a filósofa francesa, que abalou o entendimento da maternidade no século XX, é basicamente a partir do valor que a criança adquire na sociedade que se estabelecem os sentimentos classificados como intrínsecos da natureza feminina. Sob este viés, a maternidade encontra-se ancorada no pressuposto capitalista cujo intuito consistiria em “preservar as crianças, para que venham a ser massa de trabalho manipulável, defendam a pátria como soldados ou para que ocupem colônias” (IACONELLI, 2015, p. 57).

As distinções entre os sexos biológicos dos indivíduos, além de funcionarem como prerrogativa para delimitar os papéis sociais, sustentam e fomentam várias discussões sobre como essas diferenças impactariam na relação com o outro e na construção psíquica dos sujeitos. Beauvoir (2016b, p. 22), no século passado, ao lançar luzes sobre a estrutura psíquica de homens e mulheres desde a infância, afirmava que “a ausência do pênis desempenhará um papel importante no destino da menina”, pois o menino aliena-se, ainda que parcialmente, no órgão externo, isso porque “o próprio objeto em que se aliena torna-se um símbolo de autonomia, de transcendência, de poder [...]. A menina, entretanto, não pode encarnar-se em nenhuma parte de si mesma” (BEAUVOIR, 2016b, p. 22-23), tendo seu alter ego transposto em uma boneca. Essa noção evidencia uma grande diferença já que, apesar de passiva, “a boneca representa um corpo na sua totalidade. Por isso, a menina será encorajada a alienar-se em sua pessoa por inteiro e a considerá-la um dado inerte. Ao passo que o menino procura a si no próprio pênis enquanto sujeito autônomo, a menina embala sua boneca e enfeita-a como aspira ser enfeitada e embalada” (BEAUVOIR, 2016b, p. 23). Os comportamentos predeterminados por essa estrutura psíquica e social são necessários para a manutenção da distinção entre os indivíduos. A psicanalista Silvia Lobo, em *Mães que fazem mal* (2018), ao tratar sobre os códigos sociais, afirma que a diferença entre homens e mulheres “reside no fato de que os homens ao serem considerados sujeitos desejanter ganham legitimidade pelo simples motivo de nascerem homens, enquanto as mulheres ao serem concebidas alienadas do próprio desejo têm a subjetividade construída como satélite do desejo alheio” (LOBO, 2018, p. 50).

O conceito de maternidade, central para nossas reflexões, é, sem dúvidas, ambíguo, pois “remete ao mesmo tempo a um estado fisiológico momentâneo, a gravidez, e a uma ação a longo prazo” (BADINTER, 1985, p. 20), além de ter sido utilizado a partir de interesses que muito pouco se aproximavam das agendas femininas. Até mesmo porque, “sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal” (BADINTER, 1985, p. 20), apontando assim para o suposto ‘instinto materno’ que todas as mulheres teriam.

A maternidade é um assunto não resolvido e, por isso, constantemente revisitado no Feminismo (RICH, 1976; O'REILLY, 2004, 2010; VIVAS, 2021) o que nos apresenta inúmeras perspectivas e reflexões. Evidentemente, não é nosso propósito esgotar as teorias ou mesmo elencá-las nesta tese, entretanto, como assevera Mendes (2017, p. 83), “desde Rich, a distinção entre *motherhood* (maternidade) e *mothering* (maternagem) tem sido fundamental para perceber que a maternidade não pode ser compreendida apenas enquanto função biológica”. Contemporaneamente, a partir dessa perspectiva, O'Reilly (2016) desenvolve o conceito de *matricentric feminism* pautado na confrontação “de que a maternidade é natural para todas as mulheres (por exemplo, todas as mulheres naturalmente sabem como ser mães) e que o trabalho da maternagem é impulsionado pelo instinto, e não pela inteligência, e desenvolvido pelo hábito, e não pela habilidade³” (O'REILLY, 2016, p. 4).

Esses pontos de vista buscam inserir e ampliar a maternidade como ponto fulcral do Feminismo, já que todas as mães são mulheres. Simultaneamente, confronta-se o caráter patriarcal da experiência enquanto se pretende lançar outras reflexões sobre práticas daí provenientes. Para tanto, O'Reilly (2016) identifica e discorre acerca de “dez pressupostos ideológicos da maternidade patriarcal”, a saber: essencialização, privatização, individualização, naturalização, normalização, idealização, biologização, especialização, intensificação, e despolitização da maternidade⁴ (p. 14). Essas reflexões demonstram como a experiência materna deve ser compreendida em uma perspectiva que confronta os

³ Tradução nossa de: “*matricentric feminism challenges the assumption that maternity is natural to women (i.e., all women naturally know how to mother) and that the work of mothering is driven by instinct rather than intelligence and developed by habit rather than skill*”.

⁴ Tradução nossa de: “*ten ideological assumptions of patriarchal motherhood' namely: essentialization, privatization, individualization, naturalization, normalization, idealization, biologicalization, expertization, intensification, and depoliticalization of motherhood*”.

essencialismos, além de “ser igualmente compreendida em termos de teoria interseccional⁵” (O'REILLY, 2016, p. 198), isso a partir da própria subjetividade materna.

Isso posto, os debates se ampliam e o estado de coisas que envolve a maternidade começa a se modificar, inclusive no que diz respeito à escolha pela não experiência. Também a psicanalista e pesquisadora Jeanne Safer, em seu estudo com mulheres que optaram por uma vida além da maternidade, afirma que “a sociedade tende a negar o preço que as mães pagam e a idealizar os sacrifícios que fazem, interpretando tudo isso racionalmente como parte do instinto feminino, o que torna extremamente difícil para as mulheres reconhecer qualquer ressentimento que tenham” (SAFER, 1997, p. 36). Essa correlação entre possibilidade de gestar e amor incondicional pelo/a filho/a nada mais é do que uma construção social com objetivos bem definidos (nasce uma mãe e morre uma mulher) não estabelecendo nenhuma ligação com a biologia. Portanto, estando “feminino e maternal imbricados em uma única e mesma relação” acaba transformando “o cordão umbilical, que une mães e filhos, em uma experiência perpétua” (LOBO, 2018, p. 17-18).

É essa construção que buscamos evidenciar e sintetizar na Figura 1 mais adiante, isto é, como os conceitos sobre maternidade foram forjados ao longo da história francesa. Embora seja um traçado europeu e uma escolha teórico-metodológica, acreditamos que tais reflexões, guardadas as devidas proporções, dialoguem com o entendimento acerca da maternidade para as mulheres de tradição ocidental em uma visão macro⁶, incluídas aí as brasileiras. É evidente que o contexto abordado por Badinter (1985) é dissonante do brasileiro em suas particularidades e na própria maneira com que os pressupostos europeus foram recebidos em solo sul-americano. Por isso, a seguir, lançamos luzes sobre a trajetória do fenômeno desde os primórdios de nossa colonização até a contemporaneidade para entender como a maternidade foi também concebida na História do Brasil, etapa importantíssima para nossas pretensões e que muito explicam as noções de maternidade negra e indígena.

Por se tratar de um país colonizado e atravessado por culturas de, sobretudo, tradição europeia, as práticas maternas a partir do “Achamento⁷” do Brasil em muito dialogaram com a

⁵ Tradução nossa de: “*that maternity needs to be likewise understood in terms of intersectional theory*”.

⁶ Essas considerações mais abrangentes sobre a maternidade é o que nos subsidiam – e motivam – a ampliar o debate acerca do fenômeno materno em seus desdobramentos, conforme aponta nossa tese de estudo.

⁷ A opção pelo termo “Achamento” ao invés de “Descobrimto” – como por tanto tempo foi utilizado – dá-se por acreditarmos que este termo remete a algo novo, nunca antes descoberto e que, por consequência, invalida ou invisibiliza toda a cultura e povos que aqui já estavam quando da chegada dos portugueses em 1500. Em tempo, muito tem se debatido acerca do termo “invasão” posto que aqui já estivessem povos que foram dizimados. Há

realidade desses povos. Obviamente, se nos ocuparmos apenas das performances maternas da elite brasileira, isso porque os povos aborígenes e, posteriormente, os escravizados, desempenhavam suas maternidades segundo seus costumes e tradições, ainda que solapadas por violentos caracteres que os colocassem como inferiores e os marcassem à serviço da elite branca. Isso quer dizer que, embora buscassem desempenhar suas *práxis*, precisavam mascará-las para atender às vontades de seus colonizadores, fato que, inevitavelmente, fez com que muitas particularidades desaparecessem ou fossem ressignificadas.

Nesse contexto, torna-se difícil traçar o percurso das mães negras no Brasil, primeiro porque “a história das mulheres e da maternidade centra-se nas mulheres brancas ou ignoram o fator raça” (SILVA, 2020, p. 28) e segundo porque elas não eram vistas como mães, mas simplesmente como “coisas”, objetos reprodutores que propiciavam lucros aos seus donos. Todavia, ao olharmos para a história escravocrata brasileira, é possível encontramos alguns indícios sobre as práticas maternas das mulheres negras (SILVA, 2020). Essa ausência de registros e/ou a dificuldade em se obter informações sobre suas experiências no período colonial brasileiro é o que também chama a atenção da historiadora Mary Del Priore (1989), uma vez que se havia a exaltação das gestações brancas, há que se conjecturar que houvesse, no mínimo, registros de suas irmãs negras. Entretanto, “não existem registros de qualquer tipo, quer na imaginária, hagiografia ou iconografia deste período: Nossas Senhoras da Expectação do Ó ou do Bom Parto negras não foram pintadas nem esculpidas” (DEL PRIORE, 1989, p. 09).

Como dito, o período de escravidão é determinante para compreendermos algumas imagens da maternidade negra (DAVIS, 2016; BAIA, 2021). No contexto brasileiro, a figura da “mãe-preta” é extremamente significativa. Lélia Gonzalez, em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, afirma que a “mãe-preta” não é o exemplo de amor e dedicação como acreditam os/as brancos/as, tampouco traidora como alguns/algumas negros/as as consideram; antes, é um mecanismo encontrado a partir da imposição dessa atividade para disseminar valores e modificar a linguagem naquilo que a autora chama de “pretoguês” (GONZALEZ, 1984, 2019). Aí se mostra combativa a ideia essencialista de que a maternidade é decorrente do caráter estritamente biológico e instintivo; antes, é a função materna, aqui entendida como cuidados, amamentação, educação, que determina o ser/tornar-se mãe. Por esse prisma, “a branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só

que se ressaltar, também, a perspectiva de Henrique Dussel em que utiliza o termo “encobrimento” para abordar o encontro do europeu com as terra americanas.

serve para parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Essa é efetuada pela negra. Por isso, a ‘mãe preta’ é a mãe” (GONZALEZ, 1984, 2019, p. 249).

Pesquisas a respeito das relações familiares ao longo da História mostram que a ideia de amor materno, aos moldes do arquétipo difundido principalmente a partir do século XVIII no ocidente, é recente (MOURA; ARAÚJO, 2004). A amamentação, tida como momento sublime da maternidade e do contato entre mães e filhos/as, no período colonial brasileiro não era realizada pelas mulheres da alta sociedade porque era “interpretada pelos portugueses como instintiva e primitiva, não digna da mulher civilizada” (BOCCHI, 2022, p. 140) sendo, portanto, atribuição das “índias tupinambás devido à sua cultura de amamentar seus filhos até dois anos ou mais”, o que nos demonstra que “foram as jovens índias as primeiras amas-de-leite da história deste país, função que rapidamente passou às escravas negras” (BOCCHI, 2022, p. 140). Essas, com frequência, eram obrigadas a preterir seus/suas filhos/as em razão dos/das de suas donas, além das práticas de comercialização de corpos negros para a amamentação.

Também Moura e Araújo (2004), ao abordarem a maternidade na História do Brasil, afirmam que a família colonial brasileira orbitava no entorno da figura paterna e que, posteriormente, a organização e os sentimentos familiares nos quais a maternidade está intrinsecamente inclusa foram “marcado[s] pelas intensas modificações ocorridas pela ascensão burguesa no final do século XVIII, embora aqui revestidas de características específicas à condição de país-colônia que se vê subitamente elevado à sede do governo português” (p. 48). As modificações de que tratam as pesquisadoras acontecem com o advento do Estado moderno por meio de mecanismos como a medicina que procura modificar as condutas humanas para adaptá-las à nova organização social. Nesse processo, a figura feminina, por meio da maternidade, foi grandemente afetada, pois,

tanto aqui como na Europa, para a produção da “mãe higiênica”, foi fundamental o discurso higienista, no ataque tanto ao aleitamento mercenário (no Brasil realizado por escravas) como responsável pela mortalidade infantil, quanto à suposta deformação moral das crianças pelo cuidado e convivência com amas e lacaios negros (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 49).

Acontece que no Brasil, por se tratar de uma colônia e também pelo advento da escravidão, “a fragilidade materna pregada pelas elites não chega às mulheres negras escravizadas, pois estas possuíam o *status* de ‘coisas’” (SILVA, 2020, p. 41, grifo da autora). Inadvertidamente, as amas de leite são objetificadas, posto que eram propriedade de seus

senhores e não arranjadas/contratadas, como no contexto europeu. Esse modo de vida influenciou diretamente na relação das mães com seus/suas filhos/as em território tupiniquim já que a tese de amor romântico e constituição familiar, amplamente divulgada na Europa, não se aplicava a todas as mulheres brasileiras desse período. As negras e as indígenas eram destituídas de suas subjetividades e rebaixadas à condição de objeto e as crianças não eram totalmente protegidas e cercadas de cuidados. Isso acontece até mesmo após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, que poderia indicar que as mulheres negras escravizadas finalmente estivessem permitidas a adquirir o *status* de mãe de seus/suas filhos/as (SILVA, 2020), já que não seriam apartadas do convívio com a prole após o nascimento por meio da venda dessas crianças, porque sua condição de escravizada permanece e as jornadas de trabalho e as condições emocionais e financeiras impactavam diretamente em suas vivências com os/as filhos/as que nascessem livres.

Mesmo com a chegada do século XIX, permanece a utilização do modelo europeu para a sociedade colonial brasileira (MOURA; ARAÚJO, 2004), posteriormente se solidificando e acompanhando, embora muitas vezes tardiamente, as tendências europeias e organização de direitos femininos. De toda forma, as práticas maternas das mulheres indígenas e negras desde o “Achamento” do Brasil resistiram a essa imposição do modelo europeu decorrente da colonização por meio de estratégias que se embasavam nas redes de apoio dessas mulheres. Isso quer dizer que apesar de serem usadas como mão de obra para a escravidão e de sofrerem as maiores agruras tendo diversas vezes que deixar seus/suas filhos/as para cuidar dos/das seus senhores, suas formas de maternar, principalmente aquelas embasadas no coletivismo, permitiram que suas tradições e cultura resistissem ao tempo e à violência. Por outro lado, as mulheres brancas privilegiadas pela posição social que ocupavam, inicialmente, cada vez mais se afastavam dos cuidados com os/as filhos/as, os quais ficavam a cargo das escravizadas. Em certa medida, essas práticas acompanham e são influenciadas pelo pensamento europeu que, posteriormente, são atualizadas com a ideia da necessidade das próprias mães se ocuparem de seus/suas filhos/as. É na virada do século XVIII para o XIX que os médicos, juntamente com os objetivos estatais, surgem para incutir e reforçar a necessidade do cuidado materno. Assim como veremos no traçado de Badinter (1985), cujo objetivo era o aumento da população civil no Brasil, os estímulos à natalidade “tinham como objetivo desenvolver contingentes populacionais que promovessem às necessidades do sistema colonial e difundissem a fé católica” (SILVA, 2020, p. 34).

Com o passar dos anos, a maternidade no Brasil tem sido, gradativamente, posta em debate nos mais variados campos científicos, o que demonstra que o entendimento da experiência tem sido constantemente ressignificado, possibilitando que novas compreensões de maternagens surjam no sentido de desonerar, unicamente, a figura feminina dessas tarefas. Tal situação evidencia que a maternidade não é um conceito fechado e pronto, mas que, conforme diversos/as estudiosos/as se propuseram a demonstrar, se trata de experiências plurais que acompanham o devir do tempo.

Ao voltarmos para o traçado de Badinter (1985), basilar para nossas reflexões nesta tese, observamos que no século XVII⁸, o pai ocupa o centro do núcleo familiar. Concomitantemente, a criança passa a ter um valor singular, pois até então a infância era retratada como uma fase complicada em que o indivíduo corresponderia a uma miniatura do adulto. As amas de leite – ainda que essa seja uma prática existente e regulamentada na França desde o século XIII – ganham, neste contexto, destaque porquanto sejam artificios que a burguesia, prioritariamente, utiliza para manter as crianças afastadas da sociedade. Badinter (1985, p. 65) sinaliza que “o primeiro sinal da rejeição do filho está na recusa materna a dar-lhe o seio”, ainda mais se levarmos em consideração a alta taxa de mortalidade infantil.

No século seguinte, as amas de leite alcançam todas as camadas sociais. Com efeito, as camponesas deixam seus filhos/as de lado para amamentar as crianças daquelas famílias que possuem melhor situação econômica, o que impacta diretamente na economia na medida em que muito dinheiro circula entre esses atores sociais. Um/a leitor/a desavisado/a e/ou inflado pelos discursos extremistas poderia questionar: sendo o amor materno um instinto, como se justificaria a conduta das amas de leite que deixaram de lado seus/suas próprios/as filhos/as para amamentar os/as de outras mulheres? É importante que tenhamos em mente que esse não é um exemplo que deva ser usado para comprovar a falácia do instinto materno, pois o que está em jogo é a manutenção da vida em um espectro maior já que as condições socioeconômicas as obrigavam a agir desta maneira (BANDITER, 1985).

Observa-se no comportamento materno certa indiferença em relação aos filhos que pode ser justificada pela taxa de mortalidade dos recém-nascidos. Ora, qual a motivação para se afeiçoar às crianças se a taxa de mortalidade era alta? Caso a mãe “se apegasse intensamente a cada um de seus bebês, sem dúvida morreria de dor” (BADINTER, 1985, p. 85). Há ainda a histórica preferência pela descendência masculina, o que realça o

⁸ Evidentemente, as relações maternas existem desde sempre e acompanham a evolução do ser humano. Partimos do mesmo ponto inicial estabelecido por Badinter (1985) na medida em que é a partir deste século que as mudanças nos paradigmas maternos começam a ganhar força.

desapontamento causado pelo nascimento das filhas. Logo, esse amor seletivo contribui para a constituição materna expondo como o amor está atrelado àquilo que o ser amado pode render ao seu progenitor. Sendo, portanto, a filha desprovida de benefícios econômicos, a ela caberia menor atenção. Talvez a grande questão, nesse período histórico, seja o aleitamento materno já que existia uma rejeição social à prática. Percebemos como esses comportamentos estão visceralmente atrelados às convenções sociais e ao *status* econômico das famílias. Nessa perspectiva, “amamentar o próprio filho equivalia a confessar que não se pertencia à melhor sociedade” (BADINTER, 1985, p. 96).

A relação com o corpo feminino é constantemente objeto de debates e mesmo um gesto natural, como é o caso da amamentação, fica a mercê de questionamento. Percebemos que essas interdições não são de hoje⁹, mesmo no século XVIII “não ficava bem tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê. Além de dar uma imagem animalizada da mulher ‘vaca leiteira’, é um gesto despuadorado” (BADINTER, 1985, p. 97). Noutro extremo da questão, os desígnios masculinos são determinantes para essa interdição, pois “para eles, o aleitamento é sinônimo de sujeira. Um verdadeiro antídoto contra o amor” (BADINTER, 1985, p. 97).

Diante da indiferença proveniente do seio materno, as formas de abandono se naturalizam. Desse modo, a entrega inicial à ama de leite, o retorno para o lar acompanhado de governantas e preceptores e, por fim, o envio para os internatos, reforçam a hipótese de que o ato de gerar uma criança não é condição para que as relações entre mães e filhos/as se estreitem (BADINTER, 1985). Pelo contrário, só mostram tratar-se de “um bebê que é, rigorosamente, um estranho para ela [...]. Fora do corpo da mãe, o bebê é um outro” (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 69) e que é, exclusivamente, pelo contato que as relações são construídas.

A transição entre os séculos XVIII e XIX é marcada por inúmeras modificações no entendimento da maternidade no contexto europeu. Assim, observam-se avanços a partir de ressignificações dos comportamentos, pois essa condição se afasta da função reprodutiva isoladamente. Análogo ao contexto europeu, no Brasil também se observou substancial modificação no papel materno. A criança, distanciada da imagem de adulto em miniatura, passa a ser vista como uma riqueza para o país e, conseqüentemente, demanda cuidados especiais. Logo, para que crescessem e se tornassem, efetivamente, os responsáveis pela

⁹ Importante salientar que esse direito é garantido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, mas que, infelizmente, muitas vezes não é cumprida. Referimo-nos às constantes reportagens que expõem o constrangimento e, não raras as vezes, a impossibilidade de mães em amamentar em público.

nação, tornava-se imperioso que as mulheres lhes destinassem cuidados, ou seja, para que os/as recém-nascidos/as sobrevivessem era preciso, entre outros, mudar a concepção de maternidade. Essa modificação atinge vários aspectos da constituição familiar, até mesmo a figura paterna – tida outrora como determinante para as relações afetivas e sociais – passa a ser vista como falível. Essas alterações concorrem para que se estabeleça o maniqueísmo na maternidade. Dito de outra forma, não há espaço para meios termos, ou a mãe atende ao que dela se espera e, portanto, é classificada como boa; ou então é uma péssima mãe e ficará sob julgamento da sociedade.

Se anteriormente o aleitamento materno era visto como sinal de inferioridade, a partir do final do século XVIII há um constante elogio às lactantes e represálias àquelas que se recusassem a amamentar os/as filhos/as. Essa obrigação em dar o seio à criança decorre da preocupação demográfica, logo “é a necessidade, e não o amor, que a leva primeiro a dar o seio, e que é portanto, a primeira causa da maternagem¹⁰” (BADINTER, 1985, p. 165). Transformadas em criaturas dóceis e altruístas, a imagem de “Eva cede lugar, docemente, a Maria” (BADINTER, 1985, p. 176) ao ir solidificando condutas pré-determinadas pelo corpo fisiológico, até mesmo porque, neste período, não podemos nos furtar de que a mortalidade infantil e materna era vista como uma “maldição” do comportamento de Eva. Caso não houvesse o êxito pretendido diante de todos os artifícios utilizados para induzir as mulheres a uma prática de maternagem adequada, ainda caberia um último recurso: as ameaças morais e fisiológicas. Parece-nos evidente que toda a prática que vai engendrando a maternidade está envolta em um jogo de forças em que se utiliza da exclusividade feminina para atender a desígnios outros.

Nota-se, a partir do final do século XVIII, um processo de “maternalização da mulher”, que objetivava traçar como destino único a maternidade para toda mulher de modo que “sua responsabilidade – parir e criar – ia além da biologia; consistia então numa função social, submetida ao controle masculino” (VIVAS, 2021, p. 78). Nesse período, é publicada a obra *Emílio, ou Da Educação* (1762), em que Rousseau analisa as ideais relações familiares e

¹⁰ O termo “maternagem” tem sido utilizado para se referir aos cuidados que “boas mães” dispensariam a seus/suas filhos/as, ou seja, esforços dotados de afeto e zelo para com a criança, independentemente de ligação biológica. Definido e abordado em várias áreas do conhecimento por autoras como Adrienne Rich (1976), o termo aponta para uma prática contínua do exercício da maternidade. Também a psicanalista Nancy Chodorow (2002) afirma que é possível que digamos “que um homem ‘maternou’ a criança se ele foi a principal pessoa a cuidar dela, ou se está agindo de maneira a alimentá-la e ampará-la. Mas nunca poderíamos falar de uma mulher ‘paternar’ um filho” (p. 27). Tal compreensão reforça a importância e incumbência exclusivamente feminina no desenvolvimento da criança.

as atribuições dos papéis sociais, na qual se destaca o vínculo imprescindível entre a mãe e o bebê, e que teve papel fundamental na difusão da ideia de maternidade.

O reflexo dessa “maternalização” pode ser visto no contexto brasileiro do início do século XX. Moraes (2021) aponta a existência, nesse período, de um movimento composto por discursos médicos, religiosos e, auxiliados pela imprensa, que estavam estritamente vinculados à urbanização das cidades incitando as mulheres a seguir determinados padrões. Essas promoções acerca do ideal de feminino – tanto na esfera pública quanto na privada – contribuíam para que elas se empenhassem em atendê-los e, dessa forma, tornarem-se mulheres respeitáveis. Nessa esteira, encarregadas de manter os/as filhos/as vivos, às mães são atribuídas outras funções além dos cuidados básicos. Ficarão a cargo delas, mormente a partir do século XX, a instrução e educação de seus/suas descendentes. É evidente que diante de um acúmulo cada vez maior de atribuições, a função materna seja envolta pelo sofrimento e pela culpa, pois de que outra forma seria possível ser capaz de dar conta de tantas funções?

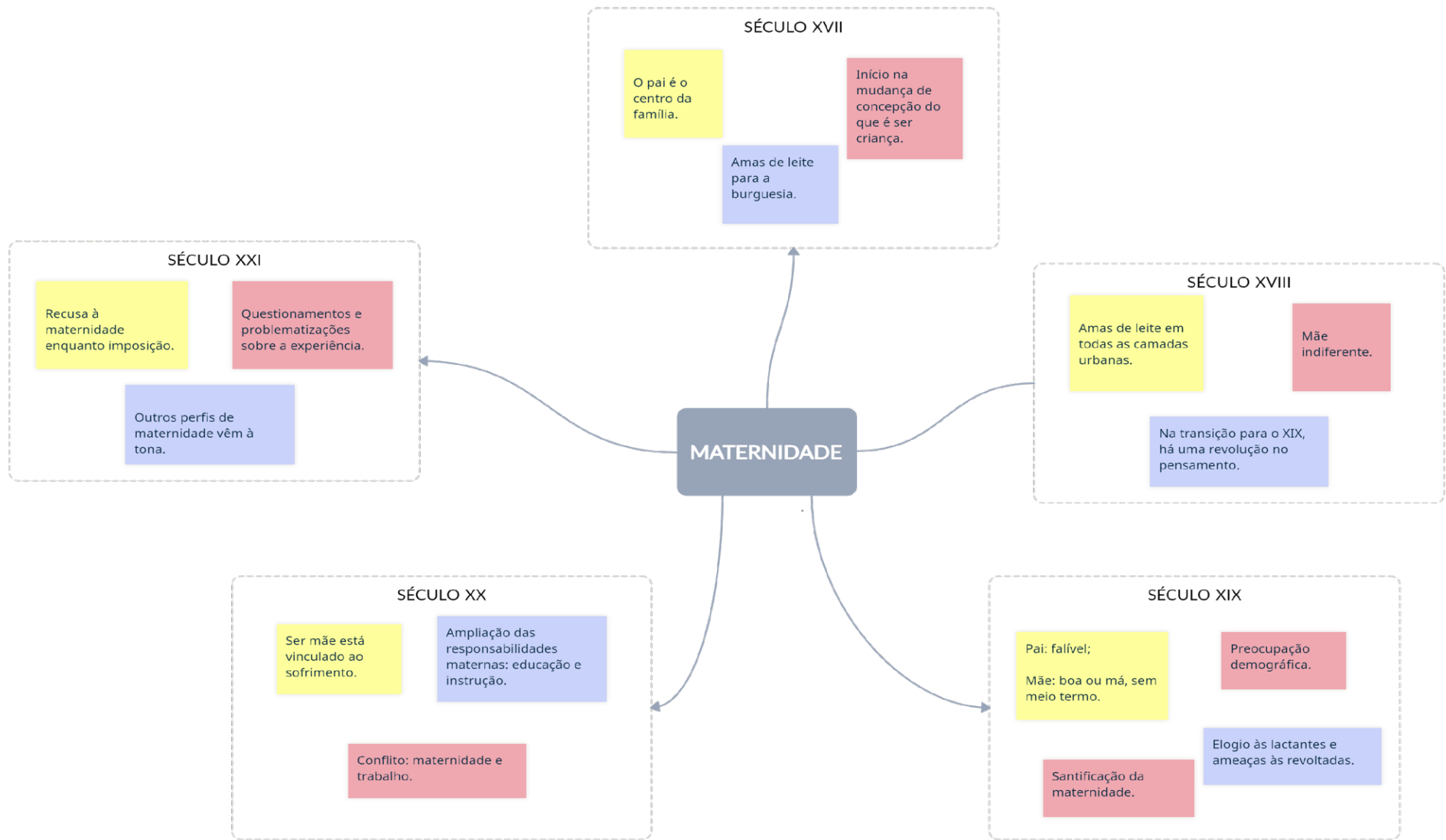
Em razão dos movimentos feministas, as mulheres ampliaram seus campos de atuação, entre os quais a possibilidade de trabalhar no espaço público. Entretanto, esse direito traz consigo o problema de conciliar ambas as funções, pois, ao conquistarem o direito de atuar fora dos limites do lar, não existiu/existe uma reorganização das atividades domésticas fazendo com que as mulheres acumulassem/acumulem as funções de mãe e de trabalhadora. Outrossim, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, promulgada em 1943, “pouco olha para a maternidade. Segue sendo uma legislação criada por homens, para um mundo de trabalho liderado por homens” (FERNANDES, 2019, p. 108), o que contribui para que as mulheres permaneçam atraídas ou para o lado da realização profissional ou para a maternidade, quando na verdade o grande ‘x’ dessa questão reside no sistema que alicerça as práticas trabalhistas. Aquelas que seguem suas vontades e buscam excelências em ambos os campos se deparam com mais um agravante para a experiência materna já que a mãe é constantemente solapada pela suposta transgressão de suas obrigações ao deixar os/as filhos/as sob cuidados de terceiros para agir em um mundo longe deles/as. Em tempo, é importante observar que o acesso aos métodos anticoncepcionais e a liberação dos abortos (em alguns lugares do mundo), apesar de darem maior liberdade sexual às mulheres, fazem com que elas se tornem ainda mais perseguidas pela religião.

No século XXI, com os avanços da globalização e dos sucessos nas reivindicações feministas – não sem algum retrocesso, é verdade, potencializado por governos de extrema direita que enxergam a mulher como o outro –, tornam-se axiomáticas as discussões em

derredor do destino de toda mulher consumir-se na maternidade. É principalmente com a vitória pelo direito de usar a pílula anticoncepcional na segunda metade do século XX que essa possibilidade põe em xeque o destino inerente da maternidade como continuação do curso da vida feminina. Tal cenário contribui para que a mulher tenha o direito de arbitrar – aquém do ideal, é evidente – sobre seu próprio corpo e viver a sexualidade de forma mais livre e autônoma. Portanto, “já que existe escolha, existe diversidade de opiniões, e não é mais possível falar de instinto, ou de desejo universal” (BADINTER, 2011, p. 17-18). É nessa conjuntura que as fissuras da ideia una da condição feminina possibilitam que sejam debatidas e então é ressignificado o destino da mulher na maternidade. Concomitantemente, essa discussão oportuniza as problematizações e questionamentos sobre tal experiência e se ampliam os debates acerca da responsabilidade parental. Além disso, fomenta-se a discussão da maternidade para todos os estratos sociais, raciais e de gênero, observando como o espaço ocupado por esses grupos e suas agendas propulsiona a (des/re)construção de uma ideia de maternidade que colabore para a igualdade de direitos entre os gêneros (TARDIVO, 2021).

Por todo este traçado, fica evidente como a maternidade é utilizada para subalternizar o feminino e para atender a instâncias sociais, culturais e econômicas a partir do prisma masculino já que as mulheres foram forçadas a desaparecerem “por trás da figura da mãe, numa sociedade que identifica a feminilidade com maternidade. Embora a função materna tenha variado nos diferentes períodos e conforme o lugar, as mães sempre foram, de um modo ou de outro, sujeitos subordinados” (VIVAS, 2021, p. 72).

FIGURA 1- EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MATERNIDADE



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do percurso por nós, brevemente, aludido, fica nítido que provavelmente, dentre as feministas, tenha sido Badinter quem tenha causado maiores reações ao desmistificar o amor materno. Antes, porém, Simone de Beauvoir (1908-1986), já havia asseverado que “não existe ‘instinto materno’: a palavra não se aplica em nenhum caso à espécie humana. A atitude da mãe é definida pelo conjunto de sua situação e pela maneira por que a assume” (BEAUVOIR, 2016b, p. 312). Essas discussões lançadas com mais afinco e publicidade no século XX possibilitam que constantemente sejam reavaliados conceitos e comportamentos que moldam o ideal de mãe. Iaconelli (2015, p. 62), por sua vez, em seu estudo sobre a função materna e infanticídios, afirma que “é na passagem do século XVIII para o XIX que a infância e a maternidade vão sendo envoltas numa aura de amor natural entre mães e filhos”. Dessa forma, com a naturalidade com que a maternidade vai sendo cristalizada no ideário social, torna-se tão “natural que não sê-lo é uma ofensa à natureza feminina. E por desejar, ela zela por sua cria” (IACONELLI, 2015, p. 62). Esse “apanágio” resulta na maternidade compulsória, ou seja, diante de um coletivo que lhes cobra a maternidade, da imagem dogmática da religiosidade e de um corpo biológico preparado para tanto, não restam muitas alternativas às mulheres se não se reproduzir.

1.2 A maternidade sob o viés das religiões: a construção do ideal de mãe

Não apenas o quesito fisiológico, outros mecanismos, tão poderosos quanto, são utilizados para ratificar e apoiar a obrigação da maternidade. Em se tratando de arquétipos religiosos, Muraro (2002), ao se debruçar sobre a constituição do patriarcado, afirma que essa instituição se ancora no “Gênesis”, texto religioso que, independentemente de vontades conscientes, rege a civilização atual, “porque o mito não é aquilo que ele diz, mas a estrutura psíquica que ele produz” (p. 70). Criados para viver em harmonia, homem e mulher desobedecem às ordens divinas e comem do fruto proibido. As narrativas bíblicas creditam a culpa por tal ato à Eva, reduzindo-a à imagem pecaminosa ao mesmo tempo em que afasta de Adão a culpa pela transgressão das leis de Deus. Essas imagens (como outras que os livros bíblicos vão desenhando) determinam os lugares necessários para a solidificação do patriarcado, assim, a ideia de supremacia do homem é vista, também, na criação da mulher, já que ela é feita de sua costela. É flagrante como a narração dos fatos é utilizada para que a dominação masculina seja legitimada, uma vez que ao ser extraída do corpo de Adão, “ela poderia ao mesmo tempo ser igual ao homem mas submissa a ele desde o início. E o homem

para sempre adquiriria a segurança de ser o primeiro da natureza e da humanidade” (MURARO, 2002, p. 71).

Ao serem expulsos do paraíso, Adão e Eva são castigados, enquanto o primeiro deveria ganhar o pão com o suor de seu rosto, a ela caberiam as dores do parto e submissão ao marido. Esse controle sobre a natureza atribuída ao masculino contribui para sua dominação em todas as frentes, pois “à medida que o homem vai controlando a natureza, seu poder sobre a mulher vai também, na mesma proporção, aumentando e cerrando” (MURARO, 2002, p. 71). As consequências pela infração cometida no Éden recaíram, exclusivamente, sobre Eva, em grande parte por ser quem fala com o diabo personificado na serpente. Logo, seria ela a interlocutora natural para o pecado e o desvio da obediência a Deus, sendo considerada de sua natureza a manipulação. Segundo Vivas (2021), é a partir da desobediência que a mulher recebe o nome de Eva cujo significado está ligado com a vida e tem origem no hebraico *hawwã*, que significa “mãe dos viventes” e “nossa primeira mãe” (ANDRADE, 1998, p. 147). Significativa também a imagem de Lilith, censurada da Bíblia, no ideário religioso. Não apenas porque seria a representação da insubordinação, mas também como invólucro da maternidade demoníaca porquanto seja aquela que, ao fugir para as trevas do Mar Vermelho, materne os demônios do mundo.

Ademais, as mulheres mais importantes da Bíblia¹¹ estão sempre atreladas ao pecado da carne na medida em que contribuem para reduzir a mulher à condição de subalterna e também para mostrar como a religiosidade pode salvar os pecadores. A exceção é a Virgem Maria, a quem se destina toda aura de mulher ideal. Conforme elucida Iaconelli (2015, p. 56), a instituição religiosa “onipresente descreveu uma maternidade santificada” que é inalcançável para as mulheres reais. Logo, por ser aquela que não sucumbe aos desejos carnis é a “única a merecer um voto de confiança dos homens” (IACONELLI, 2015, p. 56) e segue como modelo para as demais mulheres que os homens buscam, ou seja, aquele “no qual só se pode ser mãe sendo virgem” (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 65). É perceptível que as relações entre maternidade e corpo feminino vão muito além do reproduzir-se (já que a maneira mais conhecida de se tornar mãe é por meio do ato sexual), mas expõem também como a sexualidade das mulheres é coibida pelos homens.

Todavia, há que se ressaltar que o Cristianismo, à exceção do Catolicismo, reverencia Maria por sua maternidade ao filho de Deus noutra prisma. As novas religiões cristãs, a partir

¹¹ Destacamos, além das já citadas, a figura de Maria de Madalena, a pecadora arrependida, e Sara, a mulher de Abraão que engravidou aos noventa anos.

do surgimento da primeira religião evangélica, apaga totalmente a figura de Maria, a qual é reduzida à sua função fisiológica, em uma espécie de “funcionária do céu”, que não tem tanta importância, isto é, apresenta-se como uma necessidade, um canal, para que o filho Dele pudesse vir à Terra.

Observamos que as imagens religiosas que envolvem o sentimento materno estão atreladas a dois pólos que, como adiante se verá, se refletem na literatura que versa sobre a temática. De um lado encontra-se a imagem sacrossanta da Virgem Maria¹² – arquétipo ideal de mãe – na medida em que é capaz de conceber um filho sem incorrer nos prazeres da carne. Nota-se também que a imagem de Maria atende ao que o Livro do “Gênesis” delimita como castigo às mulheres: o sofrimento, que se materializa nas condições precárias em que dá à luz e mais tarde na perda do filho amado. Noutro extremo, Eva e Lilith se assentam como modelos a não serem seguidos, mas que, inevitavelmente, coordenam os corpos femininos. Enquanto Eva representa a complementaridade de Adão, “Lilith simboliza a mulher que não consegue se casar ou manter um casamento ou, ainda, a mulher que não desperta o desejo masculino por ser terrível, um tipo de ‘demônio’” (NOGUERA, 2017, p. 130). É sempre orbitando em torno da figura masculina que esses mitos são construídos. Portanto, “seja com a submissa manipuladora e dissimulada Eva ou a rebelde e demoníaca Lilith, o homem corre perigo” (NOGUERA, 2017, p. 133). Certamente decorrem daí todas as grandes interdições ao feminino ao longo da História, pois as constantes transformações que envolvem os sentimentos maternos atrelados à religiosidade são utilizadas para atender a objetivos que muito pouco têm relação com as agendas das mulheres.

Com efeito, não basta apenas propor-se a exercer uma maternidade aos moldes marianos, é preciso que toda a engrenagem funcione perfeitamente. Dessa maneira, ainda que se possa exercer uma maternagem satisfatória, isto é, gestando e cuidando da prole com o altruísmo e abnegação necessários, tal prática só será validada pelo e no matrimônio. Percebemos que hoje “a mãe solteira é ainda desprezada; é somente no casamento que a mãe é glorificada, isto é, na medida em que permanece subordinada ao marido” (BEAUVOIR, 2016b, p. 329). Não basta apenas atender à exigência da maternidade, é preciso que seja exercida dentro dos pilares religiosos em um movimento que se aproxima das bonecas russas *babuskas* ou *matrioskas*. Nessas peças observam-se aberturas em seus corpos que dão acesso

¹² Convém ressaltar, conforme elucidada Moraes (2021), o grande número de pinturas, sobretudo a partir do final da Idade Média, que cultuavam a amamentação. Primeiro em uma relação desinteressada entre Maria e o menino Jesus, seguido de pinturas que evidenciavam as características tidas como naturais das mães. Ver MORAES, 2021.

a outras bonecas, indefinidamente. No caso da figura feminina, são possibilidades de prisões dentro de prisões uma vez que a maternidade e o casamento aos moldes do patriarcado se alternam no agrilhoamento das mulheres que estão imersas no mito cristão. Embora pareça que o casamento seja superior, o que se avulta nesse aprisionamento são alternâncias, já que não basta estar casada, é preciso se reproduzir, mas para se reproduzir é necessário estar vivendo sob as bênçãos da Igreja. Temos então dois campos de forças em que a mulher gravita, mas que, talvez, muito pouco atenda suas vontades.

Nessa esteira, ao lançarmos um olhar cuidadoso na práxis religiosa, constatamos que o intuito dessas imagens é manter o feminino controlado já que se espera que as mulheres portem-se segundo o arquétipo mariano e ao mesmo tempo são associadas a Lilith e Eva. Dito de outra forma, espera-se que as mulheres consigam exercer suas maternidades segundo a figura da Virgem Maria, mas que, invariavelmente, o ideário as liga ao pecado da carne impedindo-as de permanecerem afastadas da ideia pecaminosa que o corpo feminino carrega em função das mulheres de Adão. A fim de atender a determinação divina (“Sede fecundos, cresci e multiplicai-vos” (BÍBLIA, 1998, p. 15 – Gênesis, 1:28)) a maternidade apresenta-se, se não como um mandamento, como uma necessidade que deve ser atendida para glorificar a Criação.

É necessário pontuar que em outras religiões a maternidade apresenta ideias distintas. Nas religiões de matriz africana, por exemplo, a maternidade é reverenciada e “atesta a importância das mulheres e das crianças para a continuidade de cada um dos povos” (AFRICAN ARTE LISBOA, 2023 n. p.), assim, “a maternidade em África é vista como um papel de dádiva e por esta razão, considerada sagrada. A reverência e o reconhecimento da posição das mulheres e da maternidade é fulcral para a iconografia da fertilidade, cura e objetos de poder” (AFRICAN ARTE LISBOA, 2023 n. p.). A relação que essas culturas possuem com a água é forte, pois esse líquido simboliza o sangue da terra. Oxum, filha de Iemanjá, é a orixá das águas doces; responsável pelo “líquido amniótico”, fundamental para a gestação do feto, e dona do rio Òsun em Òsogbo, na Nigéria. Iemanjá, por seu turno, “é um arquétipo que remonta às tradições iorubás de fertilidade e maternidade” (NOGUERA, 2017, p. 77) e “reúne tanto as qualidades geradoras da vida quanto as da morte: a orixá simboliza o mar, remetendo a um útero benfazejo” (NOGUERA, 2017, p. 77). Daí compreendermos a recorrência do elemento aquático nas narrativas de escritoras negras, como adiante se verá.

Também na cultura indígena, a maternidade é vista como algo sagrado e poderoso já que “‘Mãe’ é um conceito, portanto, conectado tanto à criação original do mundo quanto ao

trabalho que está em andamento para sustentá-lo¹³” (ANDERSON, 2007, p. 766). Desse modo, são vozes importantíssimas para a vida na aldeia. É extremamente significativa a relação que esses povos têm com a terra (MANDAGARÁ, 2018), como força que conduz para a manutenção da vida e das tradições.

Essas visões da maternidade, ao mesmo tempo em que são atravessadas por práticas misóginas no contexto contemporâneo, se apresentam nas representações literárias como mecanismos de resistência e conservação cultural que não devem ser descartadas ou sobrepostas pelo pensamento ocidental, como veremos nos próximos capítulos desta tese. Por outro lado, aquelas imagens e construções sociais assentadas no patriarcado, sobretudo de religiões cristãs, vão de encontro à individualidade feminina, na maioria das vezes agindo em desacordo às suas agendas. Os desdobramentos dessa inexequível maternidade podem ser encontrados nas patologias desenvolvidas durante e depois da gestação, em sentimentos e comportamentos reprováveis em relação ao cuidado da prole, além da supressão das identidades femininas. Esse discurso enraizado no ideário coletivo age como regulador da subjetividade e do corpo feminino impingindo-as a fardos insuportáveis além de, simultaneamente, solidificar arquétipos maternos irrealizáveis. Podemos conjecturar, então, que as mães reais, aquelas que encontramos na fila da farmácia e nas antessalas dos consultórios médicos e que demonstram exaustão, transitam por entre essas imagens simbólicas que as impedem de alcançar a plenitude da maternidade e de suas subjetividades. Tudo isso são expedientes utilizados pelo patriarcado para manter as mulheres em condição de submissão, ao mesmo tempo em que encerra a possibilidade de alcançar o êxtase naquele que é o seu campo exclusivo de atuação: a maternidade.

São tantas as frentes que as impelem a ter filhos/as que não há saída senão render-se, pois “a concepção e o exercício da maternidade eram possibilidades que, do ponto de vista moral, já estavam dadas, inclusive como prerrogativas fundamentais ou essenciais da existência das mulheres” (ÁVILA, 2019, p. 163). Se a maternidade era o pilar da existência feminina, como não atendê-la? Como pontua Moraes (2021), há uma rede de poder que as impulsiona para caminhos que não são, necessariamente, os escolhidos unicamente pelo fato de serem mulheres. Desse modo,

o discurso que faz inscrever o amor materno na essência do feminino, bem como as práticas que lhes são consequentes, transita não em uma única

¹³ Tradução nossa de: “‘Mother’ is a concept thus connected both to the original creation of the world, and to the work that is ongoing to sustain it”.

célula, mas num sistema de relações entre instituições em que cada unidade complementa e reforça a outra, estabelecendo um desenho complexo para o conjunto: da cidade à família, da família à medicina, da medicina à escola, da escola às leis, das leis às artes e, novamente, à família (MORAES, 2021, p. 22).

Assim, as mulheres foram – e ainda são! – compelidas para a maternidade pelos braços forçosos dos discursos religiosos, morais e cívicos vitimando “todas as mulheres: as que desejam ser mães e não conseguem; as que não o desejam, mas se veem mães; as que desejam e se tornam mães, na maior parte das vezes, sem ter a menor a ideia do que realmente as espera” (LEITE, 2019, p. 28). É possível vislumbrar, nesse contexto, desdobramentos da forma compulsória com que a maternidade se apresenta às mulheres. É o que a antropóloga Orna Donath classifica como *vontade institucionalizada*, isto é, trata-se de “uma vontade que é resultado de uma mistura dos próprios desejos da mulher e das expectativas da sociedade” (DONATH, 2017, p. 43). Sem ter a certeza do desejo em tornarem-se mães aliadas à cobrança do meio em que vivem, essas mulheres têm filhos/as e dão abertura a outro embaraço: a necessidade de conviver com o arrependimento de tê-los sem poder externalizar suas angústias, pois o corpo e o ‘instinto’ feminino convergiram para o amor incondicional aos/às filhos/as.

Como debatido até aqui, a maternidade, historicamente, foi imposta como papel necessário para a mulher, sobretudo em função de seu corpo ser/estar apto à reprodução. Contudo, com o advento das conquistas femininas, essa condição ganhou destaque e os debates se intensificaram. Se antes a maternidade era vista como prerrogativa para que as mulheres alcançassem sua completude, hoje elas têm o poder de escolha sem pôr em xeque sua condição feminina. Essa escolha, entretanto, é constantemente solapada por discursos enraizados socialmente que, frequentemente, as impelem a justificar a opção pela ausência de filhos/as, quando o contrário, pouco – ou nada –, é motivo de contestação.

1.3 A recusa da maternidade e seus impactos na construção das identidades femininas

Hoje em dia não é mais tão assustador ouvir uma mulher dizer que não quer ter filhos/as. Embora possa parecer natural essa posição assumida, ainda há certo desconforto encoberto na máscara da concordância e do respeito. Michelle Perrot, em *Minha história das Mulheres*, destaca que a maternidade constitui uma fonte de identidade para as mulheres, sendo “o fundamento da diferença reconhecida, mesmo quando não é vivida” (PERROT,

2019, p. 68). Desse modo, mesmo quando não experienciada, a maternidade as rotula já que não atender a esse desígnio seria incorrer em recusar a feminilidade inerente a todas as mulheres, configurando, assim, um desvio do que é ser mulher.

A opção por não ter filhos/as está intrinsecamente relacionada com questões de prioridades das mulheres. Por que é comum que não questionemos os homens que escolheram não ter filhos/as e que isso não os invalide como sujeitos enquanto que aquelas que optam por não se reproduzir são vistas como egoístas? Parece-nos, então, que a questão orbita em torno da permissão por se escolher como prioridade na vida. Fica escancarado como as questões que envolvem o cuidado com os/as filhos/as e que são mascaradas pelo “egoísmo” a elas atribuído nada mais é que um invólucro para o cerceamento das vontades femininas. Dessa forma, todos os vitupérios direcionados às mulheres fazem parte, ao mesmo tempo, da responsabilização feminina pelos cuidados que as crianças exigem e a isenção dos homens nesse processo.

Basta que olhemos para as acusações de indiferença emocional àquelas que não desejam a maternidade, pois “o termo técnico para a mulher sem filhos ainda é ‘estéril’, o que implica que ela é vazia e sem vida por dentro. Não há termo pejorativo equivalente para um homem sem filhos, e ninguém, inclusive ele mesmo questiona sua masculinidade” (SAFER, 1997, p. 31-32). Essa distinção conceitual também é observada e analisada pela jornalista María Fernandez-Miranda, em seu livro *No madres*, publicado em 2017, em que afirma que “a mulher que tem filhos é chamada de mãe; a que não tem um parceiro, de solteira; a que perdeu seu marido, de viúva. Aquelas que não têm filhos carecem de um nome próprio – em vez de nos definirmos pelo que somos, devemos fazê-lo pelo que não somos: não mães” (FERNÁNDEZ-MIRANDA *apud* VIVAS, 2021, p. 21). Percebemos que todas essas mulheres são definidas em função do outro. Ademais, esse “não” atrelado à situação das mulheres sem filhos/as explicita a ideia de ausência e, portanto, de falta, o que reforça a imagem de incompletude daquelas que optaram (ou não) por não seguir o caminho predeterminado.

Aquelas que se recusam a reproduzir, raramente, o fazem rapidamente e sem sofrimento. Em seu estudo, Safer (1997) apresenta algumas categorias para as mulheres que optam por uma vida sem filhos/as. As “adiadoras” e as “manifestantes precoces” evidenciam este processo dado que a decisão não seja tão simples sendo “muito mais comum experimentar uma combinação de abstenção, incerteza, ambivalência e inclinações conflitantes” (SAFER, 1997, p. 72). E nem teria como ser diferente já que desde sempre as

mulheres são atravessadas por discursos que as impingem a obrigatoriedade da maternidade. Conclui a pesquisadora que “quanto mais central é o conceito de maternidade para o senso de identidade de uma mulher, mais tempo ela leva para desistir de ter filhos, e mais necessita de uma acumulação de ‘evidências’” (SAFER, 1997, p. 73), o que nos remete às imagens iniciais deste capítulo. Conduzidas desde crianças para a experiência da maternidade como necessidade feminina e destino inevitável, as mulheres sentem-se pressionadas por cogitar agir de forma diferente e encontram muita dificuldade em tomar sua decisão pela vida sem crianças; ou então, quando não são capazes de ir contra o constructo social, acabam por desempenhar esse papel compulsória e contraditoriamente.

Conquistado o direito de escolha por uma vida sem filhos/as, desmantela-se a ideia de instinto maternal (BADINTER, 2011), e progride a noção de anseios individuais que se afastam do conceito de maternidade enquanto validação do feminino. Acontece que frente à recusa de algumas mulheres e ao direcionamento de suas forças para a inserção no mercado de trabalho, ocupando frequentemente postos de chefia, criou-se a imagem de que as mulheres recusam a maternidade para atuar no espaço público, como se essas escolhas estivessem visceralmente relacionadas. Isto é, ao não optar pela maternidade (e permanecer incompleta enquanto mulheres) esta escolha seria motivada pela ânsia de galgar posições no mercado de trabalho. Adotou-se, assim, um pensamento dicotômico em que mães e trabalhadoras estariam sempre em pontos opostos. Acreditamos que essa dualidade seja decorrente, em grande parte, em virtude da divisão de cuidados dos/as filhos/as entre homens e mulheres. Nessa nova hipotética reorganização da família, o homem sairia onerado porquanto tivesse que abrir mão de espaço, em certa medida, no âmbito público para atuar, também, nos limites do lar. Ao passo que as mulheres, inseridas e afirmadas no mercado de trabalho, teriam mais chances de participar das decisões e, dessa maneira, reduzir as diferenças entre os espaços decisórios.

Segundo os esquadros patriarcais, recusar a maternidade implicaria, também, na solidão e na ausência de sentido para a vida, como se a maternidade se configurasse como um consórcio a partir do qual, contempladas na velhice, as mães – e também os pais! – seriam premiados com os cuidados desses/dessas filhos/as. Soma-se a isso o provável arrependimento futuro que essa decisão do agora provocará, pois quando o relógio biológico expirar o que sobrar será a culpa e o arrependimento por não tê-lo “ouvido”. É impressionante como esses discursos vão sendo construídos de forma a enredá-las nessa malha de poder que pré-determina comportamentos e reduz a individualidade do outro a nada. Além do mais, nesses cenários, observa-se a manutenção de uma maternidade enraizada

exclusivamente nos traços biológicos desconsiderando toda a prática da maternagem que, invariavelmente, regula a classificação das mulheres como “boas mães”.

As mulheres que não têm filhos/as são vistas como “murchas e esquisitas, incapazes de dar carinho, egoístas e insatisfeitas, que idolatram animais de estimação como um deplorável substituto dos bebês, que suas vidas têm um grande vazio” (SAFER, 1997, p. 131). Essas definições são construídas em consonância com as próprias mulheres, isto é, em seus silêncios as mulheres perpetuam a ideia de vida fora da curva àquelas que não têm filhos/as. Geralmente, esses estereótipos são fortalecidos por aquelas mulheres que estão presas no ideário de maternidade patriarcal e que não conseguem admitir que as demais sigam suas vidas fora do “destino de mulher”. Na contramão dessa perspectiva, as mães que possuem ciência das ambivalências que permeiam a experiência desenvolvem um olhar mais humano e empático para aquelas que seguiram outra direção (SAFER, 1997).

Nessa seara, infelizmente, ainda muitas mulheres – destituídas de seu poder de recusa – são compelidas a aceitar a maternidade e exercê-la com dedicação e amor. Há que se ressaltar que a maternidade (neste contexto, adquirida compulsoriamente) não resolverá as desavenças interiores das mulheres, pelo contrário, certamente desencadeará outras. Queremos dizer com isso que não basta que a maternidade ocorra para que tudo se assente, mas que pode funcionar como porta de entrada para outros problemas. Com quais sentimentos essas mulheres que, forçadas socialmente, se tornaram mães precisam lidar diariamente? Entre eles destacamos aquele que se externalizado causa tanto mal-estar social quanto a recusa à maternidade; trata-se do arrependimento de se tornar mãe.

1.4 O arrependimento como agente regulador da maternidade

Frequentemente nos deparamos com mães cansadas, tristes, melancólicas e reflexivas acerca da vida que possuem. Dentre essas sensações pode estar oculto aquele sentimento que, talvez, mais contribua para que a mulher seja reduzida a um vaso que recebe o bem mais precioso da humanidade: a vida humana no processo de perpetuação da espécie. Referimo-nos ao arrependimento de ter tido filhos/as porque, sim, ele existe, apenas não é muito exposto porque vai de encontro ao ideal de mãe e mulher. A pesquisadora Tayná Leite (2019), ao afirmar que “compreender que a maternidade é compulsória ou que o instinto materno, na verdade, é construído socialmente não nos poupa de contradições e sentimentos perturbadores, muitas vezes conflitantes” (p. 17), ressalta a importância de observar as

mulheres e como a experiência materna se desenha posto que estejamos inseridos – quer queiramos, quer não – dentro desse processo, sendo necessário que tenhamos consciência acerca dos desdobramentos que a maternidade proporciona, inclusive no que tange à lamentação pelo caminho percorrido. Com efeito, observamos que até mesmo dentro das reivindicações feministas “não há lugar para a reavaliação, muito menos para o arrependimento” (DONATH, 2017, p. 11), o que nos mostra que o assunto quando pouco discutido tende a contribuir para a naturalização de tudo aquilo que ele, ontologicamente, descaracteriza.

Antes de nos aprofundarmos nos matizes dessa questão, é preciso que estabeleçamos nosso ponto de partida, isto é, o que entendemos por arrependimento nesta seara. Segundo a socióloga israelense Orna Donath (2017), “no terreno legal, expressar arrependimento é entendido como prova de que uma pessoa está assumindo responsabilidade por suas ações”, além de ser “uma prova da sanidade e da integridade moral”, todavia, ao deslocarmos o conceito para a maternidade, o mesmo “é visto como uma recusa das mães a assumir qualquer responsabilidade” bem como “uma prova de imoralidade e ausência de sanidade” (p. 230).

O que observamos é que o “resultado da discrepância entre o desejo de não serem mães de ninguém e o fato de que *são mães* de seus filhos” (DONATH, 2017, p. 13, grifo da autora) vai desde a dificuldade em estreitar os laços com seus/suas filhos/filhas até práticas de violência física culminando em infanticídios, por exemplo. Torna-se necessário abriremos um breve parêntese para diferenciarmos as mães que fazem mal das mães más. Nessa perspectiva, a primeira categoria abrigaria aquelas mães que inadvertidamente (ou não) fazem algum mal aos/às filhos/as, geralmente, na ânsia de lhes educar, proporcionar as melhores condições de vida e afeto. As demais, por sua vez, seriam aquelas mães que são de fato más, que agem com maldades premeditadas identificáveis (LOBO, 2018).

As mulheres que se arrependem de ter filhos/as geralmente ficam em silêncio com medo da reprovação social e dos julgamentos que inevitavelmente acontecerão se externarem o que sentem. Logo, ao não haver relatos, supõe-se que não existam mães arrependidas, naturalizando o amor inquestionável que toda mulher deveria sentir por aqueles/as que colocam no mundo. Destarte, o arrependimento acaba atrelado sempre a um produto final, isto é, “a ausência de filhos ou um filho ‘com problemas’ –, mas não como a experiência emocional de uma mãe” (DONATH, 2017, p. 83). Esse sentimento – reprovável pela sociedade – se desenvolve em várias frentes, não apenas no sentido de não querer mais os/as

filhos/as depois de tê-los/as, apresentam-se também sensações conflitantes entre o amor que destina aos/às filhos/as e o processo biológico que envolve a maternidade.

Pesa sobre essas mulheres o silenciamento compulsório, já que “a decisão de não falar com seus filhos sobre sua experiência com a maternidade e o arrependimento se origina de um triângulo de desejos: proteger os filhos, proteger o vínculo com eles e proteger a si mesmas” (DONATH, 2017, p. 182). Guardar consigo esse sentimento certamente impactará na subjetividade dessas mulheres, pois precisarão – a fim de proteger a si mesmas – viver sob a máscara da felicidade proveniente da maternidade. O arrependimento sempre anda atrelado ao sentimento de culpa. Culpa por sentir o que sente, culpa por não externar, culpa sobre o peso que delegaria aos/às filhos/as caso externasse seus sentimentos. Afinal, como pode uma mulher se sentir completa e desenvolver suas capacidades com plenitude tendo que fingir sensações e esconder o que realmente sente? Essa aura que envolve o não dito, as omissões, inclusive, favorecem para que se legitime o amor materno como altruísta na medida em que as mulheres se privam de externalizar suas vontades e viver suas vidas para o bem-estar dos/as filhos/as balizado pelo constructo social.

Conscientes de “que o arrependimento marca ‘o caminho não tomado’” fica nítido como se estabelece que “arrepender-se de ser mãe indica que há na verdade caminhos que a sociedade proíbe as mulheres de tomarem, eliminando *a priori* vias alternativas como a não maternidade” (DONATH, 2017, p. 13). É preciso que seja compreendido que o nascimento diz respeito à criança que vem ao mundo e também à mãe, uma vez que não existe um sem o outro, e que sejam nesses cuidados necessários que ambos precisam em que se efetiva a prática da maternagem para que possam se reconhecer como sujeitos. Não há como ter reações e comportamentos previamente estabelecidos, inclusive no que diz respeito ao arrependimento de estar naquela situação.

A socióloga israelense enfatiza que a distinção que as mulheres fazem para deixar marcado seu arrependimento com a maternidade, mas não pela vida de seus/suas filhos/as, mostra que os/as enxergam como seres diferentes e que suas questões estão atreladas à imposição sofrida. Portanto, perseverar nessa diferença possibilita que as mulheres afirmem suas individualidades enquanto seres separados da função que lhes foi imputada (DONATH, 2017).

Por outro lado, é evidente que aquelas que se rebelam e expõem seus sentimentos são tidas como loucas e depressivas. Com o intuito de justificar tais comportamentos, classificam-

na como portadora de patologias, entre as quais se destaca a depressão pós-parto¹⁴. Há também a falaciosa associação entre o arrependimento verbalizado pelas mães e desgraças que poderiam estar envolvendo a relação entre as partes. Dito de outra maneira, a suposição de que exista algo muito grave acontecendo dentro dos limites do lar para justificar o arrependimento, evidenciando que somente acontecimentos externos à subjetividade materna podem justificar o desapontamento com a experiência.

Também é comumente “associado à falta de amor maternal como se ambos fossem sentimentos parasitários, que só podem viver à custa um do outro, sem que o arrependimento e o amor de mãe possam coexistir de maneira nenhuma” (DONATH, 2017, p. 130), em uma lógica maniqueísta que se alicerça, também, na ideia de que o amor seja algo intrínseco da biologia humana e que não expressá-lo/possuí-lo seria a confissão de uma patologia.

É curioso que mesmo que verbalizem esse arrependimento em ter se tornado mães, as mulheres são constantemente confrontadas em suas decisões. Para tanto, discursos sociais se mostram combatentes a fim de colocar as coisas nos devidos lugares e “despertar” o amor materno. Isso ocorre pelas falas a elas direcionadas sobre persistir e insistir, como se ter outros/as filhos/as diminuísse ou eliminasse o arrependimento nascido na/com a primeira gestação, além de que “esses esforços para persuadi-las mostram que, a fim de manter a ordem social, nossa sociedade com frequência nega a existência e o significado da decepção” (DONATH, 2017, p. 168).

Nessa esteira de pensamento, é comum que atrelemos esse arrependimento à carga excessiva que essas mulheres carregam. Se, por um lado, é notório como a maternidade limita os passos da mulher enquanto indivíduo, por outro, acreditar que o arrependimento está unicamente atrelado à falta de ajuda dos pais dessas crianças e da sociedade em geral, seria incorrer em reduzir e conduzir suas vontades. Até porque “mesmo quando as mães podem compartilhar os cuidados e contar com a ajuda de outras pessoas, isso não desfaz nem serve de contrapeso ao arrependimento” (DONATH, 2017, p. 147). Na verdade, algumas dessas mulheres anseiam o fim da maternidade após o qual poderão retomar suas vidas, outras, simplesmente desejam poder viver suas vidas e ter direito a expressar seus sentimentos e vontades sem pré-julgamentos. Entretanto, em se tratando da História e sociedade atual, isso pouco é respeitado.

¹⁴ Evidentemente, não procuramos minimizar a depressão pós-parto enquanto um transtorno real e sério, mas procuramos lançar luzes na forma como toda e qualquer recusa é tida como patológica ao invés de se investigar e, principalmente, ouvir as mulheres acerca do que e como se sentem.

Outra válvula de escape encontrada para amenizar o arrependimento assumido pelas mães está no desejo de atuar fora do lar. Dessa forma, é comum que se credite o arrependimento que essas mulheres expressam à incompatibilidade entre a maternidade e o trabalho remunerado, elucidando, uma vez mais, como a maternidade (ou a recusa a ela) está atrelada a dois pólos distintos: o desejo de se tornar mãe ou a vontade de ser bem sucedida profissionalmente (DONATH, 2017).

Esse comportamento da sociedade que as rotulam como “más” e “insensíveis”, na verdade, apenas evidencia como as mulheres “são privadas de seu direito de se manter conectadas com suas experiências e relações íntimas” (DONATH, 2017, p. 223) ao mesmo tempo em que mostra como delas são esperadas ações pré-determinadas para atender unicamente a um papel, uma função. Portanto, os olhares reprovadores diante da recusa ou do arrependimento “estão dizendo que é perigoso que as mulheres olhem para trás e avaliem a transição para a maternidade como algo que não vale a pena” (DONATH, 2017, p. 226).

Aquelas que não se deixam vencer por predeterminismos acabam sendo rotuladas não apenas como péssimas mães, mas também como mulheres desprezíveis. Esse movimento combinatório expõe como a maternidade ideal está atrelada à identidade e completude feminina de modo que não realizá-la segundo o esperado incorre em não se tornar mulher. Nesse cenário, podemos enxergar as mães que decidem abandonar seus/suas filhos/as. Não nos referimos, aqui, ao abandono de incapaz ou à ação de colocar crianças em perigo, antes, buscamos elucidar como é significativa a forma como a sociedade enxerga e condena uma mulher que decide viver longe de seus/suas filhos/as, ao passo que os pais constantemente agem dessa maneira, sem maiores debates sociais.

O silenciamento que geralmente conduz as relações entre pais e filhos/as revela que pouco sabemos a respeito das motivações que levaram nossos pais a nos ter, primordialmente, o que fez com que nossas mães vivenciassem a maternidade. Romper esse silêncio soa urgente, pois além de possibilitar que escutemos as mulheres e suas experiências, propicia que as gerações futuras – não apenas as mulheres, mas também os homens – possam se conscientizar e não seguir caminhos estabelecidos pela heteronormatividade cristã que enxerga a reprodução como destino e objetivo de todas as formas de relacionamento.

Essas ambivalências do fenômeno da maternidade e como as mulheres se enxergam nessa experiência vêm sendo trazidas à baila e propiciado debates importantes no sentido de dessacralizar o comportamento materno, possibilitando que as mulheres tenham voz e possam compartilhar suas experiências, medos, angústias e realizações. É nessa direção que se

posiciona Andre O'Reilly (2022) quando declara que as discussões no entorno desse sentimento além de permitir que as mulheres (re)avaliem suas posições em relação à recusa e ao arrependimento, “capacita todas as mulheres, expondo os ditames normativos da essencialização, naturalização e idealização, bem como as condições sociais opressivas da maternidade patriarcal que regulam e restringem a maternidade das mulheres¹⁵” (O'REILLY, 2022, n. p.).

Torna-se urgente o desmantelamento da “máscara da maternidade” que as mantêm “em silêncio a respeito do que sabem, e desconfiadas do que sentem” (MAUSHART, 2006, p. 27), pois permanecer usando-a naturaliza o ideal de mãe e fomenta ataques àquelas que não conseguem se manter nesse espaço. De acordo com a pesquisadora e jornalista Susan Maushart (2006) essa máscara é o que atenua os momentos de desespero e minimiza o sofrimento decorrente da maternidade dissimulando-os em um sentimento de resignação. Do mesmo modo que algumas mulheres têm um olhar recriminador frente àquelas que recusam a experiência, no caso do arrependimento acontece o mesmo. Logo, “se a Máscara da Maternidade é uma conspiração do silêncio, as mulheres são cúmplices confessas” (MAUSHART, 2006, p. 50-51). Dito de outra forma, aceitar essas imposições passivamente fingindo estar tudo bem, desconsiderando os medos e limitações, faz com que se naturalize o arquétipo materno, e são elas, principalmente, quem precisam ser ouvidas. Para tanto, a literatura de autoria feminina se torna peça fundamental, como veremos no decorrer desta tese ao ocupar-nos de algumas narrativas que tratam da temática.

Maushart (2006) conceitua essas práticas como “uma espécie de machismo materno: colocamos a Máscara da Maternidade e fazemos tudo parecer fácil” (p. 62) ao invés de serem francas quanto às experiências vividas. E vai mais além, a autora afirma que essas mulheres “entregam-se a uma espécie temível de engrandecimento materno que tem menos a ver com dividir suas preocupações do que com exibir seus triunfos” (MAUSHART, 2006, p. 54).

Para desanuviar essas questões até então inalteradas na sociedade, a literatura – a partir do momento em que as mulheres conseguem se inserir e permanecer nesse campo – tem se mostrado solo fértil para que possamos ouvi-las. Logo, as representações maternas começam

¹⁵ Tradução nossa de: “*Indeed, not only does the acknowledgement of maternal regret empower women who do not desire children or regret motherhood by voicing and validating experiences of maternal regret and by sanctioning a life beyond motherhood, but it also empowers all women by exposing the normative dictates of essentialization, naturalization, and idealization as well as the oppressive societal conditions of patriarchal motherhood that regulate and restrain women’s mothering*”.

a se afastar das dicotomias como “boas mães” *versus* “mulheres amargas” e “mães boas” *versus* “mães más” dando espaço para que as ambivalências e a subjetividade dessas mulheres possam vir à tona e impulsionar a urgente (re)organização dos papéis sociais.

1.5 Representações literárias maternas: cânone e contestações

A literatura, esse campo da arte em que ao indivíduo é permitido desnudar a alma humana, possibilita, entre outras frentes, (res)significar o mundo e modificar o estado de coisas, pois “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 1989, p. 113). Por meio dessas configurações sociais por nós aludidas nas seções anteriores, e sustentando perfis maternos que cerceavam o feminino, a literatura canônica representou apenas dois caminhos possíveis para as mulheres: a alegria de uma vida com filhos/as ou a aridez de uma existência sem eles/as.

No primeiro cenário, avultam representações como a de Lola, em *Éramos Seis* (1943), de Maria José Dupré, e Ana Terra, de *O tempo e o Vento* (1949-1961), de Érico Veríssimo, que expunham mulheres construídas pela óptica patriarcal que as imputavam a maternidade como meio e fim da condição humana feminina. A protagonista do romance que baseou cinco telenovelas¹⁶ brasileiras, ao fim da vida, narra sua trajetória na criação dos filhos com a filosofia de que “Mãe quer dizer sacrifício, não devo esquecer” (DUPRÉ, 2012, p. 167). Assim, mesmo tendo perdido o filho mais velho (uma das maiores dores que uma mãe pode sentir) e ser recolhida a um asilo para não atrapalhar a vida dos demais filhos afirma: “devo sentir-me feliz porque cada filho seguiu o caminho escolhido” (DUPRÉ, 2012, p. 293). Por outro lado, é notório como a não maternidade é referida como um problema que permite que as mulheres sejam vistas com pena, pois a narradora reflete no velório de sua prima Justina que a falecida “enviuvava cedo e voltara a residir com a mãe; não tivera filhos para suavizar sua árida e seca velhice” (DUPRÉ, 2012, p. 48). Também o romance inglês *Orgulho e Preconceito* (1813), de Jane Austen, expõe, por meio da matriarca Sra. Bennet e sua dedicação irrestrita às filhas, o ideal de “bom” casamento como destino para suas cinco filhas.

¹⁶ Referimo-nos as telenovelas exibidas em 1958 (RecordTV), 1967 e 1977 (TV Tupi), 1994 (SBT) e 2019 (TV Globo).

Noutra perspectiva, obras de autores/as canônicos/as, também ilustram as ambivalências da maternidade. Basta que observemos *Medeia*, de Eurípedes, por exemplo, em que a protagonista utiliza os filhos para atingir o marido. Por si só esse comportamento vai contra o “instinto materno” durante muito tempo defendido na medida em que a mulher coloca-se em primeiro plano ao direcionar sua fúria aos filhos para causar sofrimento a Jasão, até mesmo por que “não estamos diante de um crime motivado por ciúme, pois não fica evidente a existência de um elo afetivo entre ela e Jasão” (VIEIRA, 2010, p. 158), mas sim da falta do comprometimento que os unia. Outro exemplo é o romance *Dora Doralina* (1975), de Rachel de Queiroz, que narra a trajetória de Maria das Dores e sua relação conflituosa com a mãe a quem chama de “Senhora”. A contenda entre as personagens parece ter início ainda no útero e transportada para o próprio nome da personagem, Dora, remetendo às dores físicas e emocionais que provêm da maternidade.

Apesar de termos exemplos das práticas maternas na literatura, é preciso reconhecer que elas não abrangem todas as possibilidades decorrentes do fenômeno. Assim, “encontramos uma infinidade de manuais, revistas e livros de autoajuda sobre a gravidez e a criação, mas se buscamos no romance, na poesia, no teatro, achamos muito poucas obras” (VIVAS, 2021, p. 65). Contudo, percebe-se que diversos/as autores/as, sobretudo a partir do século XX – período que coincide com as grandes conquistas do Feminismo e, portanto, também delas decorrentes – têm trazido à baila representações maternas distintas das solidificadas pelo patriarcado. É o caso das distopias *Terra das mulheres* (1915, 2018), de Charlotte Perkins Gilman, em que a maternidade é considerada um momento sagrado que independe da participação masculina; e *O conto da aia* (1985), de Margareth Atwood, que, em um cenário de infertilidade, retrata as mulheres como “úteros de duas pernas, apenas isso: receptáculos sagrados, cálices ambulantes” (ATWOOD, 2017, p. 165). Observamos no romance *Precisamos falar sobre o Kevin* (2003), de Lionel Shriver, a tumultuada relação entre uma mãe insegura e indecisa e seu filho, que acaba por se transformar em um *serial killer* que além de assassinar colegas e professora de sua escola, elimina o pai e a irmã. Nesse romance, além do cenário cruel dos crimes, deparamo-nos com Eva diante das incertezas e angústias da maternidade que podem ser vistas em fragmentos como: “Durante todo o tempo em que estive grávida de Kevin, combati a ideia de Kevin, a noção de que eu havia sido rebaixada de motorista a veículo, de proprietária para o imóvel em si” (SHRIVER, 2007, p. 76) e “É só isso que eu sei. Que, no dia 11 de abril de 1983, nasceu-me um filho, e não senti nada” (SHRIVER, 2007, p. 463).

A vencedora do *Prêmio Nobel de Literatura* em 1993, Toni Morrison, narra, em *Amada* (1987), a trajetória de Sethe, “uma linda mocinha escrava [que] havia reconhecido um chapéu e corrido para o barracão de lenha para matar seus filhos” (MORRISON, 2007, p. 215), para evitar que fossem escravizados como ela. O texto possibilita o desnudamento de circunstâncias extremas que exercem influência nas atitudes maternas. Não há como considerar o amor materno inerente a todas as mulheres, e manifesto da mesma maneira, se em um contexto específico, como foi o caso do escravocrata, o valor mercantil se sobrepunha às relações afetivas; até mesmo porque nesse período as mulheres não eram vistas como mães, mas como peças reprodutoras. Aí se localizam as questões interseccionais que nos propomos a discutir nesta tese, uma vez que os marcadores sociais e raciais impactam diretamente na performance materna, isto é, mulheres brancas e negras, de classes baixas, médias ou altas, têm necessidades distintas que se refratam na relação com os/as filhos/as e consigo mesmas. No que concerne ao romance de Morrison, no limite, esse assassinato dos filhos poderia, romantizadamente, ser o “sacrifício extremo”, de uma mãe. Isso porque vários relatos de práticas que envolvem a recusa à maternidade, seja por homicídios ou aborto, podem ser vistos, sobretudo daquelas mulheres em situação de vulnerabilidade. Del Priore (1989), por exemplo, ao abordar os estudos de J. M. Imbert sobre os corpos das mulheres escravizadas, afirma que quando ele trata do aborto, “o faz sem qualquer intuição deste como uma forma de resistência ao regime escravista; bem ao contrário, insere-o num debate estético” (DEL PRIORE, 1989, p. 21). Essa prática também pode ser vista nas ações dos/as indígenas brasileiros/as que se suicidavam após eliminar parentes para evitar as violências decorrentes da colonização (POTIGUARA, 2018).

Nas últimas décadas, é considerável a quantidade de obras que, senão como mote principal ao menos como intrigas paralelas, tocam nas relações entre mães e filhos/as, como os romances estrangeiros: *Maternidade* (2018), de Sheila Heti, que revisita as histórias de suas antepassadas buscando explicações para o fato de não desejar ser mãe e poder, tranquilamente, realizar-se na tessitura de seu romance; *As alegrias da maternidade* (1979), de Buchi Emecheta, cuja ironia expressa no título demonstra a anulação, pelo fato de ser mulher, de Nnu Ego – mesmo sendo a responsável pela família – na educação dos filhos ao passo que só lhe é concedida a realização nas figuras masculinas que fazem parte de sua vida; *Fique comigo* (1988), de Ayòbámi Adébáyò, cuja protagonista, diante da infertilidade do marido, se deita com o cunhado para não ser julgada pela ausência de filhos/as já que “as

mulheres fabricam crianças, e se você não consegue fazer isso então não passa de um homem. Ninguém deveria chamá-la de mulher” (ADÉBÁYÒ, 2018, p. 42).

Em se tratando da literatura brasileira contemporânea, nosso foco nesta tese, muitas representações maternas trouxeram novas abordagens para o fenômeno da maternidade. Como exemplo, podemos citar o romance *Uma duas* (2011), de Eliane Brum, em que as relações tradicionais entre mãe e filha são postas em xeque e expõem sentimentos conflitantes a respeito da autopercepção da gestação: “E ele soube que eu estava grávida. Porque eu mesma não entendia o que era gravidez. Eu sempre senti que havia uma coisa ruim dentro de mim, e agora ela crescia. Era tudo o que eu sabia. Ele dizia que era um bebê, que era uma coisa boa, um filho nosso” (BRUM, 2018, p. 127). *Meus queridos estranhos* (1997, 2017), de Livia Garcia-Roza, e *Por que sou gorda, mamãe?* (2006), de Cintia Moscovich, também são exemplos que trazem à tona a ambivalência da maternidade. Não apenas os conflitos com a gestação e a decisão de ter ou não filhos/as são condutas representadas pelas escritoras contemporâneas. A decisão de dedicar-se à profissão em detrimento dos cuidados com os filhos é uma das arestas interpretativas do romance *Fogo Fátuo* (2014), de Patrícia Melo; Alice, protagonista de *Quarenta Dias* (2014), de Maria Valéria Rezende, é um exemplo de como as mães, na terceira idade, podem ser reduzidas à função de avó e apartadas da sua condição de sujeito autônomo; *O peso do pássaro morto* (2017), de Aline Bei, evidencia a maternidade a partir do estupro em que a protagonista sente-se incapacitada de amar o filho suscitando discussões também sobre o desejo (ou não) de interromper uma gestação seja ela produto de violência ou consensual.

Também Carola Saavedra, em *Com armas sonolentas* (2018), lança luzes sobre a recusa da maternidade por meio da personagem Anna, que abandona a filha recém-nascida por não se sentir sua mãe, afirmando: “apenas reproduzi o gesto de todas as mulheres da minha linhagem, minha mãe, minha avó, minha bisavó, minha tataravó, minha tataratataravó” (SAAVEDRA, 2018, p. 175). O romance aborda também as dificuldades que acompanham as mulheres ao se tornarem mães sem uma estrutura emocional, social e financeira adequadas, por meio da personagem “avó” que outorga à dona Clotilde o direito de cuidar e educar Anna na infância. Assim, condená-la por agir dessa maneira, desconsiderando a situação social e econômica em que se encontrava, seria o mesmo que afirmar que todas as mulheres devem superar tudo pelos/as filhos/as (TARDIVO, 2021).

Um pouco afastada dessas abordagens, podemos encontrar *A vida invisível de Eurídice Gusmão* (2016), de Martha Batalha, no qual a protagonista tem a vida resumida ao cuidado

com o marido, os filhos e o lar. Tais interdições são decorrentes da figura masculina, primeiramente o pai e depois o marido, que impedem que a protagonista trabalhe e exerça sua autonomia ficando restrita ao campo da invisibilidade de que trata o título.

Embora fique constatada que a “indiferença [materna] não é, absolutamente, uma opção para as personagens escritas por mulheres” (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 133) no período de 1990 a 2004, acreditamos que as narrativas citadas – além de outras, é evidente – têm possibilitado que se observe uma nova construção de maternidade na literatura brasileira porquanto as personagens femininas sentem-se mais confortáveis para expor seus sentimentos em derredor desse fenômeno.

1.6 Resignificações e outros desdobramentos da experiência: quem são as novas mães?

Para que se vislumbre e não soe estranha aos nossos ouvidos a recusa à maternidade, o arrependimento de ter tido (ou não) filhos/as, bem como outras nuances dessa experiência, é preciso que o assunto seja debatido e as maiores interessadas ouvidas. É evidente que esse não é um caminho uniforme, há inúmeros percalços ali inseridos, propositalmente ou não. De todo modo, a ciência e os debates são os caminhos mais frutíferos para modificar essa seara. Partindo desse princípio, conforme demonstram os resultados obtidos na pesquisa coordenada pela professora Dra. Lúcia Osana Zolin, na Universidade Estadual de Maringá – UEM, denominada “Literatura de autoria feminina brasileira contemporânea: escolhas inclusivas?”¹⁷, a maternidade, nos *corpora* analisados, não é destino de mais de 30% das personagens femininas. Este percentual evoca a resignificação da maternidade enquanto destino de toda e qualquer mulher, na medida em que possibilita avultar uma preocupação consigo mesma antes de ocupar-se de terceiros. Nessa perspectiva, observamos também que poucas são as mulheres que simplesmente aceitam ou evitam as relações sexuais, o que concorre para que o sexo não seja entendido como “sinônimo de obrigação ou de dever conjugal. Tampouco está atrelado à maternidade” (ZOLIN, 2021, p. 321). Contrariamente, isso expõe a liberdade que as mulheres têm, contemporaneamente, para experienciar suas sexualidades.

¹⁷ Maiores informações sobre os resultados do projeto que contou com a colaboração de estudantes de graduação (PIBIC) e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) e professores/as pesquisadoras/es da área que catalogou 151 romances de autoria feminina brasileira em três grandes editoras nacionais no período de 2000-2015, podem ser acessadas em < <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/56639/33770>>. Acesso em 04 jul. 2022.

Chama-nos atenção a quantidade de filhos/as que essas personagens possuem, posto que até bem pouco tempo atrás a quantidade de descendentes estava atrelada à feminilidade e ao sucesso do casamento, mas principalmente à virilidade masculina. Entre aquelas que aderiram à maternidade, quase metade, isto é, 47,86% possuem apenas um/a filho/a e apenas 11,43% das personagens quatro ou mais dependentes revelando que as representações literárias acompanham a realidade extraliterária em que identificamos na média histórica a redução no número de descendentes por mulheres – média de 1,7 filhos/as no Brasil e 2,5 em nível mundial¹⁸.

Ao lançarmos luzes sobre a relação que essas personagens mantêm com seus/suas filhos/as, observamos sentimentos ligados à responsabilidade e cumplicidade enquanto os pais sentem-se indiferentes e impotentes. Tais descrições acompanham a pré-definição dos papéis sociais: se por um lado se espera que as mães sintam-se responsáveis pelos/as filhos/as em função das necessidades fisiológicas da primeira infância, por outro ilustra como os homens pouco contribuem com os cuidados e educação da prole. Essa impotência verificada pode ser motivada pelo fato de os homens não acompanharem de perto todos os passos da experiência feminina. Se participassem talvez não se sentissem tão impotentes diante dos/as filhos/as, o que reduziria também a indiferença sentida. Ainda é possível entrever um quê de denúncia nessa constatação. Como todos os romances são escritos por mulheres, talvez essa descrição seja uma forma encontrada para expor a situação enfrentada por elas.

Em se tratando da orientação sexual dessas mães, tais personagens estão inseridas no esquadro heteronormativo já que, conforme evidencia a tabela 1¹⁹ abaixo, 96,53% das personagens com filhos/as são heterossexuais:

¹⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/10/17/estudo-da-onu-aponta-que-tamanho-das-familias-no-brasil-esta-abaixo-da-media-mundial.ghtml>>. Acesso em 24 ago. 2022.

¹⁹ Os valores dessa e das tabelas subsequentes são pautados nas quantidades de citações de cada dupla de categorias. São construídas sobre o estrato / filtro da população 'Filtro sexo feminino' contendo 353 observações e definido pelo critério: Sexo da personagem = “feminino”.

TABELA 1: ORIENTAÇÃO SEXUAL DAS PERSONAGENS MÃES

Orientação sexual da personagem/A personagem tem filhos/as?	Sim	Só gestação	Sem indícios/Não se aplica/Não	TOTAL
Heterossexual	139	14	150	303
Homossexual	0	0	5	5
Bissexual	3	1	8	12
Assexuado	0	0	0	0
Transexual	0	0	0	0
Travesti	0	0	0	0
ambígua/indefinida	2	0	3	5
sem indícios/não se aplica	6	0	22	28
TOTAL	150	15	188	353

Fonte: Pesquisa “Literatura de autoria feminina brasileira contemporânea: escolhas inclusivas?”.

É significativa a ausência de mães homossexuais nesse recorte, o que denuncia como as maiores editoras do país seguem um nicho específico em suas publicações. Isso quer dizer que não é que não existam mães lésbicas na literatura de autoria feminina – tanto escritoras quanto personagens – mas que, contrariamente, elas acabam apagadas pelo mercado editorial e publicam em editoras menores. Ainda que nosso foco sejam grupos marginalizados, as intersecções não são verificadas e, como adiante se discutirá, tal fato está entrelaçado em aspectos do campo literário. Por ora, basta que saibamos que, na contramão do histórico literário excludente e elitista em que se abordam basicamente as experiências das mulheres brancas e de classe médio-alta, escritas em sua maioria por homens que, inadvertidamente, acabam por representar perfis de mães assentadas nos pilares patriarcais (DALCASTAGNÈ, 2005), diversos/as escritores/as estão publicando por editoras menores e/ou independentes e com foco em segmentos específicos. Exemplo disso são as editoras Hoo, Vira Letra, Brejeira Malagueta, direcionadas à publicação das produções literárias LGBTQIAPN+ que muitas vezes utilizam o suporte *e-books* para a disseminação dos trabalhos dado o menor custo e o maior alcance. Há ainda a Pachamama Editora, no caso de literatura indígena, talvez o grupo mais invisibilizado, dentre os por nós abordados. Em se tratando de produções literárias de autores/as negros/as, mesmo com os avanços e reconhecimentos desses/as escritores/as no âmbito acadêmico, o número de negros/as que conseguem se inserir e manter-se no campo literário brasileiro é pequeno. Destacam-se editoras como a Mazza, Malê e Padê Editorial que trabalham no sentido de visibilizar escritores/as que talvez não tivessem chances reais de publicar seus trabalhos em casas editoriais maiores, ao mesmo tempo em que questionam o cânone literário brasileiro.

Mesmo com esses segmentos editoriais, a representação da maternidade nesses círculos parece ser pequena. Acreditamos tratar-se, principalmente, da dificuldade em publicar – dados os altos custos que envolvem todo o processo – e da pouca circulação que essas obras podem ter em âmbito nacional, o que dificulta o acesso e, conseqüentemente, os estudos dessas narrativas.

TABELA 2: COR DAS PERSONAGENS MÃES

Cor da personagem/A personagem tem filhos/as?	Sim	Só gestação	Sem indícios/Não se aplica/Não	TOTAL
Branca	77	11	108	196
Negra	12	0	9	21
Mestiça	9	0	4	13
Indígena	2	1	0	3
Oriental	3	0	1	4
Sem indícios	47	3	66	116
TOTAL	150	15	188	353

Fonte: Pesquisa “Literatura de autoria feminina brasileira contemporânea: escolhas inclusivas?”.

Do mesmo modo que a tabela 1, a tabulação dos dados acima permite que observemos a pouca recorrência de, na amostra da pesquisa, mães negras²⁰ (apenas 8% das personagens com filhos/as são negras). Talvez muitas delas se encontrem nessas personagens que não dão indícios de sua cor, o que pode nos revelar duas coisas: a despreocupação com essas questões raciais ou uma tentativa de “esconder” tal informação. Dada a carência de mães negras no recorte analisado, torna-se impossível cruzar as informações com os sentimentos que as permeiam no cuidado com os/as filhos/as. Novamente, é irrefutável a relação entre representação, inserção e permanência de escritoras e campo literário na medida em que observamos a predominância de personagens brancas que, certamente está atrelada ao número de autoras desta categoria (96,7%) enquanto que apenas 3 escritoras entre as 91 catalogadas são negras. Esse ínfimo percentual está, certamente, relacionado com a inexpressiva representação materna desse grupo. Concomitantemente, revela-se nas poucas menções às mães indígenas (apenas 2 ocorrências) já que inexitem, no *corpora*, escritoras deste grupo. Talvez dentre aquelas personagens catalogadas na seção “sem indícios” possa haver mães negras, indígenas, orientais, mestiças, porém é significativo que no recorte contemplado pela pesquisa essas categorias não tenham sido mencionadas. Até mesmo porque se não há escritoras que se definam dessa maneira – e sem motivos concretos para se esquivarem da

²⁰ É necessário frisar que a coleta e preenchimento dos questionários estavam atrelados às funções de destaque no romance. Logo, pode haver mães negras nesse recorte, entretanto, não ocupam papel relevante na narrativa ou o/a narrador/a não dá a devida importância a essas personagens.

divulgação dessas informações – torna-se axiomático que não haja representações maternas destes grupos.

TABELA 3: SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS PERSONAGENS MÃES

Financeiramente dependente do parceiro?/A personagem tem filhos/as?	Sim	Só gestação	Sem indícios/Não se aplica/Não	TOTAL
Sim	41	2	17	60
Não	34	9	55	98
Sem indícios/Não se aplica	75	4	116	195
TOTAL	150	15	188	353

Fonte: Pesquisa “Literatura de autoria feminina brasileira contemporânea: escolhas inclusivas?”.

Ilustrando as discussões até então arroladas, frequentemente a maternidade – em função de todo um sistema social e econômico que trabalha no sentido de afastar as mães do mercado profissional – faz com que as mulheres permaneçam dependentes financeiramente de seus parceiros. Esse cenário revela as delimitações dos papéis sociais e seus campos de atuação. No caso dos dados analisados, notamos que 54,67% das mulheres que são mães, excluídas as categorias “sem indícios” e “não se aplica”, dependem do dinheiro masculino, em uma configuração familiar classificada no estrato socioeconômico como classe média.

Noutra perspectiva, em relação ao trabalho que as personagens mães exercem, constatamos que 23 entre 77 personagens com filhos/as trabalham fora de casa em período integral. É extremamente significativo também que, nesse cruzamento de dados, a resposta “não, mas já exerceu”, apareça com 12 ocorrências. Pelas respostas coletadas não é possível identificarmos quais os motivos que fizeram com que essas mulheres tenham deixado de trabalhar no espaço público. Todavia, a contar as inúmeras limitações que decorrem da maternidade, nos parece evidente que em alguns desses casos as responsabilidades que os/as filhos/as demandam certamente tenham contribuído para a impossibilidade de continuar exercendo trabalho remunerado. Em síntese, licença maternidade reduzida, falta de apoio dos parceiros, incompreensão no ambiente de trabalho e outros fatores fazem com que as mulheres acabem pressionadas a voltar para o lar e para o cuidado dos/as filhos/as. Essa pressão é estimulada, concomitantemente, ao ideal de mãe devotada e altruísta. Logo, “ser mãe fica reduzido e normatizado a duas opções – o anjo do lar ou a supermulher” (VIVAS, 2021, p. 22) que concilia o trabalho externo com as responsabilidades da maternidade.

Ao nos atentarmos para a profissão das mulheres que são mães, conforme a tabela 4 abaixo, observamos que 58,16% desempenham atividades tradicionalmente femininas²¹ o que nos revela que as mulheres ainda possuem afazeres relacionados com o cuidado. Quando averiguamos os talentos que as personagens que possuem filhos/as têm é expressivo que dentre todas as respostas registradas 55,83% – ou 91 de 163 menções – sejam “sem indícios”. Isso nos sinaliza que os talentos, se não totalmente suprimidos pela maternidade, ao menos não são considerados relevantes na trajetória dessas mulheres a ponto de serem mencionados e/ou abordados em suas narrativas. Ademais, excluída essa categoria, as mães possuem habilidades relacionadas ao aprendizado de línguas estrangeiras (22,22%) e às artes – “escreve literatura” e/ou “toca instrumento musical e/ou canta” com 19,40% entre aquelas atividades explícitas nos romances.

Por outro lado, apenas 26,53% delas possuem ocupação que frequentemente é atribuída aos homens. Esses dados são ainda mais significativos se observarmos a categoria “sem indícios/não se aplica/não” (52 ocorrências), pois mesmo se considerar que em sua totalidade as mulheres aí inseridas desempenhem atividades tradicionalmente masculinas, teremos um grande percentual de mães – quase a metade delas – atreladas às funções femininas e voltadas para o cuidado com o outro.

TABELA 4: PROFISSÃO DAS PERSONAGENS MÃES

Profissão atual e gênero/A personagem tem filhos/as?	Sim	Só gestação	Sem indícios/Não se aplica/Não	TOTAL
Ocupação tradicional feminina	57	1	46	104
Ocupação tradicional masculina	26	5	39	70
Ocupação sem restrição de gênero	15	5	43	63
Sem indícios/Não se aplica/Não	52	4	60	116
TOTAL	150	15	188	353

Fonte: Pesquisa “Literatura de autoria feminina brasileira contemporânea: escolhas inclusivas?”.

Em “O lugar da mulher no romance contemporâneo de mulheres”, Zolin (2015) pontua que o número de mulheres que circula nas ruas é quase o mesmo dos homens. Essa constatação indica uma superação do conceito tradicional de mulher de que permanecem encerradas nas paredes do lar “às voltas com os afazeres domésticos, com a educação dos/as

²¹ Conforme delimitado pela coordenadora da pesquisa, a ocupação tradicionalmente feminina diz respeito àquelas que são derivadas do cuidado com o outro, como a mãe e a dona de casa, por exemplo. Desse modo, aí estariam incluídas profissões como: professora, enfermeira, empregada doméstica, secretária e outras. Do mesmo modo, aquelas classificadas como tradicionalmente masculinas estão associadas à atuação extra lar como a medicina, direito, empresariado, engenharia e outras atividades pouco associadas às mulheres.

filhos/as e o cuidado com o marido, afastadas do ‘perigo de viver’, como bem assinala Clarice Lispector no conto ‘Amor’, de *Laços de família*; ou então, vivendo a angústia do confinamento mesmo, sem se dar conta dele” (ZOLIN, 2015, p. 367-368). Se anteriormente a maternidade as mantinha enclausuradas no ambiente doméstico impossibilitando-as até mesmo de sair de casa, observamos nos romances analisados – a partir do cruzamento de dados – que mais de 80% das mulheres que possuem filhos circulam nas ruas com muita frequência, sendo a residência de outras pessoas, os estabelecimentos gastronômicos, os locais de lazer (praças públicas, parques, praia) os espaços mais visitados com 15,72%, 11,11% e 8,40%, respectivamente.

Quando localizadas no espaço doméstico, essas mães circulam, majoritariamente, em espaços que estão ligados ao cuidado e a manutenção das aparências, como é o caso da sala (25,98%), cozinha e área de serviço (23,56%). Na contramão dessas evidências, há apenas dez ocorrências de personagens mães que frequentam o escritório e/ou sala de estudos, o que nos permite depreender como as atividades domésticas e de cuidados parentais consomem o tempo e as forças das mulheres impossibilitando que se dediquem a ações decisórias e a atividades intelectuais. Em se tratando da posição assumida na narrativa, constatamos que 34,78% das protagonistas possuem filhos/as, entre as quais 41,67% desempenham a função de narradora e 101 entre as 169 ocorrências verificadas são personagens coadjuvantes, reforçando a ideia de que a maternidade, muitas vezes, as impede de agir com protagonismo em suas próprias vidas.

Apesar de os resultados do projeto evidenciarem que “as escritoras brasileiras contemporâneas, no mínimo, provocam ruídos na seara das representações tradicionais de gênero” e de a figura da mulher nos *corpora* “obedecer não à lógica da dicotomia homem x mulher, seguida de suas múltiplas derivações nascidas do patriarcado, mas da experiência feminina na sociedade contemporânea” (ZOLIN, 2015, p. 373), percebemos que a maternidade ainda está atrelada exclusivamente ao falocentrismo²². Nesse breve panorama ficam evidentes como as personagens mães são predominantemente heterossexuais, brancas, dependentes economicamente dos parceiros ou atuam em profissões ligadas ao cuidado e a educação. Tal cenário ratifica nossa tese de que a maternidade ainda é representada dentro dos

²² Falocentrismo, termo cunhado por Jaques Derrida (1930-2004), é usado para se referir à ideia da superioridade masculina em todas as esferas simbolizada no falo. Logocentrismo, por sua vez, é a comunicação do falocentrismo pelas mais diversas linguagens e construções do conhecimento. Daí a ideia de falocentrismo abordada em nosso texto.

esquados heteronormativos e aponta a necessidade premente de se discutir e ampliar o entendimento e as particularidades do fenômeno.

Até agora foi possível apreender que a maternidade, aqui compreendida como a capacidade de gerar e manter outro indivíduo, se apresentava como caminhos pré-determinados para as mulheres, não apenas pelo sistema reprodutor feminino, como dito, mas também no que tangiam as configurações familiares. Em outras palavras, a maternidade era reconhecida, apenas, dentro dos esquados heteronormativos, de modo que as práticas de maternidade e maternagens associadas às questões de gênero não eram consideradas, tampouco abordadas social e literariamente. No entanto, apesar de vivermos em tempos sombrios no que diz respeito à diversidade, é consenso que as configurações familiares tradicionais não são exclusivas na sociedade contemporânea. Famílias constituídas por casais lésbicos, gays, poliamor, entre outras, se fazem presentes e, embora aquém da equidade necessária, lutam por seus direitos. Nessa seara se encontram novas configurações de parentalidade, dentre elas, a maternidade lésbica nos interessa por trazer a lume questões femininas que são ressignificadas.

Como adiante veremos, a representação da maternidade lésbica na literatura brasileira escrita por mulheres ainda não ocupa grande espaço no mercado editorial, até mesmo porque esse é um mercado iminentemente misógino e elitista, conforme expõe Dalcastagnè em “A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004”, texto no qual demonstra que aproximadamente apenas 25% dos romances analisados são escritos por mulheres. Portanto, parece-nos razoável conjecturar que se o índice de escritoras fica a desejar na cena literária, quiçá a representatividade das minorias sexuais, como é o caso das lésbicas.

Cumpra-nos salientar que esses únicos desdobramentos por nós abordados nesta tese não comportam a pluralidade da maternidade e das identidades femininas no quesito reprodução e práticas de maternagens. Diante de um cenário em que cada vez mais as mulheres tomam a palavra, reduzir e/ou simplificar a experiência exclusiva delas torna-se insuficiente. Nessa perspectiva caminham as representações maternas, isto é, a partir do momento em que há a subversão de um ideal materno que não atende mais às experiências concretas – se é que um dia atenderam, diga-se de passagem – novas configurações ganham notoriedade. Por essa fissura brotam no solo literário outras práticas de maternagens até então sufocadas pela noite patriarcal.

Com isso em mente, a seguir, defendemos a tese de que o ideário de maternidade – para além da individualidade de cada sujeito – atinge as mulheres de formas diferenciadas a

partir da posição social, raça e orientação sexual ao mesmo tempo em que, independentemente da/s posição/ões ocupada/s, permanecem sob o jugo de uma sociedade extremamente patriarcal. Dessa maneira, a partir da heterogeneidade das personagens elencadas pelos *corpora* desta pesquisa, intentamos demonstrar como as formas de maternagens exercidas estão visceralmente interligadas com o lugar de fala de cada grupo.

2. MATERNIDADES: AS EXPERIÊNCIAS DA MULHER BRANCA

Nosso passeio pelas representações maternas na literatura brasileira contemporânea escrita por mulheres começa problematizando as questões de autoria. Muitas das representações de mães encontradas nesses romances durante nosso processo de doutoramento não fazem menções concretas às características físicas das personagens, o que dificulta uma classificação sistemática de raça e/ou orientação sexual, por exemplo. Em alguns casos, observamos descrições breves que nos levam a inferir se tratar de personagens negras ou brancas, hétero ou homossexuais. Com efeito, ao considerarmos que as escritoras, geralmente, retratam experiências próximas das que vivenciam/vivenciaram, nos parece adequado levar em consideração também informações sobre as autoras para analisar suas personagens. Queremos dizer com isso que na falta de materialidade linguística que comprove características físicas das personagens dos romances por nós arrolados, consideramos que a experiência ali retratada se aproxima da perspectiva da escritora. Logo, uma escritora branca – embora não haja impedimento para criar personagens de outros nichos, é bom que se diga –, ao não marcar textualmente essas informações, possibilita que aproximemos as experiências da personagem com o lugar de fala de sua criadora já que “o olhar localizado traz naturalmente para o texto criado os reflexos de sua experiência” (VASCONCELOS, 2014, p. 36). Necessário pontuar que não é que exista uma falta de preocupação das autoras em marcar textualmente as características físicas das personagens como sendo brancas; antes, observa-se que não há necessidade para tanto, pois paira no imaginário social que se não há marcação concreta no texto, trata-se de personagens brancas, heterossexuais e classe média. Por outro lado, se a autora deseja que sua personagem seja uma mulher negra, por exemplo, ela marcará textualmente essa característica. Isso nos revela que as etnias negra, indígena, amarela, entre outras, necessitam demarcar aquele espaço como sendo seu lugar na literatura, já que são minorias nesse campo. No limite, podemos vislumbrar reflexos do que a filósofa Françoise Collin (2006) classifica como *acosmia*, ou seja, as mulheres trazem para seus textos particularidades de seus cosmos pessoais.

Nessa esteira, ao nos depararmos com a ausência de tais evidências em alguns dos *corpora* elencados, consideramos dados da escritora (foto da orelha do romance, biografias em sites e informações já catalogadas pelo projeto citado no primeiro capítulo desta tese) para organizarmos nossas análises e assim traçarmos o perfil materno dessas personagens.

Neste capítulo, nos ocuparemos dos romances *Você nunca mais vai ficar sozinha* (2020), de Tati Bernardi, e *Véspera* (2021), de Carla Madeira, com o intuito de lançar luzes sobre as representações maternas de mulheres brancas e como seus comportamentos podem estar relacionados com a orientação sexual, a raça e a classe social a que pertencem. É imprescindível ressaltar que nosso intuito não é o de delimitar um padrão de comportamento para as mulheres desse recorte, tampouco de esgotar toda a pluralidade que a maternidade evoca. Contrariamente, nossa abordagem pretende possibilitar que as idiossincrasias do fenômeno sejam revisitadas e (re)significadas a fim de contribuir para o debate na busca pela equidade dos gêneros também nesta esfera. Vamos a eles.

2.1 *Você nunca mais vai ficar sozinha: quando os laços viram nós*

“Outro dia fiquei pensando que desenho eu faria de mim e me imaginei presa a uma bola de ferro.

Mas a corrente da bola ia até meu coração”.

(Tati Bernardi)

Como dito no capítulo anterior, historicamente, a plenitude da mulher estava visceralmente associada à maternidade. Diante de tantos discursos que foram construídos para mantê-las controladas, não havia opção se não aceitar o “destino de mulher”. É frequente que escutemos pessoas afirmando que a mulher se torna mãe a partir da descoberta da gravidez, associando a capacidade de gestar com todo o processo de maternagem necessário para o bom desenvolvimento da criança. Por esse prisma, a mulher se tornaria mãe instantaneamente a partir do momento em que recebesse o resultado do exame ou descobrisse por si mesma a gravidez. As barrigas de aluguel, portanto, também seriam classificadas como mães. Aceitar tal argumento reduz a experiência materna a uma espécie de “virada de chave” e deslegitima todo o processo de construção da identidade materna. Ademais, relega àquelas que não conseguem gerar os/as próprios/as filhos/as à condição de diferentes e, não raras às vezes, de deficitárias.

Comumente, o que se observa são comportamentos predeterminados quando se fala da gestação já que se espera que a mulher se dedique exclusivamente a essa condição – abrindo

mão da carreira profissional e até mesmo de sua própria individualidade, pois ela deixa de ser uma mulher-sujeito, para ser mãe. Todavia, marcado pelas incertezas e pelas desconfiças que qualquer mudança brusca provoca nos indivíduos, o processo gestacional precisa ser igualmente repensado. Essas experiências cada vez mais vêm ganhando destaque na literatura mundial e oportunizam que repensemos a fase inicial da construção do “ser mãe”. É nessa direção que caminha o mais recente romance da escritora e roteirista Tati Bernardi. A autora, mulher branca e de classe média, além de possuir formação em publicidade pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, ganhou destaque na mídia brasileira como roteirista de programas na Rede Globo. Em 2017 recebeu o *Prêmio Diploma Bertha Lutz*, por sua contribuição na defesa dos direitos das mulheres e na busca pela equidade entre os gêneros. Sua estreia literária dá-se em 2006 com a coletânea de contos *A Mulher Que Não Prestava* e desde então vem ganhando destaque nesta seara. O trabalho mais recente da romancista, intitulado *Você nunca mais vai ficar sozinha*, publicado em 2020, pela Companhia das Letras, lança luzes sobre o fenômeno materno e possibilita que, enquanto leitores/as, ressignifiquemos a experiência gestacional da protagonista, e é sobre ela que agora nos ocuparemos.

Todo o romance que temos em mãos é permeado pelo humor ácido da narradora que, no limite, dialoga com a alteração de humor que as mulheres relatam durante a gestação. Dessa maneira, o texto se pretende bem humorado e traz para o discurso, de modo pretensamente leve, as sérias inquietações da protagonista em sua experiência materna e na relação com a própria mãe. A forma como a narradora se expressa, por meio de diálogos com Beth, a recepcionista de um laboratório, se mostra sugestiva para compreendermos o teor da narrativa. Externalizar suas angústias e incertezas para outras pessoas mostra como as mulheres, cada vez mais, têm se permitido tratar desse tema e, assim, mudar os paradigmas que exigem silêncio e dedicação. Contudo, conseguimos vislumbrar nessa prática resquícios do tabu que se criou em derredor das mulheres que ousam ir contra os padrões, já que Karine dialoga com uma estranha em vez de, por exemplo, relatar seu descontentamento com seu marido ou demais familiares, o que é bastante significativo, pois pode sugerir a falta de diálogo e apoio dentro do ambiente familiar. De todo modo, coadunado pela realidade extraliterária, o comportamento da narradora demonstra a fissura por onde as mulheres se (re)inserem e legitimam suas vontades. Em uma perspectiva macro, é possível conjecturar que essa narrativa desromantiza a maternidade e provoca no/a leitor/a inquietações acerca dessa experiência que desde sempre esteve envolta em uma aura santificada.

O título do romance, por si só, já se mostra significativo, pois leva o/a leitor/a a refletir sobre as ambivalências da maternidade. Ora, o vaticínio pode estar atrelado tanto à promessa de felicidade decorrente da experiência materna quanto a uma forma de prisão perpétua. É evidente que o imaginário social aponta para a primeira opção na medida em que se associou a maternidade exclusivamente à felicidade e à coroação do ser mulher. Todavia, nenhuma experiência humana é linear e igual para todos/as o que, impulsionado pela possibilidade de abordar o assunto, contribui para que os conflitos da gestação – outrora silenciados – possam vir à tona. Como podemos perceber pelo excerto a seguir, a reação da protagonista ilustra perfeitamente as ambivalências da maternidade: “‘É uma menina, mãe.’ E ela respondeu na lata, sem pensar, apenas esta frase: ‘Você nunca mais vai ficar sozinha’. Minha mãe acha que **mulher que tem filha mulher** nunca mais se sente só. Fiquei aliviada e horrorizada. E depois só horrorizada” (BERNARDI, 2020, p. 32, grifos nossos). Percebemos que a repetição do adjetivo “horrorizada” expõe o sentimento de Karine em relação à nunca mais poder ficar só, ratificado também pela epígrafe desta seção e do romance como um todo.

É curioso que a delimitação, realçada pelos grifos, seja somente ao sexo feminino. Talvez seja apenas a posição ocupada por essas mulheres – já que o romance como um todo demonstra uma linhagem exclusivamente feminina – mas é impossível não questionar: e os filhos, ao tê-los as mães se sentiriam sós? Parece-nos que a colocação aponta para a noção de que os homens são criados para sair de casa e conquistar o mundo, enquanto elas são educadas para manterem-se encerradas entre as paredes do lar dando sequência à vida de suas antecessoras, priorizando o cuidado com o lar e a família e, evidentemente, se reproduzindo.

A constatação da gravidez dá abertura para uma série de questionamentos que essa transformação provoca na vida da mulher: “E se eu nunca mais conseguir trabalhar? Nem dormir? Nem ser jovem? Nem ser filha da minha mãe? Nem ser namorada do meu marido? Nem ser magra? Nem ser livre? Nem ser uma pessoa que decide ir ao cinema e simplesmente vai ao cinema?” (BERNARDI, 2020, p. 14). Todas as interrogações que a narradora possui vão ao encontro do cerceamento feminino na prática de uma maternidade assentada nos pilares do patriarcado. As interdições das quais tem medo estão visceralmente ligadas com a sua subjetividade e com a capacidade de se movimentar. Igualmente, é pertinente que observemos a última indagação da protagonista: “Por que eu não estava plena, dando piruetas de contentamento?” (BERNARDI, 2020, p. 14). Apesar de estar preocupada com tudo que a gravidez pode lhe interditar, Karine ainda se culpa por não estar sentindo o que todas as mulheres dizem sentir ao se descobrirem grávidas. Fica nítido como o ideário social, mesmo

nas mulheres contemporâneas e consideradas mais avançadas em relação a alguns comportamentos, reforça o sentimento de culpa.

Para a advogada e pesquisadora Tayna Leite, a culpa é um dos principais controladores da identidade materna, “afinal de contas, se você não sente culpa por algo que toda boa mãe sente, certamente há algo errado no seu modelo de maternidade ou, pior ainda, na sua relação com seu filho” (LEITE, 2019, p. 62). Essa imposição também é denunciada no excerto a seguir quando Karine reflete sobre a sua exposição corpórea nessa função: “estão todos decepcionados que eu não inchei, não engordei, não embarquei, não parei de trabalhar, que sou obrigada a falar mal de mim [...] Então conto das manchas terríveis que estão sob a maquiagem. E da dor insuportável das costelas. E de como senti enjoo. Percebo na hora que fica tudo bem” (BERNARDI, 2020, p. 103). Ao não seguir o padrão de mulheres grávidas, a protagonista é alvo de olhares recriminadores e, para amenizar a situação e se enquadrar no grupo, busca (e quem sabe até inventa) em si indícios que a aproximem das demais mulheres. É somente agindo seguindo o pré-estabelecido, ou seja, associando a maternidade ao sacrifício, que a sociedade consegue validar a gestação das mulheres, logo esse *modus operandi* oprime e deslegitima a experiência daquelas que ousam confrontá-la considerando-as patológicas.

As demandas das maternagens são intensas na vida de uma mulher, por isso é comum que vejamos mulheres abandonando postos de trabalho para cuidar dos/as filhos/as. Apesar de ser esse um grande indicativo do quão pesado é para as mães serem as únicas responsáveis pelas crianças, dentro do lar a situação se acentua. Entre aquelas que não exerciam atividades fora dos limites domésticos, percebe-se também o quanto é forçado que elas se coloquem à margem e priorizem a família. Esses movimentos encarceram a identidade feminina e impulsionam a dificuldade que elas encontram em se manterem no centro do palco doméstico onde, inclusive, são consideradas rainhas, quiçá controlarem o cenário social. Por muito tempo, e por inúmeras questões, as mulheres não expunham esse descontentamento, porém, como podemos perceber pelo comportamento da protagonista do romance em debate, a situação se modificou. Ao relatar que “não é exatamente divertidíssimo ver meu escritório em casa se transformando num quarto de bebê” (BERNARDI, 2020, p. 7-8), vemos como as inseguranças da gestação são expostas sem nenhum pudor pela narradora que vai além, denuncia como não falar contra a experiência é necessário para ser uma boa mãe, é preciso ainda exaltar a condição, ou seja, “tem que se sentir muito animada e abençoada ou você é uma vaca” (BERNARDI, 2020, p. 8).

Nessa perspectiva, “desde que as mulheres controlam a reprodução, estudam, invadem o mercado de trabalho e reivindicam a liberdade financeira ou uma carreira, a maternidade não é mais uma evidência natural, mas um problema” (BADINTER, 2011, p. 163). Esse problema, como vimos defendendo ao longo dessas laudas, decorre dos inexistentes esforços para reorganizar a vida em sociedade a partir da chegada dos/as filhos/as. Parece-nos nítido que enquanto a maternidade ficar associada única e exclusivamente ao caráter biológico da reprodução, as mulheres estarão acorrentadas dentro do lar e com acesso ao campo social dificultado por um sistema que preza a vida das crianças, mas que não se ocupa dos inúmeros esforços necessários para mantê-las bem e atuantes. Fica nítida a constatação de Meruane (2018, p. 142, grifos da autora) de que “o trabalho *produtivo* é masculino, e o *re-produtivo*, um serviço obrigatório da mãe”, o que significa dizer que mesmo produzindo e reproduzindo, as mulheres são desvalorizadas em ambas as frentes. Permanecendo o cenário inalterado, mesmo que consigam exercer trabalho remunerado as mulheres continuarão a ser obrigadas a acumulá-lo com o não remunerado e, dessa forma, diversas jornadas “nunca remuneradas farão das mulheres escravas do lar com pouco ou nenhum tempo para desenvolverem outros aspectos da própria vida” (TIBURI, 2018, p. 14-15).

Ao se sentir contrariada por ter que abrir mão do escritório para acomodar a criança que vai nascer associada ao discurso de que “a maternidade te deixou mais feminina” (BERNARDI, 2020, p. 68) proferida por um amigo, vemos como a feminilidade está atrelada à dedicação irrestrita aos/as filhos/as além de refletir a violência à qual as mulheres estão submetidas, pois o interlocutor profere sua opinião como um elogio. Assim, não agir da maneira idealizada é incorrer na masculinização da mulher. Logo, “não falar em dinheiro, em pênis, em projetos e sobretudo em intrigas relacionadas a dinheiro, pênis e projetos fez de mim, finalmente ‘uma mulher’” (BERNARDI, 2020, p. 68). Percebemos que não é apenas ser mãe que deixa Karine mais feminina, mas também estar afastada daquilo que se delimita como masculino, de modo que essa prática opera como um mecanismo de reconquista da exclusividade masculina nos assuntos públicos. Ainda que pese a confrontação recebida, a narradora sente-se confortável, em certa medida, com a sua condição de gestante: “só há uma certeza: todas essas experiências têm sido maravilhosas... mas também dão uma saudade danada de ser mais masculina” (BERNARDI, 2020, p. 69). Fica explícito, nesse contexto, como a maternidade parece ser compreendida como uma marca do “ser mulher”, posto que certamente limita a atuação feminina em várias frentes já que de outro modo não sentiria saudades de “ser masculina”. A reclamação da narradora põe luz em como é urgente

reorganizarmos e desmitificarmos o caráter materno, pois fica evidente como a maternidade não parece ser um grande problema para Karine até esse momento, mas sim o fato de não poder vivenciá-la junto com as atividades tidas como masculinas.

Dentre essas ocupações, o caráter sexual nos desperta a atenção. O arquétipo materno, fatalmente, as afasta dos prazeres sexuais, pois “é o grande instrumento de repressão do sexual feminino” (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 58). Em grande parte, essa interdição é resultado dos discursos religiosos que associam o sexo sem fins reprodutivos ao pecado. Elódia Xavier em *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino* se ocupa de textos literários para analisar as performances do corpo feminino. Reiterando o pensamento de Bourdieu, Xavier (2021, p. 82) destaca que “trabalham, conjunta e harmoniosamente, Família, Escola, Igreja e Estado, isto é, a Sociedade como um todo” no processo de dominação masculina. Segundo as tipologias propostas pela crítica, as mães estariam fadadas a viver com o corpo imobilizado, isto é, um corpo em que a disciplina impera e impede sua reação diante dos impasses em que está inserido (XAVIER, 2021).

A ideia de que as mães não transam é posta em xeque e mostra-se contraditória se nos atentarmos para o comportamento de Karine. Em um primeiro momento, a narradora define sua mãe como uma senhora que “chamava a ginecologista em casa porque ela era sua amiga e as duas ficavam falando de sexo sem parar, e eu ouvindo tudo atrás da porta e sentindo o fígado explodir em ciúmes e ódio porque minha mãe era mulher e gostava de homem e **não era apenas uma mãe assexuada que vivia para a filha**” (BERNARDI, 2020, p. 134, grifos nossos). Por outro lado, indo contra o comportamento de sua mãe, a protagonista nos informa que, ao engravidar, “virei um corpo sem desejo e sem ânimo hospedando um negocinho minúsculo que transformou minha rotina num conjunto de dias longos, tristes e desesperadores” (BERNARDI, 2020, p. 8). Além da ausência do desejo e, portanto, de uma vida sexual ativa, podemos observar nesse fragmento como “a gestação [enquanto processo fisiológico] é um trabalho cansativo que não traz nenhum benefício individual e exige, ao contrário, pesados sacrifícios” (BEAUVOIR, 2016a, p. 57).

O resultado para tal ilumina as discussões que muitas vezes são utilizadas para legitimar o adultério masculino: “hoje em dia não transo desde o dia que engravidei e descobri que virei a tia cornuda” (BERNARDI, 2020, p. 30). Em função do caráter que o sexo adquiriu, sobretudo por vias religiosas, não convém que a maternidade seja maculada por esse aspecto da natureza humana. Assim, “o homem não pode desejar a mãe, mas pode (e deve)

desejar qualquer outra que não a mãe, aliás de preferência a mais distante da mãe, a puta” (HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 59).

Sobre essa conduta, Beauvoir (2016b) postula que, sendo necessário o homem se esvaziar daquilo que é pecaminoso, o ato sexual só poderia acontecer com aquelas que são sujas, as prostitutas, a quem a filósofa sintetiza toda a escravidão feminina. Essa “casta de ‘mulheres perdidas’ permite tratar as ‘mulheres honestas’ com o mais cavalheiresco respeito. A prostituta é o bode expiatório; o homem liberta-se nela de sua turpitude e a renega” (BEAUVOIR, 2016b, p. 364). Assim sendo, fica explícito como o sexo tem conotações diferentes para homens e mulheres: para eles é método para provar a virilidade, para aquelas consideradas de família é o caminho para cumprir os desígnios de Deus e habitar a terra enquanto para as prostitutas resta tornarem-se depósito de sujeiras masculinas.

Com o passar do tempo, essas fronteiras começaram a ser revistas e as classificações menos estanques. Se ainda não encontramos o cenário ideal para a equidade entre homens e mulheres também no quesito sexual, ao menos somos capazes de observar mudanças nesse paradigma. É o que podemos observar em Karine quando lançamos luzes sobre sua declaração: “eu só queria transar, mas também só queria ficar cinquenta anos com alguém. E queria um filho também” (BERNARDI, 2020, p. 92). O desejo da protagonista é expresso sem maiores problemas, ato inimaginável para as mulheres do século passado, pois afirmar que gostaria de ter relações sexuais incorreria em assumir um caráter mais próximo ao da prostituta que da mulher exemplar.

As contradições nos discursos e performances de Karine são notórias, pois percebemos como a compreensão da maternidade pela personagem está visceralmente atrelada aos ideais patriarcais quando nos atentamos para a forma da concepção e de sua relação com o marido. Isso quer dizer que, ainda que constantemente questione as agruras do processo gestacional e os medos que sente em relação à criança que vai nascer, Karine se mantém vinculada àquilo que é pregado como adequado para as mães, fato corroborado pelo final do romance.

Desde os vinte anos a protagonista quis ser mãe, tanto que seus relacionamentos sempre estavam condicionados pelo anseio em realizar esse desejo. Em vista disso, não nos parece exagero pressupor que o homem é apenas a necessidade para um objetivo maior, até mesmo porque Karine assevera: “eu estava fazendo um filho até quando quis terminar com o pai do meu filho, como terminei com todos os homens que conheci, para continuar sozinha e triste e infantil e poder ficar para sempre com a minha mãe” (BERNARDI, 2020, p. 21). A protagonista parece se recusar a crescer, tanto para continuar sendo cuidada pela mãe quanto

para seguir o ciclo familiar, já que declara: “minha mãe terminou com todos os homens para poder ficar para sempre com a minha avó e também para poder ficar eternamente comigo” (BERNARDI, 2020, p. 21).

Com efeito, Karine demonstra insatisfação com aquelas esposas que vivem falando do marido e não demonstram vontade própria. Também esse comportamento ratifica a ideia de que o esposo é mais uma necessidade para sua maternidade do que resultado de amor. É peremptório o fato de essa demanda ser legitimada pelo matrimônio, quando com as relações casuais poderia alcançar o objetivo pretendido. Isso pode nos mostrar as malhas de poder que as aprisiona, pois a maternidade, como assevera Beauvoir (2016), só é glorificada quando exercida dentro do matrimônio. Provavelmente esse seja o caso de Karine já que sempre que menciona o esposo o relaciona com sua contribuição para se tornar mãe. Em vista disso, podemos conjecturar que a narradora de Tati Bernardi seja uma mulher que vai ao encontro do observado por Estés (2018, p. 206), para quem, “há gerações as mulheres aceitaram o papel de legitimação como seres humanos através do casamento com um homem. Elas estiveram de acordo com a ideia de que um ser humano pudesse não ser aceitável a menos que um homem dissesse o contrário. Sem essa proteção ‘masculina’, a mãe é vulnerável”.

Ademais, é imprescindível que nos atentemos para a maneira como a narradora se define nesse aspecto: “tô casada e grávida mas não sou a típica casada grávida” (BERNARDI, 2020, p. 115). Mesmo atendendo aos preceitos sociais (casada e grávida), a personagem tem consciência de que não é a mais convencional das mulheres, pois seus impulsos as afastam do idealizado pelo patriarcado. É essa consciência que se destaca durante a narrativa e possibilita que Karine se enxergue como hospedeira: “às vezes acho que é a minha filha que está grávida de mim. Ela decide comprar abacate. E lá vai ela, com sua piscina particular que sou eu” (BERNARDI, 2020, p. 88). O relato da narradora demonstra que ela possui consciência de tal fato, ou seja, de que se tornou um corpo sem vontade própria e que segue o esperado de todas as mulheres em sua posição. Como não nos lembrar de *O conto da aia* (1985), de Margaret Atwood, já citado no capítulo anterior, em que as mulheres, em um futuro distópico, são isso: úteros com pernas?

Ao considerarmos que historicamente a literatura que versa sobre a temática frequentemente expunha mulheres felizes e realizadas com a maternidade é reveladora a forma como a escrita feminina contemporaneamente contribui para a desmistificação dessas imagens. Por isso, chama-nos a atenção a lucidez com que a narradora enxerga a necessidade de compreender a maternidade, já que afirma que “abraçar a ambivalência um dia salvará as

mães” (BERNARDI, 2020, p. 123). Mais do que a lucidez, a possibilidade de expor essa consciência demonstra um novo padrão comportamental nesse âmbito, pois revela como as mulheres se sentem um pouco menos desconfortáveis para abordar a temática. A declaração de Karine corrobora a posição de Vivas (2018, p. 66) quando declara que a ambivalência, enquanto parte da maternidade, possibilita que as mães tenham “uma experiência positiva, evitando todo sentimento de culpa quando a frustração nos domina”. É notória, entretanto, a pluralidade existente nesse sentimento, ou seja, é urgente que se considere a ambivalência a partir da posição social, raça e orientação sexual dessas mães já que ela é pautada por “n” fatores.

As constantes declarações da personagem nos levam a classificá-la como uma mulher que além de conhecer as ambivalências da maternidade, se permite explicitá-las. Logo, assertivas como ““mamãe **vai te amar um dia**, mas não está curtindo a gravidez, e isso não tem nada a ver com você”” (BERNARDI, 2020, p. 13, grifos nossos) ilustram que a percepção de que o amor materno é construído na relação com o outro e por meio de muito (auto)conhecimento. O excerto ainda flagra aquilo que Donath (2017) defende, isto é, muitas mulheres não se arrependem dos/as filhos/as, mas sim da experiência de gestá-los/las. É nesse quadro que Karine se encontra ao prometer que um dia amará a filha, mas que naquele momento, durante o processo gestacional, não é capaz de vivenciar tal sentimento.

As grávidas são recorrentemente incompreendidas durante a gestação. Para muitas pessoas, os medos e a instabilidade de humor, usualmente presentes, são apontados como “coisas de grávidas”, reduzindo a importância do que estão sentindo à condição atual. Isso quer dizer que todas as angústias, medos e incertezas que estão vivenciando nesse processo de gerar outro ser humano são menosprezados e desconsiderados pela sociedade. Essa conduta, ao mesmo tempo em que as mantém silenciadas sobre como se sentem, perpetua uma ideia equivocada de maternidade. Toda essa inquietude pode ser vista em Karine, que relata: “só queria que alguém me abraçasse e falasse ‘sim, estar grávida é estranho”” (BERNARDI, 2020, p. 13). É importante que tenhamos em mente que, nesse momento, a narradora reclama o processo biológico e não outra nuance do fenômeno, novamente exemplificando os estudos de Donath (2017). Isso é importante porque ao mesmo tempo em que desmistifica a ideia de que estar grávida é sempre maravilhoso, possibilita que analisemos com cautela cada etapa que constitui o papel materno. Além disso, essa estranheza elucidada pela narradora é propositalmente afastada dos debates que envolvem a reprodução humana com o objetivo de

mantê-las reféns de um comportamento materno que não permite questionamentos e, portanto, mudanças.

Tal torpor está presente em outras condutas da mãe em questão como, por exemplo, na forma com a qual se refere quando da descoberta do sexo da criança: “sim, o exame de sangue disse que é menina. Meu filho é menina. O feto, o bebê, o negócio, o embrião” (BERNARDI, 2020, p. 29). A menção ao “negócio” pode nos revelar que essa mulher ainda não sabe como se sentir diante de sua nova condição. Por esse prisma, a relação do par mãe-filha se estabeleceria pelo contato mediado pelo tempo e não de forma instantânea a partir da concepção, como os discursos mais radicais defendem. Para Beauvoir (2016b, p. 295), a gravidez provoca nas mulheres um sentimento conflitante na medida em que é “a um tempo como um enriquecimento e uma mutilação; o feto é uma parte de seu corpo e um parasito que a explora”.

Paira no imaginário coletivo a ideia de que toda mulher sabe desempenhar com perfeição o papel materno e que esse conhecimento é ativado a partir da concepção. No romance em tela, a protagonista, por meio de perguntas como “vou poder ficar muito assustada e angustiada e com frio e sem saber o que fazer depois que eu for mãe?” (BERNARDI, 2020, p. 121), demonstra estar perdida quanto àquilo tudo que é evocado quando o assunto são mulheres grávidas. Esse conceito de maternidade inerente às mulheres faz com que as mães pensem que todas as outras mães sempre sabem o que fazer, sempre têm tudo sob controle, e aí vem a culpa por estarem perdidas nesse momento da maternidade. Essas inquietações, ao serem expostas, contribuem para que se problematize a inerência de um comportamento feminino padrão e elucidada como esse campo da experiência feminina é complexo e cheio de nuances. Todo esse conjunto de sensações relatado por Karine vai colocando na berlinda o fenômeno aqui estudado, pois diante de tantas imposições e expectativas de condutas que permeiam as mulheres, a protagonista se sente incapaz de vivenciar a maternidade: “porque a maternidade deve ser uma coisa gigantesca e eu sou uma mulher pequena e com frouxidão ligamentar” (BERNARDI, 2020, p. 94). Também decorre dessa imagem grandiosa que a maternidade exala a culpa nos termos de Leite (2019), pois sendo esse um modelo inalcançável, as mulheres acabam coordenadas por essa busca que é, por si só, fadada ao fracasso. A mulher seria apenas um instrumento passivo por meio do qual a maternidade aconteceria e não uma experiência a que elas poderiam ou não acontecer.

Se, inicialmente, após a realização do parto, ao relatar: “passei a mão pela barriga e eu era novamente um corpo só. Tudo de volta ao normal. Agora era esperar tirar os pontos e

abandonar meu marido e essa bebê” (BERNARDI, 2020, p. 137), a narradora se enxerga novamente como uma mulher destituída da filha considerada intrusa e cogita abandoná-la, posteriormente recua e pontua que “um dia, daqui a umas semanas ou meses ou anos, **tentaria** ser uma boa mãe e te amar igualzinho **dizem que é o certo** quando se tem um filho” (BERNARDI, 2020, p. 137, grifos nossos). Destacamos a flexão do verbo escolhido, pois se tentar, no presente do indicativo, por si só demonstra a incerteza, utilizá-lo no futuro do pretérito demonstra na dúvida algo concretizado no passado e, portanto, impossível de se revogar. Em outras palavras, diante do fato consumado só restaria a tentativa de se tornar uma boa mãe segundo os moldes do patriarcado. De acordo com os parâmetros sociais, não agir dessa maneira é errado, patológico, vai contra a essência do feminino. A constatação da narradora também pode indicar a construção tempestiva dos laços afetivos entre mãe e filho/a tão defendida por autores/as que asseveram que o vínculo é essencial, ou seja, tanto importante quanto presente na essência (BADINTER, 1985; HILFERDING, 1991; BEAUVOIR, 2016b). A passagem grifada flagra o constructo social ao qual nos referimos até agora explicitado pelo sujeito oculto que flexiona o verbo “dizer”. Quem é que diz? Seguramente, pessoas que replicam o esperado das mulheres nesse quesito, pois o correto é amar incondicionalmente.

Na trajetória de Karine, identificamos um recuo em se colocar à frente e acima de todo imaginário que cerca a maternidade, quando, “quinze minutos depois escutei um choro, e o choro foi ficando mais forte e mais alto e mais perto. Era a enfermeira te trazendo de volta pelo corredor. Meu coração foi ficando mais forte e mais alto e mais perto da minha boca” (BERNARDI, 2020, p. 137). É imprescindível que se diga que não se colocar em primeiro lugar não significa que a protagonista esteja coagida pelos deveres da maternidade aos moldes do patriarcado, mas, contrariamente, pode indicar que, em sua plenitude de mulher, sente-se feliz e completa com a experiência, mesmo após todo o medo que demonstrou na trajetória. Em nossa concepção esse alerta é importante, uma vez que evita os extremismos que se pretendem combater, pois não se deve incorrer na falácia de opor a mulher à maternidade, mas sim encontrar mecanismos que possibilitem realizá-la sem pôr em risco sua condição de mulher autônoma e ativa. Outro ponto significativo, nessa passagem, é a mudança de interlocutora, já que antes a protagonista expunha seus conflitos para a recepcionista Beth, porém, após o nascimento da filha, esta se torna a destinatária do monólogo de Karine.

Contrariando o já refutado “mito do amor materno”, nos termos de Badinter (1985), a protagonista é enfática ao declarar: “não senti a maior emoção da minha vida, muito menos a

maior felicidade de todos os tempos, mas tive certeza absoluta de que eu jamais vou te deixar” (BERNARDI, 2020, p. 137). Embora ao final do romance aceite esse papel, o fato de a personagem expor que não sentiu a maior emoção da vida possibilita que outras mulheres possam fazer o mesmo revelando as ambivalências dessa jornada sem medo de represálias desanuviando a incondicionalidade do amor materno como inerente a todas as mulheres. Em tempo, se antes foi a mãe quem vaticinou que a filha jamais se sentiria sozinha ao dar à luz uma menina, agora é a protagonista quem nos mostra que jamais deixará a criança que acabou de nascer. A posição assumida contribui para que sejamos capazes de refletir sobre as ambivalências da maternidade sem condenar aquelas mulheres que não atendem ao ideal de mulher-mãe cristalizado pelo patriarcado, evidenciando como os mecanismos de subjetivação feminina, como por exemplo, a escrita, nos termos de Zukoski (2020), é combatente aos ideais hegemônicos e possibilita às mulheres (auto)conhecimento também nesse aspecto.

Como temos debatido até agora, não há uma fórmula pronta para exercer a maternidade e isso provoca insegurança e medo nas mulheres, principalmente naquelas que estão experimentando essa jornada pela primeira vez. Uma travessia por longos meses que requer vários caminhos: “não é só do parto que eu tenho medo. Tenho medo de virar aquele tipo de gente, sabe? Que faz coisa besta, sem sentido. Escolher o nome da moda, dar festa no berçário, lembrancinhas em gesso” (BERNARDI, 2020, p. 73).

É certo que o (não) atendimento às normas naturalizadas pelo patriarcado impacta na forma como a narradora enxerga as demais mulheres e a si mesma. Assim, quando afirma que tem “horror de mulher que despeja no filho a razão da existência. Ou pior, que despeja no filho a culpa por não ter achado uma outra razão para existir” (BERNARDI, 2020, p. 77), critica aquelas mulheres que se alienam no outro. Talvez o medo que sente seja o verniz para as incertezas e a incompreensão (talvez momentânea) que acompanha a protagonista durante toda a gestação. Dessa forma, quando diz: “eu não estava pronta pra ser mãe quando transei, quando engravidei nem quando você quis nascer” (BERNARDI, 2020, p. 136), a narradora, em função das cobranças que sofre para atender ao ideal de mãe, não consegue se dar conta de que nada nem ninguém está completamente pronto, que tudo é aprendizado. É como dizia Riobaldo “o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando” (ROSA, 2006, p. 23).

A veemência com que se preocupa com o papel que passará a exercer nos mostra como as mulheres sentem-se inseguras e, em certa medida, dependentes de uma rede de apoio

que pode lhes auxiliar no desenvolvimento de habilidades enquanto mães. Quando diz: “uma mãe que eu chamo quando não conseguir ser uma mãe. Porque, na verdade, a gente é muita coisa e não dá pra ser todas ao mesmo tempo... mas, com criança pequena, **é preciso ser mãe o tempo todo...** e eu nunca fui nada ininterruptamente” (BERNARDI, 2020, p. 94, grifos nossos), fica nítida a preocupação com as adversidades que aparecerão e o receio de não saber como se portar, além de denunciar as sobrecargas impostas às mulheres, já que os homens não precisam agir como pais o tempo todo. O desejo em chamar outra mãe para ensiná-la a ser outra mãe, reforça a imagem que ela mesma (e quantos outros/as mais!?) tem de que as mães sabem e podem tudo. Com destaque para os grifos, ao se enxergar inserida na maternidade, a protagonista se depara com o fato de que a experiência é eterna e não há possibilidade de interrupção ou de findar – já que mesmo após a morte dos/as filhos/as as mães precisam manter o *status* e comportamento esperado, também nesse contexto. Noutro extremo, podemos visualizar que o medo de Karine é resultado da relação problemática que tem com a sua mãe. Assim, ao não reconhecer em sua genitora elementos satisfatórios nesse segmento, a protagonista sente-se amedrontada com o que lhe espera.

É significativa ainda a exposição que faz acerca do reflexo de seu estado de espírito; “se estou grávida, só posso estar muito feliz. Não existe estar feliz e assustada e deprimida” (BERNARDI, 2020, p. 127). A afirmação chama atenção para o fato de não ser concebível que uma mulher possa estar feliz por estar grávida e assustada ao mesmo tempo, pois só os sentimentos bons e alegres podem derivar da gravidez. Há ainda a crença (real ou não) de que o feto sente tudo o que a mãe sente, o que aumenta ainda mais a culpa pelos sentimentos negativos (se é que se podemos chamá-los de negativos). É essa necessidade de estar situada em um dos polos criados historicamente que impede as mulheres de alcançar a plenitude e se estabelecerem como sujeitos ativos na maternidade.

Ao assumir que deseja “apenas ficar sozinha. Aqui existe um ser humano assustado, enjoado, desesperado. Apenas um. Sou apenas uma pessoa e estou passando mal” (BERNARDI, 2020, p. 104), Karine expõe o medo que muitas mulheres precisam suprimir. Não agir dessa maneira é revelar sua pusilanimidade. A reiteração do numeral “um” nos revela que a personagem deseja ser vista em sua singularidade enquanto mulher e não como aquela que carrega uma criança, já que é frequente que as pessoas se dirijam à barriga primeiramente quando se encontram com mulheres grávidas.

Ter fome e engordar na gestação parece ser consenso, ao menos no senso comum já que se entende que é preciso comer por dois/duas, por isso as mulheres que não agem dessa

maneira estão transgredindo as normas e negligenciando a criança. Karine nos mostra que há outras sensações que são ativadas pela gestão ao nos relatar que “o pavor de não ter fome e de não ser uma boa mãe me deixa ainda mais ansiosa e sem fome [...] sinto um nojo inegável de quem engorda vinte quilos na gravidez” (BERNARDI, 2020, p. 93).

Provavelmente, o maior medo de qualquer mãe seja o de perder o/a filho/a, como a protagonista nos confessa ao longo de todo o romance. Igualmente, Karine compartilha conosco sua visão sobre a morte materna quando, ao rememorar as mortes das mães de Carola e Denise, suas colegas, estabelece um paralelo com o falecimento de sua avó. Para ela, essas mortes são distintas, pois no primeiro caso demonstra como as mães estão ligadas pelo sentimento de cumplicidade já que todas sentem quando uma parte, já que “a mãe de uma criança morrer é a morte de uma mãe em pleno estado de mãe” (BERNARDI, 2020, p. 59).

Embora a protagonista de *Você nunca mais vai ficar sozinha* relate medos e angústias que, até certo ponto, a aproximam do ideal de mãe, é de extrema relevância a denúncia que faz quanto aos comportamentos padronizados das mães. Na visão da narradora, essas mulheres:

são pequenas sargentas, marchando sem dó sobre o coração de mães normais e infinitamente culpadas. Elas militam contra regras opressoras, mas estão quase sempre fardadas com suas roupas de algodão natural colorido, armadas com discursos prontos sobre o que é o parto correto, a amamentação ideal, o amor materno de verdade. Acham que tenho tempo (ou saco) de lavar fralda de pano e, caso eu não tenha, que arrume (BERNARDI, 2020, p. 80).

O uso do substantivo “sargenta” já evidencia o caráter que essas mulheres possuem, isto é, com rigidez, sem nenhum tipo de flexibilidade, aplicar e acompanhar os comportamentos pré-estabelecidos. Dessa forma, buscam (re)estabelecer a ordem e a moral do que é visto social e culturalmente como a “boa mãe” punindo aquelas que não conseguem ou não querem agir conforme as normas. É contraditório que essas mães-sargentas busquem combater as regras opressoras quando deslegitimam a realidade de seus pares determinando o que é o amor materno verdadeiro. Quando Karine relata que as mães verdadeiras, isto é, aquelas que aceitam e vivem as ambivalências da maternidade, são pisoteadas sem dó por essa marcha, nos mostra que as mães de fato normais são aquelas passíveis de erros e que estão constantemente aprendendo com a sua nova realidade. Assim, na concepção das opressoras o amor só pode e deve ser considerado legítimo se executado dentro dos esquadros canônicos que requerem sofrimento e abnegação. Por esse lado, não importam as jornadas duplas ou

triplas das mulheres ou as formas de maternagens exercidas a partir de seus locais sociais, é preciso que sejam capazes de superar tudo por amor aos/às filhos/as.

Creditar exclusivamente a fatores externos a imposição de uma maternidade ideal não nos parece o mais adequado, haja vista que vemos as próprias mulheres cobrando comportamentos naturalizados pelo patriarcado. É evidente que em grande parte isso se dá pelas malhas de poder que ainda insistem em controlar suas ações, porém, diante de tantas possibilidades de combater esse constructo, várias mulheres agem no sentido oposto. Desse modo, e provavelmente fruto de tempos sombrios no que concerne à falta de políticas públicas eficientes para o combate ao machismo e à misoginia, é frequente que nos deparemos com discursos e condutas de mulheres que procuram legitimar e manter os comportamentos maternos alinhados com o patriarcado. Portanto, a conclusão nos parece dada já que “não adianta responder que as mulheres são meras vítimas do patriarcado, pois ele conta com a adesão das vítimas ao seu jogo de linguagem” (TIBURI, 2018, p. 93).

Manterem-se exclusivamente presas à ideia de que toda mãe deve ser altruísta e abnegada, abrindo mão do próprio tempo e de si mesma em prol dos/as filhos/as as encerra em um arcabouço que prejudica também sua prole. Poucos/as filhos/as conseguem perceber a forma danosa com que suas mães os/as tratam, entretanto alguns/algumas, como é o caso de Karine, enxergam como essa redução das identidades femininas ao papel materno produzem efeitos de dependência entre gerações. Podemos observar, pelo menos, dois efeitos graves nessa abnegação, o primeiro é a obrigação que o/a filho/a tem de retribuir essa dedicação, ou seja, em algum ponto da vida esse comportamento será jogado como culpa em cima dos/as filhos/as; em segundo lugar é a total incapacidade gerada neles/as de serem independentes, fazendo com que esperem que sempre haja alguém para lhes proteger e resolver seus problemas. Gerações que tiveram que ser fortes criam filhos/as fracos/as. Quando denuncia: “até que um dia percebi que ela também abusava, e muito, do meu amor” (BERNARDI, 2020, p. 101), a protagonista passa a ressignificar as atitudes da mãe. Esse movimento é concomitante ao próprio processo de se tornar mãe, o que por si só é revelador, já que nos permite entrever também uma tentativa de não repetir os passos da mãe. Essa interrupção de um ciclo que reduziu sua mãe e sua avó ao papel materno expõe uma grande dificuldade de Karine em entender a forma de amar da mãe o que, por consequência, influencia na sua forma de enxergar a maternidade num sentido macro. Sob esse prisma, “a mãe precisa[ria] receber a atenção materna para dar atenção à sua própria prole” (ESTÉS, 2018, p. 207), entretanto, essa

atenção precisa ser melhor observada no contexto da narradora, pois, ainda que receba a atenção da mãe, esse olhar é danoso e castrador.

Karine não possui muitos referenciais de maternidade, aliás, seu único norte parece ser a preocupação que as mães devem sentir. Desse modo, nos revela: “eu nunca conquistei de verdade a minha mãe. Ela nunca me achou realmente bonita ou realmente inteligente. Ela só tem muito medo de eu ficar doente e a isso chamamos amor. Eu não sei mais o que eu poderia ser para conquistar a minha mãe. Mas se eu fico doente, ela me ama na hora” (BERNARDI, 2020, p. 57). A preocupação e o medo de perder a filha despertam na mãe da protagonista o que a filha enxerga como amor. É esse sentimento que provavelmente Karine replicaria com sua filha, se não percebesse as entrelinhas dessa prática. Poderíamos classificá-la como uma “mãe-criança”, isto é, “ela tem a idade suficiente para procriar e tem bons instintos que a orientam corretamente, mas ela precisa da atenção de uma mulher mais velha, ou de várias mulheres, que basicamente lhe dê sugestões, estímulos e apoio no contato com os filhos” (ESTÉS, 2018, p. 207). Em que pese tudo que nos narra²³, esse arquétipo materno não poderia ser unicamente a sua mãe, mas talvez as outras mulheres em seu entorno.

O convívio entre mãe e filha é conflituoso. Na visão de Karine, sua mãe “cobra o aluguel dos nove meses que passei em sua barriga há trinta e cinco anos” (BERNARDI, 2020, p. 114) com atitudes, no mínimo, questionáveis se considerarmos a idade da protagonista. Não obstante invadir a vida da filha e ditar as condutas corretas, a mãe da narradora inverte a situação e a questiona sobre como fazer para perdoá-la por atitudes que demonstram que Karine apenas queria viver sua vida da forma como achava correta. São motivações para que a mãe exija o perdão da filha:

o dia que eu expulsei ela de casa porque ela apareceu sem avisar pela milésima vez e foi entrando e dando suas opiniões agressivas sobre o local ideal para meus móveis que ela considera estranhos, meus enfeites que ela considera baratos e meus quadros que ela considera horríveis (BERNARDI, 2020, p. 132).

Como podemos observar no fragmento acima, a relação da gestante com sua mãe é marcada pela possessividade e pelo desrespeito, fato que gera consequências para o

²³ É importante mencionar que se trata de um romance autodiegético, conforme terminologia de Genette (1972), desse modo, nos parece sintomático que a versão de Karine deve, no mínimo, ser lida com um quê de receio. De toda forma, em nossa leitura, tomamos os fatos elencados como verdadeiros e buscamos analisar como o sentimento de Karine em relação à mãe promove sua constituição materna.

desenvolvimento da sua própria concepção de maternagem. Se considerarmos a rede de dependência que as mulheres dessa família apresenta, desde a avó que também largou o marido para cuidar da filha, possivelmente Karine agiria da mesma maneira e se tornaria uma mãe tão invasiva quanto a sua, cujos comportamentos agora reprova. Entretanto, talvez por ter consciência e a possibilidade de expressar seus anseios, a protagonista do romance em tela rompa definitivamente esse ciclo sentindo-se capaz de exercer sua maternidade sem interferências outras.

É inegável que durante a exposição de seus referenciais de comportamentos maternos à sua interlocutora na trama e, portanto, também ao/à leitor/a, Karine vai se percebendo incluída nessa rede de cuidados, medos e incertezas. Se antes lhe parecia sem nexos as atitudes de sua mãe, ao começar a se encaminhar para o outro lado da situação, a narradora vai encontrando outros significados: “Nunca entendi por que minha mãe ficava tão aflita com meu sonho [...] Entendo agora por que todo dia eu olho a minha calcinha sem sangue e penso ‘ufa, não perdi!’” (BERNARDI, 2020, p. 23). O medo da protagonista de perder a filha durante a gestação faz coro ao protótipo de maternidade em que as mulheres estão sempre angustiadas e, no caso de Karine, a impede de providenciar itens básicos para a chegada da filha, como podemos ver neste excerto: “eu ainda não comprei nenhuma roupinha para a neném. Ainda tenho muito medo de perder ela, mesmo estando no terceiro trimestre” (BERNARDI, 2020, p. 102).

A convivência entre Karine e sua mãe ilustra a assertiva de Beauvoir (2016b, p. 398-399), para quem “a atitude da mãe em relação à filha adulta é muito ambivalente: no filho é um deus que procura; na filha encontra um duplo [...] a filha, tornando-se mulher, condena a mãe à morte; e, no entanto, permite-lhe sobreviver a si mesma”. É o que vemos no romance em tela. A efemeridade da vida é acentuada pela experiência materna porquanto demonstre que a velhice está mais próxima do que se supunha. Ao pensar no futuro da filha, Karine se emociona e “em vez de chorar reconhecendo minhas histórias, pensei em todas aquelas que minha filha ainda vai viver. Ela chegou para me envelhecer para sempre. Para envelhecer para sempre a minha mãe. Pra nos matar para sempre” (BERNARDI, 2020, p. 89).

Esse romance, portanto, lança luzes sobre a ambivalência da maternidade e a forma como as relações entre mães e filhas podem determinar sua transformação em mães. Percebemos que as preocupações da protagonista recaem exclusivamente no campo dos sentimentos afetivos e psicológicos, deixando de lado situações práticas que envolvem as mães, como alimentação, moradia, violência e outros. Ademais, ao abrir mão do seu espaço

de trabalho em casa – quiçá do ofício – para cuidar da família, embora casada, mostra como o fardo dos cuidados permanece sobre os ombros femininos. Desse modo, ainda que tenhamos uma personagem casada, pouco se fala no marido durante a narrativa, provavelmente porque via nele apenas o “caminho” para engravidar. É óbvio que toda interpretação não está isenta da subjetividade de quem a faz, contudo, a partir da materialidade literária, parece-nos que Karine faz parte de um estrato privilegiado de maternidade na medida em que não possui – ou não demonstra – outras preocupações, apontando para nossa hipótese de tese.

Ter a consciência de que nunca mais estará sozinha, indubitavelmente, desperta na mulher sentimentos conflitantes. Há aquelas que se silenciam e seguem a vida se portando segundo o esperado de mães altruístas e abnegadas. Algumas, diante desse imbróglio, agem segundo aquilo que acreditam ser o correto e se colocam à frente de tudo e todos, por vezes buscando superar tensões do passado. Essas são poucas e, frequentemente, carregam consigo o sentimento da culpa por terem se priorizado. É essa situação e tudo que a envolve que veremos na próxima seção.

2.2 **É sempre *Véspera* a vida da mulher-mãe: as identidades maternas em debate**

“Um paraíso não é suficiente contra determinados infernos”

(Carla Madeira)

Nosso processo gestacional agora dá espaço à análise propriamente dita do maternar da mulher branca. Na seção anterior nos ocupamos das preocupações da gestação e das angústias que ela provoca nas mulheres, agora nos debruçaremos sobre as práticas de maternagens de duas mulheres brancas: Custódia e Vedina, cujas vidas estão entrelaçadas pelos irmãos Caim e Abel em uma narrativa na qual os nomes têm um enorme peso para o destino da família.

Carla Madeira, autora do romance sobre o qual agora lançaremos luzes, foi a segunda escritora mais lida no Brasil em 2021²⁴, nasceu em Belo Horizonte, possui formação em jornalismo e publicidade e é sócia da agência de comunicação Lápis Raro. Como Tati Bernardi, é uma mulher branca e letrada, autora dos romances *Tudo é Rio* (2014) e *A*

²⁴ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/quem-e-carla-madeira-a-segunda-escritora-mais-lida-no-brasil-em-2021/>>. Acesso em: 27 set. 2022.

Natureza da Mordida (2018), que alcançaram grande destaque na mídia, sobretudo o primeiro título que sete anos após sua publicação foi relançado pela Editora Record. Seu romance mais recente, *Véspera*, publicado pela Editora Record em 2021, possui algumas arestas interpretativas que, de certo modo, se interligam e confluem para o desnudar das identidades, são elas: as questões onomásticas e religiosas (Caim e Abel), o abandono (Vedina e Augusto), a amizade (Vedina e Veneza), as relações matrimoniais (Custódia e Antunes, Vedina e Abel e Veneza e Caim), entre outros. Nosso foco, como já mencionado em seções anteriores, recai sobre a representação da maternidade e os processos de maternagens das mulheres brasileiras. Nessa perspectiva, é preciso delimitarmos alguns pontos do romance em tela para que nossas reflexões atendam aos objetivos propostos.

O primeiro deles diz respeito à disposição estrutural dos capítulos. O romance se inicia com a trama de Vedina e o abandono de seu filho em capítulos numerados em ordem crescente (1 ao 18), sendo intercalados pelos capítulos que tratam da trajetória da família de Antunes e Custódia, em ordem decrescente (18 ao 1). Cumpre destacar que todos os personagens do romance em tela se conhecem e possuem grau de parentesco, apesar de a narração se dar em blocos separados. Na figura 2, buscamos sistematizar como essa arquitetura funciona e se relaciona com a escolha do título. O ponto central da narrativa se dá pelo abandono de Augusto, filho de Vedina, e a partir daí temos dois caminhos, o antes – em que nos é apresentada a história da família de Custódia – e o depois – as consequências do abandono da criança pela mãe. Esse “depois” é também o “antes” dos capítulos não numerados e narrados em primeira pessoa, pois é o que antecede o “rpto/salvamento” da criança. Daí o título “Véspera”. O foco narrativo dos capítulos numerados é desenvolvido a partir da terceira pessoa, o que pode nos levar a crer tratar-se da mesma instância narrativa dos capítulos não numerados. Ora, é possível que a pessoa que assume sua identidade ao condenar a mãe nessas partes do romance em que explica o “depois” e o “antes”, seja a mesma a apresentar a história em terceira pessoa ao/à leitor/a.

FIGURA 2 - ESTRUTURA CAPITULAR DO ROMANCE



Fonte: elaborado pelo autor.

O/A narrador/a é ponto chave para a compreensão da trama e merece destaque, pois temos uma narração supostamente heterodiegética, o que poderia sinalizar imparcialidade nos eventos. Entretanto, alguns pontos nos levam a colocá-lo/a sob suspeita. Com efeito, o/a narrador/a dos capítulos inicial e final (não numerados e intitulado, respectivamente, de “Antes do começo” e “Antes do fim”) parece ser o/a indivíduo que encontra e leva consigo Augusto após este ser abandonado pela mãe.

Em entrevista concedida à Raquel Carneiro da *Revista Veja*, a autora relata ter encontrado seu pai emocionado após ouvir a história de uma criança que havia sido abandonada pela mãe: “pensava naquela criança, em como ela confiava na proteção da mãe e foi traída. Mas busco entender o lado da mãe e o que leva alguém ao extremo” (MADEIRA, 2021b, n. p.). A partir de uma situação real, Madeira ficcionaliza os desdobramentos da ação dessa mãe tanto para si mesma quanto para quem encontra e fica com Augusto. É justamente a pessoa que leva o menino consigo quem narra a abertura e o fechamento do romance: “vou contar o que sei./ É pouco./ Vi apenas a cena principal, mas foi o que me bastou/ para o resto da vida” (MADEIRA, 2021a, p. 10). No limite, poderíamos supor que o/a narrador/a está visceralmente ligado à experiência da escritora e funcionado como mote para a trama.

Sobre as pessoas envolvidas no imbróglio, nos assevera o/a narrador/a:

eu os concebi a partir da costela viva do que testemunhei: maltrataram aquele menino a quem amei tão imediatamente. Diante da realidade brutal de uma mãe que abandona o filho em uma avenida de mão única, que outras verdades importam? Às minhas conjecturas dei carne e ossos, e elas não podem mais ser outra coisa senão realidade. A eles dei a misericórdia de um

punhado de vésperas. Uma reserva de absolvições, ainda assim, os condenei (MADEIRA, 2021a, p. 271).

Fica evidente que o desenrolar dos fatos pode ter sido uma ficcionalização realizada pela pessoa que passou a criar Augusto como filho, o que nos leva a questionar a veracidade das informações dadas no decorrer da trama. Ademais, por essa perspectiva, não importa muita coisa neste caso, apenas que uma mãe abandonou seu filho de cinco anos em uma avenida movimentada. Quando afirma que deu vésperas a essas pessoas, o/a narrador/a quer nos dizer que deu vida e, em certa medida, motivação para todos os atos, em uma clara tentativa de justificar as atitudes de todos/as os/as envolvidos/as, inclusive, as dele/dela mesmo/a. Contudo, ainda que tenha feito isso, o/a observador/a não deixa de emitir juízo de valor para a conduta de Vedina, deslegitimando, talvez, um hipotético abandono por ele mesmo. Em outras palavras, quando conjectura eventos passados, o gesto da mãe que abandona o filho fica condicionado a uma identidade materna errante. Outro indício da parcialidade do/a narrador/a pode ser encontrado ao afirmar que “não [se] pode negar o desespero de Vedina ou detectar traços de inverdade em seu desejo de encontrar Augusto” (MADEIRA, 2021a, p. 85), uma vez que coloca como inverdade o desejo da mãe em recuperar o filho abandonado.

A tônica do romance, como o próprio título indica, é a véspera dos/as personagens, isto é, tudo que precede o fato principal: “tudo o que veio antes em minha vida aconteceu para que eu estivesse ali, naquele exato momento” (MADEIRA, 2021a, p. 270), além do mais, “não fossem todas as vésperas terem sido o que foram, nem eu nem o menino estaríamos ali. Não com a emoção que estávamos” (MADEIRA, 2021a, p. 270). Dessa maneira, estamos diante de acontecimentos que teriam motivado não apenas o abandono de Augusto, mas as construções das identidades de todos/as os/as personagens a partir de situações conflituosas no âmbito familiar.

Com o intuito de tornar didática nossa leitura analítica e orientada pela proposta temática abordada nesta tese, em alguns momentos separamos as características das personagens e em outros as entrelaçamos, conforme o desenrolar da narrativa. Para tanto, é imprescindível frisar que consideramos todos os fatos narrados como verdadeiros.

Primeiramente, nos ocupamos da personagem Vedina e seu desempenho na maternidade, a quem o/a narrador/a define como uma mulher que “estava em guerra. Queria outra vida” (MADEIRA, 2021a, p. 13), com “a impaciência acumulada em cinco anos de cansaço” (MADEIRA, 2021a, p. 14) e como “uma mãe filha da puta” (MADEIRA, 2021a, p.

29). O juízo de valor emitido reforça o ideário social de que as mães que abandonam os/as filhos/as são desalmadas e merecem todo tipo de censura, de modo que as “vésperas” desses acontecimentos pouco importam para a sociedade. É curioso que no romance em questão seja criado um “antes” para as atitudes de Vedina e que esses acontecimentos pregressos apontem para a elucidação de sua vida conjugal, vista como conturbada e isenta de amor. As imagens apresentadas tendem a demonstrar um cenário catastrófico e desprovido da aura de amor e altruísmo com que as mães são frequentemente descritas. Concomitantemente, apesar de essa descrição sugerir uma desromantização da maternidade, já que ilustra sentimentos confrontadores, acaba reforçando a ideia de uma péssima mãe, sobretudo se levarmos em conta os acontecimentos futuros.

Igualmente ao descrito no romance de Tati Bernardi analisado anteriormente, existe a angústia da personagem em se tornar mãe e de ter de sê-lo ininterruptamente: “desde que ele nasceu, sou obrigada a ser sua mãe, talvez tenha sido esse o pensamento que atravessou Vedina, no exato momento em que ignorou o fio de sangue que manchou, como um dominó, a meia branca do filho” (MADEIRA, 2021a, p. 15). É flagrante como o/a leitor/a é provocado/a a refletir sobre o caráter da mãe já que o advérbio “talvez” exprime uma possibilidade para o ocorrido e, portanto, para sua relação com a maternidade. Por outro lado, parece-nos que a maternidade é para a personagem um aprisionamento, pois se sente tão obrigada a exercê-la que acaba exposta quando não se dedica totalmente ao filho por deixá-lo com o pé machucado.

A cena do abandono que abre essa parte da trama é significativa porquanto nos mostre, pelo olhar do/a narrador/a, a maneira com que Vedina busca se livrar da incumbência de ser mãe de uma criança que, embora indefesa, representa a aridez de uma vida ao lado de um homem que não a ama. Vejamos: “ela puxa o filho para a calçada e em seguida joga no chão, aos pezinhos dele, a mochila colorida. Sem uma palavra, entra novamente no carro e arranca. Vai se foder, Abel, vai se foder” (MADEIRA, 2021a, p. 16). Merecem destaques algumas escolhas lexicais, como o uso de “joga” e “arranca”, que demonstram certa violência no gestual da protagonista que vai na contramão do arquétipo materno. Além disso, o fato de deixar Augusto sozinho sem uma palavra sequer, pode sinalizar que Vedina estava transpassada pelas cargas excessivas da maternidade, a vontade simples de se livrar da criança, ou ainda um desejo de finalizar aquele estágio de sua vida, aspiração comum para as mulheres que se arrependem da maternidade. Para a Donath (2017), essas mães “anseiam por um ponto final no qual voltarão a sua vida ‘normal’ e ao seio do seu ‘eu’ como o conheciam

antes, em contraste com a consciência do cuidado materno diário” (p. 147). Entretanto, a última frase parece ser mais esclarecedora para a compreensão do estado de espírito da personagem, já que ficam nítidos como os conflitos na maternidade estão potencializados pelos problemas conjugais.

As indagações do/a narrador/a das partes numeradas, durante toda a trama, são construídas para pôr o comportamento de Vedina em xeque e reforçar sua fragilidade no trato com o filho, muito provavelmente para amenizar ou até mesmo validar a sua própria conduta de tomar a criança para si. Nessa esteira, questões retóricas do tipo: “como ele estava vestido mesmo? Ela não se lembra, não reparou” (MADEIRA, 2021a, p. 17) bem como constatações sobre como Vedina “não sabia muito sobre ele, não sabia sequer com que roupa ele estava aquela manhã” (MADEIRA, 2021a, p. 114), vão sendo usadas para mostrar como não havia preocupação com a criança em vez de, por exemplo, se relativizar a conduta da mãe expondo as ambivalências que a maternidade possui, já que é possível que ela, ao acumular várias jornadas, além do relacionamento violento e frio com Abel, estivesse sobrecarregada. Ou então que aceitasse, sem maiores indagações, a vontade de não exercer mais esse papel. É evidente que essa recusa é legítima, porém, a forma como talvez fosse realizada incorresse em abandono de incapaz.

Nos esquadros do patriarcado, as mães que não agem conforme se espera devem ser punidas uma vez que não atendem aos chamados da natureza nem dão vazão ao sentimento puro que delas seria inerente. Por esse prisma, a observação do/a narrador/a de que “o alicate deveria arrancar suas unhas, e seria pouco para quem abandona um filho indefeso” (MADEIRA, 2021a, p. 30) torna-se válida, haja vista que disciplinaria as demais mulheres. Até mesmo porque se as mulheres são feitas para se tornarem mães, “toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a a-normal por excelência” (BADINTER, 1985, p. 15) e por isso devem ser punidas.

A seguinte passagem é significativa quanto ao papel materno: “há cinco anos, desde que Augusto nasceu, foi obrigada a ser sua mãe. Foi obrigada a amá-lo” (MADEIRA, 2021a, p. 30), pois, em que pese essa ser uma constatação do/a narrador/a, somos confrontados/as na sequência com a questão: “que mãe põe as coisas nestes termos: foi obrigada a amá-lo?” (MADEIRA, 2021a, p. 31). Se, por um lado, a narração dos eventos procura nos convencer da conduta dúbia de Vedina por não amar Augusto instantaneamente e inerentemente, por outro, fica exposto como não agir segundo esses preceitos nos coloca diante da construção

paulatina de uma relação entre os pares. De todo modo, ao expor os sentimentos que Vedina teria tido ao dar à luz e todo o processo de maternagem decorrente, a própria instância narrativa é quem emite juízo de valor. É expressivo que essas afirmações sejam postas sem meios termos, pois, como já asseveramos, há parcialidade nos fatos narrados, o que coloca em xeque as condutas a nós apresentadas.

Diante das evidências de uma possível premeditação, como colocar mais dinheiro na bolsa do filho, sugerida pela perspectiva do/a narrador/a (p. 72), observamos como essa é uma estratégia para deixar o/a leitor/a em dúvida acerca do comportamento dessa mãe. Em tempo, “inventar que [a criança] foi roubada é a única saída” (MADEIRA, 2021a, p. 31), porque não é admissível outro sentimento senão o amor incondicional e, de outro modo, a sociedade enxergaria nesse ato extremo uma conduta reprovável e abominável. Em contrapartida, essas situações são apresentadas para justificar o modo de agir do narrador/a que foi quem ficou com Augusto e não pela preocupação exclusiva com o menor.

Talvez a um/a leitor/a desatento as ações de Vedina fossem reveladoras de um mau caráter, porém em algumas passagens somos informados de sentimentos decorrentes do abandono que nos mostram como suas atitudes estão mais próximas do esgotamento do que da intenção de fazer mal ao filho. Sendo uma profissional reconhecida, não seria exagero afirmar que “Vedina trocaria um prêmio daqueles por Augusto. Daria a vida por ele” (MADEIRA, 2021a, p. 71). Dessa forma, somos apresentados a um cotidiano exigente para a mãe, pois precisa manter-se equilibrada entre os inúmeros papéis que exerce. Nessa esteira, “o ideal de uma boa mãe ficou mais complexo. As mulheres agora não devem ser apenas mães devotadas, mas supermães ou ‘mães-máquinas’, tão sacrificadas quanto as mães tradicionais, mas com uma vida profissional e social e, é claro, um corpo perfeito” (VIVAS, 2021, p. 20).

São apresentadas situações que demonstram como a rotina dessa mãe era cansativa e sem nenhuma rede de apoio, cenários que certamente impactaram em sua decisão de abandonar o filho:

Augusto quebrou seus cristais, soltou-se do cinto de segurança, chutou sua cabeça, tudo isso antes das sete e meia da manhã e depois de cinco exaustivos anos, exigindo uma felicidade que Vedina não tinha a oferecer, sem a qual o amor não é bonito. Mas **nada será considerado atenuante em um julgamento**. Certamente alguma mãe no mundo, nem que seja uma única mãe no mundo, há de reconhecer o fio afiado dessa navalha e quantas vezes caminhou sobre ele com braços abertos, tentando encontrar o equilíbrio e, por vezes, não o encontrou (MADEIRA, 2021a, p. 86, grifos nossos).

Ainda que consideremos normal o comportamento agitado de uma criança, nos parece razoável que as mães se sintam esgotadas, sobretudo porque as tarefas básicas que qualquer menor de idade requer, inúmeras vezes, ficam a cargo delas. Tanto é que não há menção alguma à contribuição do pai nesses cuidados com Augusto. Os grifos evidenciam que não importa como uma mãe sofra ou se empenhe em ser uma boa mãe, apesar das dificuldades que apareçam em seu caminho, ela sempre ficará aquém e nada justificará um deslize; se, para os homens, “é preciso muito pouco para ser considerado um paizão” para as mulheres “é preciso muito pouco para ser considerada uma péssima mãe” (LEITE, 2019, p. 102). Em tempo, Vedina não poderia ser capaz de oferecer amor porque não teve da própria mãe e porque sua vida conjugal era permeada de violências físicas de um marido frio e indiferente que era obcecado pela cunhada. No avançar da narrativa, somos informados/as de que Vedina foi dada à sua avó quando esta enviuvou. Essa condição de abandonada certamente impactou em suas ações e na forma como permanece submetida ao relacionamento abusivo com Abel. Embora o/a narrador/a afirme serem poucas as mães que fiquem sobre essa navalha, elas existem aos montes, apenas não possuem voz e/ou coragem para expor a situação em que vivem sob pena de serem execradas publicamente.

Com a responsabilidade de ter que cuidar de Augusto ininterruptamente é plausível que em alguns momentos Vedina sentisse alívio quando o filho dormia na medida em que “esperava por esse momento e dependia dele para continuar viva” (MADEIRA, 2021a, p. 115). Evidencia-se novamente o nível de esgotamento que essa mãe possuía quando abandona o filho à própria sorte. Também podemos entrever nessa assertiva como a personagem só era capaz de se sentir viva por meio da ausência física do filho, ou seja, a partir do momento em que não precisava mais se dedicar integralmente a ele, Vedina conseguia desenvolver sua subjetividade e, por esse movimento, se sentia viva e capaz de continuar resistindo a todo desgaste pelo qual passava.

Outro ponto importante para a construção da psique da personagem está atrelado ao sentimento de culpa que a persegue, não apenas pela concretização do abandono, mas por todas as vésperas. Ainda que a culpa nessa seara possua muitas roupagens, é, sem dúvidas, maximizada pela efetiva maternidade porque objetiva manter todas as mulheres sob controle e atendendo a um papel pré-fixado de santidade (LEITE, 2019).

Tendo Augusto nascido “em meio às ruínas” (MADEIRA, 2021a, p. 266), não é de se espantar que a maternagem exercida por Vedina ficasse interligada aos sofrimentos pelo qual

passou, ela “sabia há muito tempo que precisava deixar Abel para ser capaz de amar Augusto” (MADEIRA, 2021a, p. 97). O esgotamento emocional e físico que sofre contribui para que a personagem fique desorientada e não saiba descrever as capacidades do filho quanto a dar informações sobre si mesmo: “faz um esforço para se lembrar do que ele é capaz, e então se dá conta de que não sabe. Como não sabe?” (MADEIRA, 2021a, p. 113). É evidente que a relação com Augusto é impactada pelos conflitos travados com Abel, o que a leva a ouvi-lo “com o cérebro embrulhado em um plástico fosco, levemente irritada. Preferia as horas em que ele dormia e ela podia se entregar à luta barulhenta com Abel dentro de si” (MADEIRA, 2021, p. 113). A batalha travada com Abel se sobrepõe à sua maternidade, até mesmo porque as relações sexuais do casal e, provavelmente, aquela que fecundou o óvulo que mais tarde seria Augusto, sempre foi realizada por meio de violências e sem amor, como poderia Vedina amar incondicionalmente o registro vivo de tudo que tem vivido?

Não há, por parte da personagem, condutas extremistas ou maquiavélicas, o que nos leva a verificar as ambivalências dessa mãe já que ela, por exemplo, não ignora o filho abandonado, mas volta para tentar resgatá-lo. São muitas as motivações que a levam a agir dessa maneira, é da mesma forma que “esperou que a mãe sentisse sua falta e fosse à casa da avó buscá-la. Que chegasse desajeitada, a bolsa ainda no ombro, e dissesse, com encharcada impotência: Não posso viver sem você, filha” (MADEIRA, 2021a, p. 2017), que Vedina age ao voltar para a avenida em que deixou Augusto. Suas dúvidas em relação ao comportamento da mãe são replicadas em suas ações. Desse modo, a pergunta que sempre esteve dentro de si – “mãe, por que me abandonastes? (MADEIRA, 2021a, p. 193) – é a que “agora estará também no coração de Augusto. Há dor pior do que ser rejeitado?” (MADEIRA, 2021a, p. 193).

É evidente que a posição assumida pelo/a narrador/a é aquela de que tudo deve se seguir como o previsto atendendo aos desígnios solidificados por práticas patriarcais em que “parte da sanidade é poder prever, e até botar a mão no fogo, de que as coisas vão se comportar como se espera que se comportem... que uma mãe agirá como uma mãe” (MADEIRA, 2021a, p. 242). A nós, leitores e leitoras do século XXI, pairam os questionamentos: como uma mãe deve agir? Se anular em prol dos/as filhos/as? Abrir mão de sua subjetividade? Certamente a resposta esperada é sim, a mulher deve ser abnegada e altruísta na maternidade, pois agir de forma distinta é renegar sua natureza. Incontestavelmente, essa posição busca justificar o comportamento do/a narratário/a que, como conjecturamos, é o/a responsável pelo acolhimento de Augusto.

De todo modo, é significativo que Vedina tenha abandonado Augusto, pois pode demonstrar uma necessidade de ser livre não apenas em relação à maternidade que, como evidenciada pelo/a narrador/a, era extenuante, mas porque sempre fora colocada à margem nos relacionamentos. Seja o que teve com a mãe, seja o próprio casamento já que, para Abel, “Vedina não passava de uma escada, uma ponte que, ao se aproximar dele, aproximava-o de Veneza” (MADEIRA, 2021a, p. 156), sua obsessão.

Não é possível realizar a leitura da conduta de Vedina sem levar em conta as várias violências às quais a personagem está submetida durante toda a narrativa. Além do abandono dos pais, a personagem é constantemente solapada pela presença esfuziante de Veneza. Cabe a ela, inclusive, contentar-se com o nada que Abel lhe oferece, dado que ele mesmo também nutre uma paixão pela cunhada. No limite, podemos inferir que o medo de novos e constantes abandonos seja, também, a mola propulsora das atitudes de Vedina, isto é, diante do medo de ficar só e incapaz de se aceitar como é, busca legitimar-se na figura de terceiros, mesmo que essa esteja vinculada a um relacionamento abusivo. Com efeito, as violências físicas que a personagem sofre são significativas para a compreensão de seus atos em relação ao filho em que pese a não exclusividade delas em relação ao seu desejo com a maternidade.

Acerca da indiferença de Abel, reiteradas vezes, ao longo de todo o romance, Vedina “acredita que um dia poderá penetrá-lo” (MADEIRA, 2021a, p. 62) no coração. Ironicamente, é somente por meio de Augusto que Abel demonstra algum sentimento, exatamente de quem a personagem busca se livrar. Ora, se a personagem gostaria de acessar o mais profundo do marido porque abandona justamente o melhor meio de obter sucesso em sua empreitada? Talvez a resposta para essa pergunta seja o desejo de Vedina ser enxergada como mulher-sujeito e não como apêndice de outras pessoas, como foi a vida toda.

Noutro extremo das performances maternas, Custódia – a grande matriarca – atende a um padrão até então tido como o adequado para as mulheres. Sua conduta está totalmente assentada nos pilares religiosos, embora, quando adolescente, tenha desejado “mudar de vida, morar em uma cidade maior, sair da casa dos pais, lugar claustrofóbico, onde quase tudo não pegava bem. Até sorrir comprometia” (MADEIRA, 2021a, p. 21). De acordo com o Dicionário Online de Português (2022)²⁵, seu nome remete à “ação ou efeito de proteger, de

²⁵ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/custodias-2/#:~:text=Significado%20de%20cust%C3%B3dia&text=A%C3%A7%C3%A3o%20ou%20efeito%20de%20proteger,ou%20algu%C3%A9m%20do%20perigo%3B%20guarda>>. Acesso em jul. 2023.

livrar algo ou alguém do perigo; guarda” (n. p.), que vai ao encontro de suas ações no âmbito familiar, pois é a personagem quem tenta a todo custo manter os filhos unidos.

Apesar de estar inserida em um ambiente claramente patriarcal e, portanto, limitador dos anseios femininos em várias frentes, principalmente naquelas fora dos domínios do lar, Custódia demonstra consciência dessa disparidade entre homens e mulheres, pois “nunca aceitou que os irmãos fossem livres no que ela era severamente sujeitada” (MADEIRA, 2021a, p. 230). Essa constatação reflete nossas considerações no primeiro capítulo quando abordamos os brinquedos que destinamos às crianças na medida em que, simbólica e empiricamente, delimitam os campos de atuação desses/as indivíduos. Aí se encontram as questões relacionadas ao corpo e a dois caminhos possíveis à sexualidade, as quais, para as mulheres, sempre estiveram interditas.

Para a socióloga e psicanalista feminista Nancy Chodorow (2002), as meninas são educadas para serem mães e a se comportarem como tal, “são vestidas com roupinhas cor-de-rosa, ganham bonecas e retiram-se delas os carrinhos dos irmãos. Aprendem que ser menina não é tão bom como ser menino, não se permite que fiquem sujinhas, são desestimuladas ao sucesso escolar” (p. 51). Logo, as mães, a partir de suas experiências, educam suas filhas para a maternidade, enquanto “produzem filhos homens cujas capacidades e necessidades maternantes têm sido sistematicamente reduzidas e reprimidas” (CHODOROW, 2002, p. 22). Esse movimento contribui para que as disparidades entre os gêneros permaneçam e favoreçam os homens que pouco – ou nada – de seu tempo será destinado ao cuidado parental.

Educadas para se casarem virgens, a inexperiência sexual e o medo incutido nas mulheres provocam nelas situações conflitantes. Enquanto aquele marido com “entusiasmo exagerado assusta a virgem, um respeito excessivo a humilha” (BEAUVOIR, 2016b, p. 209). O comportamento masculino na noite de núpcias marca para sempre as mulheres, tanto positiva quanto negativamente, assim “há mulheres que odeiam para sempre o homem que auferiu egoistamente seu prazer à custa do seu sofrimento; mas experimentam um rancor eterno contra quem parecer desdenhá-las e muitas vezes contra quem não tentou deflorá-las durante a primeira noite de núpcias, ou foi incapaz de fazê-lo” (BEAUVOIR, 2016b, p. 209). Daí resulta o grande número de mulheres frígidas e homens que buscam as prostitutas para se satisfazerem, pois a cena esperada do matrimônio os impede de agir segundo seus desejos forjando papéis impossíveis de serem mantidos e, por consequência, afastando-os.

O postulado de Beauvoir (2016b) se aplica a ambas as mães sobre as quais lançamos luzes, pois Custódia vê na relação sexual com Antunes apenas uma obrigação do matrimônio.

Para a matriarca da família, desde sempre o sexo era algo impuro. Chamava-lhe a atenção, entretanto, a forma como o pai e os irmãos tratavam do assunto: “uma vagabunda, disseram eles, de tanta vadiagem, tinha um buraco mais largo do que a cisterna” (MADEIRA, 2021a, p. 229). Comparando a liberdade sexual, vemos que aquelas que dispunham de gozo pleno dos prazeres eram classificadas como vagabundas, por outro lado, os homens que agem exatamente iguais são considerados viris.

As questões que envolvem a sexualidade das personagens possuem pontos de encontro e de distanciamento. No caso de Vedina, a situação é mais complexa, pois a coloca em situação vulnerável, já que, além de demonstrar seu desejo, é rejeitada pelo marido na noite de núpcias. Diante da ausência de Abel, “Vedina largou-se debaixo do lençol, um amontoado de carne tentando ser uma pessoa [...] Seria aquela a hora exata em que abandonar Augusto começou?” (MADEIRA, 2021a, p. 167). De fato, a primeira vez entre Abel e Vedina é permeada pela violência, não apenas física, mas também simbólica, nos termos de Bourdieu (2012). O/A narrador/a é enfático/a ao relatar que o pai de Augusto teria “se jogado em cima dela, sem consentimento, sem limites, indo embora, logo depois, sem olhar para trás. Foi ela quem ignorou os sinais violentos” (MADEIRA, 2021a, p. 186). Ao mesmo tempo em que fica evidente que se trata de um estupro, a situação é amenizada ao nos informar que ela ignorou os sinais dados, em uma tentativa explícita de justificar as violências sofridas a partir de então. Nesse viés, vemos que durante toda a narrativa, a personagem é totalmente diminuída pelo marido que só mantém relações sexuais em dias específicos, isto é, “sempre aos sábados, quando voltavam do lanche na casa de Custódia” (MADEIRA, 2021a, p. 241) em que a cunhada e o irmão estavam presentes.

Além das violências sofridas no plano simbólico (BOURDIEU, 2012), Vedina é vítima de agressões físicas. O comportamento reprovável de Abel é motivado pelos ciúmes que sente da relação amorosa entre seu irmão Caim e Veneza. A cena da dança entre Abel e Vedina na festa universitária denuncia não apenas o ciúme, mas o caráter possessivo e doentio de Abel que durante muito tempo pairou na família de Custódia: “quando de repente a outra mão entrou debaixo de seu vestido. Levou uma fração de segundo para odiar aquilo, tempo demais, talvez, o suficiente para perceber o dedo de Abel entrando dentro dela” (MADEIRA, 2021a, p. 258). Com efeito, a omissão de Veneza e a ponderação de Caim são reveladoras do quanto as mulheres ficam sufocadas e evitam denunciar os abusos que sofrem. A realidade extraliterária é corroborada pela decisão de, mesmo agredida e grávida, Vedina optar por

permanecer com o marido e recusa a rede de apoio que parece se iniciar com a proposta de ajuda de Veneza.

Portanto, é compreensível que, diante de um relacionamento abusivo, completamente decidida a penetrar no âmago de Abel, Vedina não se dedicasse totalmente aos cuidados com o filho. Por outro lado, preferir conquistar o marido em vez de se ocupar de Augusto, desafia a ordem natural das coisas, segundo a cartilha do patriarcado, ao mesmo tempo em que lança luzes sobre como as identidades femininas não orbitam, necessariamente, em torno da maternidade.

No caso de Custódia, observamos que, após o casamento e, por consequência, da “arma apontada na direção de seu ventre, ameaçando perfurá-la” (MADEIRA, 2021a, p. 21), a personagem vê no sexo a obrigação para com o marido e o meio para cumprir os desígnios de Deus. Portanto, “se o mau era passar por tudo aquilo, quase que diariamente, o necessário era ter um filho. Crescei e multiplicai-vos, sem isso, de que serviria viver? Custódia queria, mais do que tudo na vida, engravidar” (MADEIRA, 2021a, p. 22).

Tendo sido educada pelos princípios religiosos é plausível que para Custódia o sexo tenha sido reduzido à função reprodutora. Na Bíblia, instrumento do cristianismo, há inúmeras menções que atrelam a mulher à maternidade, entre elas destaca-se o Primeiro Livro de Timóteo, no qual se doutrina que a mulher “salvar-se-á, porém, dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, no amor e na santificação” (BÍBLIA, 1998, p. XX – 1 Timóteo 2:15). Observa-se que não é suficiente ter filhos/as, mas sim tê-los/las de forma abnegada, com amor e, evidentemente, com submissão. Nessa ótica, a maternidade e o apagamento da mulher-sujeito estão visceralmente ligados. Assim, após o casamento, torna-se imperioso engravidar, mas, diante das dificuldades, “cada menstruação que descia era uma morte. Quando uma mulher quer um filho e não pode ter, passa a se ver como mercadoria estragada” (MADEIRA, 2021a, p. 23). Como nos informa Iaconelli (2015, p. 41), “a fertilidade da mulher foi sendo valorizada ou preterida ao longo da história, mas acima de tudo vigiada e administrada”. Esse pensamento é resquício do valor que outrora, sobretudo nas sociedades primitivas, as mulheres possuíam em que “ser mulher equivale a procriar, sendo a fertilidade, em muitas delas, condição *sine qua non* para se obter um lugar no grupo” (IACONELLI, 2015, p. 41, grifos da autora).

Não causa estranhamento que, diante da dificuldade em engravidar, “Custódia enfiou a cara na Bíblia. Bateu os joelhos no chão, determinada. Deus daria um jeito. Já dera inúmeras provas de que para Ele nada é impossível no terreno da fertilidade” (MADEIRA, 2021a, p.

23), basta que nos lembremos “de Sara à Virgem Maria, se é da vontade de Deus engravidar uma mulher, não tem idade, nem esterilidade, nem sequer necessidade de um homem.” (MADEIRA, 2021a, p. 23). É interessante frisar que o discurso da maternidade ideal é permeado pela crença de que a mulher seja capaz de fazer um/a filho/a, mas, no final das contas, essa é “apenas uma ilusão. Porque ela não fez realmente o filho: ele se fez nela; sua carne só engendra carne: ela é incapaz de fundar uma existência, que terá de fundar ela mesma” (BEAUVOIR, 2016b, p. 296). Incute-se nelas a ideia de autonomia nessa seara, mas o que se espera, de fato, é que elas sejam passivas na experiência.

As relações sexuais, mesmo no casamento, atendem a um único propósito: a procriação; Custódia fica em êxtase ao se descobrir grávida de gêmeos, dado que “se um filho já era quantidade de graça o suficiente para encher seu ventre ávido por procriar, dois eram um alibi, uma trégua providencial, que suspenderia de imediato o aborrecimento de se deitar com o marido” (MADEIRA, 2021a, p. 24). Neste cenário, não há mais motivações para a união carnal de Antunes e sua esposa já que o objetivo maior do casamento foi alcançado e os propósitos de Deus, atendidos. Com efeito, toda a trajetória de Custódia é permeada pela narrativa bíblica, porém, em alguns momentos, a personagem não aceita os fatos e os interpreta à sua maneira, como quando trata os dois filhos como um só: “um esforço descomunal para que os meninos se tornassem iguais, indistinguíveis, e assim se tornassem um só: Abel” (MADEIRA, 2021a, p. 35). Dessa forma, adia o momento de “saber qual dos dois era Caim. Custódia era uma mãe atormentada por duas tragédias: a do filho que mata e a do filho que é morto” (MADEIRA, 2021a, p. 35).

Por outro lado, podemos ver no comportamento de Custódia uma interpretação limitada dos eventos bíblicos quando confrontada pelo padre Tadeu a quem considera esquisito e, em certa medida, até herege por apresentar uma leitura diferenciada e mais humana da religião. Em função dos nomes atribuídos aos meninos pelo pai como forma de provocação, a personagem busca desviar – embora sem sucesso – o peso da história bíblica. Logo, “não se pode desconsiderar o peso de uma mãe, que ama em desmedida e insiste em cobrar de filhos tão diferentes as mesmas oferendas” (MADEIRA, 2021a, p. 79). Em um paralelo com a liturgia, Custódia age, *a priori*, como Deus, pois espera a mesma oferenda dos filhos e, não aceitando suas particularidades e diferenças, busca anular a identidade daquele que tem no nome o peso de ser o primeiro assassino do mundo. Todavia, não é Caim quem se torna mal, mas Abel que não aceita a separação iminente e não sabe lidar com a vida longe do irmão.

Por dedicar-se inteiramente aos filhos e à casa, Custódia “estava sempre às voltas com os bebês, descabelada e aflita” (MADEIRA, 2021a, p. 40). Em seu entendimento era para isso que sua existência valia a pena. Concomitante a essa realização nos filhos tão esperados, a personagem se anula por eles e os sufoca. Ao começar a costurar para fora e assim ganhar seu próprio dinheiro, observamos uma colisão de atribuições que a deixa confusa: “já não rezo tanto quanto antes, nem cuido direito dos meninos... Não estou achando isso certo, padre” (MADEIRA, 2021a, p. 136): sintomas da culpa na qual se assenta a identidade materna.

Todo o comportamento da matriarca é reflexo da criação de sua mãe. No romance, observamos que “religiosa, a mãe de Custódia era submissa. A Bíblia confirmava seu destino sem oferecer saída. Assim lia, assim era. Uma mulher calada, fechada e prática” (MADEIRA, 2021a, p. 154). No comportamento da mãe há muito do que ela espera que a filha seja no futuro, já que tal desempenho seria resultado da sua própria trajetória enquanto esposa e mãe, dessa forma, “por servirem de exemplo às filhas, elas passavam a vida preocupadas em manter um comportamento irreprochável, de forma a não deixar que uma discípula se espelhasse em suas falhas” (ROCHA, 2011, p. 185).

Como era comum em famílias regidas pelos preceitos religiosos, a educação das filhas era permeada por rigidez e interdições. Logo, “seu jeito de amar Custódia era a obsessão pela reputação da filha. A única mulher de cinco filhos. Virgindade: o dote precioso, o pote de ouro a ser defendido à custa de julgamentos e preconceitos contra a toda alegria” (MADEIRA, 2021a, p. 155). É possível ver o reflexo desse cuidado excessivo mais tarde ao direcionar o modo como a personagem vai tratar a sexualidade de Abel.

Os dois únicos destinos para as mulheres consistiam em casar-se ou viver de forma agregada na casa de parentes sob o rótulo de solteironas. Não é estranho que esse tenha sido o objetivo maior na vida delas durante boa parte da História. Esse é o caso de Custódia que “casou-se sem entusiasmo mas mudou-se convicta” (MADEIRA, 2021a, p. 155). As mulheres educadas sob a égide patriarcal “buscam no casamento uma expansão, uma confirmação de sua existência, mas não o direito mesmo de existir” (BEAUVOIR, 2016b, p. 189). No caso da personagem em tela isso se amplia na maternidade na medida em que deixa de dedicar-se ao marido para cuidar dos filhos.

Em que pese a esperada anulação de Custódia no casamento, destaca-se a atuação dessa figura feminina, pois ainda que tenhamos poucos vestígios de sua vida pregressa, é o seu pai quem ditava as regras no lar, situação que não se repete após seu casamento com Antunes. O poder do marido vai dando espaço a uma mulher amarga e inconformada com os

nomes dados aos gêmeos que, cada vez mais, se ampara na religião e na indiferença com o cônjuge. Na contramão desses comportamentos, é reveladora a (re)aproximação entre ambos ao final da vida de Antunes, pois só na idade madura a personagem consegue deixar o ódio amainar e assim, viver momentos felizes com o marido, inclusive no quesito sexual outrora praticado exclusivamente para a reprodução.

É um caminho de predeterminações a vida das mulheres, além de casar, é preciso legitimá-lo com os/as filhos/as, o que representaria o êxito do matrimônio e, portanto, as glorificaria (BEAUVOIR, 2016b). Em relação à personagem que agora nos ocupamos, “quando quis ter um filho, quando insistiu em fazê-lo, tolerando o sexo de que não gostava, quando se entregou à obsessão religiosa atrás de um milagre fecundo” (MADEIRA, 2021a, p. 155), Custódia não apenas buscava cumprir seu destino de mulher, “arquitetava uma vingança: ser o oposto da mãe. Queria um filho para amar de outro jeito, com quantidades abundantes de carinho e proteção” (MADEIRA, 2021a, p. 155). Apesar de esse ser o seu desejo, a personagem não consegue amá-los tão profundamente, pois acaba sufocando-os perante o peso do nome que lhes foi dado. Dessa forma, é capaz unicamente de amar Abel – não o filho que possui, mas a ideia de Abel segundo os preceitos bíblicos. Para tanto, transforma os dois filhos nessa imagem religiosa objetivando afastá-los do simbolismo do nome do primeiro assassino do mundo.

Assim como sua mãe, Custódia busca incutir nos filhos suas próprias crenças e limitações quanto ao sexo. Ao descobrir a sexualidade de Caim e Abel, revolta-se e se agarra à ideia de poluição noturna para a masturbação recorrente de Abel e se engana quanto às noites em que Caim dorme na casa da namorada. Para ela havia apenas um pensamento: “procriar sim, tomar gosto [pelo sexo], não! Na casa de Custódia, as carnalidades continuavam sendo um mal necessário” (MADEIRA, 2021a, p. 197). Sendo Eva a mãe do pecado, é evidente que todas as mulheres carreguem esse peso sobre seus ombros fazendo com que a figura masculina seja desonerada de culpa. Dito de outra forma, fica a cargo delas a tentação da carne, portanto, Custódia “não ia permitir que ela [Veneza] arrastasse o filho para uma situação de pecado” (MADEIRA, 2021a, p. 229). Os mesmos pilares religiosos que assentaram o casamento e a educação rígida de seus pais são os que a personagem utiliza para conduzir seus filhos. Para eles, “o pecado da carne era uma competência das mulheres. Seu pai e, obstinadamente, sua mãe se preocupavam somente com a carne de Custódia. Nunca com a dos irmãos. Eles, ao contrário, podiam fazer o que bem entendessem com a própria carcaça, desde que fosse com as vagabundas” (MADEIRA, 2021a, p. 229).

Além do direito ao prazer outorgado aos homens, podemos observar como as esposas alcançam, nesse campo, um lugar de destaque que às outras mulheres não cabe. Com isso queremos dizer que se comportando de forma submissa e afastando as demonstrações de prazer, as mulheres ocupariam uma posição privilegiada. Parece-nos que mais do que nunca o que está em jogo é a demonstração do gozo e não o sexo propriamente dito já que ele é condição para o objetivo do casamento: a reprodução. Aquelas que ousam se portar de forma menos recatada na relação sexual são consideradas libertinas e associadas ao pecado original cometido por Eva. Logo, é cristalino como apenas o sexo passivo e recatado é considerado adequado para as mulheres que desejam constituir um lar.

Nessa perspectiva, “o casamento era a única possibilidade de transmutar toda a viscosidade liberada no sexo em substrato sagrado. Não só para as mulheres, que se beneficiavam de uma dignidade sem igual como esposas, mas também para os homens, por afastá-los dos excessos” (MADEIRA, 2021a, p. 230). Portanto, o pecado da carne é amenizado dentro dos esquadros matrimoniais, cujo propósito é estabelecido por Deus: reproduzir-se. Não é de se estranhar, então, que a maternidade seja vista como algo sagrado e que as mulheres devam se dedicar de corpo e alma a essa tarefa sem nunca poder alcançá-la.

Ao perceber que os filhos crescem e seguem seus caminhos, a personagem sente-se desorientada. Para Beauvoir (2016b, p. 322), “a independência dos filhos arruína-lhe as esperanças”. Essa situação, certamente, seria agravada se Custódia tivesse filhas dado que se tornaria “duplamente ciumenta: do mundo que lhe toma a filha, da filha que, conquistando uma parte do mundo, a rouba dela” (BEAUVOIR, 2016b, p. 322). É o que acontece, por exemplo, na relação da personagem com sua própria mãe que lhe recebe “com o amargo prazer de se reencontrar em outra vítima; e, ao mesmo tempo, julgam-se culpadas de a ter dado à luz” (BEAUVOIR, 2016b, p. 321). Esse ranço paira no ar quando observamos o comportamento de Custódia, sobretudo após a morte do pai.

Donath (2017), ao tratar sobre os motivos que levam as mulheres ao encontro da maternidade, pontua que algumas se pautam no medo da solidão, tanto presente quanto futura. É esperado – embora haja inúmeras controvérsias – que na velhice dos pais os/as filhos/as retribuam o cuidado que esses outrora lhes dedicaram e quando isso não acontece gera revoltas, pois, novamente, haveria uma interrupção na ordem natural das coisas no sentido desenhado pelo imaginário patriarcal. Esse *modus operandi* não é seguido por Custódia, tanto que seus irmãos “entregaram para ela uma conta que vinham fazendo há muitos anos: a da filha ausente. A única filha mulher, e teve coragem de largar a mãe pra lá, desamparada no dia

a dia, entregue às noras. Muito católica, muito rezadeira, temente a Deus, mas péssima filha” (MADEIRA, 2021a, p. 209). Além de ser acusada de abandonar a mãe, sua condição de mulher é o que reforça a prerrogativa, dessa forma, podemos observar como o gênero feminino fica visceralmente atrelado ao cuidado e à necessidade de prover os cuidados com os pais mais do que os/as filhos/as.

Ainda que não seja nosso foco, nesta seção, é importante observarmos o comportamento de uma personagem que pouco aparece e/ou contribui para o desenrolar da trama: a mãe de Vedina. Em contraponto às duas personagens mães já citadas, a relação que Veneza possui com sua mãe merece algumas reflexões. Nela não há indícios de sua prática de maternagem, mas a pouca menção à sua mãe mostra-se reveladora de uma mulher que abdicou do contato com a filha para seguir seus desejos.

Observemos o diálogo entre Caim e Veneza abaixo transcrito:

- É muito estranho uma mãe... sei lá, ir embora.
- Todo mundo acha “estranho”, parece que só os pais podem ir embora!
- Ah... Ninguém pode ir embora, se você teve um filho.
- Mesmo que esteja infeliz?
- **Ficar infeliz dá o direito de abandonar um filho?**
- Ela não me abandonou, Caim. E também não desapareceu. Ela me deixou com meu pai. E ele foi ótimo, deu tudo certo (MADEIRA, 2021a, p. 190).

As constatações de Caim, provavelmente, são reflexos da educação recebida da mãe religiosa e reforçam a ideia de que as mulheres devem abrir mão de suas individualidades em favor dos/as filhos/as. Por esse prisma, até o momento do abandono, Vedina poderia ser uma boa mãe, posto que tenha mantido o casamento falido e o fardo da maternidade em prol de Augusto. Com destaque para os grifos, podemos observar como a necessidade de abandonar tudo pelos/as filhos/as deveria ser inerente às todas as mulheres, ainda que isso as deixasse infelizes. Veneza, por sua vez, a filha “abandonada” – e quem, no imaginário coletivo assentado nos preceitos patriarcais, poderia ser representada como revoltada – demonstra lucidez e maturidade para compreender que o fato de sua mãe tê-la deixado com o pai para viver a sua vida não a diminui enquanto mãe.

Apesar de, inicialmente, mostrar-se bem resolvida com as questões que envolvem sua mãe, o/a narrador/a insere fatos que contribuem para mostrar ao/à leitor/a como a relação entre mãe e filha impacta na prática de maternagem das próximas gerações. Quando menciona que, “nos últimos tempos, Veneza andava instável, emotiva. Os hormônios da gravidez, a notícia de que uma menina estava a caminho mexeram com coisas que ela considerava

chão firme: sua própria história com a mãe. Veio à tona a falta que a mãe lhe fizera, até então, romantizada pelo discurso da liberdade e do amor inexorável” (MADEIRA, 2021a, p. 256). No fundo, o/a narrador/a deixa transparecer sua convicção que o ato da mãe foi de falta imperdoável por ter optado por sua vida em detrimento da autoanulação que seria manter-se perto de Veneza exercendo o papel materno tradicional. Há uma estratégia explícita no discurso em tela que induz o/a leitor/a a uma inversão de ideias quando se trata da suposta romantização da liberdade, pois, dessa maneira, as práticas de maternagens enquanto obrigação exclusivamente feminina seriam inquestionáveis. Em outras palavras, busca-se manter a mãe enclausurada no papel que se criou em derredor das mulheres e toda e qualquer modificação, indubitavelmente, provocará marcas nos/as filhos/as, como se o inverso também não deixasse rastros na constituição desses sujeitos.

Nada é definitivo e generalizações nesse tema podem incorrer em classificações estanques e excludentes que buscamos combater quando o assunto é maternidade. Todavia, a partir das leituras apresentadas nos deparamos com indícios de que a representação literária das práticas de maternagem brancas, de mulheres de classe média, quase nunca estão preocupadas com questões financeiras para a sua manutenção e a dos/as filhos/as. Entretanto, isso não significa que esse estrato não tenha preocupações dessa natureza, mas indica que, em uma ordem de prioridades, não ocupam a primeira delas. Por outro ângulo, precisamos ter em mente que provavelmente a questão racial não é *per se* determinante para certas condutas, isto é, a intersecção entre raça e questão social se sobreporia, por exemplo, a uma delas isoladamente. Com isso queremos dizer que, no caso das representações das mães neste capítulo analisadas, por possuírem condições de prover seus/suas filhos/as é que dão espaço, exclusivamente, às questões existenciais. Do contrário, possivelmente, dividiriam suas angústias com a necessidade de dá-los condições materiais para sobreviverem. Todavia, a contar pela realidade extraliterária brasileira, podemos constatar que na maior parte do tempo as preocupações de ordem prática, como questão financeira e/ou o cuidado com os/as filhos/as, por exemplo, não são uma constante para as mães brancas de classe média e as questões psicológicas e subjetivas são prementes em suas tramas. Nos resta a inquietação sobre como as demais mães são representadas na literatura contemporânea escrita por mulheres. Seriam essas as mesmas angústias das mães negras em situação de vulnerabilidade, por exemplo? É o que veremos no próximo capítulo...

3. MÃES NEGRAS: O CORPO, AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS

“A mulher negra não brinca com bonecas,
mas com bebês de verdade, a partir dos
doze anos”

(Paulina Chiziane)

Iniciamos este capítulo referindo-nos novamente a Dalcastagnè (2008) para demonstrar que “há, em primeiro lugar, a quase ausência do negro em nossa literatura – me refiro às personagens, mas a situação é ainda mais grave em relação aos escritores” (2008, p. 215). Sendo assim, e havendo poucos/as escritores/as negros/as em evidência, nos parece claro que quando surgem as experiências dessas pessoas no texto literário, elas se apresentam e se solidificam de forma não estereotipada, com discursos potentes e urgentes.

Os espaços ocupados pelos/as poucos/as personagens negros/as são reveladores, pois “a presença negra e mestiça entre personagens é menor ainda quando são focados os protagonistas e, em especial, os narradores” (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 207). Isso demonstra que assim como na realidade extraliterária, nas páginas dos livros, frequentemente, esses grupos são silenciados e postos à margem. Essa parca representação adequada e coerente evidencia a dificuldade que os/as próprios/as autores e autoras negros/as encontram para serem ouvidos/as e, portanto, publicados/as, ao mesmo tempo em que explicita como os/as poucos/as ali representados/as, pelo prisma autoral branco, são construídos/as em uma perspectiva escravocrata e destituídos de protagonismo. Em uma linha mais extremista, a ausência de narradores/as negros/as pode indicar como os/as escritores/as não negros/as, em esmagadora maioria, preferem mantê-los silenciados também na esfera literária.

Sendo a maternidade, enquanto aspecto fisiológico, experiência exclusivamente feminina e estando as mulheres negras duplamente marginalizadas, nesse contexto, pela intersecção de gênero e raça e considerando que, historicamente, conforme denuncia Virginia Woolf (2014) em seu célebre ensaio *Um teto todo seu*, publicado em 1929, as mulheres foram afastadas do mundo da palavra escrita, é de se esperar que suas vivências (ou “desvivências”) nesse aspecto da vida sejam ainda mais desprestigiadas da cena literária. Há que se ressaltar que mesmo os/as escritores/as mais prestigiados contemporaneamente encontram dificuldades para publicar em casas editoriais consideradas importantes, como é o caso de Conceição

Evaristo, por exemplo. Quando conseguem, seus textos se tornam alvo de discussões sobre modificações textuais – como aconteceu com *Quarto de despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus²⁶ –, em uma flagrante retomada de práticas higienistas às quais a população negra foi submetida.

É extremamente importante termos em mente que a lente monofocal não é suficiente para abordar o fenômeno da maternidade. Para que nossas análises sejam minimamente condizentes com a pluralidade da experiência que se mostra factual, tomamos o conceito de interseccionalidade abordado por Patricia Collins e Sirma Bilge. Segundo as pesquisadoras, “em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 16). Nessa perspectiva, as reflexões desenvolvidas neste trabalho buscam relacionar como esses aspectos impactam nas maternagens das personagens de maneira conjunta, cientes de que, a contar da posição dos agentes, esses atravessamentos se acentuam ou não.

Utilizado pela primeira vez por Kimberlé Crenshaw (1959 -), no âmbito jurídico, a interseccionalidade encontra resistência de diversas pesquisadoras porque “em termos teórico-políticos, o problema é pensar que essas condições [mulher, negra e pobre] se dão separadas e são autônomas e que em algum momento se interseccionam”, logo pressupõe-se que há *a priori* uma separação das categorias, ademais teria Crenshaw concebido “o gênero e a raça como eixos da diferença. São eixos da diferença, mas a interseccionalidade não pergunta por que foram produzidos” (CURIEL, 2017, p. 116). Também Avtah Brah e Ann Phoenix (2017), em “Não sou uma mulher? Revisitando a Interseccionalidade”, publicado pela primeira vez em 2004, voltam aos debates sobre as interseccionalidades que, no final do século XX, movimentaram os feminismos problematizando os sujeitos em nome de quem falavam, refutando as visões a-históricas e essencialistas da categoria homogênea de “mulher”:

Em nosso ponto de vista, apesar de haver teóricos e teóricas que não são unanimidade no que diz respeito a esse conceito, julgamos que, em certa medida, suas reflexões dialogam e vão ao encontro do nosso interesse, qual seja, demonstrar que as práticas de maternagens estão visceralmente ligadas às categorias de raça, sexo e orientação sexual – dentre outras

²⁶ Mais informações em: <<https://rascunho.com.br/noticias/novas-edicoes-reascendem-polemicas-sobre-carolina-maria-de-jesus/>>. Acesso em 26 jul. 2023.

que, evidentemente, existem e não serão nosso foco nesta tese. Em resumo, nosso objetivo não consiste em debater sobre a viabilidade do conceito de intersecção como recurso analítico em sua concepção, mas antes observar como os atravessamentos dessas categorias nas mulheres mães impactam em suas identidades maternas. Assim, durante nossas reflexões buscaremos harmonizar e lançar luzes sobre os *corpora* escolhidos a fim de observar como as maternagens podem (ou não) estar atreladas a esses marcadores sem, contudo, buscar explicar o porquê foram concebidos.

Dito isso, pensemos agora no significado da palavra “mãe” e em tudo que o envolve. Muito provavelmente as associações daí provenientes estarão ligadas à experiência que possuímos com nossa própria mãe e/ou aquelas que fazem parte de nossas vidas. Nesse viés, a representação estará intimamente ligada a quem a cria, o que nos leva às questões de autoria suscitadas no capítulo anterior; já que a escrita literária sempre esteve em posse da elite intelectual composta majoritariamente pela população heterossexual e branca, é evidente que as representações desses perfis atendessem a um estereótipo ocidental. Isso quer dizer que, diante de um país que recusa seu passado escravocrata e ignora suas marcas até os dias atuais, é esperado que as vozes das mulheres negras fiquem sufocadas por uma ideia de maternidade glorificadora e nos moldes de branquitude.

Ademais, o corpo negro na literatura brasileira sempre esteve objetificado ao/para atender demandas de terceiros. Conforme assevera Evaristo (2009), a personagem feminina negra não é representada literariamente em vários aspectos, como a mãe, por exemplo, evidenciando que “mata-se no discurso literário a prole da mulher negra, não lhe conferindo nenhum papel no qual ela se afirme como centro de uma descendência. À personagem negra feminina é negada a imagem de mulher-mãe, perfil que aparece tantas vezes desenhado para as mulheres brancas em geral” (EVARISTO, 2009, p. 23). Não é que a maternidade não seja um elemento importante para a população negra, contrariamente, o que acontece é que diante da dificuldade de inserção e permanência de escritoras negras no campo literário, conforme denuncia Zolin (2021), esses perfis são parcos na literatura e não abrangem a pluralidade do fenômeno.

Se considerarmos que a maternidade é experiência exclusiva das mulheres e que a adoção ou não da experiência constitui-se como parte central da construção das identidades femininas, esconder essas reflexões da representação de mulheres negras na literatura nos indica sua rejeição enquanto mulheres relegando-as à objetificação (SANTOS, 2018). Por outro lado, parece que o cenário começa a se modificar; diversas editoras especialistas em

determinados segmentos têm se ocupado de divulgar essa produção no sentido de potencializar e expandir a voz dos/as escritores/as que não conseguem publicar por casas editoriais importantes no mercado livreiro. Essa postura, ao mesmo tempo em que expõe o racismo estrutural que impera na sociedade brasileira, se apresenta como um movimento de resistência e ampliação das vozes negras, LGBTQIAPN+, indígenas... que nos permite ter acesso ao que esses grupos têm a dizer e a reivindicar possibilitando a ampliação do debate acadêmico no esforço de alterar o estado de coisas.

Aos poucos, a experiência das mães negras vem se apresentando como ponto de reflexão na literatura. Não que antes fossem totalmente ignoradas, mas, como Evaristo (2009) nos mostra, o papel materno para essas mulheres se restringia basicamente à produção de mão de obra. Ao alçarem-se ao posto de mulheres sujeitos e, portanto, detentoras das palavras, essas escritoras começam a expressar as ambivalências da maternidade e, em se tratando de mulheres negras, como “as dificuldades que envolvem a condição materna são agravadas pelas adversidades sociais e o preconceito que atinge a elas e seus filhos pelo fato de viverem numa sociedade racista” (VASCONCELOS, 2014, p. 145).

Apesar dessa virada de chave, ainda há um caminho extenso a ser percorrido no sentido de promover a diluição de uma ideia uníssona de maternidade. Nessa seara, o romance *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, e os muitos trabalhos de Conceição Evaristo, como: *Ponciá Vicêncio* (2003), *Becos da memória* (2006) e as coletâneas de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011) e *Olhos d'água* (2014), são referências. Castro e Leal (2022, n. p.), ao analisar algumas dessas narrativas, apontam que “as mulheres encontram na maternidade o suspiro necessário para enfrentar os infortúnios de cada dia, de uma vida de dificuldades e solidão, em que o homem é coisa rara e, quando presente, na maioria dos relatos, é fonte de violência, opressão e exploração”.

Também Vasconcelos (2014), ao se debruçar sobre alguns trabalhos das autoras supracitadas, nos ensina que a maternidade para esse grupo nega “a lógica patriarcal de dominação que buscou construir uma imagem dessas mulheres sempre distante da figura materna, como produtos úteis à fantasia sexual masculina” (p. 213). Nesse viés, a contribuição de escritoras e escritores para a desconstrução desses perfis e para a ampliação dos debates acerca da experiência materna se tornam fundamentais para que as distâncias entre brancos/as e negros/as seja reduzida enquanto as agendas de ambas as partes sejam atendidas sem se sobreporem. É preciso que ouçamos as várias vozes que ecoam entre estantes de bibliotecas, livrarias, rodas de conversas e internet na tentativa de reduzir as concepções equivocadas da

maternidade e não repetirmos os erros das feministas brancas na década de 1970, cuja visão da maternidade era tida também como algo desejável e não unicamente como prisão, demonstrando que a entendiam “ainda circunscrita a uma perspectiva eurocêntrica, ocidental e não racializada” (BAIA, 2021, p. 26).

Embora seja possível discutirmos, no romance *Ponciá Vicêncio* (2003), a representação da maternidade da mulher negra, optamos por delimitar nosso recorte para outras narrativas tanto de Conceição Evaristo quanto de outras escritoras que têm se ocupado desse debate. Portanto, nosso olhar se lança sobre produções que não receberam tanta atenção da crítica literária especializada, com foco em obras que foram publicadas, sobretudo, durante nosso processo de doutoramento.

Como vimos defendendo até aqui, a maternidade não é um conceito estanque e, portanto, não atinge todas as mulheres da mesma maneira. Por essa perspectiva, desde a gestação as mulheres são atravessadas por diversas intersecções nos termos de Collins e Bilge (2021), de forma que se torna necessário, então, que essas experiências sejam representadas conforme a vivência desses grupos e não de uma forma homogênea. Para tanto, permitir que essas vozes se levantem, sejam ouvidas e transformem-se em matéria vertente de análises nos mais variados campos é urgente. Esses atravessamentos são observáveis na literatura e é sobre eles e a forma como impactam nas identidades maternas das mulheres negras que vamos nos ocupar a partir de agora nos contos elencados no volume 42 dos *Cadernos Negros* e nos romances *A Filha Primitiva*, de Vanessa Passos e *Como se fosse um monstro*, de Fabiane Guimarães.

3.1 Os cadernos negros: as identidades maternas negras em debate

A trajetória da população negra é marcada por silenciamentos. Contudo, essa parcela da população, desde que foi brutalmente capturada de sua terra natal, desenvolve estratégias de resistência à imposição do pensamento eurocêntrico. Abandonados/as a toda sorte pelos últimos suspiros do Governo Imperial brasileiro e pela República que nascia em seu lugar, após a abolição da escravatura, homens e mulheres negros foram postos à margem pelo Estado e substituídos pelos/as imigrantes europeus/europeias que aqui aportavam. Daí decorrem, certamente, inúmeras dificuldades que até hoje sofrem, dentre as quais destacamos o acesso ao ensino e a possibilidade de ser tornarem homens e mulheres das letras.

Como se tornou comum durante toda sua existência – forçados pelas circunstâncias, é evidente – essas pessoas encontraram saídas para que suas vozes e histórias fossem ouvidas e lidas. Dentre elas destacamos a coletânea *Cadernos Negros*, criada durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) e que se apresenta “como resistência às invisibilidades dos afrodescendentes e de abrir-se às ressonâncias de vozes que desde o século XIX vêm procurando respostas para as preocupações intensas sofridas pelos segmentos marginalizados no Brasil” (FONSECA, 2010, p. 61).

A literatura brasileira “foi sempre pensada [pelos autores] a partir das representações imaginárias que fazem dos descendentes de africanos os herdeiros de uma visão discriminatória sobre os negros e o continente de onde veio a força de trabalho indispensável ao funcionamento da máquina colonial” (FONSECA, 2010, p. 55). Com efeito, esses indivíduos foram reduzidos à força bruta e, no caso das mulheres, também à reprodução sendo destituídas de qualquer subjetividade, apesar de possuírem conhecimento técnico em várias frentes, como na mineração e no manuseio das ervas, por exemplo. Apesar de apagadas na literatura, a representação materna negra sempre esteve presente na história brasileira como nos mostram os estudos de Segato (2007), analisados por Vasconcelos (2014), sobre os registros históricos e sociológicos das relações entre as mães de leite e as mães secas na história do Brasil.

Não é necessário pontuar que a maternidade, em suas diversas formas, não é assunto inédito nos *Cadernos negros* já que a experiência é primordial para essas mulheres. Stevens e Vasconcelos (2011), em artigo sobre as outras cores das mães na literatura afro-brasileira, citam alguns contos de edições anteriores do periódico. Nos que versam sobre a temática, podemos observar que:

as personagens expressam sentimentos bem variados, desde a tensão de exercer a maternidade em meio a um ambiente social quase sempre hostil, envolvendo violência e baixa expectativa de futuro, a preocupação com a formação dos filhos, muitas vezes sem o auxílio da figura paterna e sem meios escolares adequados, até o conflito de gerações expresso através dos desentendimentos entre mães e filhos (VASCONCELOS, 2014, p. 105).

Nossa escolha pelos cinco contos do volume 42, publicados em 2019, justifica-se pelo fato de, no momento da escritura desta tese de doutoramento, terem sido as últimas narrativas sobre a temática no periódico, o que pode indicar atualizações na compreensão do fenômeno. Portanto, a seguir nos ocupamos desses contos que possuem a maternidade, se não como mote, ao menos como tramas paralelas. Como se trata da ressignificação de uma temática que

não teve, dentro dos esquadros canônicos, destaque na literatura negra, as representações maternas nos romances contemporâneos são difíceis. Por isso, neste capítulo, transitaremos entre os gêneros conto e romance.

É imperioso destacar que a maternidade negra, em seus mais variados desdobramentos, passa, inevitavelmente, pelas discussões sobre o passado escravocrata (DAVIS, 2016; BAIA, 2021). Perceberemos ao longo da leitura de todos os *corpora* analisados que as referências à escravidão e suas consequências são acentuadas. Evidentemente, não poderia ser de outra forma, haja vista o racismo estrutural que se mantém na sociedade brasileira. Tal premissa é importante, sobretudo porque, “ao desconsiderar a experiência de mulheres negras escravizadas, nesse período, como uma experiência de maternidade, historicamente construímos um ideal do que seria uma ‘mãe’ e, dessa forma, impusemos limitações de cunho racial neste modelo” (BAIA, 2021, p. 53). Logo, o apagamento deste marcador racial não apenas desconsidera a experiência para as mulheres negras como reforça a ideia unívoca de maternidade branca.

No primeiro conto por nós elencado, intitulado “Em segurança”, a escolha do espaço para residir, próximo ao mar, evidencia o desejo, principalmente da protagonista, de estar próxima às suas origens. Para Chevalier e Gheerbrandt (2015), nas tradições judaica e cristã, a “água é fonte de vida e fonte de morte, criadora e destruidora” (p. 16). Ademais, considerando que uma das arestas interpretativas para esta narrativa aponta para a maternagem, Vasconcelos (2014) reitera que as deusas africanas relacionadas à maternidade estão intimamente ligadas à água. Nessa direção, a pesquisadora toma emprestada de Édouard Glissant (1928-2011) a imagem do “mar como um útero que gera escravizados, pois durante a travessia é que os que foram presos iam tomando perfeita noção da gravidade de sua nova condição, iam nascendo como escravos” (VASCONCELOS, 2014, p. 178).

Para as religiões de matriz africana, a água é extremamente importante porque diz respeito à criação, à ancestralidade. Aí é muito importante a lenda de Mami Wata que, conforme nos ensina Martini (2017, p. 59), resume “uma tradição de culto transcultural a uma Mãe d’Água, basicamente nominada com a tradução literal de Mãe d’Água (“sereia”), ou com sinônimo de espécie de animal sirênio, tanto na África quanto nas Américas, podendo ser usada no plural, como Kianda”. Transposta para o contexto brasileiro, podemos afirmar tratar-se de Iemanjá, considerada “a mãe de muitos orixás” e donde “de sua própria substância extrai os deuses que fundaram a cultura iorubá. Ela representa a mulher no mundo: a figura da

mulher-mãe que concebe, alimenta e abriga os seus filhos, o seu legado” (DAMASCENO, 2015, p. 39).

Ao chegar em frente ao prédio após a corrida matinal, Renata se dá conta de que não está com as chaves do portão e resolve esperar o marido lhe levar uma cópia. É durante essa passagem de tempo que temos acesso às violências que a personagem sofre. Torna-se significativa a corrida que a personagem havia praticado, pois, sentada, lembrou-se da “face da falecida mãe, sempre correndo de um lado para outro da cidade, e pensando no quanto se pareciam. Ela, a filha, não correria mais” (MARTINS, 2019, p. 180). Essa movimentação apressada denuncia a condição de sua mãe no exercício da sobrevivência posto que indique que a mesma precisasse correr a cidade toda para garantir o sustento da família.

Diferentemente do que acontece nas outras narrativas que analisamos no capítulo II em que não há a preocupação do/a narrador/a em detalhar as características físicas das personagens, aqui elas são importantes, pois antecipam os episódios de racismo que Renata sofrerá durante o tempo que Oscar demora até chegar em frente ao prédio para lhe entregar as chaves. Primeiro, é confundida com uma mendiga quando uma senhora lhe dá dinheiro e pede que ela não gaste com drogas; depois, lhe mandam ir trabalhar, seguido pelo questionamento do valor do programa; e, por fim, é destituída de sua maternidade pela diferença entre o seu tom de pele e o do filho, Raul, resultando em uma abordagem policial que a transforma de vítima à culpada.

Todas as ofensas sofridas pela personagem demonstram que o comportamento pouco importa nesse contexto – até mesmo porque nenhuma delas implica de reações a ações praticadas por Renata. A motivação é uma só: a cor de sua pele. Cansada de ser insultada por todas aquelas pessoas brancas, a protagonista se rebela e é confrontada pelo homem que a censura para que cuide bem do menino que chora, entretanto não encontra na polícia amparo algum. A simples chegada de “Oscar, alto e loiro” (MARTINS, 2019, p. 184) na cena põe fim ao comportamento opressor da polícia o que demonstra mais uma vez que as desconfianças que recaem sobre ela estão atreladas à sua negritude. Por mais que sejamos compassivos com a triste realidade que os negros e as negras deste país enfrentam diariamente, jamais saberemos com propriedade o que eles/elas passam. Várias pessoas, inclusive, nem se dão conta e vociferam em prol (do mito) da democracia racial. O encerramento desse conto é significativo desse pensamento. Oscar fala: “– Desculpa a demora. Mas você estava em segurança aqui na frente de casa, não estava? Tinha até polícia...” (MARTINS, 2019, p. 184). A ironia de ter polícia é fulcral para a compreensão do enredo, haja vista que expõe a

fragilidade, para a população negra, de estar sob a tutela da polícia já que é a própria instituição que valida as agressões sofridas por Renata.

O título, portanto, é uma ironia da autora já que se supõe que a polícia manterá todos/as os/as cidadãos/cidadãs em segurança, porém, o que acontece é justamente o contrário, coadunando com a realidade da população negra que é constantemente vítima de abusos policiais. Conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, houve aumento de aproximadamente 5% na taxa de morte de pessoas negras e pardas por ações da polícia; observadas as intervenções policiais, 84,1% correspondem ao grupo citado²⁷. É possível conjecturarmos ainda tratar-se de uma denúncia da autora do romance em tela em relação à sua perspectiva profissional, já que ela é defensora pública no Maranhão, onde certamente deve se deparar com situações que fazem parte da alarmante estatística brasileira, já que trabalha na defesa da mulher e da população LGBTQIAPN+.

Subentende-se que o casamento dos pais de Raul passa por algumas dificuldades de ordem sentimental já que “quando estavam juntos falavam mais do filho do que deles dois” (MARTINS, 2019, p. 182). Apesar de cogitar morar sozinha com o menino, Renata se pergunta se daria conta da responsabilidade e se o marido ainda a amava, já que “muitas vezes o amor do pai pela cria só durava enquanto ele tinha amor pela mãe” (MARTINS, 2019, p. 182-183).

A realidade da família em tela retrata as divisões de trabalhos ratificadas pelo patriarcado. Diante do filho que chora, Renata se lamenta: “era tão difícil ser mãe! O pai fugia daquelas situações e, embora ela cobrasse dele que fosse mais presente, Oscar sempre inventava uma desculpa para se afastar” (MARTINS, 2019, p. 183). Ainda que pese a participação masculina na vida do filho, ficam a cargo da personagem principal as tarefas básicas de cuidados com a criança. Nesse conto, a experiência do fenômeno por nós trabalhado está atrelada majoritariamente às questões de gênero e raça, não sendo uma problemática expressa na materialidade textual a intersecção com a classe social, uma vez que os personagens principais moram em um prédio de classe média de frente para o mar e em momento algum da narrativa assuntos dessa ordem são mencionados. Todavia, as características elencadas apontam para nossa tese de que a ideia de maternidade atinge as mulheres de formas distintas, nesse caso na intersecção de classe e raça, pois a protagonista, além de ter de lidar com as dificuldades decorrentes da maternidade, acumula as violências

²⁷ Disponível em < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/05-anuario-2022-letalidade-policial-cai-mas-mortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2023.

resultantes do racismo, o que, inevitavelmente, modifica a forma com que vivencia a relação com o filho.

No conto “Afeto”, de Marli de Fátima Aguiar, a imagem da boneca é central para o desenrolar e o entendimento da narrativa, pois norteia todas as memórias da protagonista em relação à mãe e sua tarefa de confeccionar bonecas para entreter as filhas. A personagem é levada para a sua infância ao se perceber diante de espelho, , do qual o simbolismo é determinante para a compreensão do que se passa com Makeba, uma vez que ele reflete “a verdade, a sinceridade, o conteúdo do coração e da consciência” (CHEVALIER; GEERBRANDT, 2015, p. 393). Também a onomástica da personagem é importante, haja vista que nos remete à cantora e compositora Zenzile Miriam Makeba (1932-2008), também chamada de “Mama África”, que teve um papel de destaque no ativismo pelos direitos humanos e na luta contra o *apartheid* por meio de sua arte. Do mesmo modo, é significativo que seja por meio do livro que as memórias sejam acessadas, o que pode indicar a importância de se ter voz própria para que o registro da História seja revisto em relação à população afrodescendente.

Igualmente às mulheres escravizadas que “aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escravo” (DAVIS, 2016, p. 19) e que não deveriam criar vínculos com os/as filhos/as que mais tarde seriam vendidos/as pelos senhores, Makeba não deve se apegar às bonecas que sua mãe fazia, mesmo as “de pano, que, assim como as de milho, não eram duradouras. Todas elas tinham um tempo limite de existência, um dia ou uma noite, assim não criavam vínculo” (AGUIAR, 2019, p. 242).

Como vimos dizendo, a presença da água, sobretudo relacionada aos mares, é imprescindível para compreendermos essas pessoas. O/A narrador/a afirma que “pensava Makeba nas histórias que sua bisavó contava, sobre a travessia do Atlântico, quando mães faziam bonecas de pedaços de suas poucas vestimentas para as crianças e homens, para esquecerem a dor e a angústia do momento e para não morrerem de banzo” (AGUIAR, 2019, p. 243). O simbolismo de (re)nascimento em meio às águas dos oceanos, ainda que em um contexto de morte, parece se sobrepor à destruição que esse elemento também representa, e isso só é possível por meio das memórias. Ademais, também os orixás dos mares estão relacionados à maternidade, sendo que no Brasil sofreram modificações estando associados à Iemanjá e Oxum (VASCONCELOS, 2014).

Nessa narrativa, não se observa a presença da figura masculina, o que pode sinalizar o abandono de que a mulher negra é constantemente vítima já que ela mesma se questiona em frente ao espelho: “– Onde foram parar os homens que te amaram um dia?” (AGUIAR, 2019, p. 240). Noutra perspectiva, a ausência de homens na trama indica a relação que essas mulheres possuem com a matrifocalidade segundo a qual “a mãe é a figura estável e as outras pessoas do grupo doméstico funcionam ao seu redor; a maioria dos contatos dos membros da família é realizada com parentes matrilaterais, e as mulheres têm o poder de decidir sobre as crianças e a casa” (STEVENS; VASCONCELOS, 2011, p. 75).

No cenário distópico de “Fim do mundo”, escrito por Nana Martins, a protagonista grávida se vê em um ambiente violento que contrapõe brancos/as e negros/as. A aclamação pela ditadura expressa na voz de “uma senhora com saia longa, óculos e coque na cabeça [...] carrega uma bandeira pela marcha da família” (MARTINS, 2019, p. 253), assim como as disposições dos personagens à direita e à esquerda na ação da trama, ilustra o contexto brasileiro dos últimos anos em que o apelo pela volta da ditadura e a violência contra a população negra cresceu vertiginosamente.

Ao acordar no quartel general – QG do Exército da Salvação Xangô – espaço de resistência da população negra, a narradora, apesar de mestiça e, por isso, com chance de escolher qual lado gostaria de ocupar, se preocupa com o filho a essa altura já nascido. O desejo de não priorizar grandes nomes para atribuir ao menino nem desejar que o filho se torne uma pessoa importante, demonstra a vontade de que a criança possa ter uma vida tranquila e o mais normal possível; sobretudo se levarmos em conta os nomes inicialmente cogitados: Zumbi, Mandela, Luther²⁸ que foram de homens importantes na luta pelos direitos negros e, por isso, sofreram as mais variadas violências.

Almir, a última criança negra nascida, representa a resistência de uma população dizimada pelo racismo e a esperança de que dias melhores virão. Decidida a lutar para que o filho possa ter um futuro melhor e para que a violência contra seu povo cesse, a narradora vai ao mundo dizimado para “tentar descobrir como o inimigo pensa” (MARTINS, 2019, p. 256). Tal adversário é representado pela figura do próprio pai que mais tarde o matará ao tentar ferir Almir e, dessa forma, cumprirá a profecia: “A paz só chegará no dia em que aquela que for mãe, mulher e filha morrer diante dos olhos dos que mais a amam. Seu sangue purificará a

²⁸ Referência aos ativistas Zumbi dos Palmares (1655-1695), Nelson Mandela (1918-2013), Martin Luther King (1899-1984) ou Martin Luther King Jr. (1929-1968).

terra” (MARTINS, 2019, p. 260). Se, por um lado, o sacrifício da mãe alude ao ideal de maternidade em que a mulher é altruísta e capaz de dar a vida pelos/as filhos/as, por outro, a intersecção com a raça se faz pungente para a compreensão do gesto da narradora. Não é somente o filho que a protagonista salva, mas também a continuidade de seu povo que desde sempre sofre com as tentativas de extirpação dos/as negros/as por meio de práticas eugênicas que se maquiavam em discursos de saúde pública. Sobre essas práticas, a filósofa Sueli Carneiro cita o documento sobre o censo demográfico de 1980 em que “é apresentada a proposta de esterilização massiva de mulheres pretas e pardas” (CARNEIRO, 2011, p. 132) e, mais recentemente, a posição do então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, acerca da “legalização do aborto como forma de prevenção e contenção da violência, por considerar que a fertilidade das mulheres das favelas cariocas as torna ‘fábrica de produzir marginais’” (CARNEIRO, 2011, p. 131), essas, “coincidentemente”, eram mulheres majoritariamente negras.

A transformação física da personagem para essa missão é significativa: “é o momento de raspar os cabelos e de me encontrar no escuro do meu ser. Passo por vários dias de treinamento, então eu me enegreço, aceito meu legado e minha condição” (MARTINS, 2019, p. 256). Esse movimento permite que a protagonista projete sua maternidade a partir da lembrança de seus pais. A lembrança desse homem, “um grande general do exército, [que] sempre negou minhas origens e escondeu minha mãe em um porão para que ninguém soubesse quem ela era. Nunca me deixou mamar em seus seios” (MARTINS, 2019, p. 256-257), é imperativa da maneira como subjuga o outro. Ainda que não haja marcações de tempo específicas na narrativa, o passado escravagista se mostra como erva daninha já que a forma como exerceu a influência sobre sua esposa é característica de homens brancos que viam na mulher negra apenas um corpo para satisfazer seus desejos e encher seus bolsos.

Essa imagem de impossibilidade de a personagem ser amamentada e o fato de o seu próprio filho ter sido criado pela comunidade são extremamente representativos da cultura afrodescendente. Nessa perspectiva, Collins (2019), ao tratar do ponto de vista das afro-americanas sobre a maternidade, aponta cinco temas que são importantes para as mulheres: as mães de sangue, mães de criação e redes centradas nas mulheres; mães, filhas e a socialização pela sobrevivência; mães de criação da comunidade e ativismo político; a maternidade como símbolo de poder; e o significado pessoal da maternagem. Evidentemente que o recorte da pesquisadora é específico e ilustrado pela realidade norte-americana, todavia é possível que

tomemos emprestados alguns conceitos que, em nosso entendimento, se encaixam na realidade das mulheres brasileiras.

Ser “filho de todas as mulheres, daquelas que perderam seus filhos, daquelas que não podem engravidar e daquelas que um dia engravidarão” (MARTINS, 2019, p. 258) possibilita que a comunidade exerça poder sobre a criança em diversas frentes já que são responsáveis pelos seus/suas filhos/as e pelos de suas “irmãs”. Dessa forma, essas mães “quando enxergam a *comunidade* como responsável pela criança e atribuem a mães de criação e pessoas de fora do ambiente familiar o ‘direito’ de educar a criança, as afro-americanas que endossam esses valores questionam as relações de propriedade prevaletentes no capitalismo” (COLLINS, 2019, p. 305, grifo da autora). Com isso, vemos como a comunidade é importante para as mães negras (como também veremos adiante na maternidade indígena) e sua relação com os/as filhos/as porquanto seja determinante para a transmissão cultural e para cultivar a ancestralidade.

Já no conto “Negra trama”, de Zainne Lima da Silva, Stela, a narradora, relata a história de Elisângela, sua companheira de manicômio, cujo pai foi morto com um “tiro na testa, rasgando seu maior perigo – o pensamento” (SILVA, 2019, p. 295). De partida, já somos apresentados ao poder que o pensamento tem sobre o mundo e sobre as pessoas, por isso é expressivo como a morte do pai é representada. Apesar de o/a leitor/a se deparar com a ideia do (auto)conhecimento como operador das ações, para a sociedade retratada no conto (e, provavelmente, muitas pessoas no mundo real), ele foi morto por alguma motivação ilícita. Dessa forma, o estereótipo do negro enquanto marginal é pungente no conto em análise, “porque todos, mas todos mesmo: hospital, polícia, até os anônimos que olhavam o homem ensanguentado no asfalto, criam que ele era um marginal, que os tiros eram legítimos [...] deixaram o homem morrer de sepsis. sepsis racial. higienização” (SILVA, 2019, p. 296). Não obstante a família ter aceitado bem a morte do pai, a protagonista não se convence e busca entender os motivos; e é em razão desse inconformismo e das feridas abertas em seu peito pelos tiros que mataram seu pai que a personagem é internada em um manicômio.

Uma aparente contradição de Elisângela, isto é, o casamento com um homem branco – logo ela que “falava muito sobre amar pessoas negras, valorizar as pessoas negras e suas qualidades” (SILVA, 2019, p. 297) – pode demonstrar, talvez, o anseio por obter uma qualidade de vida que de outro modo seria muito mais difícil já que a população branca é rodeada de privilégios. Concomitantemente, essa situação talvez possa indicar uma ironia da autora em relação à ideia amplamente difundida em séculos passados de que os homens

prefeririam as mulheres brancas para se casar e as negras e mestiças para se divertir. Assim, “se homens negros preferem mulheres brancas para se casarem, o contrário não é verdadeiro, já que entre as mulheres negras não se observa a mesma recorrência, pelo menos em termos proporcionais” (PACHECO, 2008, p. 83).

Até mesmo porque a narradora ainda nos revela que a personagem “segredou que, uma vez que ela, negra de pele clara, concebesse uma criança com seu marido branco, a criança, muito provavelmente, nasceria clarinha. clarinha o suficiente para deixar de ser alvo da violência sistêmica. ela poderia ser mãe em paz” (SILVA, 2019, p. 297). Daí vislumbrarmos alguns aspectos das intersecções pelas quais as mulheres negras estão atravessadas. Portanto, podemos inferir que o mecanismo encontrado por Elisângela para dar fim às violências que seu povo sofre diariamente foi casar-se com um homem branco e ter tido um filho do mesmo tom de pele, a quem “amava sem reservas, consciente da manobra que havia feito para não ter a **maternidade interrompida**” (SILVA, 2019, p. 297, grifos nossos). Em atenção aos destaques, fica evidente como a protagonista tem consciência de que para evitar que sua maternidade fosse interrompida pela morte do filho, o casamento com um homem branco poderia reduzir as chances de que isso acontecesse. A interrupção mencionada, portanto, refere-se aos altos índices de mortalidade de pessoas negras vítimas da violência sistêmica proveniente da performance estatal.

No entanto, é preciso ressaltar que essa manobra não se sustenta por muito tempo, como pudemos ver no conto “Em segurança”, analisado anteriormente, pois no contexto brasileiro, infelizmente, essa parcela da população não está a salvo das violências raciais. Também na narrativa de Zaine Silva a estratégia da protagonista não a mantém distante do contexto de barbárie, pois é a partir da notícia da morte de uma criança que “Elisângela perdeu o controle da dor. chorou até desfalecer” (SILVA, 2019, p. 297).

É por meio da dor que a narradora e a protagonista se encontram em um espaço de aprisionamento, remetendo-nos às condições da escravidão. Torna-se notório como o destino daqueles que ousavam subverter a ordem das coisas é esses espaços de cerceamento das ideias, pois ambas, Elisângela e Stela – pensamento crítico e a concretização da escrita, respectivamente – são afastadas das ruas. Nessa esteira, sendo elas um risco para a manutenção do cenário de superioridade branca, só lhes resta a reclusão e o rótulo de loucas. Em tempo, principalmente na literatura canônica, assim como a morte (suicídio ou por outros motivos), a loucura foi um dos destinos dados àquelas mulheres que ousaram contestar a supremacia masculina, como podemos observar em Bertha Rochester, personagem de *Jane*

Eyre (1847, 2018), de Charlotte Brontë, ou a protagonista sem nome de *O papel de parede amarelo* (1892, 2016), de Charlotte Perkins Gilman.

As configurações de maternagens permeiam todo o conto na medida em que, se no caso de Elisângela sua relação com o filho denota certa estratégia de sobrevivência, no de Stela ilustra como as mulheres negras foram afastadas da maternidade em função da força de trabalho. O excerto “Elisângela é a filha que eu nunca me permiti ter. e eu tenho tempo de dar a ela a atenção que a mãe, viúva, não conseguira” (SILVA, 2019, p. 298), demonstra a rede que as mulheres negras possuem no cuidado com as crianças, evidenciando aquilo que a própria narradora demonstra consciência ao afirmar que “a professora Lélia costumava dizer que mulheres como eu, de pele mais escura, eram mães de muitas crianças que não pariram e nem escolheram para si” (SILVA, 2019, p. 298). É flagrante como a *práxis* citada está condicionada à realidade da mulher escravizada que, “além de estar submetida a todas as formas de tortura já conhecidas, havia ainda a possibilidade de ser usada como reprodutora de peças, vendendo seus filhos para aumentar seus lucros e aproveitando-a como ama de leite para seus filhos” (VASCONCELOS, 2014, p. 82).

As imagens estereotipadas das mães afro-americanas ajudam-nos a entender como a opressão é justificada por meio das representações sociais ao mesmo tempo em que a análise dessas imagens contribui para que entendamos não só a objetificação, mas também as características interseccionais que as atravessam. Quatro são as imagens que podemos elencar para essa representação e controle, a saber: a *mammy* – aquela que vive em função do outro; a matriarca – tidas como pouco femininas, que trabalham fora e não conseguem se dedicar totalmente aos/às filhos/as; as mães dependentes do Estado e, por fim, a Jezebel, cuja sexualidade é a florada (COLLINS, 2019).

O relato de Stela nos permite que a classifiquemos, primordialmente, como *mammy*, pois nos revela que foi “a responsável por criar os filhos de meus patrões, a bá a quem as crianças corriam quando algo não ia bem [...] eu fui mais que mãe, fui também a escrava moderna” (SILVA, 2019, p. 299). A personagem é construída como “uma mulher assexuada, uma mãe substituta de rosto negro [*in blackface*], cuja devoção histórica a sua família branca dá lugar, hoje em dia, a novas expectativas. Espera-se que as *mammies* contemporâneas se comprometam totalmente com o trabalho” (COLLINS, 2019, p. 142-143, grifos da autora). Também a pesquisadora Fabiana Carneiro da Silva, ao abordar a mulher negra na literatura brasileira, afirma que a ‘bá’ ou ‘mãe preta’ é uma imagem “depreendida a partir do vínculo entre maternidade e trabalho escravo” (SILVA, 2016, p. 455) o que nos mostra como a

intersecção entre gênero e raça é uma máxima que vem restringindo a atuação feminina negra há muito tempo e que se refrata na sociedade contemporânea.

É intuitivo que a construção de Stela se aproxime mais da imagem da mulher negra escravizada que Elisângela, ainda que ambas sofram várias formas de opressão. No caso da primeira, ela não teve um companheiro para realizar sua maternidade e desenvolve seu desejo materno no cuidado da companheira de manicômio. O excerto a seguir, todavia, deixa transparecer outra compreensão para tudo que passou: “olho para meus seios murchos e lembro bem cada boca rosa de criança desdentada que passou por eles. amei cada um dos filhotes de patrões. amei sem nada em troca; nem respeito, nem saudade” (SILVA, 2019, p. 299). A intersecção entre gênero, raça e classe social se manifesta de forma contundente, já que é possível conjecturar que as condições de vida impelem a narradora a exercer esse cuidado com o outro, acentuado pela questão racial e pela necessidade de se colocar em último lugar. A narradora neste papel de *mammy* é “a face pública que os brancos esperam que as mulheres negras assumam diante deles” (COLLINS, 2019, p. 142).

A escrita, nessa trama, opera como um processo de subjetivação da narradora, nos termos de Zukoski e Zolin (2020), posto que sua patroa dizia “que era muito revoltada, vivia com caderno e lápis na mão, falando de racismo” (SILVA, 2019, p. 300). Segundo as pesquisadoras, “a escrita possibilita às personagens femininas uma focalização nelas mesmas e, a partir disso, a transposição da condição de mulheres-objeto para mulheres-sujeito, assumindo o controle de si e de suas próprias vidas”. (ZUKOSKI; ZOLIN, 2020, p. 65). É nessa direção que aponta o final da narrativa, já que é enfática ao dizer: “eu me chamo Stela, tenho 62 anos e não sou louca. repito sempre para não esquecer” (SILVA, 2019, p. 300). Destaca-se o modo como a narradora grafa a palavras em seu registro já que não utiliza a letra maiúscula no começo das frases, lembrando a feminista bell hooks (1952-2021) que utilizava o nome grafado em letras minúsculas como uma homenagem a sua bisavó materna, e que objetiva dar enfoque no conteúdo de seus escritos e não na pessoa da escritora.

Nem só a concretização da maternidade é mote para os contos do volume de *Cadernos Negros* que temos nas mãos. No conto “Não vai achando que é só alegria”, de Samira Calais, somos apresentados a um grupo de amigas de longa data que se encontram para conversar. A voz narrativa nos traça a história de vida de Jô, a única negra do grupo e a responsável pelo encontro daquele dia. Por meio dessa linha somos informados que a protagonista era bolsista em um colégio particular em que a mãe era professora e que “demorou bastante para se

enturmar naquele colégio de crianças ricas, onde era a única negra. Para uns era a ‘neguinha metida’, para outros era apenas invisível” (CALAIS, 2019, p. 262).

Parece-nos significativo que Jô fora acolhida pelas demais crianças por sua habilidade física no esporte já que essa era uma das condições para que os/as negros/as fossem mantidos junto de seus senhores. Dessa forma, ainda que com outra roupagem, percebemos que a característica física da protagonista é o que lhe permite que faça parte de um grupo. Da mesma maneira, o fato de começar a namorar mais tarde, sendo a última a ser escolhida, provavelmente, demonstra a atmosfera que a personagem precisou suportar por muitos anos para se sentir parte de algo, sendo muitas vezes silenciada uma vez que “Jô mais ouvia do que falava” (CALAIS, 2019, p. 262).

Pronta para dar a notícia de que cursará o Doutorado na França, a protagonista é interrompida pelas amigas que, sem esperar qualquer palavra de Jô, acreditam que o grande acontecimento é a maternidade. A sequência é um recheado de diálogos entre as jovens sobre o momento ideal para a gravidez e os acontecimentos ruins que a experiência certamente trará (daí o título do conto) fazendo com que a protagonista não consiga se pronunciar em uma variação do *manterrupting*²⁹. Aqui podemos ver como os discursos brancos são sobrepostos e inviabilizam a voz negra ainda que a experiência seja dela. É significativa a interrupção sofrida, pois faz com que se lembre “de quantas vezes já tinha sido silenciada, numa mesa de bar ou na universidade. Entendeu que sempre tinha que fazer o dobro para se destacar, para ter sua voz ouvida” (CALAIS, 2019, p. 266).

A população negra precisa se dedicar duas ou três vezes mais que os brancos para que possa ser reconhecida como iguais em uma conhecida ideia equivocada de democracia racial. Apesar de ter sido aprovada em um dos maiores vestibulares do país, ter uma carreira de professora universitária sólida e conseguido um Doutorado na França, a personagem é reduzida ao que o ideário social credita como ideal para as mulheres: a maternidade. Dito de outra forma, não se supõe que a boa notícia possa ser alguma outra conquista profissional ou material, mas somente a maternidade poderia ser a resposta correta para aquela charada já que a completude feminina se daria, exclusivamente, por essa experiência.

As experiências com a maternidade e as maternagens para as mulheres vão muito além das ocupações práticas da vida, elas impactam na construção das identidades e fazem parte de um extenso rol de situações em várias frentes. No quesito psicológico e na própria relação da

²⁹ Expressão utilizada para situações em que os homens interrompem as mulheres quando essas estão explicando algo.

mulher com a sua mãe, as modificações são substanciais e descortinam um rol de situações que estão visceralmente ligadas à intersecção de classe e raça, como veremos na seção seguinte.

3.2 *A filha primitiva: reflexões sobre a filha da filha e ela mesma*

“Hoje não quis sentir ódio da minha mãe.
Quis entender seus traumas do passado,
justificar seus erros do presente. Mas como,
se a vida dela é uma página em branco? E
isso fazia de mim uma personagem
incompleta, mal construída, sem porquês
nem explicações”

(Vanessa Passos)

Nestas duas próximas seções, voltaremos a trabalhar com o gênero romance. O primeiro título escolhido é de autoria da jovem escritora cearense Vanessa Passos que já tem em seu currículo títulos como: *Manual de estilo e criação literária com a artesã Lygia Bojunga* (2018), *Fábrica de histórias* (2019), *A mulher mais amada do mundo* (2020), além do romance *A filha primitiva*, vencedor da 6ª Edição do Prêmio Kindle de Literatura e, por isso, publicado em formato físico em 2022 pela Editora José Olympio, que agora será objeto de nossas reflexões. Importantes nomes da literatura brasileira contemporânea já se manifestaram sobre a potência narrativa de Vanessa Passos. Uma delas é Carola Saavedra que, na contracapa do romance, observa tratar-se de “um livro que retrata a complexa relação mãe e filha, o desamparo, o amor e o ódio que se misturam, as vozes e os silêncios que herdamos” (n. p.).

A esta altura, não nos parece adequado considerar que o instinto materno seja inerente a todas as mulheres, já que isso implicaria classificar as que não o sentem como portadoras de patologias nos campos fisiológico e psíquico. Como bem pontua Badinter (1985, p. 367), “a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações” é o que determina a relação da mulher com sua prole sendo o amor (ou o ódio) adicional e não inerente a todas as mulheres. Durante um longo período conjecturou-se que pelo fato de as

mulheres liberarem os hormônios ocitocina e a prolactina se justificaria o instinto materno. Contudo, apesar de potencializadores da relação entre mães e filhos (BADINTER, 1985; 2011; IACONELLI, 2015), esses não devem ser considerados suficientes para defini-las como mães ou não, até mesmo porque “a ocitocina é liberada também no sexo e em outras situações de conexão humana” (LEITE, 2019, p. 51). Também se acreditou que a amamentação fosse determinante para o aparecimento e o desenvolvimento do suposto instinto materno naquelas que não se sentissem mães desde a gestação. Nessa perspectiva, seria a partir “da interação física entre a mãe e o bebê que é suscitado o amor materno” (HILFERDING, 1991, p. 90), sendo o/a primogênito/a peça fundamental dado que “pelo contato físico com a criança, através do cuidado, da amamentação” (HILFERDING, 1991, p. 91), o amor materno se construiria; enquanto que nos/nas próximos/as filhos/as a lembrança dessa prática impulsionaria o comportamento da mãe. Por isso, buscamos debater como a amamentação é representada no romance de Passos e a relação estabelecida com a construção do papel de mãe da protagonista.

Ora, do mesmo modo que o aleitamento materno era visto como sinônimo de pertencimento à baixa sociedade nos séculos XVII e XVIII, noutra momento o elogio às lactantes se fez presente (BADINTER, 1985). É o que ilustram as imagens religiosas dos séculos XIX e XX em que “é possível perceber que as representações do feminino na arte expressavam uma forte ligação com a essência maternal” (MORAES, 2021, p. 33). Se antes a relação entre mães e filhos/as nesses retratos era desinteressada, a partir do saber médico atrelado à preocupação com a população civil é que a amamentação adquiriu *status* de obrigação materna e passou a ser imposta para as mulheres.

No caso do romance sobre o qual nos debruçamos, a constatação de que só se sente mãe durante a prática da amamentação sinaliza que sua construção materna está, unicamente, atrelada às necessidades fisiológicas da criança, porquanto “a menina [estivesse] sugando de mim a mãe que eu não era” (PASSOS, 2022, p. 15). Isso pode indicar ainda a ausência de amor materno já que este “freqüentemente [sic] se exprime pela recusa em amamentar a criança ou pela intenção de não ficar com ela” (HILFERDING; PINHEIRO; VIANNA, 1991, p. 89). Apesar de amamentar e dar início ao contato necessário para que o sentimento desperte (ou não), o desejo de não ter a filha próxima de si se sobrepõe de forma que podemos ler o gesto de amamentar mais como um instinto de vida que de amor, dado que a preocupação da jovem mãe, neste momento, é cumprir com as suas obrigações de mamífera. Salta aos olhos a

zoomorfização da personagem ao não suavizar suas sensações com a filha e sua nova condição enquanto mulher.

Embora tenha se cogitado que as relações entre mães e filhos/as se estreitassem a partir da amamentação e, dessa forma, despertasse o instinto maternal (HILFERDING, 1991), há que se ressaltar que parte dessas mães pode apresentar dificuldade em amamentar. Existem ainda aquelas que são mães adotivas³⁰ e que, amiúde, recebem seus/suas filhos/as já em momento pós-amamentação. Portanto, não nos parece razoável conjecturar que a amamentação seja determinante para que o amor materno aflore nas relações entre mulheres e seus/suas filhos/as, mas que, em algumas delas, esse gesto parece maximizar a experiência feminina no tornar-se mãe.

Entretanto, a narradora se agarra a esse ato para se sentir mãe, denotando a dificuldade em aceitar a maternidade, ou seja, gestar não é o suficiente para tornar uma mulher mãe: “dar o peito é o único carinho que sei. O que vou fazer quando ela parar de mamar? Sem o peito, sem o leite, ainda vou ser mãe da menina?” (PASSOS, 2022, p. 23). Interessante notar como o fato de as mulheres negras terem sido vedadas de amamentar seus/suas filhos/as em muitas situações, tanto como *mammies* quanto como na situação de escravidão, refletem contemporaneamente, pois também as mulheres negras de classes mais baixas, trabalhadoras, têm essa prática interrompida mais cedo que as demais em situação mais privilegiadas.

É significativo que a amamentação não seja fator determinante para o estreitamento da relação entre mãe e filha, mas o processo de escrita. Nessa direção, o desmame da menina é ao mesmo tempo sinônimo de liberdade para a escrita e dúvida sobre sua condição de mãe, uma vez que a partir de então não haveria a preocupação em “ser seu alimento, servi-la, servir o mundo, ser uma boa mãe” (PASSOS, 2022, p. 77). Notamos como a descrição afetiva da narradora é inexistente e pauta-se, unicamente, nos aspectos físicos que a aproximam da criança, exibindo como a maternidade pode estar mais próxima das situações práticas e, por isso, de sobrevivência do que do amor sublime tão difundido pelas ideologias patriarcais. Com efeito, a prática do aleitamento cruzado, em voga no contexto das amas de leite, contribuiu significativamente para que os índices de mortalidade infantil subissem vertiginosamente (BADINTER, 1985), concorrendo para a ideia de que a mãe ideal fosse aquela que desse o peito à sua criança.

³⁰ É necessário ressaltar que, como veremos no capítulo dedicado às mães lésbicas, há avanços significativos na amamentação estimulada, não sendo pré-requisito que a mulher geste a criança para produzir leite.

Não é possível pensarmos na amamentação sem pensar no corpo feminino, posto que seja essa uma das únicas funções dos seios, o que invariavelmente nos levaria a acreditar que eles pertenceriam ao/à bebê. Uma vez mais o corpo das mulheres é destituído e reconduzido a outrem em um evidente processo de objetificação feminina que as relega à condição de indivíduos que existiriam para a manutenção do estado de coisas dominante. Nesse contexto, o grande tema da revolução materna dos últimos anos, sem dúvida, está relacionado à amamentação (BADINTER, 2011). Por muito tempo, a importância exclusiva do leite materno foi defendida e aquelas que não podiam ou não queriam amamentar eram vistas como deficitárias – e ainda o são, uma vez que são várias as críticas contra aquelas que não amamentam – principalmente as que introduziam e/ou substituíam o próprio leite por fórmulas em pó. É visível como o jogo de forças que se faz presente nesses aspectos impele as mulheres a ficarem restritas ao ambiente doméstico, pois de que modo poderiam atuar no espaço público quando a amamentação a pedido/por livre demanda pressupõe uma mãe presente o tempo todo? Sendo uma mãe em tempo integral, e com políticas públicas que delimitam a licença maternidade a quatro ou seis meses, de que forma poderiam agir no mundo externo às paredes do lar? Ainda que exista a possibilidade de que amamentem durante o expediente – direito adquirido a duras penas –, os inúmeros casos na imprensa de mulheres que foram demitidas após o retorno da licença maternidade bem como encontraram empecilhos para amamentar seus/suas filhos/as no trabalho³¹ demonstram que o cenário trabalhista é feito por e para homens e que ainda que haja fissuras nesse sistema é ilusória a ideia de equidade. Além das demissões, há a dificuldade na contratação de mulheres em “idade fértil”, já que nas próprias entrevistas há indagações a fim de identificar se a candidata possui filhos/as pequenos/as ou se tem planos de tê-los/las.

Em um campo estritamente masculino e com limitações visíveis à participação feminina, algumas mulheres viram no leite em pó uma saída para que pudessem conciliar a maternidade com o trabalho e/ou outras atividades. Todavia, se tornaram alvos de críticas por privarem os/as filhos/as dos benefícios do aleitamento materno o que acarretaria em prejuízos para o desenvolvimento da criança, afirmação que mais tarde “se revelou infundada” (BADINTER, 2011, p. 91). É pertinente ressaltar que essa prática, assim como qualquer outra,

³¹ A título de exemplo citamos as reportagens: <<https://www.tst.jus.br/-/m%C3%A3e-que-faltava-ao-trabalho-para-amamentar-filha-tem-justa-causa-revertida>>. Acesso em: 09 fev. 2023; e <<https://www.terra.com.br/nos/brasil-tem-sete-estupros-por-hora-mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas,a945775b6bcf75c5a8d4a08bd4aa1e9dcx44vdyq.html>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

deve ser avaliada em consonância à realidade das interessadas, de modo que não nos cabe aqui julgar qual perspectiva é a correta. Contrariamente, buscamos chamar a atenção para o fato de que inviabilizar e/ou descredibilizar alternativas para essas mães mostra-se como uma evidente tentativa de limitar suas ações na esfera pública já que o uso dos substitutos ao leite materno, ainda que parcialmente, permitiria que os cuidados com a criança fossem compartilhados entre todos os responsáveis e assim possibilitaria a (re)inserção dessas mulheres no contexto de trabalho.

As mais interessadas nesse assunto, infelizmente, não são ouvidas em certa medida porque justamente as discussões sobre os muitos caminhos da maternidade não são explorados. Além do mais, a representatividade feminina na política é pequena, mesmo com campanhas para incentivar a presença de mulheres nos partidos políticos. Portanto, as políticas públicas que definem direitos das mulheres são feitas por homens, logo, enquanto isso não mudar, o cenário permanecerá inalterado. Quiçá imaginar que as mães negras, mulheres historicamente marginalizadas pela intersecção de gênero, raça e classe social, pudessem utilizar essa estratégia para exercer suas maternagens, até mesmo porque os custos dessas fórmulas são enormes. Noutro momento, suas funções na sociedade eram restritas exatamente a agir como “amas de leite” e forçadas a amamentar os/as filhos/as de seus senhores deixando de lado os seus/suas. Daí nossa hipótese de que as marcas do racismo e a forma com que a população negra foi posta à margem contribuem para uma compreensão distinta de maternidade para esse grupo.

Se é seguro para os homens conciliarem a paternidade com o trabalho, para as mulheres a questão é embaraçosa, pois requer uma rede de apoio da qual na maioria das vezes elas não dispõem. Como dito, ainda que existam políticas públicas que se voltem para a (re)inserção das mães no mercado de trabalho, há uma enormidade de percalços a serem superados. A título de exemplo, podemos observar o contexto educacional brasileiro na medida em que a frequência às escolas só passa a ser obrigatória a partir dos quatro anos, situação que acaba eximindo o governo da obrigação de disponibilizar vagas para todas as crianças de zero a quatro anos em creches. Diante do pouco número de vagas e sem ter com quem deixar os/as filhos/as, essas mães não conseguem trabalhar e acabam sendo encerradas nos espaços domésticos e perpetuando a ideia de que as mães não devem trabalhar, quando na verdade o verbo adequado seria ‘podem’. Noutra direção, as mães solo e em outras situações com a intersecção de classe social, muitas vezes, estão obrigatoriamente a cargo de muitas tarefas, o que as afasta do contato com a prole.

Diante de um cenário pouco atraente, o número de mulheres empreendedoras cresce exponencialmente, principalmente os negócios relacionados à própria maternidade (LEITE, 2019) o que denota, por um lado, a capacidade de superação do público feminino diante dos obstáculos criados por um mundo masculino, mas também a falta de equidade nas relações laborais. Destacam-se nesse contexto, políticas maternas direcionadas unicamente para a mulher e não para o casal, de modo que não basta que seja aumentada a licença maternidade e/ou as liberações para amamentação e cuidado dos/das filhos/as, já que grande parte delas além de encontrarem dificuldades para permanecer no mercado de trabalho após darem à luz, frequentemente recebem salários inferiores; é preciso que essas atividades sejam compartilhadas. Afinal, não nos parece que possa haver equidade em uma licença que mantém as mães de 120 a 180 dias com a criança e o pai apenas 5 dias corridos. Qual é a mensagem que a própria legislação está passando para a sociedade ao determinar esse curto período aos homens enquanto que para as mulheres são meses? Em alguns países do mundo, como a Alemanha, por exemplo, o afastamento é para os pais, que podem escolher quem será o/a beneficiário/a ou sair alternadamente para cuidar de seus/suas filhos/as³². No caso do Brasil, para as mães pesquisadoras, é importante registrar que somente em 2021 foi incluída a possibilidade de se informar na Plataforma Lattes o período de licença maternidade, pois anteriormente não se sabia os motivos que levavam as pesquisadoras a ficar longo período sem publicar.

No romance, é perceptível como a narradora só consegue se enxergar como mãe em pequenos gestos direcionados pela sociedade, como no ônibus em que “subi pela frente e me deram a cadeira preferencial. São pequenos atos que nos fazem perceber que somos mães” (PASSOS, 2022, p. 111). Logo, não há um sentimento materno que parte da mulher para o mundo, mas o contrário, em que a sociedade, dada sua condição de gestante, lhe reduz às características físicas e a trata em função da barriga que exhibe.

Se “as mulheres, como mães, produzem filhas com capacidades de matinar e o desejo de matinar. Essas capacidades e necessidades acham-se embutidas no próprio relacionamento mãe-filha e surgem dele” (CHODOROW, 2002, p. 22), no caso da narradora é possível vislumbrarmos certa inversão de ideias. Apesar de ser uma mãe zelosa e preocupada com o bem-estar da filha, a protagonista não se sente bem naquele espaço e deseja “ficar o mais distante das duas, da minha mãe e da menina” (PASSOS, 2022, p. 17). Dessa maneira, o

³² Mais informações em: < <https://www.conjur.com.br/2022-ago-03/dhyego-pontes-licenca-maternidade-brasil-mundo/>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

convívio entre as três gerações de mulheres se mostra sob a neblina dos silêncios de suas próprias trajetórias o que impulsiona as dificuldades de relacionamento e impede que a narradora consiga replicar a dedicação recebida. Estés (2018), em seu *Mulheres que correm com lobos*, afirma que “a mãe precisa receber a atenção materna para dar atenção à sua própria prole” (p. 207), todavia, a relação que a protagonista desenvolve com sua filha é, inicialmente, diferente, pois ela não consegue transmitir para a menina o amor que sua mãe lhe dedicou. Na verdade, essa situação decorre, muito provavelmente, do fato de não conhecer o seu pai e da forma passiva e resignada com que a mãe vive o que, a seu ver, é resultado de uma submissão à figura masculina por ela não compartilhada. Embora não tenha conhecimento, até o momento, de que é fruto do estupro sofrido pela mãe, é inegável que isso deixa marcas na sua percepção da vida e na relação que estabelece com a “mãe-avó”³³, já que a forma introvertida e passiva com que essa age – muito em função das inúmeras violências sofridas – lhe desespera.

De todo modo, ainda que seja uma máxima popular que “ser mãe é padecer no paraíso” e que não há outro caminho senão aceitar o destino, fica evidente que essa concepção de maternidade dissemina o entendimento de que não é possível existir ambivalências nessa travessia e condiciona as mulheres a aceitarem a sobrecarga que daí provém. Portanto, manterem-se passivas diante de imposições sociais ou mesmo sem manifestarem seu descontentamento e/ou arrependimento de se tornarem mães alimenta a ideia de que não existem mulheres com esses sentimentos, por consequência, as poucas que ousam falar são classificadas como deficitárias e perigosas (DONATH, 2017).

Nem sempre a gestação é tranquila e desperta o amor instantâneo pela criança, como preconiza o constructo social materno pela ótica do patriarcado. Para a protagonista, a criança é, desde o início, um ser que precisa ser tratado em pé de igualdade: “a menina chutou de novo, uma pontada fina no pé da barriga. Soquei a barriga de volta. Os chutes pararam. Tudo calmo. A menina, quietinha, queria sobreviver” (PASSOS, 2022, p. 38). Ainda que pese a violência que a mãe impinge à criança e a si mesma, é certo que desde a concepção as

³³ É preciso, para compreendermos a narrativa, esclarecer alguns aspectos. No romance, todas as mulheres não são nomeadas, diferentemente dos homens (José, Otton, Zé da mercearia...). Podemos ler essas escolhas como representação da realidade extraliterária, já que o mundo muito pouco ouviu e deu nome, na História, para as inúmeras mulheres que ajudaram no avanço da ciência e no progresso humanitário. Essa situação expõe o poder do discurso patriarcal que silencia as mulheres e as transformam em corpos a serviço do poder hegemônico masculino. Para fins de análise, essa ausência de nome próprio pode confundir nosso/a leitor/a, por isso chamaremos a narradora de “mãe-narradora” e “protagonista-mãe”, à mãe da narradora nos referiremos como a “avó” ou “mãe-avó” e à filha da narradora apenas como “filha”.

mulheres negras parecem ser ameaçadas, senão unicamente pelo ambiente racista e machista que encontram em suas jornadas, também pelo abandono a que estão frequentemente submetidas. No caso da filha da narradora, é preciso, desde a barriga de sua mãe, lidar também com a insatisfação que sua progenitora possui com a gravidez e as responsabilidades que lhe dará. Assim, o instinto de sobrevivência já se desenha nas várias ações da criança que, agredida pela mãe, se cala.

Não obstante não ter tanto afeto por sua mãe, a personagem que narra se regozija com a ideia de fazê-la sofrer: “o mais gostoso foi deixar minha mãe a noite toda preocupada, sem notícias minhas” (PASSOS, 2022, p. 52). A vida da narradora é preenchida por contrariedades que não sabe como (ou não pode, ou não quer) superar, tanto é que “também não gosto da minha mãe e mesmo assim vivo com ela até hoje” (PASSOS, 2022, p. 51). No limite, as divergências entre mãe-avó e mãe-narradora se ancoram, unicamente, no fato de a primeira não revelar a identidade do pai desta última, o que desencadeia situações que envolvem também a última geração da família na pessoa da filha recém-nascida.

Historicamente, muitas mulheres precisaram se desfazer de seus/suas filhos/as para que pudessem seguir suas vidas de forma a atender o padrão social esperado. Referimo-nos àquelas gestações indesejadas ou produtos de relações extraconjugais em que as gestantes eram forçadas a abandonar seus/suas filhos/as em portas de Igrejas. Isso acontecia porque “a maternidade, para a grande maioria das mulheres que não estavam institucionalmente casadas, punha em xeque o uso mesmo que elas faziam de sua sexualidade” (DEL PRIORE, 2009, p. 44). Portanto, a sexualidade feminina estava visceralmente atrelada à reprodução e esta apenas poderia acontecer dentro dos limites do matrimônio. Contudo, a maternidade ilegítima não era a única motivação para que as mulheres abandonassem suas crianças, também pesava o fato de que o custo para mantê-las era exorbitante e, para não vê-las sofrendo e morrendo à míngua, muitas mães as doavam para familiares ou instituições mais abastadas. Como nos ensina Del Priore (2009), “o infanticídio, abandono ou a circulação de crianças pequenas entre vizinhas e comadres à espera de dias melhores nas vidas de suas mães eram uma constante no cotidiano das mulheres da Colônia” (p. 70). *A priori* pode parecer que esse tipo de narrativa estivesse condicionada a um tempo longínquo, todavia, como demonstram as inúmeras manchetes na imprensa, o Brasil retornou ao mapa da fome. Não nos surpreenderia se as notícias envolvendo mulheres que abandonam seus/suas filhos/as estivessem nas capas dos jornais também por essa razão. Pesam sobre os ombros dessas mulheres, atrelado ao medo de não conseguir sustentá-los/las, as dificuldades que envolvem o cuidado com as crianças e a

necessidade de trabalhar, daí o grande número de meninos e meninas que ficam sozinhas/os enquanto as mães e/ou responsáveis estão trabalhando.

Diante da filha que chora, a protagonista nos revela que “já alimentava a certeza de que era melhor dar a menina do que um dia desses fazer uma besteira. Qualquer outra família seria melhor para ela, melhor para nós duas” (PASSOS, 2022, p. 65). Além de pensar no bem-estar da filha, a protagonista também pensa em si e isso, por si só, já demonstra como a personagem detém amadurecimento e autoconhecimento, haja vista que não se anula totalmente em função da filha, como no caso de sua própria mãe. Seguindo os esquadros patriarcais seria adequado que a mãe se resignasse das dificuldades e as aceitasse de bom grado como sendo algo natural a todas as mulheres. Contrariamente, somos apresentados a uma mulher que, diante da iminência de cometer qualquer violência contra a filha, cogita doá-la tanto para protegê-la quanto para se salvar.

Há que se ressaltar, porém, que no decorrer da narrativa a personagem apresenta comportamentos ambivalentes neste aspecto, pois com frequência age despreocupadamente no cuidado com a filha. Observemos o diálogo entre a mãe e a avó da recém-nascida: “A moleira, não pode chacoalhar assim, podia ter morrido./Podia?/Podia./Fui dormir. Descansar um pouco pra trabalhar cedo no dia seguinte. Podia ter sacolejado mais um pouco” (PASSOS, 2022, p. 66). O excerto demonstra como a inexperiência e o desconhecimento em relação às necessidades e cuidados da filha impulsionam a protagonista-mãe colocar a filha em risco. No entanto, a última frase sinaliza o desejo de se livrar da criança. A contar pelo desenrolar da narrativa, depreendemos que o seu desejo, de fato, não é machucar a menina, mas compreender-se enquanto um sujeito que não se enquadra na prática materna que vê em sua mãe. Dito de outra forma, a narradora não se sente à vontade com as escolhas de sua mãe e sua forma de encarar a vida, por isso busca agir na contramão de tudo que ela representa, inclusive negligenciando a filha.

As relações intertextuais são pungentes na obra em baila. Passagens que nos levam para Clarice Lispector (1920-1977) e Sartre (1905-1980), por exemplo, são facilmente encontradas. Outras manifestações artísticas, como a música, se fazem presentes e demonstram o repertório que a narradora, apesar de estar à margem socialmente, possui. Guardadas as devidas proporções, é possível entrever situações semelhantes entre as mulheres da obra de Passos com as personagens do romance *Uma duas* (2011), de Eliane Brum, na medida em que também apresenta caracteres intertextuais com a obra clariceana e a escrita funciona como força motriz para a (auto)compreensão dos eventos: “escrevi para poder matar

a minha mãe. Essa possibilidade única que a literatura dá. E talvez para amá-la” (BRUM, 2018, p. 189). Não por acaso, a epígrafe que abre a segunda parte do romance por nós investigado, intitulada “mãe” é um excerto do romance de Brum.

A intertextualidade, em parte, se justifica pelo fato de a mãe-narradora ser professora de literatura e estar em constante contato com os livros, o que a induz a narrar algumas experiências pessoais em sala de aula misturando-as à ficção. Dessa maneira, “falo da Emma Bovary, minha personagem preferida. Falo de como ter uma criança pode ser a desgraça de uma mulher, olhando no olho de cada menina da sala, como um aviso” (PASSOS, 2022, p. 108). A citação do romance de Flaubert (1821-1880) é extremamente significativa, pois a trama de *Madame Bovary* (1856) se passa em um momento em que a ideia de maternidade é difundida na Europa com muita potência e assim como a protagonista de Passos, Emma não se submete ao ideal de maternidade porque a experiência atrapalha seus planos de certa maneira.

A luz esbranquiçada das vidraças ia-se apagando gradativamente. Parecia que os objetos, em seus lugares, haviam-se tornado mais imóveis e se perdiam na sombra como num oceano tenebroso. O fogão estava apagado, o relógio trabalhava sempre, e Emma admirava-se vagamente dessa calma das coisas, enquanto nela havia tanta agitação. Mas já estava entre a janela e a mesa de costura a pequena Berta, cabeceando sobre os sapatinhos de tricô, e tentando aproximar-se da mãe para agarrar-lhe, por detrás, as fitas do avental.

— Deixa-me! — disse esta, afastando-a com a mão. A menina insistiu, mais perto ainda, contra seus joelhos; e, apoiando neles os braços, erguia para a moça seus belos olhos azuis, enquanto um fio de saliva lhe corria da boca sobre a seda do avental.

— Deixa-me! — repetiu Emma, irritada. A expressão de seu rosto assustou a criança, que se pôs a chorar.

— Ora, deixa-me — fez a moça, afastando-a com o cotovelo. Berta foi cair ao pé da cômoda, contra a quina de cobre, ferindo o rosto e fazendo sangue (FLAUBERT, 2009, p. 170).

O excerto acima dialoga com a forma como a narradora se sente em relação à filha pequena. Todavia, a maneira como interpreta o comportamento da protagonista de Flaubert é mais dramática, muito provavelmente em função de seus próprios sentimentos em relação à sua filha: “Emma quis jogar a filha na parede pra morrer” (PASSOS, 2022, p. 109). A ausência de sentimento entre a protagonista-mãe e sua filha é visível na narrativa. Não se trata unicamente de uma mãe que não se sente apta a cuidar da filha nos quesitos básicos que toda criança exige, é uma mulher que não consegue se aproximar da filha e nem demonstrar

carinho: “eu não tinha paciência, nunca tive. Tentei colocar a menina no colo, encaixada ao lado do meu quadril direito, como minha mãe fazia, e comecei a caminhar pela casa” (PASSOS, 2022, p. 161-162). É difícil acreditarmos que toda mulher já nasce pronta e sabendo ser mãe, por isso a tese de Estés (2018) parece adequada, pois “ela simplesmente não se transforma de repente numa mãe temporal e completa por si mesmo” (ESTÉS, 2018, p. 207) é preciso aprender a ser enquanto se é, senão com sua mãe biológica ao menos com outras mulheres que tiveram experiências de maternagens.

É emblemático que as poucas demonstrações de carinho pela filha venham de duas frentes: a escrita como forma de reconstrução de si – adiante explorada – e os perigos que a menina corre. Apesar de inicialmente cogitar se livrar da filha ou até mesmo de lhe provocar algum mal físico, é no risco de vê-la submetida às mesmas situações degradantes outrora por ela mesma vivenciada que a protagonista se sente mãe e responsável pela criança: “era a raiva agora que passava pra ela, de mãe pra filha. Não foi o parto, não; não foi a contração, não; não foi dar o peito, não; foi a raiva que me tornou mãe” (PASSOS, 2022, p. 146). As constantes negativas do fragmento colocam em debate as teses essencialistas de que os aspectos fisiológicos criam uma mãe, já que, no caso da protagonista, não foi o parto, nem a gestação, nem a amamentação que a tornou mãe, mas sim a raiva nascida da possibilidade de vislumbrar na trajetória dela o mesmo destino que teve, assim como já o tiveram suas ancestrais. No limite, podemos inferir uma espécie de sororidade porquanto enxergue a filha como outra mulher que precisa de ajuda. O medo de ver a menina abusada pelo Zé da mercearia, assim como um dia também o foi, é que faz com que a narradora tenha arrancado “a menina dali, muito mais do que transtornada. Ah, com ela, não, ele não ia fazer isso!” (PASSOS, 2022, p. 145).

Em grande parte da história deste país, os sentimentos da população negra foram desconsiderados, principalmente, por ser vista como “peças” e destituída de qualquer emoção. Nessa esteira, a vexatória exploração de mão de obra escravizada deixou marcas não apenas nos corpos negros, mas também um rastro de sangue que discursos eugenistas e em prol da democracia racial tentam apagar. Dentre homens e mulheres, é imperioso ressaltar que “os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também *estupradas*” (DAVIS, 2016, p. 36, grifo da autora). Resquícios desse pensamento de dominação sobre o corpo feminino se apresentam, infelizmente, com mais intensidade do que supomos. Basta que acessemos os canais de busca na internet com as palavras-chave: “mulheres estupro Brasil” para

observarmos os altos índices de violência que os corpos femininos sofrem³⁴. Neste triste cenário, as mulheres negras são alvos constantes e mais fáceis já que elas têm 11,3% mais chances de serem violentadas que as demais. Como destaca Collins (2019), a recorrência de alerta das mães para suas filhas negras quanto à possibilidade de estupros nos ambientes de trabalho demonstra como essas mulheres vivem ameaçadas ao mesmo tempo em que demonstra como “o estupro, assim como outros atos de violência [...] fazem parte da subordinação das mulheres negras nas opressões interseccionais” (p. 251).

À mercê das violências e diante de um sistema que age lentamente para preservar suas vidas, algumas delas se amparam na religião para tentar continuar a (sobre)viver. É o caso da mãe da protagonista do romance, que foi brutalmente violentada: “precisei ser toda pontuada lá embaixo. Os médicos disseram que foi um milagre eu ter sobrevivido e que meu santo era forte [...] teu pai me deixou lá, jogada no chão da casa, cuspiu em mim, puxou meu cabelo e fez um corte com a peixeira no canto da minha boca” (PASSOS, 2022, p. 158-159).

A redução à “puta e preta, e que aquele corte era pra eu aprender a não falar mais” (PASSOS, 2022, p. 159) nos mostra como “gênero, fenotipia e sexualidade aparecem imbricados” (SOUZA, 2017, p. 284). É simbólico o corte na mãe-avó, sobretudo se considerarmos seu desejo de se tornar professora já que a boca é o canal da palavra. Ademais, “abertura por onde passam o sopro, a palavra e o alimento, a boca é o símbolo da força criadora e, muito particularmente, da **insuflação da alma**” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015, p. 133, grifos dos autores), logo o ferimento desvela a tentativa de concretização do silenciamento necessário para que as mulheres permaneçam sob o jugo masculino impedindo qualquer tentativa de mudança em suas vidas.

A reiteração dos aspectos físicos após a violência cometida atrelada ao fato de o agente ser um homem branco demonstra como o marcador da raça se mostra pungente, não apenas como tentativa de justificar o crime cometido, mas também como forma de amenizar qualquer tentativa de cerceamento à conduta criminoso. Essa característica, inclusive, é determinante para os desdobramentos da trama, já que “o primeiro puta foi do teu pai que eu ouvi, o segundo foi dos meus pais adotivos, que me mandaram embora assim que tirei os pontos no hospital” (PASSOS, 2022, p. 159). Explicita-se, dessa forma, como o gênero associado à questão da raça pode potencializar ou não as ações e demonstra “uma percepção do corpo da mulher negra como objeto do prazer sem culpa para os homens brancos, do

³⁴ A título de ilustração: <<https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/07/brasil-teve-um-estupro-a-cada-10-minutos-e-um-feminicidio-a-cada-7-horas-em-2021.ghtml>>. Acesso em 09 fev. 2023.

prazer primitivo, prazer livre das amarras da tradição judaico-cristã na qual a mulher negra figura apenas como objeto de consumo e de satisfação do homem” (SOUZA, 2017, p. 283).

Por outro lado, a protagonista e narradora do romance se porta de maneira distinta ao também ser vítima de estupro na infância. Volta-se contra Deus que, segundo ela, “não salvou minhas mãos de ter que masturbar aquele velho imundo até ele gozar nos fundos daquela bodega maldita, quando você estava muito ocupada e me mandava comprar coisas” (PASSOS, 2022, p. 152). Não é apenas um único episódio de violência ao qual a personagem é submetida, acompanhada da mãe nos trabalhos domésticos, passa muito tempo sozinha na casa dos patrões enquanto realiza suas atividades. Mesmo a proximidade da responsável pela criança não impede que o patrão obrigue a mãe-protagonista a praticar sexo oral e, ao ser pego em flagrante, é obrigada a escutar “ele me xingar, dizer que eu era uma menina nojenta, que só podia **ser filha de preta**, que tinha deixado meu cheiro imundo pela sala” (PASSOS, 2022, p. 83, grifos nossos).

Duas coisas nos chamam a atenção no comportamento da mãe da protagonista. A primeira delas é o fato de, mesmo em um contexto de pobreza e violências, incentivar a narradora a buscar melhores condições de vida e a confrontar o sistema que a oprime. Assim, “aprender que terão de trabalhar e que a educação é uma estratégia de ascensão também pode ajudar a elevar a autoestima e a autoconsciência das jovens negras” (COLLINS, 2019, p. 306). A segunda é justamente o fato de não estar atenta para as situações de abuso que a filha sofre. Tendo ela mesma sido violentada, seria coerente que ficasse vigilante às ações masculinas que se mostram abusivas demais e estão mascaradas nos cuidados fraternais.

Enquanto a mãe se ancora na religião para sublimar suas feridas, a narradora dá vazão a seus sentimentos por meio da automutilação: “Pouco tempo depois, quando me viu me cortando, mordendo o punho até sair sangue, minha mãe não soube o que fazer” (PASSOS, 2022, p. 83). A impotência da mãe diante da filha que se mutila é relevante para compreendermos o perfil dessas mulheres, enquanto a primeira se ampara na religiosidade e tudo credita a Deus, a segunda consegue resolver seus traumas por meio da escrita impulsionada pelo desejo de sua mãe de que ela tivesse um futuro diferente do seu: “Vou dar papel e caneta. A menina vai escrever” (PASSOS, 2022, p. 83). Cerceada do direito de estudar pela força masculina, a mãe da narradora tem consciência de que essa é a única alternativa para as pessoas negras. Esse entendimento vai ao encontro dos resultados da pesquisa de mestrado de Luara Paula Vieira Baia, publicados em 2021 no *Maternidade tem cor?* pela Appris Editora. Segundo a pesquisadora, existem diferenças entre ser mãe de

meninas e de meninos negros isso porque “embora pertencentes a um mesmo grupo, o gênero constrói conjuntamente com a raça realidades distintas para ambos” (BAIA, 2021, p. 163). No caso dos meninos, a preocupação recai, primordialmente, na integridade física. Já para as meninas, como no romance em tela, verifica-se “uma preocupação com a escolarização, a autossuficiência econômica e a possibilidade de romper com o vivido por outras mulheres negras até ali” (BAIA, 2021, p. 163).

Os caminhos das mulheres negras neste país estão repletos de violências nos mais diversos aspectos. Não bastasse ter de conviver com a lembrança e as marcas dos estupros sofridos, também na maternidade – momento em que, conforme o patriarcado, seria o ápice da existência feminina – a protagonista precisa conviver com a violência obstétrica. O parto, sem dúvida, é uma das grandes preocupações das mulheres quando o assunto é maternidade. A fim de se assegurarem de não sentir as dores herdadas pela desobediência de Eva, inúmeras mulheres, buscam o consentimento de seus/suas médicos/as para que façam cesáreas (LEITE, 2019). É evidente que esse é um direito que assiste a todas as gestantes, entretanto chama-nos a atenção a busca, cada vez mais frequente, pela neutralização da experiência natural do parto e os altos índices de intervenção médica. De acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, 84,6% dos partos no país são realizados por cesariana, enquanto a Organização Mundial da Saúde – OMS – recomenda que este índice não ultrapasse os 15%. Reside aí o questionamento se as escolhas femininas estão sendo consideradas ou se trata-se do avanço do capitalismo nessa esfera.

Nessa esteira, Davis-Floyd (2001) afirma que “o hospital tornou-se fábrica, o corpo da mãe tornou-se máquina, e o bebê tornou-se produto de um processo de fabricação industrial” porquanto a obstetrícia desenvolva “ferramentas e tecnologias para a manipulação e aprimoramento do processo defeituoso de nascimento, e para fazer o nascimento em conformidade com o modelo de linha de montagem de produção da fábrica” (p. 6)³⁵. Aliada ao processo de mercantilização do parto, as mulheres precisam lidar com a violência de gênero. A protagonista do romance sente-se aliviada por não ser necessário “ficar no matadouro, na sala cheia de macas e mulheres berrando uma ao lado da outra antes do abate” (PASSOS, 2022, p. 41), mas precisa lidar com a violência de gênero como podemos observar

³⁵ Tradução nossa de: “*the hospital became the factory, the mother’s body became the machine, and the baby became the product of an industrial manufacturing process. Obstetrics was thereby enjoined to develop tools and technologies for the manipulation and improvement of the inherently defective process of birth, and to make birth conform to the assembly-line model of factory production*”.

no relato: a enfermeira “me tratou como se eu fosse uma puta que dava pra qualquer um, por isso a menina não tinha pai e eu não devia nem saber de quem era a criança” (PASSOS, 2022, p. 16). Percebemos que a ausência paterna é justificada não por ela mesma, mas pela conduta feminina que seria de devassidão e promiscuidade. Por esses motivos é que a protagonista estaria desacompanhada naquele momento e é daí que surge a reprodução estereotipada da mãe negra solo. Portanto, pela constatação da enfermeira, não está em debate o fato de as mulheres terem sido constantemente abandonadas em momento tão delicado por seus pares, mas a perversidade que seu corpo pode provocar na sociedade se ausentes de companhia masculina na medida em que revelaria os males da sexualidade. Essas violências, embora comuns a grande parte das mulheres, se mostra mais acentuada naquelas brancas e indígenas, já que historicamente foram submetidas às esterilizações forçadas.

À narradora, então, só resta silenciar já que “enfermeira não gosta de grávida escandalosa” (PASSOS, 2022, p. 41). Esse amordaçamento reitera séculos de dominação masculina e seus poderes de arbitrar sobre os corpos femininos que inclusive reverbera na prática médica. Ora, não buscamos questionar os métodos médicos, enquanto indivíduos, no auxílio às mulheres, mas chamar a atenção para os dados alarmantes de intervenções cirúrgicas induzidas pelos/as profissionais da saúde. Por isso, nos questionamos: até que ponto de fato as mulheres estão tendo suas vontades respeitadas? Seria apenas uma coincidência a estatística de partos agendados ou há aí resquícios da instituição médica que trabalha no sentido de dessubjetivar as mulheres? Parece-nos, entretanto, que à primeira vista trata-se de uma porção de interesses que acabam por solapar as decisões das mulheres, isto é, diante de tantos discursos que se naturalizam na contemporaneidade, a vontade de muitas mulheres acaba sendo enfraquecida.

É necessário, entretanto, olharmos por outro prisma já que o parto “humanizado” envolve muita dor física para a mulher. Talvez não somente a instituição médica imponha o procedimento, por pressão ou por persuasão, mas também se alia ao desejo delas mesmas em não se submeter à tamanha dor. Nessa esteira, a posição da Organização Mundial da Saúde – OMS soaria como machista, no sentido de querer impor uma forma de dar à luz para as mulheres, desconsiderando o sacrifício que o procedimento possa ser para a maioria delas.

O tratamento dispensado pela profissional de saúde à narradora corrobora com a realidade extraliterária de inúmeras mulheres que sofrem diversas violências no momento do parto, e funciona como metonímia para a sociedade que enxerga nas dores do parto a feminilização da maternidade. Outrossim, demonstra a concretização da condenação de Eva

por ter pecado no Éden já que as sagradas escrituras vaticinam que o parto será entre dores. No romance de Passos, a descrição do parto pela narradora é animalizada fazendo com que a narradora relate não se sentir humana, “eu me senti um bicho. Fazendo força, nua. Suando, berrando, sangrando. Não consegui conter mais gritos. Quando a menina saiu, continuou doendo” (PASSOS, 2022, p. 42). Essa dor que permanece é tanto a dor dos esforços físicos – e de possíveis complicações que o parto forçado pode acarretar – que precisa desprender quanto das dores emocional e psicológica que se iniciarão em sua vida com o nascimento daquela menina. Salta aos olhos, também, como, a contar da materialidade literária, não se cogita a cesariana para a personagem, o que, novamente, reforça a ideia de que as dores do parto seriam necessárias para as mulheres, sobretudo as ausentes de companhia masculina, e que elas podem e devem suportá-la em quaisquer circunstâncias.

Como dissemos anteriormente, uma das maneiras que a narradora encontra para se salvar e demonstrar afeto pela filha e pela mãe, é a prática da escrita. Dessa forma, é visível que a violência que a personagem sofre é expiada pelas palavras, comparando seu processo de escritura a um parto: “Vinha desde a escola tentando escrever este livro [...] Fico pensando que escrever é um parto infinito. A gente vai parindo devagarzinho, letra por letra, que se não saem ficam encruadas dentro fazendo mal, ferindo a gente feito ferpa que entra no dedo” (PASSOS, 2022, p. 71).

Ainda que não demonstre tantos sentimentos pela filha, é a criança quem provoca na personagem o desejo de escrever, conforme flagra o excerto: “Comecei a ter vontade de escrever nas vezes em que me pegava observando a menina. Acho que passei a aceitá-la por conta disso, desse desejo que chegava mais forte. Foi a primeira vez que pensei nela me dando algo, e não tirando tudo de mim” (PASSOS, 2022, p. 76). Nessa direção, fica nítido que a aceitação da maternidade por parte da personagem está associada ao processo de escrita. É por meio da tessitura do romance que nós, leitores e leitoras, temos em mãos que a narradora vai se encontrando como mãe ao mesmo tempo em que se apossa da sua própria história. Assim, “pouca coisa sobra da gente depois da maternidade. Vou me descobrindo enquanto escrevo, quando puxo de dentro uma palavra depois da outra; sem sentido lógico, as palavras continuam vindo” (PASSOS, 2022, p. 55). O que se mostra contundente, “afinal, no exato instante em que uma mãe está escrevendo, ela não está cuidando de seus filhos” (TIMERMAN, 2022, p. 171).

Essa prática também é propulsora da sua relação com a mãe, pois evidencia o desejo pela concretização do afeto: “Outra fome. A de abraçar aquela mulher de saia longa na minha

frente. Faltam os braços, os abraços, falta a voz. Faltam o gesto não dado, a experiência, a coragem” (PASSOS, 2022, p. 166). Percebemos como esse processo de subjetivação por meio da escrita contribui para que a personagem assuma as rédeas de sua vida, (re)escreva sua relação com o pai ausente e compreenda sua mãe as aproximando e salvando suas relações. Noutra direção, a afirmação – “fecho os olhos e imagino que estou com meu caderno e caneta na mão. Nós três. O fio que tece essa história, que conduz a narrativa, entrecruza a trama – avó, mãe, filha” (PASSOS, 2022, p. 166) – se mostra ambígua, pois o “três” pode indicar tanto as três mulheres da família quanto a narradora com seu caderno e caneta nas mãos, ficando a cargo do/a leitor/a interpretar os fatos a partir da trajetória narrada.

Na contramão dos romances analisados no capítulo II desta tese e em consonância com os contos dos *Cadernos Negros* da seção anterior, a trama dessa linhagem de mulheres mães explicita a necessidade de prover condições básicas para a família. Se nos outros títulos de nossos *corpora* não há menção às dificuldades de sustentar seus/suas filhos/as, a narradora de *A filha primitiva* é enfática neste quesito ao declarar que “falta eu sinto mesmo é de não ter de pensar em ganhar dinheiro o tempo todo, botar comida na mesa e encher o bucho primeiro pra ter leite pra menina” (PASSOS, 2022, p. 16). Notamos como seu desassossego está relacionado com a filha antes de si mesma, o que elucida os caracteres de uma prática de instinto de vida antes de maternagem, repetindo sua mãe que “comia pouco pra deixar mais pra mim” (PASSOS, 2022, p. 59). Tal situação ilustra e comprova nossa hipótese de tese de que a realidade dessas mães, em suas classes sociais, é determinante para que sua experiência na maternidade se mostre distinta daquelas mulheres em extrema vulnerabilidade social.

Em grande parte, essa preocupação advém do fato de estarem em situação de vulnerabilidade e abandonadas. Como “os boletos continuavam chegando aos montes e no banco a conta estava no vermelho” (PASSOS, 2022, p. 56), a única conclusão possível é a de que seria necessário “pegar uns bicos, mais tempo longe da menina” (PASSOS, 2022, p. 56), o que sinaliza o impedimento de viver sua maternidade. Essa imagem de mulher sozinha, enquanto esteio da família, que precisa estar sempre fora do lar para sustentá-la, é uma constante nas narrativas dos grupos marginalizados, sobretudo das mulheres negras (SANTOS, 2018). Akotirene (2020) também nos alerta para o fato de as mulheres negras nunca pararem de trabalhar em função do racismo estrutural que permeia a sociedade e assim as priva de possuir empregos formais. Efetivamente, “para muitas mães negras, a exigência de sustentar os filhos em meio à opressão interseccional é tão grande que elas não têm nem

tempo nem paciência para o afeto” (COLLINS, 2019, p. 311), o que não impede que essas crianças se sintam amadas.

Também bell hooks (1984, 2019), Patricia Hill Collins (1990, 2019) e Lélia Gonzalez (1984, 2019) mencionam o fato de que o gênero nunca impediu as mulheres negras de trabalharem fora, pelo contrário, elas já o faziam quando da luta das feministas brancas pelo direito ao mercado de trabalho externo. Aliás, a mulher branca só o desenvolve, muitas vezes, porque suas irmãs negras estão lhe dando suporte (como no período escravocrata, em suas funções de amas-de-leite e mucamas). Atualmente, essas atividades são desempenhadas pelas empregadas domésticas que, em virtude das demandas, acabam preterindo sua família em detrimento do trabalho. É o que nos diz Angela Davis (2016, p. 239): “enquanto empregadas remuneradas, elas eram convocadas a ser mães e esposas substitutas em milhões de casas de famílias brancas”.

As condições de vida das mulheres representadas no romance em debate pouco a pouco vão melhorando, uma vez que a mãe-avó é descrita como “uma pessoa simples, negra, analfabeta, trabalhava em casa de família, sem muitos anseios e pretensões” (PASSOS, 2022, p. 52) e que “às vezes recolhia coisas no lixo e trazia pra casa” (PASSOS, 2022, p. 59), enquanto a protagonista-narradora tem sede de vida e de independência. Evidentemente, isso só é possível por meio dos esforços e das renúncias que sua progenitora precisava fazer: “minha mãe lavava roupa em casa de rico e eu ia junto pra não ficar sozinha. Ela mentia pra patroa, dizia que era pra eu aprender o serviço. Quando a mulher saía, ela pegava um livro na estante e me entregava” (PASSOS, 2022, p. 81).

Como é comum nas narrativas escritas por pessoas negras, o preconceito racial perpassa as tramas principais. A personagem vizinha representa o pensamento racista e misógino que se faz notório no país: disse “que não ia adiantar de nada eu ser mais branquinha, porque em vez de aproveitar, estudar e dar orgulho pra minha mãe, eu tinha ido logo atrás de macho e barriga, bem feito” (PASSOS, 2022, p. 75). É possível observar como o acesso à educação está intimamente ligado à cor da pele, pois sendo a protagonista mais branca que sua mãe a ela caberia o direito a estudar, mas seu comportamento, no final das contas, revelou-se pouco pudico expondo a impossibilidade de conciliar, na figura feminina negra, educação e sexualidade.

Assim como no conto “Em segurança”, de Lindevania Martins, há certa desconfiança quando a narradora é vista junto da mãe dado que “as pessoas estranhavam que eu era branca, e ela, negra” (PASSOS, 2022, p. 101). Essa constatação nos permite observar como as

características fenotípicas são determinantes para as relações entre os indivíduos e, nesses casos, são usadas para demonstrar o racismo estrutural da sociedade brasileira. Isso porque a preocupação com a criança branca é potencializada pela presença negra ao passo que um/uma garoto/a negro/a na presença de adultos/as brancos/as não seria motivo de tantos olhares enviesados tampouco de preocupações com a segurança daquele/a menor de idade.

Ao se despir de sua vaidade quando raspa sua cabeça, como também sua mãe havia feito um dia, a mãe-avó, após o estupro sofrido, nos confidencia que “parecia uma escrava” (PASSOS, 2022, p. 159), o que impulsionou que as pessoas dissessem que “gente preta não presta nem pra ser empregada; ou vira bandido, ou vira prostituta” (PASSOS, 2022, p. 159). Apenas dois são os caminhos possíveis para os negros e as negras marginalizados: no caso deles, a violência e os delitos; no delas, a objetificação do corpo. Salta-nos aos olhos o gesto de raspar a própria cabeça já que simbolicamente o cabelo está atrelado a qualidades ou força do indivíduo (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015). Enquanto no texto bíblico Sansão perde as forças quando seus fios são cortados por Dalila, no caso da mãe da narradora há a antecipação dos males que terceiros poderiam lhe provocar, por isso relata: “prometi que nunca mais ia deixar crescer [o cabelo] pra homem nenhum no mundo arrancar aquilo que era meu” (PASSOS, 2022, p. 159). Contudo, se considerarmos que o “cabelo crespo e o corpo podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil” (GOMES, 2008, p. 20), raspá-lo pode sinalizar uma tentativa de se despir daquela identidade que faz com que seu corpo seja violentado de diversas formas, ou ainda uma tentativa de ressignificação de sua condição de mulher negra. Há que se ressaltar que, com a desculpa de higiene e extermínio dos piolhos, era comum no Brasil colonial raspar a cabeça da população negra, entretanto, o que se observa é que se tratava de mais um mecanismo para extirpar suas identidades.

No romance em tela, a maternidade define todos os passos das personagens, seja na relação da mãe-protagonista com sua mãe ou com sua filha. Também os relacionamentos são determinados pela compreensão que a narradora possui do fenômeno ao mesmo tempo em que denunciam a lógica masculina, a partir da perspectiva patriarcal e religiosa sobre o sexo. A forma como a mãe-narradora vivencia sua sexualidade é característica do corpo erotizado, nos termos de Xavier (2011), na medida em que busca aproveitar do prazer que seu corpo proporciona, seja na masturbação, seja na relação com os homens com quem vai para a cama. Contudo, destaca-se a maneira como a representação da relação sexual é construída no romance, principalmente no ato que gera a filha da protagonista já que o rapaz “era novo e

inexperiente, nem sabia direito como era fazer uma mulher gozar” (PASSOS, 2022, p. 33). A mãe-avó, por sua vez, estaria próxima do corpo subalterno, isto é, “um corpo violentado pela fome, pela miséria circundante, pela degradação do espaço, pela reificação” (XAVIER, 2011, p. 52).

São flagrantes como as figuras masculinas no romance estão sempre ausentes ou partindo, ilustrando o abandono a que centenas de mulheres estão submetidas. Em se tratando do pai da criança, “a pressa foi ainda maior quando ele soube da existência da menina. Nem hesitou, sumiu sem direito a tchau” (PASSOS, 2022, p. 35). Essa situação impulsiona as estatísticas de mulheres como chefes do lar já que precisam sustentar a si mesmas e a seus/suas filhos/as.

Do mesmo modo que “a menina [é] sem pai, um covarde que foi embora quando a barriga começou a crescer” (PASSOS, 2022, p. 120), seu namoro com o professor Otton é terminado em função de sua recusa em ser mãe: “acabou o tesão por ele no dia em que me disse, na cama, que queria ser pai de novo, comigo [...] **eu só precisava parir**. Cretino! Como se eu fosse um repositório de esperma” (PASSOS, 2022, p. 120, grifos nossos). Fica evidente como a narradora possui um (auto)conhecimento invejável sobre sua condição, talvez por já ter sido mãe e por sua experiência com o parto, mas muito provavelmente por entender que aquele é um papel que ela não quer exercer. É a partir da investida do namorado que a narradora-mãe faz o que por muito tempo não se imaginou possível na literatura: expressar seu sentimento de repulsa ante a experiência exclusivamente feminina. Destarte, a materialização no discurso literário da maternidade enquanto algo limitador demonstra como as discussões sobre ambivalências são imprescindíveis para que se repense a participação feminina também nessa seara, ou seja, que as mulheres possam, ativamente, se manifestar e expor suas vontades e não unicamente cumprir obrigações biológicas e sociais pré-determinadas pelos homens.

Sua decisão de se “relacionar com homem assim como ele, que não tivesse como me fazer mal” (PASSOS, 2022, p. 138) está atrelada às experiências anteriores em que foi abusada. Por isso, ao se deparar com um homem de mais idade e que toma muitos remédios – e que poderia indicar uma saúde frágil – é que a narradora-mãe se sente segura. Ainda que não tenha mantido o relacionamento com o professor em função da exigência da reprodução, a personagem o estima; logo, ao saber da morte do ex-namorado, “chorei, sozinha, constatando que a minha vida era um inventário de perdas” (PASSOS, 2022, p. 139).

Em um aspecto macro, podemos conjecturar que a trajetória das mulheres do romance é marcada por abandonos, sobretudo da mãe da narradora que, pressionada pela filha, revela: “eu nunca te contei nada do teu vô e da tua vó porque eu fui jogada numa lata de lixo. Meus pais adotivos eram brancos e me pegaram pra ser a empregada da casa” (PASSOS, 2022, p. 155). Entrevemos no excerto, além do abandono parental do qual não sabemos as motivações – mas que podemos especular tratar-se de questões relacionadas à vulnerabilidade social – a maneira com que o/a indivíduo negro/a é visto/a, isto é, como força de trabalho. Essa compreensão, certamente, decorre do passado escravagista e mostra como o espaço doméstico é, conforme nos ensina a Organização de Mulheres Negras Brasileiras (2000), “o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo” (n. p.).

Enquanto na narradora vemos uma mulher que não consegue entender os passos de sua mãe, nesse caso é possível entrever um grande desejo de encontrar aquela que lhe abandonou: “por isso toda tarde, sentava depois de terminar o serviço pra ver se via minha mãe de sangue, se ela passava ali e eu reconhecia meu rosto preto no dela” (PASSOS, 2022, p. 155). Assim, configura-se também uma busca de representatividade e amor, uma vez que sua adoção pelo casal de brancos tenha se pautado primordialmente no desejo de uma empregada doméstica. Tal situação é vista com frequência na imprensa em uma evidente rememoração do passado escravocrata em que o acolhimento das negras tiradas das senzalas era apenas por necessidade da casa grande.

É significativo que a interrupção dessa relação de dominação tenha acontecido por meio do estupro, haja vista que se antes a subalternização era motivada pela raça, agora está também atrelada ao sexo. A associação desses fatores culmina naquilo que Carneiro (2011) chama de “asfixia social” e que provoca “desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas” (p. 127-128). Em que pese a mãe-avó ser uma mulher fragilizada pelas suas condições de vida, é notório que mesmo diante de tantos percalços, mostre-se “decidida: não ia deixar de ser empregada num lugar pra virar empregada em outro” (PASSOS, 2022, p. 157). Em um espectro geral, vislumbramos uma gradação no comportamento das mulheres dessa narrativa, todas elas buscando, ao seu modo e com as armas que possuem, uma melhor qualidade de vida.

Nelson Mandela (1918-2013), grande líder africano e símbolo da luta contra o Apartheid, disse que “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. Não à toa as mães negras buscam incutir em seus/suas filhos/as a vontade pelo conhecimento. Muitas delas, como é o caso da mãe da protagonista, não medem esforços para que eles/elas estudem: “você não vai abandonar o estudo, me ouviu? Não vai, eu num vou deixar” (PASSOS, 2022, p. 29). Esse desejo da mãe é, em certa medida, uma tentativa de recuperar e reescrever seu próprio passado já que “contei pra ele que queria estudar. Besteira, não precisa saber ler e escrever pra cuidar da casa, cuidar de menino, ter filho” (PASSOS, 2022, p. 125). A ação feminina por esse prisma deveria ficar restrita às paredes do lar e dispensada do conhecimento científico, evidenciando como as formas de organização da sociedade e os papéis masculinos e femininos sempre foram (e ainda são?) definidos a partir de interesses dos homens. Tanto é que, no momento em que a industrialização se estabiliza e o trabalho manual entra em declínio, sendo substituído pelas máquinas, as mulheres são impedidas de exercer o trabalho produtivo e acabam aprisionadas no lar. O distanciamento “entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca” e deu lugar a papéis predefinidos para elas, logo “‘mulher’ se tornou sinônimo de ‘mãe’ e ‘dona de casa’, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade” (DAVIS, 2016, p. 25). Todavia, esse não foi o caso das mulheres negras, dadas suas condições de escravizadas que, por si só, se contrapunham ao sistema vigente (DAVIS, 2016).

Decorre da intersecção entre gênero e raça essa conduta do namorado da mãe da narradora já que seus argumentos se baseiam, exclusivamente, no âmbito desses dois vetores. Não há razões para que as mulheres sejam detentoras do conhecimento dada sua suposta inferioridade física e intelectual, e muito menos para as pessoas negras. Em se tratando do acesso feminino ao conhecimento, é notório como, na Idade Média, aquelas que demonstravam qualquer instrução que pusesse em xeque o domínio masculino eram queimadas vivas em fogueiras sob o rótulo de bruxas. Também a população negra, como sabemos, foi cerceada do conhecimento científico e mesmo hoje, em um contexto de pós-modernidade, o acesso e a permanência desse grupo fica ameaçado por discursos que buscam igualar negros, indígenas e outros grupos subalternizados a uma vida branca sem percalços motivados por esses marcadores; concomitantemente, buscam deslegitimar a necessidade de políticas públicas voltadas para a população, como é o caso do sistema de cotas raciais.

É imperioso que mesmo diante da censura do namorado, a mãe-avó tenha “Bati[do] o pé. Não precisa, mas eu quero. Me chamou de geniosa, ingrata, mal-agradecida” (PASSOS, 2022, p. 125). Ir de encontro ao domínio masculino demonstra como a realidade está em transformação, porém, as pedras que estão nesse caminho costumam a ser postas de lado, seja pela constante culpabilização feminina, seja por leis pouco eficientes na proteção de mulheres e/ou negros/as. Percebemos como a contrariedade exprimida pelo namorado da mãe da narradora desencadeia uma série de adjetivos que as rotula como indivíduos amargos que não merecem muita atenção e carinho. Tais definições são ostensivas na literatura canônica brasileira, como no caso de Malvina Tavares em *Gabriela, Cravo e Canela* (1958, 2008), de Jorge Amado.

Essa figura masculina, sem nome, indica o comportamento de muitos deles que permanecem à espreita para limitar a atuação feminina. No fragmento: “Ele achava que uma mulher que estuda não obedece marido, vira puta. Engrossa o pescoço, passa a ter ideia, quer mandar no homem, e perguntaram se ele ia deixar isso ficar barato” (PASSOS, 2022, p. 157), fica nítido como aquelas, de acordo com os parâmetros sociais, que não seguem os caminhos pré-determinados, merecem ser punidas. O conhecimento é a mola propulsora para as modificações em sociedade e quem o detém ou a ele tem acesso é quem tem a chance de transformar o estado de coisas. Diante de uma sociedade machista que cobra dos homens comportamentos violentos como forma de ratificar sua virilidade, não causa estranhamento que a única forma encontrada por ele para justificar sua superioridade e suas vontades seja por meio da agressão física à mãe da personagem.

Portanto, é preciso (re)pensar o conceito do “ser mulher” e também a maternidade a partir da interseccionalidade, como as próprias ativistas negras propuseram há muito tempo. De outro modo, “é fetiche epistemicida omitirmos clivagens racistas, sexistas e cisheteronormativas estruturadas pelo Ocidente cristão” (AKOTIRENE, 2020, p. 28). Faz-se mister, então, debater não apenas as ambivalências da maternidade, mas analisá-las no conjunto das relações afetivas, sociais, raciais e trabalhistas em um contexto cada vez mais capitalista e que não dá espaço para a reflexão. Para tanto, romances como o de Vanessa Passos se mostram importantes para ressignificar as configurações maternas, por meio de sua escrita afiada e objetiva, com capítulos curtos, que se mostram “quase sem nenhum lirismo” e “atinge as camadas mais difíceis de um ser humano, não um qualquer, mas de uma mulher que busca a sua identidade em meio ao desconhecido, ao cansaço de tentar ser mãe e ao fracasso de cada dia” (SOARES, 2022, n. p.).

3.3 *Como se fosse um monstro: (re)produção em série no/do corpo máquina*

“Ela apontou para a própria barriga flácida,
o saco de carne aposentado de seu ofício
como mula da felicidade alheia”

(Fabiane Guimarães)

Talvez possa parecer exagerada a repetição de que as representações da população negra na literatura brasileira ainda estejam limitadas e atendam a estereótipos, contudo, a reiteração se faz necessária justamente porque foi por esse caminho que se desenvolveram os textos literários de teor identitário do Brasil (SOUZA, 2017). Portanto, nosso objetivo com esta seção ao mesmo tempo em que consiste em iluminar as representações maternas das mulheres negras, no intuito de ressignificar as práticas solidificadas pelo patriarcado, consiste também em demonstrar como as marcas do racismo ainda são pungentes, de modo que “na representação das mulheres negras na literatura, racismo, sexismo e gênero entrelaçam-se e reiteram estereótipos e discriminações” (SOUZA, 2017, p. 288).

Ademais, julgamos ser necessário insistir na discussão acerca dessas representações para que as vozes negras, historicamente silenciadas da tradição literária, possam ecoar mais alto na busca pelo reconhecimento de seus anseios. Mesmo porque, apesar de ter sido negligenciada em certo momento da História e da escrita feminista, como apontam Forna (1999) e Cordeiro (2021), respectivamente, a maternidade e sua relação com o corpo e subjetividade feminina precisam ser, constantemente, revisitadas para que possamos ampliar os debates que envolvem uma experiência que transforma vidas dos/das seus/suas atores/atrizes. Nesse caminho, é importante reiterar nosso lugar de fala, ou seja, é como homem branco que debatemos essas representações, não com o intento de ocupar o lugar do outro, mas sim para que possamos fortalecer as falas negras e suas experiências em um campo eminentemente racista.

Apesar de termos alguns registros da força da maternidade na literatura brasileira, como é o caso do conto “A Escrava”, de Maria Firmina dos Reis, publicado em 1887, em plena luta abolicionista, e que apenas recentemente tem estado no centro das discussões da literatura romântica da qual faz parte, a maternidade ainda é um assunto incipiente se desatrelado da noção de vocação feminina. Contudo, já passa a ocupar, gradativamente, a

agenda feminina com um tom distinto daquele envolvo na aura de vocação. Destacamos nessa seara Fabiane Guimarães, jornalista goianense radicada em Brasília que estreou com o romance *Apague a luz se foi chorar* (2021), com o qual foi finalista do *Prêmio São Paulo de Literatura*. Publicado em 2023, seu segundo romance intitulado *Como se fosse um monstro*, sobre o qual nos debruçaremos nesta seção, traz à baila questões importantes para se (re)pensar a maternidade. Em entrevista a Gabriel Lima da *Revista Metrôpoles* (2023), a autora nos revela que a ideia do romance surgiu “de uma reportagem, na verdade. Em 2019, durante uma viagem, li uma matéria sobre barrigas de aluguel ilegais no Brasil. Aqui, a prática é proibida, exceto nos casos em que a gestação é terceirizada de forma voluntária, por um membro da família” (n. p.).

Três personagens femininas são imprescindíveis para que possamos compreender o romance em tela e cujos perfis nos propusemos a traçar em nossas análises, a saber: Daniela, a esposa que busca realizar o desejo do marido de se tornar pai por meio do corpo de outra mulher; Gabriela, a filha da protagonista e a narradora que organiza e nos apresenta os acontecimentos da mais importante personagem: Damiana, a jovem negra de origem humilde, que tem sua trajetória em destaque quando a polícia federal desmonta um esquema clandestino de barrigas de aluguel do qual é uma das grandes referências.

De partida, nos ocupamos da jornada de Daniela, uma aspirante a atriz que aceita o desejo do marido de ter um filho, mas que, em função de sua idade avançada, não pode gerar; aliás, “não que fizesse muita questão de conceber, ela salientou. Preferia a ideia de exercer a maternidade sem a necessidade biológica que Érico manifestava” (GUIMARÃES, 2023, p. 32), já que ele não gostaria de adotar. Sendo “um sonho sobretudo dele” (GUIMARÃES, 2023, p. 31), Daniela “exercia sua maternidade paralela na reforma do quartinho do bebê, ainda sem cores que estabelecessem o gênero, e nas compras compulsivas de artigos e livros temáticos” (GUIMARÃES, 2023, p. 55). É revelador como “Damiana podia até flagrá-la segurando a própria barriga, como se antecipasse o **produto** do sucesso, como se vivenciasse uma gestação por afinidade” (GUIMARÃES, 2023, p. 49, grifo nosso), pois nos demonstra que a gestante nada mais era que uma incubadora para o menino³⁶ que em breve confirmaria a

³⁶ Impossível não lembrarmos do poema “Mulher Proletária”, de Jorge de Lima (2008, p. 286), pois a personagem é, em alguma medida, proletária do nascer. A experiência é encarada como um trabalho que dá continuidade ao fornecimento de mão de obra a ser explorada pelos/as detentores/as do capital:

Mulher proletária — única fábrica
que o operário tem, (fabrica filhos)
tu

maternidade daquela mulher que gestava ao seu modo, do qual podemos entrever a chegada da criança como uma encomenda, uma mercadoria que, feita por pedido, chegará, contrapondo a expectativa social de maternidade.

Por outro ângulo, Daniela também não se sente mãe da criança (apesar de já amá-la) durante o processo gestacional de Damiana, repetindo por diversas vezes que “até depois que ele nascer e estiver nos meus braços, esse filho é do Érico. Não estou dizendo que não vou amar a criança. Eu já amo” (GUIMARÃES, 2023, p. 67). Fica explícito que é por meio do contato e do desejo de se tornar mãe que os afetos são/serão construídos e não puramente por questões biológicas, como por tanto tempo foi defendido pelas teorias de cunho patriarcal. Ou ainda que, embora muito tenham defendido que o amor materno seja inato a partir da perspectiva da medicina, “no campo psicanalítico, o amor materno não pode ser pensado como algo preexistente a toda mulher” (PINHEIRO, 1991, p. 114), mas desenvolvido no percurso. É notório como a ambivalência de sentimentos perpassa Daniela, haja vista que em alguns momentos revela não se sentir mãe – principalmente em se tratando do caráter fisiológico –, mas que já ama aquela criança, o que provoca alternância entre a ideia tradicional de amor materno e uma subversão da experiência. Em outras palavras: a personagem alterna em amar (condição tradicional para as mães) e não se sentir mãe do menino.

Simultaneamente, isso nos permite conjecturar que, talvez, a personagem tenha aceitado essa situação para atender a um desejo masculino, como tantas mulheres cotidianamente ainda fazem; entretanto, o fato de priorizar seu corpo, apesar da idade avançada para uma gestação³⁷, pode expressar uma alteração no estado de coisas na medida

na tua superprodução de máquina humana
forneces anjos para o Senhor Jesus,
forneces braços para o senhor burguês.

Mulher proletária,
o operário, teu proprietário
há de ver, há de ver:
a tua produção,
a tua superprodução,
ao contrário das máquinas burguesas
salvar o teu proprietário.

³⁷ É necessário pontuarmos que cada vez mais as mulheres têm optado por ter filhos/as mais tarde, não apenas por questões profissionais, mas também porque a medicina avançou e os tratamentos para engravidar estão mais acessíveis à população. A título de exemplo de maternidade tardia, podemos citar a atriz Cláudia Raia que aos

em que indica a vontade feminina de assumir seu protagonismo antes de realizar o desejo do companheiro.

Consciente de que talvez a hospedeira de seu filho pudesse voltar atrás e ficar com a criança, a mãe de ventre livre utiliza o expediente da ameaça mostrando para Damiana alguns meninos em condições de vulnerabilidade – situação essa muito presente na vida da jovem interiorana. Dessa maneira, ao sentenciar que “queria apenas mostrar o que aconteceria se você resolvesse ficar com o bebê” (GUIMARÃES, 2023, p. 68), Daniela reaviva na protagonista sua vida de faltas que poderá ser interrompida se Damiana mantiver o combinado de doar a criança após o nascimento. Também desperta em nossa memória a prática escravagista em que as mães eram afastadas de suas filhas com promessas de melhores condições ou – o que era mais provável – menos sofrimentos na casa grande.

Desde o início da narrativa, somos apresentados ao entrecruzamento de vida de Daniela e Damiana por meio de uma dessas crianças produzidas e doadas pela barriga de aluguel, isto é, Gabriela que, sendo criada por um casal homossexual que encomendou um/uma herdeiro/a, tem o desejo de conhecer sua história e por isso a procura. Não apenas somos apresentados à trajetória da protagonista como conhecemos a vida da jornalista que ao narrar a história de sua progenitora também se encontra e reavalia suas ações. Há muito sua conduta destoava da ideia de mulher frágil e carente de proteção, “nunca tinha sido uma menininha. Era durona, sabia se virar e não se incomodava com a solidão. Os homens a achavam fria porque não conseguiam dominá-la” (GUIMARÃES, 2023, p. 108). Além disso, Gabriela possui um corpo erotizado, ou seja, “vive sua sensualidade plenamente e que busca usufruir desse prazer, passando ao leitor, através de um discurso pleno de sensações, a vivência de uma experiência erótica” (XAVIER, 2011, p. 171). Todavia, “era exaustivo ter que ensinar para aqueles rapazes extraordinariamente egocêntricos os caminhos do seu” (GUIMARÃES, 2023, p. 128) corpo, ratificando o consenso de que grande parte dos homens não se preocupa com o gozo feminino e as utiliza como mecanismo para depositar seus desejos. Ser agente de sua história e viver livremente sua sexualidade – característica secularmente atribuída aos homens – não impede que precise lidar com os ideais de feminilidade, inclusive, em sua própria casa. Salta aos olhos o comportamento dos pais de Gabriela durante sua educação, haja vista que mesmo sendo eles homossexuais – o que

cinquenta e cinco anos engravidou utilizando óvulos congelados e chamou a atenção da imprensa do mundo todo. Disponível em: <<https://vogue.globo.com/celebridades/noticia/2023/02/gravidez-de-claudia-raia-aos-55-anos-e-destaque-em-veiculos-internacionais.ghtml>>. Acesso em 15 mar. 2023.

pressupõe uma mente mais aberta e desenvolta no trato com as diferenças – julgam “que ela precisava de uma figura *feminina* para guiá-la durante a adolescência, como se virar mulher fosse o tipo de coisa que só se aprende por reflexo” (GUIMARÃES, 2023, p. 36, grifo da autora).

Sua praticidade e autonomia são vistas na maneira com que se coloca diante dos obstáculos que surgem em seu caminho. Ao se deparar com uma gestação não planejada, é enfática ao declarar: “eu soube desde o princípio que não levaria minha gestação adiante” (GUIMARÃES, 2023, p. 151). Em grande parte, essa decisão advém do fato de que “não tinha e não queria ser mãe. Não havia espaço nem condições mentais para sustentar uma criança que não tinha sido feita de amor” (GUIMARÃES, 2023, p. 152). Destaca-se na assertiva da narradora o fato de elencar condições objetivas – além da emocional, é evidente – para sua recusa na gestação, assim, não é apenas a ausência de amor que a impede de prosseguir, mas também os custos e sacrifícios que aquela criança provocaria em uma jovem tão desassistida e sozinha. Tais evidências demonstram a compreensão lúcida e nenhum pouco romantizada sobre o que é a maternidade de fato, o que concorre para nossa hipótese de tese de que a maternidade, atravessada pelos marcadores de classe e raça, se mostra distinta daquela idealizada pelas malhas do patriarcado às mulheres brancas, por exemplo.

Em sua busca por ajuda, só encontra apoio no médico que lhe faz o primeiro ultrassom, então “aquela imagem tão gráfica me injetou a coragem de que eu precisava para buscar um jeito de expulsá-lo de mim” (GUIMARÃES, 2023, p. 152). Apenas por meio da imagem é que a personagem concretiza seu estado de grávida, momento em que, ao contrário das ideologias patriarcais e essencialistas que descrevem a emoção do contato visual entre mãe e feto, acaba por rejeitá-lo. Nessa esteira, fica a questão principal da problemática: “será que a partir da concepção o corpo da mulher torna-se um mero objeto, uma incubadora para gestar uma nova vida?” (PRADO, 1985, p. 19). É por essa perspectiva que o debate sobre o aborto se desenvolve, na medida em que a mulher é posta de lado e o/a bebê/feto/embrião ocupa o centro.

Legalmente o aborto é proibido no Brasil³⁸, entretanto, no submundo feminino essa é uma prática corriqueira, a contar pelos dados alarmantes de mulheres que morrem em

³⁸ De acordo com o artigo 128 do Código Penal há apenas duas situações em que o aborto é permitido: quando para salvar a vida da gestante e/ou quando é fruto de estupro. Em alguns casos, em situações em que há má formação do feto e que impeça sua vida, já há decisões favoráveis ao aborto (<<https://www.conjur.com.br/2020-jan-20/malformacao-inviabiliza-vida-bebe-justifica-aval-aborto>> Acesso em: 05 abr. 2023). Em tempo, cumpre salientar que o descanso remunerado para aquelas que abortam é previsto na CLT, artigo 395, mas só é válido se

procedimentos dessa natureza³⁹. Dessa forma, fica evidente como “as mulheres nunca deixaram de realizá-lo, apesar das sanções, controles, legislações e intimidações surgidos através da história da humanidade” (PRADO, 1985, p. 41). Contudo, além dos empecilhos legais, as mulheres precisam lidar com a condenação moral, já que na esfera religiosa o assunto é um tabu e, em praticamente todas as religiões, a interrupção voluntária é condenada. Isso advém do pressuposto de que apenas Deus tem o poder sobre as vidas e que, interrompê-las, é ir contra Sua vontade, além de ferir um de Seus mandamentos. Ocorre que muito pouco – ou mesmo nada – se debate sobre a condição feminina nesses casos, não apenas no que concerne ao arrependimento de engravidar, mas também naqueles casos em que houve violação do corpo feminino.

A Igreja Católica, por exemplo, é contra todo e qualquer método contraceptivo, o que induz gestações não planejadas e a transmissão de doenças. Nessa mesma direção, é notório que tais determinações estejam atreladas à ideia de castidade e altruísmo do indivíduo, sobretudo das mulheres, porém, não devemos nos esquecer de que “assim como o aborto é um último recurso contra um nascimento que não pode ser evitado por outros meios, a proibição do aborto é o último recurso para impor às mulheres nascimentos pelos quais elas não se decidiriam necessariamente, se pudessem decidir” (PRADO, 1985, p. 82).

Do mesmo modo que em séculos anteriores, houve um culto à maternidade com o intuito de preservar e ampliar a população demográfica (BADINTER, 1985), também o aborto aí pode ser incluído. Ora, sendo a reprodução o meio garantidor do aumento populacional e, portanto, dos valores econômicos para uma nação, delegar o controle sobre tal prática às mulheres seria outorgar-lhes um poder incalculável. De posse do controle, as mulheres “só aceitariam pôr filhos no mundo na medida em que a maternidade não as impedisse de ser economicamente independentes, e na medida em que não as levasse mais a assumir sozinhas a responsabilidade exclusiva da criação dos filhos” (PRADO, 1985, p. 83). É nesse caminho também que percorrem as discussões acerca do aborto, pois é criminalizado porque de outra forma incorreria em permitir que o controle populacional ficasse nas mãos das mulheres. Concomitantemente, permitira que expressassem a recusa e/ou o

tratar-se “de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial”. O que contribui para que as mulheres fiquem reféns de um sistema masculino que arbitra sobre um corpo – e decisão – que não é seu.

³⁹ De acordo com o Ministério da Saúde, estima-se que tenha ocorrido um milhão de procedimentos para interrupção voluntária de gravidez no Brasil em 2016 . Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-cao-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html>. Acesso em: 16 mar. 2023.

arrependimento à maternidade, derrubando por terra os idílios de uma experiência única e exclusivamente enriquecedora.

No caso da narradora, observamos que sua decisão é irrevogável e, diante da ausência de auxílio adequado, acaba por provocar o aborto sozinha e em casa. É extremamente relevante para a compreensão da realidade feminina que a orientação que Gabriela receba seja dada pela “moça invisível”, porquanto denuncie o desamparo a que essas mulheres estão submetidas. Essa figura, no romance, se mostra como a orientadora da protagonista durante o abortamento, indicando-lhe o que e como fazer para interromper sua gestação, enquanto sua identidade não nos é revelada, coadunando com a realidade extraliterária. Apesar de não aparecerem e/ou ser reconhecidas no âmbito social, existem pessoas que orientam no processo de aborto, todavia, frequentemente esses direcionamentos não são dados com vistas a proteger à vida da mulher, mas unicamente no intuito de expulsar o corpo estranho de suas barrigas. Com isso, são grandes os índices de gestantes que morrem à deriva de qualquer cuidado médico, principalmente aquelas que não dispõem de recursos financeiros para lhes garantirem alguma dignidade. Ao observarmos a conduta da narradora do romance em debate, fica explícito que ela, apesar de possuir uma condição financeira razoável, não encontra apoio nos profissionais que visita – evidentemente por questões legais. Por outro lado, é preciso que consideremos também que a vergonha e o medo dos julgamentos externos as confrontem. Após a realização da interrupção gestacional, é extremamente relevante que relate a situação nos dizendo que: “há trinta e cinco dias sangrava [...] uma hora seu corpo pararia de tentar se vingar” (GUIMARÃES, 2023, p. 51), haja vista que ainda que tenha consciência e siga sua vontade, o julgamento social paira sobre si quando releva que o corpo teria se vingado de seus atos.

O desejo de não gestar e de não se sentir mãe, naquele momento, é notório quando lançamos luzes sobre alguns excertos: “e mesmo ali, deitada no chão com todo o meu estoque de toalhas entre as pernas para conter o sangramento, **eu não me arrependi**” (GUIMARÃES, 2023, p. 153, grifos nossos). Ainda que sinta dores físicas e a necessidade de enfrentar aquela situação sozinha, a personagem segue firme em seu propósito, isto é, priorizar suas vontades antes de qualquer outra coisa. É significativo como denuncia as sensações a que tantas mulheres em países onde a prática é criminalizada sentem: “só senti alívio e talvez uma pequena tristeza por ter que fazer aquilo de um jeito tão indigno, tão mesquinho, e de flertar com a morte com a cara enterrada nos azulejos de um banheiro” (GUIMARÃES, 2023, p. 153). Infelizmente é apenas nessas condições físicas e emocionais que inúmeras mulheres,

principalmente as mais pobres, podem demonstrar seus anseios, tendo que lidar com tudo que deles decorrem.

Leite (2019) destaca que a culpa é reguladora da maternidade, porém é peremptório como esse sentimento abarca vários campos do feminino podendo se dissolver em outras frentes, como o arrependimento. Há que se ressaltar, no caso da narradora, que isso não acontece, o que sinaliza que as mulheres, capazes e com condições de se manifestar, procuram se desfazer desses rótulos. Por isso, “volto a reforçar que nunca me arrependi, e a culpa que senti foi completamente involuntária. Procurar Damiana foi parte de uma vontade de aliviar essa culpa, esse substantivo tão feminino, tão próprio da mulher” (GUIMARÃES, 2023, p. 154). Observemos as classes de palavras utilizadas pela jornalista para se expressar em relação à culpa. Em um primeiro momento, a adjetivação do vocábulo demonstra que a culpa é sentida involuntariamente, ou seja, ainda que não tenha motivos expressos para se sentir daquela forma, a narradora assim o faz por uma pressão externa que é produzida pelas malhas de poder do binarismo homem/mulher e que as colocam como criminosas em desfazer-se da suposta única vantagem sobre o público masculino. Também a retificação da palavra como substantivo feminino evidencia que esse só pode estar atrelado a elas e que aos homens é permitido agir despreocupadamente.

Desde que o mundo é mundo as mulheres precisaram se adaptar a espaços em que parecem não ser bem-vindas e por isso desenvolveram mecanismos que as ajudassem a se manterem firmes (re)existindo. Uma dessas estratégias de resistência é a escrita, embora também tenha sido um espaço interdito para elas como buscamos demonstrar no primeiro capítulo desta tese. Igualmente à narradora de *A filha primitiva*, de Vanessa Passos, Gabriela se (re)encontra na organização e escrita da trajetória de sua mãe e a sua própria: “e é só aqui, no fim desta história, que consigo me revelar por completo. Não sinto mais vergonha” (GUIMARÃES, 2023, p. 154). Com efeito, demonstra que a personagem consegue superar traumas por meio da palavra, cujo uso “marca o início do patriarcalismo. De fato, o poder da palavra e, conseqüentemente, o direito à voz, exclusividade masculina, caracterizam a hegemonia falocêntrica. Acima de tudo, é ao poder das palavras que as mulheres são restringidas” (ZUKOSKI, 2020, p. 27).

Ancorando-se na sua condição de jornalista e no destaque que a mídia deu para o escândalo – associado ao fato de ser uma das filhas da mais famosa barriga de aluguel – Gabriela consegue autorização para entrevistar e transformar a história de Damiana em livro. No fundo, sua motivação, de cunho íntimo, “era conhecer a mulher que também não havia

desejado ser mãe. Minha mãe” (GUIMARÃES, 2023, p. 154). A partir do contato que estabelece com a protagonista, a narradora releva ao/à leitor/a sua própria trajetória em um movimento duplo de (re)escrita da vida de duas mulheres que estiveram ligadas pelo cordão umbilical e após a separação de anos, motivada por inúmeros fatores, se unem na compreensão de suas jornadas. Essa dinâmica se materializa no romance pela intercalação entre a trajetória das duas mulheres, narradas em terceira pessoa por uma delas, mesmo quando se ocupa de expor sua jornada e traumas.

As primeiras informações de que dispunha sobre sua origem era de que havia sido “fabricada e entregue de bom grado por uma moça que morava muito longe, alguém que não podia ficar comigo” (GUIMARÃES, 2023, p. 149), coadunando com a realidade de muitas jovens que não podem ficar com seus/suas filhos/as por questões emocionais, econômicas e sociais. Entretanto, no caso de Gabriela, notamos que as condições em que foi doada não estão totalmente explicadas, isto é, ainda que tenha sido vendida sem objeção por sua genitora que encarava a gravidez como um trabalho, os detalhes não são revelados; em parte pelo desejo dos pais adotivos de preservar a criança; em parte pelo fato de que essa conduta, além de condenável criminalmente, causa horror e vai à contramão do que a sociedade entende como adequado para as mulheres, ainda mais se observarmos que se trata de dois homens construindo uma família, o que transgride o padrão heteronormativo.

Diversas perspectivas têm sido debatidas nas quais a oposição mãe e trabalhadora solidificam os papéis adequados para as mulheres. Assim, deveriam escolher entre a maternidade e uma carreira brilhante ou, no caso de decidir conciliá-las, é imprescindível que o faça sem expor as dificuldades e/ou sacrifícios que são necessários porque “a maternidade é bem vista sempre e desde que esteja limitada ao âmbito do lar e do individual [...] e não questione as dinâmicas do trabalho produtivo, o modelo socioeconômico nem o sistema patriarcal” (VIVAS, 2021, p. 58). A percepção da narradora sobre sua mãe atende a esses papéis pré-determinados já que “imaginava minha mãe como uma mulher moderna e ocupada, que renunciara à maternidade pela própria carreira. Uma mulher como eu” (GUIMARÃES, 2023, p. 150). Salta aos olhos como imaginar a mãe como ela própria se enxerga revela uma incapacidade (talvez involuntária) de imaginar destinos diferentes para as outras pessoas, ainda mais em se tratando de um trabalho como o de Damiana.

Findado esse reencontro, a conclusão é óbvia: “eu jamais teria uma mãe. E estava tudo bem, porque não precisava de uma” (GUIMARÃES, 2023, p. 156). Essa percepção ratifica a hipótese de que a maternidade pode ser entendida por vários prismas e não por aquela que

depende unicamente do funcionamento do corpo biológico para se materializar. Com isso queremos dizer que, ainda que esteja relacionada, *a priori*, a um processo biológico para qual o corpo feminino é fundamental, os desdobramentos da relação entre mulher/es-filhos/as se mostram mais contundentes para pensarmos nas maternagens e por isso reduzi-la à reprodução corpórea incorreria em equívocos que buscamos contestar nestas laudas, posto que invalidaria, também, outros perfis de mães.

É por isso que Gabriela conclui, “no fim das contas eu era apenas uma narradora, uma jornalista, não havia nenhum sentimento, nenhuma grande revelação que me trouxesse lágrimas e fizesse o DNA saltar aos olhos; entendi que meus pais eram meus pais e Damiana não fazia parte de nossa família” (GUIMARÃES, 2023, p. 156). Não há um final feliz tradicional em que mãe e filha se (re)conectariam pelos laços de sangue e a emoção tomaria conta da trama, ao contrário, o desenvolvimento e o fechamento do romance se mostram subversivos aos discursos hegemônicos – como boa parte dos romances de autoria feminina analisados na pesquisa coordenada por Zolin (2021) – ao mostrar que a maternidade, mais que um fenômeno biológico, é uma experiência sensorial e emocional que depende de laços de afetos construídos gradativamente.

Ao mesmo tempo, a constatação da personagem possibilita lançarmos luzes na homoparentalidade masculina, condição que ilustra o pensamento da socióloga e psicanalista feminista Nancy Chodorow (2002) de que há alguns lapsos na compreensão dos cuidados com as crianças, quais sejam: “presumir que as diferenças reprodutivas ensejem *fisiologicamente* que as mulheres criem filhos” e, por conseguinte, “que sua capacidade de dar à luz e nutrir crianças se estenda ao desempenho de todos os aspectos do cuidado infantil e à responsabilidade pela educação de crianças mais velhas” (p. 37, grifo da autora). À vista disso, a constituição familiar na qual a jornalista está inserida nos mostra como as maternagens estão, em certo ponto, dissociadas do caráter biológico.

Da mesma forma em que não há um reconhecimento de maternidade no contato de Gabriela com sua progenitora, a protagonista do romance, Damiana, porta-se de forma dissonante do pensamento tradicional. A trajetória da família no sertão goiano é marcada por faltas e silêncios, tanto é que estava “tão acostumada ao silêncio e à ausência de explicações que não perguntou a ninguém, em momento algum, como o pai tinha morrido” (GUIMARÃES, 2023, p. 14). É flagrante como a condição financeira é preponderante para que Damiana seja enviada para a cidade grande, pois essa é a realidade de diversas garotas pobres que além do machismo e da objetificação precisam lidar com o fardo de ser a

responsável pelo sustento e/ou melhora da qualidade de vida da família. Assim, diante da proposta de trabalhar como doméstica, “a mãe decretou, quase feliz, embalando as trouxinhas de pano. – Vai e ganha um dinheiro pra nós” (GUIMARÃES, 2023, p. 15). Nesse sentido, vislumbramos na situação da mãe de Damiana que “à parte o caráter particular das mães solo por opção, em geral a monomarentalidade é sinônimo de pobreza” (VIVAS, 2021, p. 49).

Ainda que não possamos ter certeza de ser essa a condição predominante para se submeter à prática de barriga de aluguel, “era o dinheiro enviado por ela que resolveria os problemas financeiros da família distante” (GUIMARÃES, 2023, p. 41), sobretudo após o descobrimento de que a mãe estava com um tumor na cabeça, já que esse é um dos motivos que faz com que Damiana retorne para o negócio após a primeira gestação: “não se arrependia da escolha. Sabia que a mãe se recuperava bem, fazia acompanhamento especializado para tratar quaisquer resquícios do tumor” (GUIMARÃES, 2023, p. 57). Diferentemente de outras narrativas sobre as quais lançamos luzes no decorrer deste trabalho, no romance de Guimarães a maternidade e seu uso como fonte de renda são impulsionados principalmente pelas condições financeiras da protagonista. Por isso, diante da proposta, “uma quantia de dinheiro daquelas capazes de pagar o fim de todas as preocupações, até as que ainda não tinha” (GUIMARÃES, 2023, p. 32-33), não poderia recusar. A personagem é impelida a agir por dinheiro em função da situação de vulnerabilidade em que vivia com as demais mulheres de sua família, o que potencializa o sentimento de responsabilidade, contribuindo para que se anule (in)voluntariamente: “ela, cujo único objetivo na vida tinha sido construir uma casa para a mãe e as irmãs” (GUIMARÃES, 2023, p. 121). Destarte, nos parece evidente que a motivação é o dinheiro, contudo, a forma como Damiana age/se comporta durante a gestação, aponta para a superação das expectativas sociais na medida em que consegue não estabelecer vínculo com a criança; logo, ao mesmo tempo em que é objetificada, a personagem luta para manter, dentro de suas possibilidades, sua posição como sujeito.

No começo de sua vida na capital, Damiana “concentrava-se tanto em desaparecer que não percebeu que estava causando o efeito contrário e sendo cada vez mais vista” (GUIMARÃES, 2023, p. 28) e, por isso, “era alçada à condição de pessoa” (GUIMARÃES, 2023, p. 29) justamente por sua capacidade de gerar e ficar em silêncio, demonstrando que o corpo feminino, nesse caso, é a força motriz para que seja reconhecida como alguém (ou seria “algo” que pode ser útil?).

Durante toda a narrativa, fica nítido como a personagem em análise é objetificada, seja na relação sexual com o patrão, seja no uso consensual que Moreno faz de seu corpo para

atender aos objetivos comerciais. Sobre o tema, Bonnici (2007) afirma tratar-se da inferiorização do outro em decorrência das diferenças existentes; assim, em um contexto patriarcal, “os participantes (o homem e a mulher) são hierarquizados de tal forma que o homem e seu discurso se petrificam como sujeitos, enquanto a mulher e seu discurso são reduzidos a objeto” (p. 192). No primeiro caso os papéis sociais estão atrelados à óptica patriarcal, pois enquanto “o dr. Érico já se aproximava de um jeito **predatório, farejando** alguma coisa” (GUIMARÃES, 2023, p. 20, grifos nossos) e posteriormente “se converteu em um **animal selvagem**” (GUIMARÃES, 2023, p. 60, grifos nossos), a protagonista “sentiu dor. Quis desistir, voltar atrás, mas agora não havia mais tempo” (GUIMARÃES, 2023, p. 60). As escolhas lexicais são indispensáveis para desanuviarmos as identidades dos/as personagens, logo o uso dos vocábulos em destaque demonstra a animalização das ações e mostra como o patriarcado regula a sexualidade feminina submetendo as mulheres à passividade enquanto estimula a conduta predatória masculina.

Embora tenha mantido relações sexuais com o patrão, Damiana já estava grávida de Érico por meio de uma inseminação caseira na qual uma enfermeira introduzia uma seringa com o esperma do homem entre suas pernas. Todavia, a prática rústica só teve êxito na terceira vez ao passo que, diante de cada tentativa frustrada, a pressão recaía sobre a protagonista evidenciando que, independentemente da técnica utilizada, a pressão está sempre sobre o corpo feminino. O desconhecimento de métodos contraceptivos é um dos grandes obstáculos para o planejamento familiar. Essa situação decorre da inexistência de educação sexual nas escolas e do diálogo entre pais e filhos/as, o que torna a temática um tabu. O silêncio nesse quesito contribui para que a gravidez aconteça, é o que se passa com Damiana, que “nem entendia o processo exato que fazia as barrigas incharem. Tudo o que sabia era o básico, machos enterravam-se nas fêmeas, cuspiam suas entranhas e, se a semente fosse boa, brotava” (GUIMARÃES, 2023, p. 45).

Em contrapartida à compreensão objetiva das relações sexuais e à concepção, é por meio do romance que vive mais tarde com Joaquim que Damiana é apresentada a uma nova ideia materna. Todavia, tal noção ser proferida por um homem reforça o que vimos debatendo, isto é, de que os caminhos dessa experiência devem ser descritos e explorados, principalmente, pela voz delas mesmas. Vejamos: ao sentenciar “vou fazer um filho em você. Um filho de verdade, que você vai amar e vai ter como carregar” (GUIMARÃES, 2023, p. 135), reitera-se a passividade esperada das mulheres, naquela imagem já disseminada por Atwood em *The Handmaid's Tale* (1985). Como se a concepção, resultado de uma relação

com amor, obrigasse a mulher a amar a criança, reforçando que, em caso de arrependimento ou ausência de bons sentimentos, fica demonstrada a falta de caráter feminino.

A forma como se sente no momento em que conta sua história à jornalista/biógrafa não é produto exclusivo de sua ida à capital, ao contrário, isso se mostra como acentuação de um modo de vida que vem de outras gerações. Por isso, ao olhar em retrospecto, Damiana sentencia que “naquele tempo, mulher aqui nascia e morria pra isso” (GUIMARÃES, 2023, p. 11); tal assertiva, da maneira como é exposta, nos permite entrever que atualmente esta não é a única finalidade da mulher na sociedade, apesar de ter que lutar incessantemente para se desvencilhar de estereótipos que as aprisionam no destino de mãe. Além disso, ela nos apresenta à maneira como foi educada e de como para si não haveria outro caminho a seguir.

O caráter subversivo da narrativa pode ser visto em excertos como: “– A verdade é que eu tinha talento pra ser égua parideira” (GUIMARÃES, 2023, p. 11), porquanto se utilize dos papéis possíveis para as mulheres a fim de agir de forma diferente do esperado. Dito de outra forma, ainda que esteja enredada a um “destino de mulher” encontra nele uma forma de resistir e subverter o comportamento esperado, transformando a maternidade em um negócio rentável para si e sua família.

Vazia de objetivos e com a obrigação de ajudar a família, a protagonista é a pessoa ideal para atender à necessidade do casal brasileiro, já que “precisavam de alguém para gerar o filho de Érico. Uma mulher que pudesse lhe emprestar o corpo” (GUIMARÃES, 2023, p. 32). A indiferença em relação à sua própria existência é pungente no romance em debate já que “o que significaria, para uma vida como a sua, nove meses de abdução do próprio corpo? [...] Teria apenas que se deixar ser colonizada por uma criança alheia” (GUIMARÃES, 2023, p. 42). Vemos que a protagonista não agrega sentido à sua própria existência, portanto não lhe é sacrifício algum emprestar seu corpo para uma criança que, conforme enfatiza, não é sua.

Durante toda a gestação, Damiana é tratada como um meio de transporte, o que faz com que a levem “como uma mercadoria das mais preciosas ao médico [...] teria o corpo revirado, atravessado por agulhas e esvaziado de líquidos de todo tipo” (GUIMARÃES, 2023, p. 44-45) além de ter “seus interiores novamente vasculhados à procura de um problema” (GUIMARÃES, 2023, p. 49). É possível ampliarmos o esvaziamento a que se refere àquele que também está encoberto, isto é, o escoamento da sua condição de sujeito. É comum que esperemos que as mulheres, diante de tantas violências e subalternização, se solidarizem e apoiem umas às outras naquilo que contemporaneamente chamamos de sororidade. Contudo, “d. Daniela, sem nenhum constrangimento, pedia-lhe que enfiasse os dedos em si mesma”

(GUIMARÃES, 2023, p. 47), expondo a ausência de preocupação ou compreensão por tudo que Damiana está passando, antes é apenas um corpo violado pela sociedade que, na pobreza e ignorância, sucumbe às vontades dominantes, afinal de contas era apenas “uma menina grávida com jeito de bicho de mato, uma mulher distraída e um bem-sucedido arquiteto de cabelos escuros” (GUIMARÃES, 2023, p. 56). A contraposição entre animal irracional e a intelectualidade de Érico denuncia os campos de atuação para homens e mulheres ao longo da História, enquanto a função delas incorreria em se reproduzir, a deles permitiria atuar na esfera pública e, por conseguinte, dominá-las. Uma vez mais podemos notar a forma com que a protagonista é reduzida a objeto no momento da revelação do sexo da criança, já que “não perguntaram se Damiana queria saber, ela não era importante naquela equação” (GUIMARÃES, 2023, p. 62). Ser a personagem quem relata tal papel no triângulo familiar é significativo para percebermos como ela tem consciência de que sua vida é reduzida à objetificação.

Todas as descrições da trama podem chocar o/a leitor/a comum, porém denunciam sem meias palavras a maneira como diversas mulheres são tratadas a partir da confirmação da gravidez. Em se tratando de Damiana, “a barriga erguera uma espécie de muro de isolamento entre ela e a criatura que crescia” (GUIMARÃES, 2023, p. 62), o que é antagônico às imagens idealizadas de mulheres que veem materializadas também no crescimento da barriga a sua maternidade. O excerto a seguir permite que observemos alguns pontos importantes na relação entre mulher e feto: “quando ele se mexia na sua barriga – e se mexia muito – ordenava baixinho rispidamente que parasse de tentar fazer com que ela o amasse. Como se a ouvisse, ele parava” (GUIMARÃES, 2023, p. 62). Se, por um lado, o diálogo pode induzir ao silenciamento do feto demonstrando tanto o reconhecimento de sua progenitora quanto o atendimento à maneira com que foi estabelecida a voz – “rispidamente”; por outro é evidência de que o processo de identificação da mulher enquanto mãe se dá pelo contato e pelo tempo, não por questões de instintos físicos/biológicos.

Reiteramos as escolhas lexicais da narradora para explicitar a jornada de Damiana com o intuito de frisar o sentimento dessa mulher em seus processos gestacionais. É possível citarmos, a título de ilustração, a recorrência de alguns termos que a colocam em situação de objetificação, como: “abdução” e “colonizada” (p. 42), “mercadoria” (p. 44), “produto” (p. 49), “vender” (p. 94), “meio de transporte” (p. 105), “passagem” (p. 108), além da zoomorfização da personagem e da animalização dos processos para acompanhamento e posterior parto da criança. Isso representa uma tentativa da literatura de autoria feminina

recente em revalorar situações cristalizadas pelo pensamento essencialista e patriarcal com vistas a chamar a atenção do público leitor para uma nova concepção de maternidade que não invalide as identidades femininas, mas que as complemente.

Como temos dito ao longo dessas laudas, a menção às características físicas das personagens é recorrente quando estamos com obras de autoria negra, até mesmo para evidenciar e problematizar situações de racismo que esse grupo, infelizmente, ainda sofre. É expressivo que Érico tenha dito “o quanto achava bonita a sua pele marrom, que junto ao branco da sua produziria um autêntico *mulatinho café com leite*” (GUIMARÃES, 2023, p. 32, grifos da autora). Aí se reproduzem inúmeros estereótipos com o corpo negro, a contar pela ideia de mulata – a personagem é citada com a pele marrom e não preto retinto, por exemplo – em que “a condição de corpo disponível vai marcar a figuração literária da mulata: animal erótico por excelência, desprovida de razão ou sensibilidade mais acuradas, confinada ao império dos sentidos e às artimanhas e trejeitos da sedução” (DUARTE, 2009, p. 6).

Podemos estabelecer paralelos também com as discussões que envolvem o embranquecimento da população, principalmente no século XIX após a abolição da escravatura, com a chegada dos imigrantes europeus, a quem eram concedidas vantagens financeiras para aqui se instalar e que culminaram também em um embranquecimento da população⁴⁰ (SILVA, 2020). No caso do romance, aproxima-se mais da disponibilidade corpórea atrelada à situação de vulnerabilidade da personagem que permite que o “senhor” branco controle e desfrute do prazer que o corpo negro subalternizado pode lhe proporcionar em uma explícita correlação com o período escravocrata. Ademais, a menção à pele amarronzada expõe como “a fuga da negritude é a medida da consciência de sua rejeição social e o desembarque dela sempre foi incentivado e visto com bons olhos pela sociedade” (CARNEIRO, 2011, p. 73), por isso frequentemente não nos assustamos com o uso de tal adjetivo para se referir às pessoas negras não retintas. Mesmo a prima Rose, também negra, diante da escolha de Damiana pelo casal para gerar a criança, utiliza os atributos físicos da jovem para justificar sua desconfiança: “– Eu achava que eles não iam te querer – ela murmurou, por fim. – Você é muito nova, e meio **pretinha**” (GUIMARÃES, 2023, p. 41, grifo nosso), como se a protagonista não fosse digna de se tornar mãe de um homem branco.

⁴⁰ Mais informações sobre essas políticas pós-abolição da escravatura podem ser encontradas no texto “‘A mão que afaga é a mesma que apedreja’: direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil”, de Karine de Souza Silva, disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/mbote/article/view/9381>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

Nessa mesma direção, aponta para o racismo estrutural que se estreita por entre as relações sociais contemporâneas já que permanece a ideia – mesmo advinda de outra mulher negra – de que os/as participantes desse grupo não podem/devem se relacionar com os brancos. No limite e em contrapartida, há que se ressaltar a existência de pessoas negras que fazem parte de um movimento consciente de perpetuar a etnia negra e suas raízes, escolhendo voluntariamente não se envolver com pessoas brancas de forma alguma.

Sobre o tema, Carneiro (2011) defende que a miscigenação dá suporte ao mito da democracia racial e também “tem constituído um instrumento eficaz de embranquecimento do país por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o ‘branco da terra’”, o que promove aqueles que se colocam entre eles com o “benefício simbólico de estar mais próximos do ideal humano, o branco” (CARNEIRO, 2011, p. 67). Há ainda, apesar de não abordarmos nesta oportunidade, a teoria do Colorismo em que quanto mais perto do branco o indivíduo se localizar, melhor.

É extremamente importante também estabelecermos paralelos entre a narrativa que temos em mãos com a História brasileira, já que o comportamento de Damiana faz jus ao esperado pelas mulheres negras no contexto escravocrata, isto é, são vistas como reprodutoras e não como mães, daí a constatação de Davis (2016, p. 19) de que “a exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas”. Também Damiana não se vê e nem é enxergada como mãe por todos os personagens, ao contrário, é apenas o caminho que as crianças encontram para vir ao mundo. Portanto, as mães são brancas, as negras unicamente reprodutoras, até porque as escravas não deveriam estabelecer vínculo com seus/suas filhos/as, já que seriam vendidos/as e apartados/as da convivência com a mãe.

O ponto alto do romance, em nossa leitura, está na forma desembaraçada com que a protagonista lida consigo mesma durante as gestações a que se submete, isso porque Damiana desenvolve sua maternidade com um tom de indiferença que pode tanto ser motivado pela forma como é tratada como também por um desejo seu de não se importar com o que é feito de seu corpo contanto que lhe pagassem. Para ela o que “incomodava era ter alguém dentro de si” (GUIMARÃES, 2023, p. 56). Entretanto, “fazia filhos com a naturalidade de quem se ocupava de engolir frutas e cuspir as sementes. Sazonalmente. Moreno a enchia de elogios, orgulhoso dos lucros, das gestações que não tinham intervalos decentes” (GUIMARÃES, 2023, p. 113). Ciente de sua capacidade reprodutiva, “queria produzir o máximo que pudesse, porque estava convencida a se aposentar cedo” (GUIMARÃES, 2023, p. 113), o que mostra

que a personagem trata a gestação como um trabalho qualquer que tem no corpo sua ferramenta, aos moldes, em certa medida e guardadas as devidas proporções, à prostituição.

Há que se ressaltar, entretanto, que apesar de vermos nesse contexto o corpo como ferramenta para o trabalho e, pela quantidade de gestações, exaurido; no caso das modelos também o corpóreo é fulcral para o êxito da profissão, entretanto o que se observa é a glamurização, o que nos mostra que a maternidade, por ela mesma, pode ser vista como obrigatoriedade para as mulheres, mas ao mesmo tempo mecanismo que extenua o corpo e o emocional.

Ao longo de sua carreira como barriga de aluguel, teve “seis crianças nascidas em datas memorizadas. /Seis estranhos que nunca amaria” (GUIMARÃES, 2023, p. 113), constatação que reitera certa indiferença para com as crianças que trouxe ao mundo, já que “tantos pequenos corpos ia gerando e expulsando que de repente era difícil ouvir a própria voz, sentir o próprio íntimo” (GUIMARÃES, 2023, p. 115). No limite, podemos inferir que sua conduta acaba por potencializar a forma indiferente com que enxerga a vida. Além de que, o modo como relata suas experiências é reflexo da sua concepção de vida, isto é, “não achava que a vida fosse grande coisa além de uma prova de resistência, com um ou outro intervalo de afeto” (GUIMARÃES, 2023, p. 135), que no seu caso vem do romance com Joaquim e com mais força “quando soube que o amor de sua vida estava morto, mas não como, só então Damiana aprendeu o que era sofrer de verdade” (GUIMARÃES, 2023, p. 143).

Nove meses. De trinta e oito a quarenta semanas. Aproximadamente duzentos e sessenta e seis dias. Esse é o tempo em que as mulheres carregam dentro de si outro indivíduo. Para Damiana, apesar de já ter gestado outra criança, esses “dias eram inimigos. Se pudessem, permaneceriam estacionadas em uma cápsula e de lá só sairiam quando estivessem vazias de novo. Com uma indiferença inédita, muito longe da inocência da primeira gestação” (GUIMARÃES, 2023, p. 99), o que demonstra a acentuação da indiferença e que mais tarde será recuperada por meio do romance com Joaquim. Enquanto isso, durante todo o processo de consultas e espera, “deixava os pensamentos pairando em outras instâncias, estatelada diante de monitores que vasculhavam a sua saúde, a saúde da criança, sem um sinal de que se importasse” (GUIMARÃES, 2023, p. 99).

Em oposição à maternidade idealizada de Daniela, a protagonista “sentia-se como um bicho, mais do que nunca agonizava e bufava como um animal. Mas também se sentia como uma máquina desgovernada, prestes a desligar de exaustão” (GUIMARÃES, 2023, p. 55). Fica perceptível, portanto, que há uma oposição entre as “delícias” da maternidade –

metaforizada em Daniela – e as dificuldades concretas nos níveis fisiológico, psíquico e econômico – na figura de Damiana. Decorrem daí as discussões e problematizações que buscamos nesta tese de doutoramento, pois demonstra como existem ambivalências na experiência materna e como as intersecções de classe e raça, nesse cenário, são fundamentais para que compreendamos as atitudes dos/as atores/atrizes sociais.

Há que se ressaltar que as situações não podem ser analisadas separadamente e com a frieza da objetividade, por isso não podemos desconsiderar a vontade da personagem em, de repente, não ter filhos/as; do contrário incorreríamos em cristalizar padrões pré-estabelecidos naturalizando diversas motivações para a (não) maternidade, menos o primordial: o desejo feminino de tomar as rédeas de sua vida. Dito isso, é preciso que leiamos o posicionamento da personagem como uma opção e não exclusivamente como o resultado de sua condição socioeconômica:

– Nunca entendi essa vontade de ter filho – Damiana continuou. – Nem antes, nem depois de tudo. Acho que foi por ter tido tanta irmã. Eu fui meio mãe delas todas, então, nunca quis ter o meu. Sempre achei engraçado isso. Tanta mulher querendo filho, sem poder. E outras que nem querem, mas emprenham com tanta facilidade (GUIMARÃES, 2023, p. 37-38).

As mães não são obrigadas a sentir afeto por seus/suas filhos/as apenas porque lhes geraram. É como Damiana se sente ao constatar que “não chegara a amar Nataniel⁴¹, convenceu-se um dia, e de novo um ano depois. Quando se perdoou por essa falha de caráter, calhou de se convencer a seguir em frente” (GUIMARÃES, 2023, p. 82). Pelo excerto fica comprovado como o filtro narrativo pode ter atenuado a trama. Ora, sabemos que quem relata acaba, invariavelmente, por (re)criar situações, daí a necessidade de considerarmos que talvez essas suavizações possam partir de Gabriela e não da conduta de Damiana. De todo modo, essas marcas são significativas para compreendermos como, mesmo se desfazendo das crianças que gerou, a protagonista não deixa de, inicialmente, classificar o vazio de sentimentos como uma falha de caráter.

Salta-nos aos olhos como as gestações da famosa barriga de aluguel são distintas, pois ilustra o entendimento de que cada mulher é única e o mesmo, necessariamente, se aplica à

⁴¹ É o nome que a personagem dá para a criança que gerou e doou aos seus patrões. Apesar de nunca ter dito para o casal nem mesmo para a criança em outro momento, é essencial considerarmos essa ação, pois se mostra contundente para entendermos que, em um primeiro momento, tem algum sentimento por aquela criança que trouxe ao mundo, tanto é que lhe atribui, secretamente, um nome. Todavia, essa emoção é rapidamente contida pelos acordos e pelo desaparecimento de Daniela e Érico, após o nascimento do menino.

maneira pela qual atravessa os caminhos de uma gestação/maternidade. Logo, cônica de que “nenhuma gravidez era igual à outra, e aquela seria especialmente penosa” (GUIMARÃES, 2023, p. 97), Damiana tem a impressão de estar doente, o que é prontamente defendido por sua prima, a esta altura também participante do negócio: “– É tipo uma doença mesmo – Rosimara sentenciou. – Mas vai valer a pena” (GUIMARÃES, 2023, p. 98).

Assim como os aspectos físicos que podem se apresentar de forma distinta a depender da condição de cada mulher, também os sentimentos são singulares. Enquanto em sua estreia no negócio há um resquício de sentimento por aquela criança em seu ventre, na próxima nos revela: “– Não vejo a hora desse **menino** sair de mim” (GUIMARÃES, 2023, p. 99, grifo nosso) ao mesmo tempo em que se mantém em silêncio e alheia a maior parte do dia. Podemos supor que essa situação esteja atrelada ao fato de que seu corpo estivesse cansado, uma vez que não se respeitava os intervalos entre uma gestação e outra, porém expõe que muitas vezes as mulheres desejam apenas ser donas de seus próprios corpos. Por essa razão, “esperava já ter então efetuado a entrega [...] Sonhava, sim, com os momentos em que teria seu corpo separado da **criatura** que ali vivia em simbiose. Era esse o seu ideal de futuro” (GUIMARÃES, 2023, p. 100, grifo nosso). É interessante como a escolha lexical se alterna, conforme demonstram os grifos, pois nos mostra o distanciamento emocional que vai se construindo com a repetição do processo gestacional.

Depararmo-nos com uma representação literária como a de Damiana, que nos leva a cogitar tratar-se de um universo distópico dada a objetificação da personagem em uma explícita associação a uma máquina. Todavia, inúmeras mulheres agem de maneira semelhante porque estão perpassadas por inúmeras dificuldades e pela displicência do poder público. Destarte, se não transformam seus corpos em um meio de produção em série aos métodos capitalistas, ao menos são coagidas a doar seus/suas filhos/as por não possuírem condições nem assistência governamental suficiente para sustentá-los/las. Aquelas que possuem auxílio, por sua vez, são constantemente acusadas de viverem à custa do governo – e chamadas de rainhas da assistência social, isto é, “mulher negra da classe trabalhadora altamente materialista, dominadora e sem parceiro homem” (COLLINS, 2019, p. 153). Esse movimento circular sofre bruscas intromissões por discursos que determinam que as mães devem suportar tudo por sua prole, desconsiderando as condições objetivas em que vivem. Não agir dessa maneira, nem demonstrar sentimentos considerados nobres para a maternidade, são faltas imperdoáveis:

Alisando a barriga enquanto tomava banho, sem sentir qualquer coisa palpável e definida pelo coração que batia dentro do seu, Damiana se afligia com a ausência de sentimentos [...] Cavoucava seus próprios instintos em busca de algum sinal de humanidade, e surpreendia-se por não encontrar. Para aquela segunda criança, nem sequer atribuiu um nome imaginário, o que reforçou a sua ideia de que virava pedra, de que era ruim por princípio, de que toda a sua inocência se desfazia debaixo d'água. Tudo o que ela era, ou almejava ser, reduzido a um meio de transporte (GUIMARÃES, 2023, p. 105).

Novamente a protagonista tem, pairando sobre si, o ideário social, indicando que a ausência de sentimentos é deficitária de sua condição de mulher, fato que confronta, por exemplo, uma conduta desinteressada por sua realidade. Nessa direção, a recorrência das gestações contribui para que Damiana maximize certo quê de apatia e de desengano da vida: “não tinha amigos. Não saía de casa. Não conhecia pessoas. Paria sozinha e em silêncio, no máximo deixando escapar um grunhido entre os dentes, ansiosa por se ver livre de novo” (GUIMARÃES, 2023, p. 114). Indo na direção oposta ao ideal de amor materno, a protagonista sente-se ansiosa por ter o domínio de seu corpo e não por encontrar a/s criança/s que gerara.

Embora seja uma narrativa que descaracterize a expectativa social na prática materna, a personagem não está livre da angústia de não se sentir como as demais mulheres: “olhava-se no espelho [...] e não tinha resposta para o que fazer de si mesma naquela hora, como esconder a própria vergonha de ter se partido em duas, sem se despedir da outra metade” (GUIMARÃES, 2023, p. 79). É visível que o que lhe acometia era “a falta de sentir falta. A cobrança que não reconhecia como uma forma própria de luto” (GUIMARÃES, 2023, p. 79).

Como demonstramos, há uma nuvem de comportamentos esperados que permanece sobre a protagonista, porém isso não é suficiente para que ela sinta culpa, destoando, portanto, daquilo que Leite (2019) afirma sobre esse sentimento. Damiana é enfática ao dizer: “– Eu não estava sentindo culpa – ela retrucou. – Antes fosse. Estava era sem entender o que tinha acontecido com a Rose. Porque as coisas que ela sentiu, eu não sentia. Eu paria, mas não queria ser mãe” (GUIMARÃES, 2023, p. 108). Nesse momento, ao referir-se sobre o que enxerga na prima e não em si, podemos ver como a personagem não faz parte do rol de mulheres que se enquadra no ideal de mãe. Na concepção de Damiana, o suicídio de Rose é motivado pelo arrependimento de ter vendido o filho: “*acho que foi isso*, concluiu, imaginando a prima desistindo de ceder o filho ainda com ele na barriga, secretamente alimentando a ideia de que os israelenses o esquecessem” (GUIMARÃES, 2023, p. 111). Do

mesmo modo que a literatura romântica do século XIX, a culpa e/ou comportamentos desviantes da mulher, nesse caso, só pode ser expiada pela morte, seja ela voluntária ou não.

Isso não quer dizer, por exemplo, que não tenha pensado nas crianças que gerou, contrariamente, “se lembrava de todas as datas e de todos os nascimentos, sim, mas não porque fossem especiais” (GUIMARÃES, 2023, p. 108). O que corrobora sua percepção de “que se via apenas como uma passagem, **um bicho** se desfazendo de sua ninhada no mundo. E admitiu que nunca quis levar um embrulho daqueles para casa. Nem por um segundo. Jamais. Não era exatamente falta de amor. Era **indisponibilidade**” (GUIMARÃES, 2023, p. 108, grifos nossos). O impedimento, provavelmente, está vinculado às questões econômicas e raciais, na medida em que se sente a responsável pela educação e subsistência das irmãs que, a seu ver, mereciam um destino melhor que o seu. Ademais, como abordamos anteriormente, a zoomorfização é presente nesses relatos e demonstram que todo e qualquer sentimento – ou ausência dele – é associada à irracionalidade animal⁴², como se as mulheres, mesmo demonstrando explícita indiferença, não estivessem capacitadas/autorizadas a expressá-la enquanto sensação feminina. Nessa esteira, julgamos que a utilização desse expediente é uma faca de dois gumes, isto é, ao mesmo tempo em que expõe as condições e intempéries da maternidade/maternagem faz com que estejam associadas à falta de sentimentos e, por isso, problemáticas para os seres humanos.

É axiomático que seja a criança gerada e vendida para um casal gay quem console a personagem dizendo: “nem toda mulher nasce para ser mãe. Nem precisa ser” (GUIMARÃES, 2023, p. 108), pois ao contrário da literatura panfletária – que poderia tanto conduzir a trama para a revolta como para a reconciliação entre mãe e filha – evidencia o amadurecimento dessas mulheres. Simultaneamente, é simbólica a superação de certos padrões comportamentais já que a figura de Damiana representaria o passado e seu conservadorismo e Gabriela o tempo presente e aberto às ressignificações. De forma complementar, também Damiana tem algo a oferecer: “*estava tudo bem não querer cuidar de alguém*, era o que ela parecia lhe dizer. Sempre haveria um passarinho para chocar os ovos alheios” (GUIMARÃES, 2023, p. 133, grifos da autora).

Mesmo diante de uma vida marcada pelo desinteresse de quais caminhos está trilhando, há apenas um acontecimento que tira Damiana do estupor de ser uma máquina

⁴² Todavia, é preciso nos atentarmos para os comportamentos que certos animais desenvolvem com suas proles, uma vez que não é unanimidade, assim como entre os seres humanos, que todos eles demonstrem amor ou indiferença em relação às suas crias.

reprodutiva: o contato com outras mulheres que também eram barrigas de aluguel, mas em situações mais degradantes: “os seus próprios traumas e fraturas, afinal, podia superar. Mas não o que ele fazia com as outras mulheres” (GUIMARÃES, 2023, p. 140). Em vista disso, a visão das mulheres colhidas por Moreno pode funcionar como um espelho para sua situação emocional: “algumas estavam grávidas, é claro, mas a maioria tinha um aspecto que ela conhecia bem: a palidez, a fraqueza inominável da entrega, os olhos sublinhados por bolsas e escurecidos de descrença. A deterioração de um corpo duplicado” (GUIMARÃES, 2023, p. 137). Decorre desse cenário a ampliação do debate, no romance, da ilegalidade das barrigas de aluguel, uma vez que impõe às mulheres a obrigação de sobreviver e se reproduzir em condições sub-humanas, embora “mesmo desistindo da ideia [de vender] no meio do caminho a maior parte perdia suas crianças” (GUIMARÃES, 2023, p. 138).

Se, inicialmente, Damiana foi agenciada por um casal que gostaria de realizar seu sonho, ao ingressar no negócio de Moreno algumas regras não lhe impingiriam o medo e a curiosidade por paradeiros da criança produzida: “era proibido que estabelecesse uma ligação tão próxima com os futuros pais da criança” (GUIMARÃES, 2023, p. 91). Assim, “quando ela concordou em se vender novamente, surpreendeu-se pelo marasmo que reverberou em seguida, como se não tivesse acabado de tomar uma grande decisão” (GUIMARÃES, 2023, p. 94), o que explicita como a personagem se sente apenas como um canal entre aqueles/as que desejam ter filhos/as e as crianças que vêm ao mundo. A apatia da protagonista, embora possa causar no/a leitor/a certo desconforto, ilustra didaticamente como muitas vezes colocamos as grávidas à margem, afinal, quantos de nós não presenciamos ou agimos dessa maneira ao conversar/tocar na barriga da mulher antes de se dirigir a ela própria? Além do que, o corpo da mulher torna-se acessível durante a gestação, qualquer indivíduo se sente permitido pelo contexto a tocá-la sem nem mesmo pedir sua autorização.

No que concerne à organização do esquema, é expressivo que seja a figura masculina quem recolha as mulheres para esse negócio em uma flagrante reprodução da ideia macro do romance e da realidade extraliterária tão difundida e propagada nos séculos anteriores: a de que o corpo feminino está a serviço do homem e da perpetuação da espécie. Reiterando nossas discussões acerca dos atravessamentos a que as mulheres estão submetidas, fica evidente que, nesse contexto, a pobreza é determinante para que aceitem se submeter a tal trabalho, já que era na “porta dos abrigos e os viadutos, onde sempre encontrava um esqueleto grávido e faminto” (GUIMARÃES, 2023, p. 146).

Inquirido, Moreno se justifica dizendo que “pobre tem filho porque não tem informação. Rico tem informação, mas espera demais” (GUIMARÃES, 2023, p. 146), por isso agia nesse entre-lugar da maternidade impulsionado pelas condições sociais e econômicas das mulheres que agenciava. Ora, essa situação está visceralmente condicionada pelas questões econômicas se levarmos em conta que “há tantos negros entre os pobres e tão poucos entre os ricos” (LEITÃO *apud* CARNEIRO, 2011, p. 58).

O momento do parto é decisivo tanto para as grávidas quanto para o feto que, a partir de então, é promovido à condição de bebê/recém-nascido. Da mesma maneira acontece no romance analisado na seção anterior, em *Como se fosse um monstro*, no qual a descrição do parto da protagonista expõe as dores das parturientes sem qualquer eufemismo. Seu referencial de mulher em trabalhos de parto são os animais, por isso, “Damiana só conseguia pensar nos inúmeros animais que tinha visto darem à luz quando menina, as éguas, as porcas, as cachorras de tetas caídas, todas sabendo o que fazer por instinto. Sentia os ossos do quadril se abrindo enquanto seu corpo regurgitava, sem espaço para raciocinar” (GUIMARÃES, 2023, p. 70). Não apenas as dores no/do parto se assemelham ao que a narradora já conhecia dos animais, mas também a concepção e o valor que possuem nesse processo: “éguas parideiras de pelagem curta que eram montadas pelas costas e depois pariam em pé, deixando um rastro de sangue e vísceras na palha do curral, pouco antes de serem vendidas. Que eram, de merecimento, tão valiosas, mas tinham os olhos mais tristes entre todos os animais que morriam” (GUIMARÃES, 2023, p. 12). Em certa medida, podemos associar a trajetória de Damiana à dessas éguas que conhecia porque a maneira com que engravida e dá à luz é mecanizada e com fins lucrativos, o que faz com que seu valor esteja no “bem” que é capaz de produzir, não em si mesma ou no processo. Apesar de possuir essa vantagem, isto é, ser valiosa, sua subjetividade é comprimida pelas circunstâncias, inscrevendo no corpo e no espírito a tristeza de não sentir.

A romantização do parto é posta em xeque pela protagonista: “– Eu quero que isso saia de mim – ela gritava, chorando” (GUIMARÃES, 2023, p. 70), permitindo que se lance um novo olhar para a experiência a fim de afastar todo e qualquer artifício que busque transformar o processo em algo apenas lindo, desconsiderando as dores, angústias e receios que podem acompanhar as mulheres. A forma objetificada como é tratada não se finda com o parto, prossegue: “deixou que esvaziassem suas tetas” (GUIMARÃES, 2023, p. 76) demonstrando que a mulher não tem seu corpo “devolvido” após a finalização da gestação. No caso de Damiana, por se sentir um canal entre desejos, cria-se a ilusão de corpo

reestabelecido, porém, como pudemos observar, as marcas que a acompanham são permanentes por impactar diretamente na sua subjetividade e na forma como se sente desde então. Desse modo, apesar de sentir-se e ter ciência de que é uma passagem para a chegada de crianças ao mundo reconhece que “era difícil ser devolvida a si mesma depois de nove meses produzindo calor, e voltar ao que era antes” (GUIMARÃES, 2023, p. 77).

Todavia, devemos considerar que, ainda que seu comportamento aponte para uma superação dos ditames maternos tradicionais, reside em seu inconsciente certo pudor, pois solicita a Gabriela:

- Queria que você não me colocasse muito assim quando escrever o livro – ela pediu sussurrando.
- Assim como, Damiana?
O rosto dela se contraiu, cheio de vergonha.
- Como se eu fosse um monstro – ela disse, quase num sussurro. – As pessoas julgam muito, minha filha – completou (GUIMARÃES, 2023, p. 90).

Quem poderá julgar os sentimentos ambivalentes das mulheres frente a essa experiência tão singular e plural que transforma a vida, senão as próprias interessadas e agentes do fenômeno? É preciso que repensemos a maternidade enquanto conceito e experiência multifacetada que transforma as vidas femininas. Não podemos mais permanecer ancorados em uma ideia homogênea de maternidade e utilizá-la como régua para as demais constituições familiares. A maternidade, mesmo enquanto fenômeno biológico, avança por meio de tecnologias que cada vez mais atendem aos desejos de constituir famílias e realizar sonhos. Nesse sinuoso e tão pouco difundido caminho na literatura, seja médica ou ficcional, é que as mulheres se (re)inscrevem e possibilitam que vejamos que as mães são múltiplas e que não há moldes a serem seguidos. Por isso, devemos sempre ampliar o debate e lançar luzes sobre outras representações maternas até então invisibilizadas pela tradição literária brasileira.

4. MATERNIDADES OUTRAS: NÃO REPRESENTAÇÕES E AUSÊNCIAS

Sempre pensamos nas mulheres mães como pessoas que mantêm (ou mantiveram por algum tempo) relações sexuais com homens no contexto ocidental. É como se o fenômeno estivesse ancorado exclusivamente no caráter biológico da humanidade pela lente patriarcal e, como tal, heteronormativa. Por essa concepção, qualquer tipo de afeto – desconsiderado aí o caráter biológico – entre mulheres e suas crianças seria “menos” maternal do que aquele existente entre a progenitora e seus descendentes que, por excelência, requereria amor inato. Essa última frase está confusa. A maneira como as indígenas exercem suas maternidades, geralmente de forma comunitária, pode ser considerada exótica e inadequada para a vida no terceiro milênio em que a tecnologia e seus avanços imperam.

Não nos resta dúvida, portanto, que a maternidade é plural e abrange uma gama de possibilidades, não apenas no caráter biológico do fenômeno, mas também nas relações afetivas que daí surgem. Entretanto, basta que retornemos aos números explicitados no primeiro capítulo desta tese para entendermos que a representação literária aponta com mais ênfase para um padrão de mãe, qual seja, branca, heterossexual, cisgênero e de classe média alta. Façamos também um teste: quais são os perfis maternos que você leitor/leitora se recorda ao pensar na literatura brasileira? Provavelmente a resposta é repleta de exemplos de mulheres da elite, de modo que as minorias não são contempladas. A resposta para essa pergunta sempre me deixou incomodado porque o modo de olhar o mundo mudou; nós mudamos constantemente, então por que temos tão poucos referenciais da pluralidade materna na arte escrita? Por que insistimos em nos manter reticentes, na vida cotidiana, em debater sobre as diversas formas com que a maternidade se realiza? Por que essas inquietações não são tão expostas pela/na literatura? É evidente que essas questões passam pelo acesso à escrita e a publicação e circulação de obras de minorias marginalizadas, mas se o cenário está mudando e se existem pessoas produzindo literatura nessa temática, por que as grandes editoras ainda não publicam esses textos com frequência?

Neste capítulo nos ocupamos de perfis maternos que estão excluídos da cena literária brasileira, isso se considerarmos os catálogos das grandes editoras brasileiras. Sendo o romance o gênero da modernidade e que possui grande destaque nos debates acadêmicos, a ausência e/ou a representação caricata das práticas de maternagens se mostra instigante no contexto do século XXI. Essas representações precisam dar lugar às agentes do fenômeno, para tanto, é preciso que possamos ouvir as vozes que, contra todas as dificuldades,

conseguem se expressar e então, a partir delas, avançar na compreensão do fenômeno materno. As raras vozes, portanto, são imprescindíveis para mudar o *status quo*. Daí nossa posição de trazer à baila, também, textos de outros gêneros, sobretudo se levarmos em consideração que na poesia a representação do/a indígena existe e se mostra menos discreta ao passo que nas novas configurações familiares os relatos (auto)biográficos se mostram profícuos para ampliar o debate⁴³. Em função dessa constatação, apesar de buscarmos durante nossa pesquisa encontrar romances que versassem em alguma medida acerca da temática, respeitando nossos escopos, isto é, produções literárias publicadas após os anos 2000 e de autoria feminina brasileira, nos deparamos com a ausência de obras que pudessem nos auxiliar nessas reflexões. Portanto, lançamos luzes sobre outras formas de narrativas, como o cordel, relatos (auto)biográficos e poemas. Cientes de que essas representações/constituições são móveis e acompanham a (auto)compreensão humana do fenômeno, elencamos para este momento a análise de representações das mães indígenas e lésbicas na seara contemporânea.

4.1 Maternidade indígena: reflexões e provocações necessárias

“Nós mulheres indígenas
Somos raiz deste chão
Somos fortes para parir
Cuidar e dar educação
O homem é só semente
Que fecunda e nasce gente
E mulher, terra pra criação”.

(Auritha Tabajara)

A literatura, enquanto manifestação artística pela qual o indivíduo se re/inscreve no mundo, tem o poder de representar e construir as identidades de uma nação na sua heterogeneidade, porém só alcança esse *status* por meio do sistema literário composto por

⁴³ Interessante ressaltar que as obras destinadas às crianças se mostram mais plurais que aquelas destinadas aos/às adultos/as quando se colocam no centro das discussões as novas configurações familiares. A título de exemplo, citamos as obras *Maya: bebê arco-íris* (2020), de Xuxa Meneghel; *Mãe não é uma só, eu tenho duas!* (2020), de Nanda Mateus e Raphaela Comisso; *Dois mamães* (2021), de Carol Campos; e *Como nascer de duas mães: guia prático* (2021), de Karen Mentone.

autor/a, obra e leitor/a (CANDIDO, 2023a). No entanto, essa organização acaba por excluir obras e escritores/as que, por diversos motivos, não conseguem se inserir e se manter no mercado editorial. A periodização literária brasileira, nesse cenário, busca sistematizar didaticamente a trajetória das produções desde a Colônia até os dias atuais. Como muitos aspectos da arte, não há unanimidade no que diz respeito a esse processo, isso porque essa organização está mais atrelada às questões de ensino do que propriamente relacionada à valoração das produções. Basta que nos lembremos, por exemplo, da proposta conceitual de Haroldo de Campos em *A arte no horizonte do provável e outros ensaios* (1969) que contrapõe a poética diacrônica à sincrônica. Enquanto à primeira “interessa-lhe a congérie dos fatos, seus desdobramentos, sua sucessão no eixo do tempo” (CAMPOS, 1969, p. 205-206) em que “um evento sociológico ou de significação meramente documentária pode assumir maior importância que uma ocorrência caracterizadamente estética” (CAMPOS, 1969, p. 206), na leitura sincrônica, contudo, “não interessa o horizonte abarcante e esteticamente indiferente da visão diacrônica” (CAMPOS, 1969, p. 207), mas o critério estético-criativo que coloca a obra em destaque dentro e fora do contexto em que se encontra. Apesar de não ser nosso interesse, neste momento, aprofundarmo-nos nessa seara, chama-nos a atenção a forma com que algumas obras foram simplesmente apagadas/esquecidas pela crítica especializada por não atender aos padrões canônicos, dando lugar a produções que representavam os/as indígenas de forma estereotipada.

Como dito, à guisa de discussões dessa natureza, a figura do/a indígena sempre esteve presente com mais ou menos força nas representações literárias a partir da perspectiva do/a colonizador/a. A princípio, na *Carta de Pero Vaz de Caminha* em que os indígenas são descritos como selvagens, e depois, na proposta indianista do Romantismo que consistia na construção de uma identidade brasileira a partir da transformação do indígena no herói nacional. Esse movimento, que teve seu apogeu entre as décadas de 1840 e 1890 (CANDIDO, 2023b) pouco representava, de fato, as características dos povos nativos, isso porque sua representação era produzida a partir do pensamento europeu e colocava todas as etnias em um mesmo patamar, ignorando as particularidades de cada uma. O crítico literário assevera que o Indianismo “denota tendência para *particularizar os grandes temas*, as grandes atitudes de que se nutria a literatura ocidental, inserindo-as na realidade local, tratando-as como próprias de uma tradição brasileira” (CANDIDO, 2023b, p. 344, grifos do autor). Nessa transferência de caracteres europeus para a realidade brasileira, “o espírito cavalheiresco é enxertado no aborígine, a ética e a cortesia do gentil-homem são trazidas para interpretar seu

comportamento” (CANDIDO, 2023b, p. 344). No caso de José de Alencar, os indígenas são transformados “em personagem, particularizando-o e, por isso mesmo, tornando-o mais próximo à sensibilidade do leitor” (CANDIDO, 2023b, p. 409). A idealização indígena representada em personagens como Iracema, Ubirajara e Peri, por exemplo, manifesta “a vontade profunda do brasileiro de perpetuar a convenção, que dá a um país de mestiços o álibi duma raça heroica, e a uma nação de história curta a profundidade do tempo lendário” (CANDIDO, 2023b, p. 553).

É consenso que “o homem nativo é símbolo de nacionalidade no Brasil e uma importante face da identidade brasileira”, contudo, na perspectiva de Pereira (2021), isso só acontece se considerarmos a “representação do indígena como simulacro de tensões culturais em nossa sociedade” (PEREIRA, 2021, p. 66). Assim, o autor apresenta-nos a tese de que Alencar, ao contrário do que grande parte da crítica literária especializada aponta, procura valorizar a cultura indígena, sem se deixar sorver totalmente aos padrões europeus por meio da ironia.

A produção literária indígena, entretanto, faz parte de uma extensa vertente que não integra (ou o faz de maneira velada) o cânone brasileiro, o que lhe imprime o rótulo de periférica ou marginalizada. Todavia, “a facilidade de múltiplas interações, pelos fluxos migratórios ou de informações do mundo contemporâneo, desequilibra as relações entre centro e periferia” (OLIVEIRA, 2011, p. 32). Nesse contexto, destaca-se, além das editoras especializadas nessa especificidade literária, a promulgação da Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008⁴⁴, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

A relação que possui com a tradição oral (GRAÚNA, 2013) e linguagem características dos povos concorrem para a pouca visibilidade que essas manifestações literárias possuem no circuito literário brasileiro e, por consequência, ficam afastadas das discussões acadêmicas. Entretanto, a oralidade é ao mesmo tempo o canal e um mecanismo de manutenção dessas histórias já que a linguagem escrita não era tão comum a esses povos. É o que nos revela a poeta Márcia Kambeba (2021, p. 14): “era um ritual ouvir meus avós diariamente às vezes repetidamente contarem a mesma história. Não se podia reclamar porque era estratégico essa repetição, precisávamos gravar na memória, escrever com as cores da identidade e pertencimento”. Por isso, então, na literatura indígena encontra-se a

⁴⁴ Importante destacar que se trata de lei que revisou a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que não abordava a questão indígena.

ancestralidade, e “diferencia-se de outras literaturas por carregar um povo, história de vida, identidade, espiritualidade” (KAMBEBA, 2018, p. 39).

A pouca visibilidade da (auto)representação literária dos povos originários no circuito acadêmico sempre esteve atrelada a estereótipos e representações que tentavam europeizar o/a indígena. Com efeito, para que possamos avançar em nosso propósito é preciso, antes, fazer uma ressalva sobre a diferença entre literatura indígena e indigenista em contraponto à indianista. A compreensão adequada desses conceitos é fulcral para analisarmos as obras a seguir, pois apesar de não ser nosso foco, a literatura indigenista – aquela que busca nos apresentar um panorama do/a homem/mulher indígena e seu mundo – torna-se um mecanismo para desanuviarmos os estereótipos e a pouca visibilidade que esse grupo possui(u) na cena literária já que são produzidas por indivíduos não indígenas. Já a indianista, diz respeito à corrente literária do Romantismo brasileiro, no século XIX. A literatura indígena por sua vez, traz à baila textos escritos pelo próprio povo que busca se representar e transmitir sua cultura sem as marcas de estereótipos e representações distorcidas, como podemos encontrar em textos produzidos pelo colonizador, por exemplo. Portanto, fica evidente que “foi preciso aprender a escrever essa letra do não indígena para defender-se, para existir, para ser indígena de norte a sul” (DORRICO, 2020, p. 13) e assim afastar a ideia de não civilizados/as e preguiçosos/as unicamente porque não seguem os padrões ocidentais. Situação semelhante acontece na literatura pós-colonial em que ocorre uma apropriação da língua do/a colonizador/a e uma ressignificação, passando a simbolizar uma resistência.

Voltemos novamente aos dados do projeto “Literatura de autoria feminina brasileira contemporânea: escolhas inclusivas?” coordenado por Zolin destacados no início desta tese de doutoramento e cujo foco são os romances. Dentre as 91 (noventa e uma) escritoras que constituem o corpus da pesquisa, não há nenhuma que seja indígena, o que, invariavelmente, se reflete nas personagens das obras catalogadas na medida em que somente 0,64% delas, ou seja, 4 (quatro) entre as 622 (seiscentos e vinte e duas) personagens analisadas são indígenas. Trata-se dos romances *Estrela de Ana Brasila* (2004), de Maria Guimarães Sampaio, *Guerra no Coração do Cerrado* (2006), de Maria José Silveira e *Yuxin: alma* (2009), de Ana Miranda, que são obras produzidas em uma perspectiva indigenista uma vez que as autoras não são indígenas, mas buscam dar visibilidade a esse povo. Em um breve, porém necessário, passeio por essas narrativas percebemos que a maternidade não é representada como fio condutor da trama, apesar de serem mencionadas situações em que as mulheres vivenciam a experiência. Observemos a tabela abaixo:

TABELA 5: PERSONAGENS INDÍGENAS E A RELAÇÃO COM A MATERNIDADE

Descrição da relação com os filhos/Sexo da personagem?	Feminino	Masculino	Ambíguo
Amor	0	0	0
Autoridade	0	0	0
Cansaço	0	0	0
Culpa	0	0	0
Cumplicidade	0	0	0
Desgaste	0	0	0
Desprezo	0	0	0
Fracasso	0	0	0
Impotência	1	0	0
Indiferença	0	0	0
Negação	0	0	0
Nenhuma delas	1	0	0
Plenitude	1	0	0
Responsabilidade	1	1	0
Não tem filhos/as/não se aplica	0	0	0
TOTAL	4	1	0

Fonte: Pesquisa “Literatura de autoria feminina brasileira contemporânea: escolhas inclusivas?”.

Como podemos notar, a relação que essas mulheres mantêm com seus/suas filhos/as não são exploradas, em parte porque o mote das narrativas aponta para outra direção, mas também muito em função da autoria e da pouca representatividade ali encontrada. Nos poucos registros que temos disponíveis, observamos que as emoções experimentadas pelas mães indígenas estão relacionadas com responsabilidades, bem próximas das outras mães (brancas e negras) catalogadas na pesquisa. Entretanto, por tratar-se de uma cultura que atribui o cuidado das crianças e a transmissão da cultura às mulheres, precisamos considerar que esses sentimentos são compatíveis com a subjetividade feminina indígena.

Por outro lado, se nos atentarmos para o único personagem masculino desse estrato, percebemos que o sentimento de responsabilidade pelo sustento dos/as filhos/as é característico, ratificando a divisão de papéis e como ao homem são atribuídas tarefas viris ao passo que às mulheres são delegadas atividades ligadas ao cuidado e à transmissão da cultura. Entretanto, há que se ponderar que no cerne das culturas indígenas tradicionais a questão de gênero é bem mais equalizada, com papéis distribuídos e complementares, o que não impede que mulheres sejam guerreiras e curandeiras e homens plantadores, cuidadores ou contadores de histórias.

Em que pese a participação dessas etnias nas obras com grande alcance de circulação e prestígio na crítica literária especializada, o fato de as personagens ocuparem a posição de protagonista e narradora nos romances pode passar uma falsa ideia de representatividade.

Poderíamos ser induzidos a concluir que se há personagens indígenas sendo publicadas por grandes editoras existiria, sim, a escuta dessas vozes a partir dos próprios indígenas. Residem aí, no entanto, duas problemáticas: a primeira delas diz respeito à já mencionada discreta presença de obras desse segmento; a outra, e mais significativa, está atrelada à autoria desses romances. Há que se considerar que embora grupos indígenas estejam representados nesses romances, a perspectiva é a de escritoras brancas e não das próprias indígenas. Ora, se “os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática” (CANDIDO, 1989, p. 113), por que alguns grupos ainda permanecem à margem dada a dificuldade que encontram em se expressar por eles mesmos e alcançar reconhecimento por isso?

Excluindo daí os homens, temos três recorrências de mulheres indígenas em que duas delas vivenciam a maternidade, conforme ilustra a tabela 4, do primeiro capítulo desta tese. Esses números dão sentido ao comentário de Graça Graúna quando denuncia que “a literatura indígena no Brasil continua sendo negada, da mesma forma com que a situação de seus escritores e escritoras continua sendo desrespeitada” (GRAÚNA, 2003, p. 20). Se levarmos em consideração que Iracema, de José de Alencar, é a primeira mãe da literatura brasileira e Moacir, o filho da dor, o primeiro brasileiro, é flagrante como a maternidade já alcança nuances de idealização. A personagem se sacrifica pelo filho com uma aura de alegria que ameniza todo sofrimento pelo qual passa, ilustrando o altruísmo tão requisitado das mulheres ao longo da História: “a feliz mãe arroja de si os cachorrinhos, e cheia de júbilo mata a fome ao filho. Ele é agora duas vezes filho de sua dor, nascido dela e também nutrido” (ALENCAR, 2010, p. 63). Também a performance de Iracema com sua maternidade é extremamente simbólica para entendermos a situação do próprio indígena com relação ao colonizador português já que simboliza toda uma cultura que morre para dar lugar ao homem branco. De lá para cá, portanto, cada vez mais a maternidade tem sido envolta em um estado de graça estritamente feminino e gradativamente afastada de suas ambivalências, além de não ter sido posto em debate as formas com que a experiência se (re)desenha para os povos originários e qual a relação estabelecida entre as mulheres, as crianças e a tribo.

Como ainda são poucas as escritoras indígenas que conseguem se inserir e se manter no mercado livreiro, algumas publicam por editoras especializadas. Todavia, a dificuldade de encontrá-las é grande. Se focarmos apenas nas narrativas que versem sobre a maternidade, como fio condutor da narrativa, os resultados são poucos. Em vista disso, a fim de problematizarmos a maneira com que a maternidade indígena é representada na arte literária e

refletir sobre a autoria dessas produções, nos debruçamos sobre o cordel *Coração na aldeia, pés no mundo* (2018), de Auritha Tabajara, o único por nós encontrado que, em alguma medida, dentre tantas temáticas e leituras que possibilita, aborda o fenômeno em tela. Isso porque, apesar da riqueza da literatura indígena, de modo geral os textos apontam para a ideia de mãe natureza, por nós não abordada isoladamente da forma com que reverbera no exercício da maternidade – até mesmo porque essa ideia romântica da natureza enquanto mãe, por outras perspectivas, pode ser contestada, já que ela mesma, em certa medida, se revolta contra seus habitantes em determinados contextos. Contudo, nos propomos a debater, ainda que brevemente, acerca das categorias propostas por Andersen⁴⁵ (2007) sobre a ideologia indígena da maternidade nos poemas de Eliane Potiguara, integrantes de *Metade cara, metade máscara* (2004; 2018). Portanto, nossa pretensão é, na esteira de nossa hipótese de tese, debater como a experiência física e emocional da maternidade, em consonância com os aspectos culturais e ancestrais, se apresenta para as mulheres indígenas, essa sim, uma temática incipiente nos estudos literários.

Apesar de encontrarmos no romance terreno fértil para as discussões sobre a humanidade, posto que “o escritor é livre perante deus” (LUKÁCS, 2009, p. 94), muito pouco se encontra, ainda, sobre literatura indígena em língua portuguesa, sobretudo se pensarmos em obras publicadas pelas grandes editoras. Poderíamos então conjecturar que as narrativas indígenas, contemporaneamente, ainda não possuem uma classificação literária adequada já que destoam daquelas de origem europeia que exercem/exerceram grande influência na produção brasileira. Todavia, a situação é mais abrangente e passa pelo acesso à educação formal, direito à voz, condições práticas para publicar e ter seus escritos inseridos no campo literário. Nós mesmos encontramos dificuldades para acessar essa produção, o que comprova as dificuldades mencionadas. Isso se dá, também, em função da oralidade; entretanto, para os povos originários isso é pouco relevante, já que sua preocupação reside na transmissão dos valores e da sabedoria de seus ancestrais (PAGUNG, 2018; KAMBEBA, 2021).

Características da oralidade, “ao serem inseridas no mundo impresso, essas narrativas abrem espaço para possibilidades plurais de conhecer e analisar essas produções, para além de

⁴⁵ De acordo com a autora: “por meio do coletivismo, da espiritualidade e da aplicação da soberania, as mães nativas moldaram experiências de maternidade empoderadas, apesar das estruturas capitalista, cristã e colonial que trabalharam juntas para apoiar a maternidade patriarcal ocidental nas comunidades nativas” (ANDERSEN, 2007, p. 762). Tradução nossa de: “*through collectivism, spirituality and the application of sovereignty, Native mothers have shaped empowered mothering experiences in spite of the capitalist, Christian and colonial frameworks that have worked together to support patriarchal western motherhood in Native communities*”.

classificações como mito, fábula e lenda” (PAGUNG, 2018, p. 99). Daí a importância da inserção no mercado livreiro e, por consequência, nas escolas e, primordialmente, a permanência das obras de autoria indígena e do efetivo cumprimento da já referida Lei nº 11.645/2008. Transpostas para a linguagem escrita do colonizador é na poesia que essa vertente literária ganha destaque com nomes como Márcia Kambeba, Eliane Potiguara, Sony Ferseck e Karollen Potyguara, isso para citarmos apenas as mulheres que conseguiram ser publicadas. Também aí podemos incluir a cearense Auritha Tabajara, considerada a primeira cordelista indígena do Brasil com a obra *Coração na aldeia, pés no mundo*, publicada em 2018 pela Uk’a Editorial, sobre o qual nos debruçamos nesta oportunidade.

Pouco difundida no espaço acadêmico e desprestigiada no mercado editorial, a literatura de cordel possui estreita relação com o nordeste do país e seu nome faz alusão ao fato de serem escritos expostos pendurados em barbantes. De acordo com Menezes (2010), supõe-se que essa manifestação artística e literária “tenha se iniciado no Brasil no século XIX por intermédio dos repentistas nordestinos” (p. 183). A localização geográfica considerada berço do gênero e o preconceito e/ou pouco estudo desses textos, guardadas as devidas proporções, podem refletir a estrutura do campo literário brasileiro porquanto seja possível observarmos que aquelas obras⁴⁶ que estão fora do eixo Rio-São Paulo (DALCASTAGNÈ, 2005) são menos publicadas e, portanto, menos conhecidas do público leitor. Há que se ressaltar, contudo, que por sua própria característica de pequeno livreto, feito em uma publicação quase artesanal, é de se esperar que essas obras não alcançassem todo o território nacional. Todavia, buscamos chamar a atenção para como, mesmo representando uma cultura específica, e podendo ampliar a diversidade, parecem não chamar a atenção do mercado editorial.

Surgindo pelas frestas desse espaço historicamente interdito e, concomitantemente, modificando – ainda que discretamente – a cena literária brasileira, no cordel *Coração na aldeia, pés no mundo*, de cariz/cunho? autobiográfico, somos apresentados à vida de Francisca Aurilene que tem esse nome em função da região em que nasceu e pelo fato de que, no “Nordeste, tem que ser nome de santo pra homenagear a cidade” (TABAJARA, 2021, n. p.). De acordo com Martins (2020), a obra em tela pode ser dividida em três momentos: “o início, que retrata a questão identitária como mulher indígena; o meio, que apresenta a sua

⁴⁶ A pesquisa de Dalcastagnè (2005) se refere aos romances, entretanto, acreditamos que a constatação da escritora permite que ampliemos o debate para outros gêneros, como é o caso do cordel, que encontra destaque, exclusivamente, no espaço em que surge, sem avançar de forma consistente para outras regiões do país.

jornada nas grandes cidades e a busca pelo reconhecimento como mulher; e o fim, que traz a luta contra a violência e o seu entendimento como LGBT” (MARTINS, 2020, p. 266).

As linguagens verbal e não verbal se complementam nesse gênero, por isso é imprescindível que observemos cautelosamente as xilogravuras que fazem parte do cordel.

IMAGEM 1 - LITERATURA DE CORDEL INDÍGENA



Fonte: TABAJARA, 2018, p. 29.

Segundo Monteiro e Pires (2013), essa arte surge como uma forma de alcançar a população menos instruída. Isso quer dizer que “a baixa escolaridade do leitor consumidor desse tipo literário forçou alguns cordelistas a tornar suas histórias ilustradas” (MONTEIRO; PIRES, 2013, n. p.). Logo, “as imagens passaram a cumprir função de iluminuras: são a representação imagética do que no texto está escrito ou cantado pelo repentista” (MONTEIRO; PIRES, 2013, n. p.), quase como o que encontramos na literatura infantil, por exemplo. Na ilustração acima, de autoria de Regina Drozina, além da referência ao texto verbal, observamos como os traços são mais rústicos e sem tantos detalhes. Embora não seja possível afirmar com certeza, podemos especular tratar-se do pai das meninas, de costas e em um ambiente próximo ao habitat natural dos povos originários, enquanto a protagonista-narradora está à frente, na cidade. A dualidade entre os dois mundos vai além da separação

física entre as pessoas ali representadas, que vemos também em suas vestimentas. Aqueles que ficaram na aldeia, permanecem com suas caracterizações físicas e vestuárias (o que contribui para nossa hipótese de ser o pai, haja vista que não há tantas distinções na pouca indumentária utilizada), enquanto Auritha veste camiseta. Portanto, “a xilogravura, como parte da poética literária nordestina, torna-se tautologia do texto escrito, transcendendo seu estatuto gráfico e recontando a história ali gravada, cativando leitores de menor fluência cultural” (MONTEIRO; PIRES, 2013, n. p.).

Também Menezes (2010), ao se ocupar da relação entre xilogravura e cordel, assevera que a arte produzida “foi e continua sendo cunhada pela mente de artistas oriundos da comunidade. Não retrata o sertão e seus filhos com a forma e ideologia aceitáveis na arte europeia” (MENEZES, 2010, p. 186). Nas imagens xilogravadas por Drozina, ao invés de encontrarmos representações com referências à cultura dominante, somos apresentados a imagens sem tantos detalhes e padrões conhecidos, mas que possuem características próprias do sertão nordestino em que predomina a sobreposição de desenhos que potencializa o intercâmbio cultural vivido pela protagonista. O trecho a seguir retoma e questiona o início de nossa literatura e a forma como sempre nos baseamos na literatura europeia além de expor como os grandes centros determinam os comportamentos: “Quando se fala em princesa/ É de reino encantado,/ Nunca, jamais, do Nordeste/ Ou do Ceará, o estado” (TABAJARA, 2018, p. 6).

Até mesmo o nome da autora e da personagem são marcadas pela colonização e expõe como as características indígenas são suprimidas pela sociedade: “Mas, para se registrar,/ Seguiu a modernidade/ Com o nome de Francisca,/ Pois, para a sociedade,/ Fêmea tem nome de santa/ Padroeira da cidade” (TABAJARA, 2018, p. 9). Em que pese a iminência de estar em um mundo globalizado, ainda mais em se tratando do desejo de estudar nos grandes centros conforme expõe a personagem, isso não impede que Auritha leve consigo sua indianidade.

A diáspora indígena é uma realidade contemporânea, tanto pelo projeto de extinção proveniente dos grupos dominadores que se ancora no preconceito, quanto pela busca espontânea desse grupo por conhecimentos científicos, por exemplo. Decorre desse deslocamento a ideia falaciosa de que o/a indígena não deve acessar a modernidade mas ficar restrito/a ao espaço da aldeia. No entanto, “o índio não deixa de ser ele mesmo em contato com o outro (o não índio), ainda que o(a) indígena more numa cidade grande, use relógio e *jeans*, ou se comunique por um celular” (GRAÚNA, 2003, p. 59, grifo da autora). Ora, o

aspecto indígena não é uma condição, mas sim uma raça. Por isso, podemos afirmar que “a indianidade permanece, porque o índio e/ou a índia, aonde quer que vá, leva dentro de si a aldeia” (GRAÚNA, 2003, p. 59).

No texto em tela, a protagonista, “Com treze anos de idade,/ Resolveu sair de casa,/ Pra conhecer a cidade” (TABAJARA, 2018, p. 12). O número treze, “entre os astecas, é o número do próprio tempo, o que representa o término da série temporal” e “corresponderia a um recomeço” (CHEVALIER; GHEERBRANDT, 2015, p. 903), situação perseguida pela personagem já que é a busca pelo novo que induz Auritha a sair do seu espaço e buscar o desconhecido na cidade grande. Essas experiências indígenas, quando aproximadas das contribuições de Hall (2005) sobre deslocamentos, permitem que repensemos as práticas sociais em relação aos indígenas. Graúna (2003), por exemplo, nos chama a atenção para o fato de seu povo estar em constante diáspora em função das violências que sofre, em situações que são frequentemente representadas na literatura por autores/as como Daniel Munduruku e Renê Kithãulu (GRAÚNA, 2003).

As particularidades dessa literatura “implica[m] um conjunto de vozes entre as quais o(a) autor(a) procura testemunhar sua vivência e transmitir ‘de memória’ as histórias contadas pelos mais velhos, embora muitos [sic] vezes se veja diferente aos olhos do outro” (GRAÚNA, 2003, p. 23). Essa máxima é encontrada no cordel em tela quando o/a narrador/a nos informa que Auritha, “No berço de sua gente,/ Ouvindo belas histórias/ De sentido inteligente” (TABAJARA, 2018, p. 7) foi criada. Por isso, quando Auritha-personagem sai ao mundo e “Enquanto isso, leitor,/ Sua família sofria,/ Vasculhando todo canto,/ Notícia alguma ouvia./ A avó não se inquietava,/ Pois ela tudo sabia” (TABAJARA, 2018, p. 15). No limite, podemos conjecturar tratar-se de um cordel de formação já que somos apresentados à trajetória da personagem desde seu nascimento até a vida adulta, donde, nesse ínterim, avança e recusa no conhecimento de outro espaço e cultura. É expressivo que só tome a palavra para si após as experiências de sua juventude noutra lugar e no contato com o homem na primeira cidade e com o deputado em Fortaleza. O retorno para a aldeia pode ser lido como uma forma de se reencontrar e “apagar as dores,/ Espinhos do seu tormento;/ Buscando sabedoria/ E novo conhecimento” (TABAJARA, 2018, p. 25).

A imagem da avó é recorrente nas narrativas indígenas. Na obra *O pássaro encantado*, de Eliane Potiguara, com ilustrações de Aline Abreu, também somos apresentados a essa imagem: “era como se ele reconhecesse na Avó a Grande Mãe da Terra, aquela que tudo sabe e protege, a que tem a intuição como estrada e anda com a guerreira à sua frente contra

qualquer perigo à sua espécie” (POTIGUARA, 2014, p. 18). A mulher para esses povos, sobretudo as avós – que são mães duas vezes –, é aquela que “detém o conhecimento da história daquele povo e que tem o dom de curar a todos: a mulher sábia! A mulher que todos respeitam” (POTIGUARA, 2014, p. 18). Também a ficção de Julie Dorrico, em *Eu sou macuxi e outras histórias* (2019), serve de exemplo para a imagem e importância da avó. Nesta obra o/a narrador/a nos informa que “um dia ela [a avó] bebeu caxiri/ e resolveu brincar/ porque só assim podia/ criar minha mãe/ e criou!” (DORRICO, 2019, p. 19) estabelecendo intertextualidade com *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, se pensarmos no uso do verbo “brincar” para referir-se às relações sexuais. Também outras passagens, como a criação de um novo filho, permitem que aproximemos as obras literárias de Julie Dorrico e Mário de Andrade, ambas bebendo no mito que faz menção ao “herói da tradição oral da região Circum-Roraima, região que abrange Brasil, Guiana e Venezuela” (DORRICO, 2019, p. 106). O uso do verbo “brincar”, por Dorrico, é irônico porque o herói não é mais aquele sem nenhum caráter, como o criado por Mário de Andrade, mas sim o povo originário, com suas histórias e costumes.

A associação da natureza com uma certa ideia de mãe é profícua na literatura de autoria indígena. No texto de Dorrico (2019), por exemplo, há paralelos entre a realidade extraliterária em que a busca pelo domínio da terra se sobressai à comunhão entre os povos. Essa associação pode ser vista quando o caçula da Mãe-Terra afirma: “Não vou ser pronome. Eu sou verbo! Eu vou ser Deus” (DORRICO, 2019, p. 35), mas não se dá conta de que “todas as mercadorias eram a mãe: a mãe são as árvores, rios e montes” (DORRICO, 2019, p. 36) e é repreendido pelos irmãos: “A mãe não se vende, mano” (DORRICO, 2019, p. 36). Do mesmo modo, Márcia Kambeba, em *Kumiça Jenó*, por meio do eu lírico, nos alerta para o avanço do desmatamento e da poluição que além de contribuir para a dizimação das populações indígenas põem em risco o planeta. Assim, nos informa que “A Mãe-da-Mata chora sem parar/ Está ficando desnuda/ Seu corpo tem cicatriz/ De uma maldade milenar” (KAMBEBA, 2021, p. 76) e que “A Mãe-d’água está doente/ Seu coração foi atravessado/ Por uma espada de poluição” (KAMBEBA, 2021, p. 77). No caso do cordel de Auritha Tabajara é para ela, mesmo diante do crescimento do desmatamento, quem o/a narrador/a solicita ajuda para sua história narrar: “Peço aqui, Mãe Natureza,/ Que me dê inspiração/ Pra versar essa história/ Com tamanha emoção” (TABAJARA, 2018, p. 06) evidenciando como a integração e o respeito entre indivíduos e espaço físico são necessários.

A arquitetura do cordel de Tabajara nos chama a atenção, pois cada detalhe é cuidadosamente pensado e produz significados expressivos para a condição da autora/narradora/personagem. A métrica é rigorosa no texto em cordel – comparável aos sonetos, inclusive – e a escritora utiliza duas formas que dialogam com as vozes narrativas. Os versos em sextilha estão presentes na primeira parte da obra, em que o/a narrador/a é observador, e é somente após a transferência do turno de fala, isto é, quando a personagem se apodera da palavra, que os versos estão em redondilhas maiores. Essa mudança pode ser vista pela marcação dos dois pontos na estrofe número 52 (cinquenta e dois) (FILHO; MEDEIROS, 2021):

Neste momento, **leitor**,
Ficarei no meu cantinho,
Deixando a própria Auritha
Seguir firme em seu caminho
E, de forma cativante,
Contar tudo com carinho:
(TABAJARA, 2018, p. 31, grifos nossos).

São muitas as notícias que circulam sobre a violência contra as mulheres indígenas⁴⁷. No caso da obra em tela, a protagonista não foge à regra: “Um cabra meio de longe,/ Desde cedo a observava./ Veio se achegando aos poucos,/ Fez que uma fruta comprava/ E, como um lobo faminto,/ Para a mocinha olhava” (TABAJARA, 2018, p. 17). Além da intertextualidade observável com o conto *Chapeuzinho vermelho*, de Charles Perrault, vemos como a descrição do gestual masculino subjuga a mulher e a coloca como objeto consumível pelo homem destituindo-a de toda e qualquer subjetividade.

A objetificação do corpo, encontrada também nas demais obras literárias analisadas até aqui, é notada: “Eram aqueles olhares/ Bem em sua direção,/ E voltados ao seu corpo,/ Que lhe davam aflição./ Pois era mesmo bonita,/ De acelerar o coração” (TABAJARA, 2018, p. 20). Do mesmo modo, em sua estadia em uma cidade maior, a personagem é vista como um corpo e tratada como mão de obra barata: “E seu Milsim a levou/ À casa de um deputado./ Este, quando a recebeu,/ Disse, bastante animado:/ ‘Ela será uma doméstica/ Na capital do Estado!’” (TABAJARA, 2018, p. 22). As posições ocupadas são expressivas de como a

⁴⁷ Um lamentável exemplo é o extermínio do povo Yanomami, conforme reportagem disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/relatos-apontam-30-casos-de-jovens-yanomami-gravidas-de-garimpeiros>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

sociedade enxerga a população indígena; enquanto o homem é agente político, sua mulher está enredada no cuidado com o outro e com o lar, característica determinante para a ideologia patriarcal, mas que não se aplica às culturas indígenas. Desse modo, no intercâmbio entre as culturas, o homem branco deseja se sobrepor e projeta para o outro, no caso em tela a cultura indígena, sua visão de mundo. É o que vemos já no espaço doméstico no qual “Encontrou no corredor/ Sua esposa, loira e nova,/ Disse: ‘Olha, meu amor,/ Um **presente** pra você/ E pra mim, o **seu senhor**’” (TABAJARA, 2018, p. 22, grifos nossos). As escolhas lexicais permitem associações entre o exposto e o passado brasileiro, em uma flagrante recuperação das ações colonizadoras visto que as indígenas frequentemente eram consideradas objetos para o prazer do homem branco ao mesmo tempo em que deveriam lhes servir como serviçais. Assim, fica evidente como “o patriarcado e o colonialismo estão intimamente relacionados para os povos indígenas e condicionam o que as mulheres indígenas vivenciam, sejam elas tradicionais, contemporâneas, educadas, rurais, urbanas, heterossexuais ou não⁴⁸” (GREEN, 2007, p. 11).

As características físicas e intelectuais da personagem são exaltadas pelo/a narrador/a: “Invejada por demais,/ Inteligente e bonita./ Cabeleira e olhos negros,/ Como pedra aragonita” (TABAJARA, 2018, p. 25), donde é possível, no primeiro caso, aproximarmos da descrição de Iracema, cujos “cabelos [são] mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira” (ALENCAR, 2010, p. 12).

Diferentemente da forma ocidental e etnocêntrica de análise, aqui precisamos ter em mente que a concepção de maternidade para uma aldeia é outra. A antropóloga Lucia Helena Rangel, em entrevista à Patrícia Fachin, afirma que “as mulheres e mães indígenas têm dois desafios: tomar consciência do papel bonito que tem na valorização da cultura e criar os filhos sem vergonha de serem índios⁴⁹” (RANGEL, 2011, p. 15). Daí o/a narrador/a afirmar que seu afastamento dos/as filhos/as é, “Para aldeia, um ‘pecado’./ E ninguém nem quis saber/ O que tinha enfrentado” (TABAJARA, 2018, p. 30). A criança tem contato com todos os membros da aldeia, contudo “a imagem do livre acesso à mãe é muito forte” isso porque “a mulher tem papel social fundamental na primeira infância porque toda a transmissão da cultura se faz através da mãe” (RANGEL, 2011, p. 16).

⁴⁸ Tradução nossa de: “*patriarchy and colonialism are inextricably related for Indigenous peoples and conditions what Indigenous women experience, whether they are traditional, contemporary, educated, rural, urban, heterosexual or otherwise*”.

⁴⁹ Atualmente não é aconselhável usar essa nomenclatura para se referir ao indivíduo indígena, pois reduz a pluralidade dos povos aborígenes a apenas uma identidade.

Com efeito, se a protagonista rompe com a tradição ao ir para a cidade, em seu retorno à aldeia, “Teve filhos com o moço/ Pra honrar a tradição./ Dos quatro, morreram dois,/ Porém, como bênção,/ Criar as duas meninas/ Foi sua grande paixão” (TABAJARA, 2018, p. 25). A morte dos filhos, cenário impensável para uma mãe que exerce a maternidade por vontade é, provavelmente, um dos piores momentos para as mulheres, independentemente de etnia. De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), é preciso uma série de ações para que os direitos indígenas sejam mantidos e ampliados. Chama-nos a atenção aqueles que envolvem a cultura e a saúde, pois têm estreita relação com a maternidade, principalmente se pensarmos que são grupos que ficam afastados dos grandes centros médicos e acabam por sofrer os mais variados tipos de violência pela falta, também, de intérpretes adequados. Esse descaso/abandono do poder público impacta tanto na vida física quanto nos aspectos culturais já que “as mulheres indígenas são reconhecidas como as protetoras e guardiãs dos valores culturais e como responsáveis pela garantia de permanência de seus povos” (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2017, n. p.).

Nessa mesma direção, são preocupantes os números da assistência pré-natal destinada aos povos indígenas. Recentemente, uma pesquisa da Fiocruz⁵⁰ com algumas etnias no Mato Grosso do Sul constatou que algumas mulheres apenas têm acesso ao acompanhamento no segundo ou terceiro trimestre da gestação, o que se mostra preocupante e, certamente, aumenta o índice de mortalidade infantil já que não estão assistidas adequadamente por especialistas. Se, por um lado, pode parecer interferência do mundo urbanizado no funcionamento das tribos, por outro é necessário ponderarmos que é praticamente impossível que os povos fiquem afastados do contato com terceiros. Em função dessa inevitável convivência – por vezes originada de invasões e violências – podem surgir doenças que, inclusive, podem dizimar essas etnias.

A personagem Auritha, ao que nos parece, se apoia nas filhas para continuar sua trajetória ao mesmo tempo em que faz parte da tradição citada por Rangel (2011), isto é, “nas sociedades indígenas, a criança fica praticamente grudada à mãe durante os dois primeiros anos de vida” (p. 15). O que podemos ver, também, na representação de Iracema, já que o narrador nos revela que “a jovem mãe passou aos ombros a larga faixa de macio algodão, que fabricara para trazer o filho sempre unido ao flanco” (ALENCAR, 2010, p. 61).

⁵⁰ Mais informações podem ser consultadas em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-aponta-baixa-assistencia-pre-natal-em-mulheres-indigenas-no-ms>>. Acesso em: 15 mai. 2023

Há que se ressaltar, porém, como o excerto a seguir flagra a maneira com que as imagens cristãs estão presentes no imaginário da narradora, muito provavelmente em decorrência do intercâmbio cultural e das influências, inevitáveis, que a tecnologia proporciona. Desse modo, sua concepção de que “Mãe é um anjo da guarda/ Que nasce para brilhar,/ Que supera ingratidão,/ Sofre sem deixar de amar./ Minha mãezinha querida/ Orientou-me destemida,/ A cantar, rezar, brincar” (TABAJARA, 2018, p. 32) apresenta caracteres de entidades que, originalmente, não estão associados a essa raça.

Auritha tinha um segredo
Que não podia contar.
Somente pra sua avó
Se encorajou a falar.
Não gostava de meninos,
E não sabia lidar.

Chorava à noite e pedia:
“Oh, Tupã, meu criador,
Forças estão me faltando,
Devolva-me, por favor”.
Fazendo diminuir
O grande fardo da dor (TABAJARA, 2018, p. 27, grifos nossos).

Se as marcas da colonização e do patriarcado e os discursos que as combatem são vertentes de análise da literatura indígena (GREEN, 2007), aqui a intersecção entre etnia e orientação sexual se mostra pungente na narrativa e permite que ampliemos os debates que envolvem esses aspectos. Não apenas uma mulher, indígena e escritora, soma-se às essas identidades a orientação sexual: lésbica. O sentimento da (auto)descoberta da personagem/autora em nada difere daqueles/as que vivem na urbe, o que talvez não aconteça na compreensão da maternidade já que é possível especularmos que de forma semelhante ao que acontece às mulheres brancas e negras, a experiência materna pode ser percebida de forma distinta para cada indígena. Isso quer dizer que embora esteja arraigada ao universo indígena, quem sabe a ideia de maternidade indígena também não venha sendo atualizada justamente a partir do intercâmbio decorrente das tecnologias, acompanhando o devir do tempo.

Embora não possamos debater, neste momento, com a profundidade necessária como as tribos enxergam a homossexualidade, alguns/algumas pesquisadores/as já têm se ocupado

dessa discussão⁵¹. De todo modo, acreditamos tratar-se de mais uma herança do colonizador e da influência da Igreja uma vez que surgem aí, com maior intensidade, os papéis atrelados ao gênero e a divisão de trabalho em sentido oposto ao praticado pelas etnias indígenas.

Muito provavelmente, as mães que abdicam de seus/suas filhos/as nas aldeias são mais massacradas pela opinião pública do que as do espaço urbano, já que para os povos indígenas há uma compreensão diferente dos papéis de homens e mulheres. Com efeito, na contramão do que se busca diminuir nas cidades, na aldeia “os papeis [sic] de homem e mulheres são bem divididos” (RANGEL, 2011, p. 16). Por isso, a personagem Auritha é rechaçada quando decide ir para São Paulo sem as filhas, ainda mais porque já havia perdido um filho.

Em um momento de dor,
Sem ter a quem apelar,
Com saudades do seu filho
Que a morte veio buscar,
Ficou sem noção da vida,
Quase a se desesperar.

Então saiu, dessa vez,
Para São Paulo, sozinha.
Deixou, com o pai na aldeia,
As duas filhas que tinha.
E no coração levou
Consigo cada indiazinha.

Rejeitado, o companheiro
Recusou-se a aceitar.
Foi bancar o pai-herói
No conselho tutelar.
Esperou ela sair
E já foi denunciar” (TABAJARA, 2018, p. 28, grifo nosso).

Independente da cultura em que está inserida nos parece que a mulher está sempre subjugada e impedida de transitar segundo suas vontades. A responsabilidade aqui, notoriamente, seria da mulher em cuidar dos filhos/as na primeira infância, conforme nos ensina Rangel (2011); entretanto, a partida da protagonista se dá em idade posterior. Contudo, isso não ameniza sua conduta. A contar pelo ato narrado, com destaque para o adjetivo em

⁵¹ Como, por exemplo, a tese de doutorado intitulada: “Decolonizando sexualidades: Enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos”, de Estevão Rafael Fernandes. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19269/1/2015_Estev%c3%a3oRafaelFernandes.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

negrito, fica subentendido que essa atitude é uma forma de punir a personagem por sua orientação sexual e conseqüente abandono. A atitude do companheiro lança luzes sobre o sentimento da narradora já que “Não ter notícia das filhas/ Tirava-lhe o seu chão” (TABAJARA, 2018, p. 30).

Apesar da importância das mães indígenas para a transmissão da cultura desses povos, a ação do pai das meninas é expressiva de como a cultura branca trespassa o relato uma vez que: “No processo que andava/ Da minha separação,/ Ele pleiteava a guarda/ Porque queria pensão,/ Mesmo com casa e salário –/ Do Estado, funcionário –,/ Já eu, sem nenhum tostão” (TABAJARA, 2018, p. 35). É significativo o fato de que, mesmo com condição financeira melhor que a esposa, o pai requeira pensão; não que a mulher, nesse caso, não tenha responsabilidades com a manutenção de seus/suas filhos/as, porém seus recursos são escassos, mas de qualquer maneira, “Ele, sim, ganhou a guarda;/ Pensão tive que pagar” (TABAJARA, 2018, p. 36).

A relação entre os integrantes de uma aldeia é condição *sine qua non* para a transmissão de cultura e contribuir para a difusão desse conhecimento faz parte do papel feminino, por isso a personagem, em uma ode à mulher, profere: “À luz da ancestralidade,/ Honro a minha genitora./ Ouço seus ensinamentos,/ Tradições, conhecimentos/ De uma grande professora” (TABAJARA, 2018, p. 35). Chama-nos a atenção como a personagem demonstra a consciência de que é um indivíduo, isto é, não fica presa à ideia e comportamentos esperados de uma mãe indígena. Contrariamente, revela um entendimento e vivência de maternidade que vai se movimentando, mostrando-nos discursos – até mesmo pelo ato de narrar na língua do colonizador – que estão em constante resignificação.

A arte é um dos meios encontrados para que se perpetue a cultura aborígine, o que é de conhecimento da narradora: “E com a literatura/ Falo da minha cultura,/ Riqueza de uma nação” (TABAJARA, 2018, p. 39). Com efeito, se considerarmos que a literatura evidencia também um espaço de privilégio, que as mulheres estiveram daí afastadas e que os povos primitivos desde o “Achamento” do Brasil têm que lidar com a pressão colonizadora, é visível como “a narrativa de Auritha Tabajara provoca a égide canônica, pois, além de se tratar de literatura feita por mulher, indígena, que se autoficcionaliza, apresenta-se em um gênero literário do povo [...], não elitizado e proveniente do nordeste brasileiro” (FILHO; MEDEIROS, 2021, p. 247). A última xilogravura da obra, conforme imagem 2, ilustra a importância das letras na vida da autora e a forma com que se utiliza da literatura para (re)existir. É o que nos revela na orelha do cordel que temos em mãos: “por meio dela

[literatura] busco desconstruir estereótipos atribuídos às mulheres indígenas, uma vez que não perco minha ancestralidade morando na cidade e usando tecnologia” (TABAJARA, 2018, n. p.), donde podemos conjecturar tratar-se da maternidade como algo natural.

IMAGEM 2 - AURITHA TABAJARA



Fonte: TABAJARA, 2018, p. 40.

Como destacam Filho e Medeiros (2021), as cores das xilogravuras chamam a atenção, pois, se antes eram produzidas em preto – podendo remeter à tinta da impressão –, após a autora/narradora/personagem assumir a voz narrativa temos a cor vermelha como predominante. Essa coloração, além de ser atribuída à cor da pele dos/as indígenas, pode manter “uma relação com a ancestralidade e com o urucum, elemento da natureza muito usado por alguns povos indígenas que serve para pintura do corpo em rituais e apresentações” (FILHO; MEDEIROS, 2021, p. 267). Ademais, em todas as páginas da obra, mesmo naqueles momentos em que as xilogravuras são unicamente pretas, há uma espécie de moldura em vermelho que podemos especular tratar-se do modo como, mesmo sofrendo pressão das culturas dominantes, os/as indígenas resistem e utilizam os símbolos gráficos dos demais para difundir e preservar sua cultura. Em outras palavras, apesar de serem pressionados/as a viver

conforme a modernidade, o urucum que tudo envolve nas margens do cordel simboliza a permanência da ancestralidade e daquilo que foi aprendido na aldeia.

Não há registros, no cordel analisado, das práticas de maternagens que permeiam a vida da protagonista, tampouco somos apresentados às ambivalências de sua experiência, exceto, é claro, a sua decisão e consequências de deixar as filhas com o pai para seguir seu caminho. Da mesma forma, não temos acesso às práticas de seu povo no cuidado e educação de suas crianças nem representações profundas do exercício da maternidade. Entretanto, apesar de poucas referências à experiência, o cenário é distinto se compararmos com as propostas e representações de outros tempos em que a forma de viver indígena estava atrelada à imagem de povo preguiçoso e desorganizado. Ou, o que é pior: que estão explorando as crianças nas ruas, quando na verdade é a forma com que aquele povo vive e cuida dos/as pequenos/as (RANGEL, 2011).

Outro nome importante na literatura indígena brasileira é Eliane Potiguara, escritora, professora e ativista pelos direitos dos povos aborígenes, tendo sido a fundadora do GRUMIN – Grupo Mulher-Educação Indígena⁵², em 1987. Sua produção literária é vasta e seu nome norteador para os estudos dessa poética. A referência materna em seus trabalhos é extremamente forte e demonstra a importância que a concepção de mãe tem para os/as indígenas. No poema “Brasil”, por exemplo, podemos perceber a reiterada indagação do eu-lírico sobre o que fazer com sua cara de índia⁵³:

Brasil, o que faço com a minha cara de índia?

Não sou violência
Ou estupro

Eu sou história
Eu sou cunhã
Barriga brasileira
Ventre sagrado
Povo brasileiro.

**Ventre que gerou
O povo brasileiro
Hoje está só...**

⁵² Atualmente Rede de Comunicação Indígena sobre Gênero e Direitos.

⁵³ A obra em questão foi publicada pela primeira vez em 2004, quando ainda se utilizava essa nomenclatura para se referir aos povos originários.

A barriga da mãe fecunda
E os cânticos que outrora cantavam
Hoje são gritos de guerra
Contra o massacre imundo (POTIGUARA, 2018, p. 32-33, grifos nossos).

De partida, como bem nos lembra Bailey (2010), somos apresentados a “uma situação de conflito” reiterada pelo questionamento do eu lírico que nos indica “que a força derivada da identidade multidimensional do sujeito requer deste um grande esforço de auto-afirmação [sic], já que essa identidade pode também resultar em sentimentos de fragmentação e alienação quando confrontada e invalidada pela cultura dominante” (BAILEY, 2010, p. 209). Portanto, o único modo (ou o mais eficaz deles) é que a mulher se coloque acima dessas vicissitudes “para poder afirmar sua identidade, definida a partir da alteridade” (BAILEY, 2010, p. 209).

O discurso, no poema de Potiguara, é direcionado ao país e expõe com potência a ação colonizadora sofrida pelos povos originários, ao mesmo tempo em que nos remete à criação do povo brasileiro. Essa imagem de “mãe desfigurada e desordenada que sugere o poema sabe que a barriga não morreu e que a exploração sexual anda a passos largos” (GRAÚNA, 2013, p. 106). Com destaque para os grifos no poema, vê-se como os povos originários foram expulsos de suas terras e desconsiderados pela historiografia. Daí a constatação das violências sofridas e da maternidade imposta via estupro, em uma flagrante objetificação feminina dado que impeça o prazer no ato sexual, indo na contramão dos discursos religiosos que visualizam o sexo para reprodução. Nesse contexto, a violência sexual tem por objetivo impingir-las sofrimento e submissão. Com efeito, mesmo assim, é a partir dessas imagens que se deu a ideia de origem do povo brasileiro, ainda que muitas vezes não permeado por caracteres explícitos de violência física, mas antes, romantizadamente, como no caso de *Iracema* (1865, 2010), de José de Alencar, há pouco mencionado.

O poema empreende um debate tão atual dos povos originários, na medida em que nos chama a atenção para o fato de que não se trata unicamente de mulheres atraentes e provocadoras, como asseverou Pero Vaz de Caminha na missiva de 1500, mas como indivíduos que, embora massacrados pela ação colonizadora, resistem e não desejam se esconder, por isso o questionamento do eu-lírico sobre o que deve ser feito com sua cara de índia. Por isso, somos levados a enxergar a maternidade, no poema, não como uma experiência vivenciada pelas tribos, mas como mães preteridas e destituídas de importância. Além de ser uma imposição que resultou no povo brasileiro e que permite que as indígenas hoje se levantem e confrontem as violências que seus/suas antepassados/as sofreram.

Isso pode ser visto também nos termos que frequentemente são utilizados para se referir à chegada dos europeus em solo brasileiro que buscam apagar a história pregressa dos povos originários, ou seja, a substantivação do verbo “descobrir” ao invés do “invadir” ou “achar”. Ora, se observam aí dois pontos de vista: o primeiro, da cultura dominante que se refere ao descobrimento, e o segundo, pelo prisma dos subalternizados, de uma invasão da qual foram vítimas. A partir desse último, fica evidente que enquanto outrora o ventre da mãe terra era fértil para os povos, hoje tornam-se gritos e mecanismo pela sobrevivência.

O tom de denúncia do eu-lírico está em consonância ao vivido pela autora, haja vista que seus antepassados, e ela mesma, foram vítimas das mais inúmeras violências. Nesse contexto, o discurso em primeira pessoa é significativo porquanto demonstre sua perspectiva e experiência dos eventos apresentados já que sua família foi obrigada a migrar para o sudeste. Na obra de Potiguara isso se observa pela narração do assassinato do índio X que, “por combater a invasão às terras tradicionais no Nordeste, foi assassinado cruelmente, segundo palavras de uns velhos que encontrei um dia” (POTIGUARA, 2018, p. 24). Esse indígena é seu bisavô, o pai de dona Maria de Lourdes a quem a autora dedica a obra, nos contando “que no início do século XX teve seu pai desaparecido por ação colonizadora no Estado da Paraíba. Suas quatro filhas indígenas, ainda adolescentes, migraram compulsoriamente dessas terras, sacrificando-se, como outras mulheres indígenas anônimas” (POTIGUARA, 2018, p. 7). Todavia, como no cordel de Auritha Tabajara, percebemos a utilização da terceira pessoa do discurso para narrar; isso se dá em função da recorrência dos eventos traumáticos para ambas, como também da dificuldade em falar daquilo que aconteceu consigo. É o que a própria escritora nos revela ao afirmar que

A história aqui narrada não é um caso incomum. A diferença é que, aqui, está tendo visibilidade, quando a esmagadora maioria de famílias indígenas violentadas, que continua em aldeias indígenas ou que faz parte das famílias desaldeadas ou desestruturadas, permaneceu calada, enferma, enlouquecida, isolada na sociedade envolvente. Famílias caladas pela pressão política, social e econômica ou por desconhecerem os seus direitos ou, até mesmo, por vergonha (POTIGUARA, 2018, p. 29).

A imagem da mulher indígena não é forte por acaso na poesia de Potiguara, antes, representa como a cultura dos povos nativos a enxerga. Por isso, a escritora tem reiterado “as

palavras de reconhecimento de Aniceto Xavante⁵⁴” isto é “que ‘a palavra da mulher é tão sagrada quanto a terra’” (GRAÚNA, 2013, p. 106). Portanto, questionamentos como o presente no poema “Invasão” em que o eu-lírico confronta: “Quem são vocês que podem violentar/ A filha da terra/ E retalhar suas entranhas?” (POTIGUARA, 2018, p. 33) são pungentes e fazem alusão aos estupros que as mulheres indígenas sofreram no processo de colonização. Ademais, a maternidade para essas mulheres é sinônimo de dor e sofrimento, não nos moldes de abnegação como se espera comumente, mas como resultado da violência. Nesse processo violento, várias famílias eram eliminadas pelos seus próprios integrantes que jogavam velhos, mulheres e crianças dos penhascos e se suicidavam na sequência para evitar que seus familiares sofressem abusos e agressões, em um evidente ato de resistência máxima (POTIGUARA, 1989; 2018).

Do mesmo modo, no poema “Neste século de dor”, há um tom de lamento e revolta contra os colonizadores ao mesmo tempo em que expõe que a relação entre aqueles/as que colonizaram e os povos aborígenes permanece com outras roupagens:

Neste século já não teremos mais os sexos.
Porque ser mãe neste século de morte
É estar em febre pra subsistir
É ser fêmea na dor
Espoliada na condição de mulher.
[...]
Não temos mais vagina, não mais procriamos
Nossos maridos morreram
E pra parir indígenas doentes
Pra que matem nossos filhos
E os joguem nas valas
Nas estradas obscuras da vida
Neste mundo sem gente
Basta um só mandante (POTIGUARA, 2018, p. 65).

As mulheres muito provavelmente são as que mais sofrem/sofreram com as invasões dada a objetificação de seus corpos, daí o eu-lírico apontar para a imagem de “ser fêmea na dor” e usurpada de sua feminilidade. De acordo com Mandagará (2018), ao relacionarmos a “terra como mãe não só [se] qualifica a terra, mas fala de um pertencimento que se liga ao corpo da mulher indígena como origem: vir de uma avó indígena, de uma história de violência

⁵⁴ De acordo com Graça Graúna, trata-se de fala do pajé Aniceto Xavante na Conferência GRUMIN de 1991 e que a autora incorporou em suas produções e ações como ativista da cultura indígena.

que deixa marcas” tanto na vida de Eliane Potiguara quanto de inúmeras outras mulheres que tiveram suas vidas radicalmente violentadas. A ancestralidade, contudo, “tem a ver com a terra, que tem a ver com o corpo, que é finito e material” (MANDAGARÁ, 2018, n. p.), por isso a importância de se preservar e lutar para que os direitos indígenas sejam de fato respeitados. Ora, “se a terra é mãe, quando a mulher indígena não pode mais ser mãe, porque seus filhos e maridos morrem, também a terra sofre” (MANDAGARÁ, 2018, n. p.) em um movimento cíclico em que todos fazem parte de um mesmo cosmo.

Para além da perspectiva da violência que resultou, em certa medida, no povo brasileiro, podemos ver a autenticidade da experiência materna para as mulheres indígenas. Isso porque a importância da mulher para os povos indígenas é vital, já que elas possuem “a função de gerar o filho e educá-lo conforme as tradições” (POTIGUARA, 2018, p. 46). Em razão desse papel é que seus poderes estão na ordem do saber e que, “intuitivamente, protege os seios e o ventre contra seu dominador e busca forças nos antepassados e nos espíritos da natureza para a sobrevivência da família” (POTIGUARA, 2018, p. 46).

Entretanto, é possível que se pense que as divisões de tarefas entre homens e mulheres estejam atreladas ao pensamento ocidental patriarcal. Contrariamente, estar relacionada aos cuidados e à reprodução não as impede de exercer atividades comumente realizadas por seus companheiros. De acordo com Fabiane Medina da Cruz, em seu texto “Feminismo indígena ou Nhandutí Guasu Kunhã: a rede de mulheres indígenas pelos direitos ancestrais e reconhecimento ético”, a divisão de trabalho para os/as indígenas e o impedimento das mulheres em atividades de caça, por exemplo, dá-se em função de tratar-se de atividades com risco à vida. Daí serem da alçada masculina, ou seja, “por uma questão de salvaguardar a existência, uma vez que fica a cargo das mulheres guardar a vida dos nossos descendentes” (DA CRUZ, 2020, p. 47). Assim, para a autora, a aplicação das noções de patriarcado não devem ser direcionadas às sociedades indígenas já que aquelas “são uma estratificação que está ancorada na posse e na herança” ao passo que “a relação da pessoa indígena com o mundo, a vida e a natureza é uma relação muito mais de respeito do que dominação” (DA CRUZ, 2020, p. 48).

É nessa direção que as categorias propostas por Andersen (2007) apontam, já que, diferentemente das famílias ocidentais em que prevalecem os conflitos de gênero, “as mulheres nativas, no entanto, não têm sido tão conflituosas quanto ao corpo. Isso ocorre porque dentro das ideologias indígenas de maternidade, o corpo materno é metáfora de

poder⁵⁵” (ANDERSEN, 2007, p. 765). Quando a compreensão de seres intermediários entre o céu e a terra foi solapada pelo colonialismo, a função das mulheres passa à condição de pecadoras. Dito de outra forma, “Quando ‘Deus pai’ assumiu o lugar de ‘mãe criadora’, o pecado foi introduzido nos corpos das mulheres indígenas⁵⁶” (ANDERSEN, 2007, p. 767).

Já no poema “O segredo das mulheres”, somos apresentados à importância da maternidade para esses povos e como a cultura resistiu/resiste às constantes tentativas do colonizador em exterminar os/as aborígenes nas mais diversas frentes. É essa outra perspectiva que há pouco mencionamos que se observa nos versos a seguir:

Durante séculos
As avós e mães esconderam na barriga
As histórias, as músicas, as crianças,
As tradições da casa,
O sentimento da terra onde nasceram,
As histórias dos velhos
Que se reuniram pra fumar cachimbo.
Foi o maior segredo das avós e das mães.
Os homens, ao saberem do segredo,
Ficaram mais fortes para o amor, lutaram
E protegeram as mulheres.
Por isso, homens e mulheres juntos
São fortes
E fazem fortes os seus filhos
Para defenderem o segredo das mulheres.
Pra que nunca mais aquele homem branco
Mate a história do índio! (POTIGUARA, 2018, p. 75).

A relação da maternidade com a ancestralidade e a transmissão cultural é visível no poema acima quando nos deparamos com o verbo “esconder” para a ação das mulheres, pois fica implícito que ao esconder na barriga todas as tradições, trata-se do fenômeno em tela enquanto mecanismo de resistência ante as investidas colonizadoras. Essa representação ratifica o postulado de que as mulheres indígenas são as responsáveis pela transmissão da cultura (ANDERSON, 2007; RANGEL 2011, DA CRUZ, 2020) e que, junto com seus homens, conseguem se reproduzir e incutir em seus/suas filhos/as o desejo de manter a salvo

⁵⁵ Tradução nossa de: “*Native women have not been so conflicted about the body, however. This is because within Indigenous ideologies of motherhood, the maternal body is a metaphor for power*”.

⁵⁶ Tradução nossa de: “*When ‘God the father’ took over from ‘mother the creator’ sin was introduced to Indigenous women’s bodies*”.

suas tradições, a fim de que a história dos indígenas nunca acabe. Daí, também, a dedicatória do poema ser para Severina, “*grande anciã guerreira que muito me incentivou e me amou com a força da mulher indígena*” (POTIGUARA, 2018, p. 75, grifos da autora), na medida em que o eu-lírico, aqui entrelaçado à figura da autora – dado o caráter autobiográfico –, se vale da própria resistência que expõe no poema para se expressar.

É inegável que a colonização branca deixou marcas profundas na população originária, não apenas no Brasil, como em todo o planeta. A invasão, ao mesmo tempo em que violou os corpos femininos, infantilizou a forma com que as indígenas vivenciam a maternidade, é o que revelam os estudos de Myra Rutherdale (1961-2014) sobre as mulheres missionárias no Canadá⁵⁷. É complicado falarmos de uma forma ideal de maternidade para todas as mulheres indígenas, isso porque, “o Brasil tem 305 etnias indígenas que falam 274 línguas” e cada uma delas “tem sua própria cultura, o que se reflete na forma de estabelecer as relações pessoais” (DREHER, 2016, n. p.). Contudo, parece consensual que a maternidade coletiva é fulcral para a noção de aldeia e que para ser mãe não é necessário ter filhos/as biológicos/as: “as crianças Kaingang mamam no peito de mais de uma mãe, segundo a tradição, até quando quiserem” (DREHER, 2016, n. p.). Portanto, a experiência coletiva se sobrepõe às individuais dado que a ideia de maternidade individualizada e envolta em uma aura prisional advenha das ideologias ocidentais embasadas no pensamento patriarcal. Para as indígenas, o bem-estar da aldeia e o cumprimento de seus papéis no funcionamento de sua sociedade é a condição *sine qua non* de suas existências. O compartilhamento dos cuidados, então, inscreve-se “na ética da sociabilidade de todo o povo indígena. Cuidar é um ato nobre e faz parte da responsabilidade de todos para todos” (DA CRUZ, 2020, p. 49).

De todo modo, podemos afirmar que até mesmo em uma aldeia, os caracteres interseccionais influenciam na forma como as indígenas exercem suas maternidades já que “cada mulher vai ter seu próprio jeito de ser mãe, dentro de recortes diferenciados – sua posição social naquela aldeia ou comunidade, sua idade, suas relações familiares, sua relação consigo mesma” (DREHER, 2016, n. p.).

A escrita autobiográfica faz parte da estética indígena, tanto é que no caso em tela muitas das experiências da escritora se fundem com o vivenciado pela personagem Cunhataí que, “após o sofrimento da perda de suas terras, de sua família e de sua consciência de mulher indígena, revolta-se e desafoga suas dores” (POTIGUARA, 2018, p. 61). Podemos observar,

⁵⁷ Embora não seja nosso foco nesta tese, sugerimos a leitura e aprofundamento no *Indian Act*, promulgado em 1876, e a forma com que influenciou nos povos originários do Canadá.

portanto, que a maternidade ocupa papel central na vida indígena, não apenas nas questões de soberania, espiritualidade e coletivismo abordados por Anderson (2007), como também na manutenção das histórias e de seu próprio povo. Assim, dispostas em um ambiente distinto das demais mulheres, cujas representações literárias foram analisadas nos capítulos anteriores desta tese, a maternidade indígena é força motriz para as mulheres aí localizadas. Logo, as redes de apoio e a forma como encaram as práticas de maternagens, isto é, ancoradas no plano comunitário, abrem portas para que as interseccionalidades sejam vistas e as generalizações, evitadas. Exemplo dessa perspectiva pode ser observado no texto “Vi um indiozinho escorrendo pelo bueiro”, de Eliane Potiguara, que integra *Metade cara, metade máscara* (2004; 2018), quando ao se deparar com um indígena desaldeado na rua pedindo dinheiro revela que seu “útero de mãe rosou, rosou tanto que uma dor rouca, uma dor cavernosa saiu pelas minhas entranhas, uma dor insuportável que esmigalhava minha alma, minha essência indígena, meus berros internos! Indigente indígena: indigno isso!” (POTIGUARA, 2018, p. 105).

Por aí também se desenham as práticas maternas daquelas mulheres que decidem ser mães ao lado de outras mães, uma vez que essa possibilidade se aventa de diversas maneiras. Entretanto, o modo como vêm sendo representadas na cena literária brasileira contemporânea ainda permanece ancorada em um papel que impescinde da figura masculina. São essas as representações que buscaremos debater na sequência.

4.2 O Lado B da experiência: lesbianismo e maternidade

“Está por vir uma maternidade a que poucas
pessoas tiveram acesso. Mãe ao lado de
outra mãe nunca foi normatizado”

(Marcela Tiboni)

As representações literárias das mães lésbicas, assim como as das indígenas, estão atreladas ao campo literário, nos termos de Pierre Bourdieu (1996), na medida em que a luta pelo reconhecimento das minorias no campo político e social impactam o campo de poder, simultaneamente marcam e provocam mudanças na/da posição desses grupos no campo literário (LEAL, 2017). Não que antes essas mães inexistissem, ocorre que não eram

contempladas com representações literárias por irem na contramão do discurso heterocispatriarcal. Todavia, se pensarmos que “a longa noite patriarcal da humanidade está chegando ao fim. Está alvorecendo, mas o sol é visível apenas para uma minoria” (THERBORN, 2006, p. 195), é preciso compreender que os demais perfis subalternizados ainda estão no limbo da tradição literária vigente. Dito de outra maneira, apesar de percebemos um avanço significativo – porém aquém do ideal – nas representações femininas, as lésbicas, transgêneros, travestis e outros grupos permanecem desprestigiados.

Essa invisibilidade decorre da forma como a sociedade enxerga essas pessoas, isto é, pelo fato de serem consideradas excêntricas e contraporem o padrão heteronormativo são vistas como anormais. Por isso, sempre estiveram representadas na literatura e nos demais meios artísticos de forma caricata e/ou patológica. Para compreendermos esses aspectos, recorreremos ao pensamento da filósofa e teórica feminista Judith Butler (1956 -), sobre o gênero e as performances que buscam, embora não consigam totalmente estabilizá-lo, e cujo interesse está na “construção e regulação heterossexuais da sexualidade no domínio reprodutor” (BUTLER, 2010, p. 194). Dessa maneira, aqueles/as que não se portam segundo o gênero que lhe é atribuído/a são punidos/as, e isso se dá porque “os vários atos de gênero criam a idéia [sic] de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum” (BUTLER, 2010, p. 199).

Acontece que, mesmo diante dos intensos debates científicos que envolvem a sexualidade, grande parte da sociedade, condicionada pela religião, associa essa descontinuidade dos gêneros inteligíveis (BUTLER, 2010) ao pecado e ao mal. São conhecidos os discursos catedráticos que enquadram a sexualidade desviante no homem como condenável em função de sua aproximação “com o papel reservado a mulheres. Então, as abominações, nesse caso, são o ‘ser efeminado’, ou ainda, no caso dos chamados sodomitas, de fazer o ‘papel sexual passivo’, apropriado ou determinado apenas para as mulheres” (BUSIN, 2011, p. 120).

Todavia, diferentemente da homossexualidade masculina, no caso do lesbianismo não há incidências na Bíblia “sendo que há alguma insinuação a respeito da passagem de Rute e Naomi (Rt 1.16-17) e em Paulo (Rm 1.26), mas não ultrapassa o campo da insinuação velada” (BUSIN, 2011, p. 120). Essa constatação é reveladora também do quanto o comportamento desviante no que diz respeito à sexualidade está atrelado às aproximações com o feminino. Ora, mesmo entre os homossexuais na contemporaneidade, aqueles que são afeminados e passivos sofrem maior discriminação que aqueles com postura viril e que agem ativamente, o

que nos mostra que a feminilidade é alvo em todos os aspectos. Semelhante é a situação das lésbicas, já que “há quem diga que a homossexualidade feminina é invisível por uma questão de gênero, pois a sexualidade da mulher é interdita, enquanto a dos homens é valorizada, e porque a ocupação do espaço público ainda é uma prerrogativa masculina” (BUSIN, 2011, p. 121).

Por mais que fugir à regra da heteronormatividade seja condenável, é ainda pior se essa violação estiver ligada à pretensão de ser feminino, tanto é que, como verificamos, na Bíblia as consequências ao homem que se comporta de forma feminina se sobrepõem substancialmente ao inverso, por exemplo. Contudo, precisamos fazer uma ressalva, pois essa situação, no caso das sagradas escrituras, pode estar relacionada ao fato de que as mulheres estiveram apartadas dos cultos religiosos (BUSIN, 2011).

No âmbito biológico, muito se tem discutido os motivos que fazem com que o indivíduo sinta atração pelo mesmo sexo pondo em xeque tratar-se de patologias e/ou desvios morais. Embora não nos caiba neste momento nos aprofundarmos acerca das motivações biológicas/genéticas que caracterizem o comportamento homossexual, parece-nos evidente que “a homossexualidade é um fenômeno de natureza tão biológica quanto a heterossexualidade. Esperar que uma pessoa homossexual não sinta atração por outra do mesmo sexo, é pretensão tão descabida quanto convencer heterossexuais a não desejar o sexo oposto” (VARELLA, 2015, n. p.).

Em verdade, conforme nos ensina Butler (2010), existem três dimensões da corporeidade, isto é, “sexo anatômico, identidade de gênero e *performance* de gênero”, o que nos permite observar a normatização de um comportamento predeterminado pelo imbricamento dessas categorias. Em outras palavras, o/a indivíduo considerado/a “normal” é aquele/a que se enxerga de acordo com os atos esperados e supostamente decorrentes de seu sexo. Dessa forma, “a ação do gênero requer uma *performance repetida*. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente” (BUTLER, 2010, p. 200, grifos da autora).

No geral, percebemos que as representações maternas lésbicas, sobretudo as do início do século XXI, estão ancoradas na maternidade heteronormativa, isto é, a partir de relações entre homens e mulheres validadas ou não pelo matrimônio é que as mulheres, após se relacionarem com outras mulheres, desenvolvem suas maternagens. Nessa esteira, percebemos que a composição familiar depende das práticas heterossexuais para se consubstanciar o que contribui para invisibilidade e ausência de representação de outros

grupos, o que acaba por perpetuar o pensamento de que essas composições não são corretas, por isso sua inexistência em um campo prestigiado como é o da literatura.

Mas, como temos dito, o mundo avança e nos mostra cada vez mais que somos seres em construção. É por isso que recentemente têm surgido com mais força as discussões sobre a maternidade lésbica com início desde o planejamento da gravidez pelas mães. Em uma rápida pesquisa nos canais de busca na internet é possível verificar a pouca recorrência de textos literários (romances, contos, poemas, peças de teatro) que trazem como protagonistas mulheres lésbicas que decidem ser mães sem a participação masculina. É nessa direção que as escritoras Marcela Tiboni e Bruna Thimotheo manifestam seus descontentamentos já que ambas não se viam representadas na literatura existente e por isso suas (auto)biografias, sobre as quais nos debruçaremos na sequência, são tão importantes. Se você não está se sentindo representado naquilo que vê e ouve, como nos ensinou Toni Morrison (1931-2019) certa vez, por que não se ins/re/escrever nestes espaços?

Conforme dados da pesquisa “Literatura de autoria feminina brasileira contemporânea: escolhas inclusivas?” (ZOLIN, 2021), a recorrência de personagens homossexuais no *corpora* analisados é ínfima. Há que se ressaltar uma vez mais que se trata de editoras prestigiadas no mercado livreiro, situação que indica certa resistência em normatizar formas de vida distintas da outorgada pelo poder falocêntrico. Em se tratando de mães, não há nenhuma incidência de homossexualidade nas 353 personagens catalogadas, entretanto, podemos afirmar que “a maternidade de lésbicas tem aparecido gradativamente, principalmente em obras menos centrais no campo literário” (LEAL, 2017, p. 303).

Podemos citar, a título de ilustração, algumas personagens lésbicas na literatura recente escrita por mulheres que estão envoltas pela maternidade e sobre as quais agora lançamos luzes. A primeira delas é Isaltina Campo Belo, homônima ao título do conto que integra *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016), de Conceição Evaristo, no qual é possível visualizarmos não apenas a questão da mãe homossexual, mas também os atravessamentos que o marcador raça provoca na experiência da protagonista na sua autodescoberta e autoaceitação como mulher homossexual, coadunando com nossa tese. É preciso um parêntese. A opção por abordarmos esse conto nesta seção e não no capítulo que abordou a maternidade negra se deu em função de julgarmos que as discussões seriam mais profícuas ao debatermos as intersecções de raça, gênero e orientação sexual; de toda forma, ressaltamos que a disposição das categorias analíticas é uma preferência do autor e não uma maneira de evidenciar potenciais sobreposições de uma ou de outra, muito menos de impor que essas

mulheres fiquem presas a um gueto. Contrariamente, essas condicionantes são interseccionais e nossa preferência por alocá-las aqui decorre de mecanismo didático.

Inicialmente, é expressivo que a narradora-geral⁵⁸ nos revele: “tive a impressão de que Campo Belo falava para a filha e não para mim. Não fiz nenhuma interferência, nenhuma pergunta. Guardei silêncio, o momento de fala não era meu” (EVARISTO, 2011, p. 49). Permitir que a própria personagem relatasse sua jornada é extremamente significativo porque a transformação da terceira pessoa para a primeira demonstra que essas pessoas não precisam mais que outras vozes se levantem em suas defesas, ainda que essas sejam solidárias aos seus sofrimentos e trajetórias de vida. Vemos a compreensão que sempre faltou na literatura brasileira, isto é, de que fossem dadas condições objetivas para que esses grupos pudessem expor suas agendas. Em que pese a possibilidade de se manifestar, “os mais humilhantes detalhes morrem na minha garganta, mas nunca nas minhas lembranças” (EVARISTO, 2011, p. 56), conseguimos vislumbrar como a violência sofrida pela protagonista é intransponível para a linguagem escrita e/ou falada.

No que diz respeito à forma de concepção, nesse conto, trata-se de um estupro cometido por “cinco homens deflorando a inexperiência e a solidão de meu corpo” (EVARISTO, 2011, p. 56). A ideia de que o corpo negro é propício ao prazer, principalmente para o deleite masculino, concorre para que a personagem seja estuprada. Essa imagem é representada na narrativa pelo discurso do namorado de Campo Belo, isto é, quando ele diz que “iria me ensinar, me despertar, me fazer mulher. E afirmava, com veemência, que tinha certeza de meu fogo, pois, afinal, eu era uma mulher negra, uma mulher negra...” (EVARISTO, 2011, p. 55), fica explícito como a sexualidade está atrelada à negritude, e isso é herança do período escravocrata já que, como sabemos, as escravizadas eram utilizadas como forma de diversão de seus senhores. É irrefutável como a representação masculina é narcisista já que “afirmava que eu deveria gostar muito e muito de homem, apenas não sabia” (EVARISTO, 2011, p. 55). Essa característica denuncia também como a mulher é vista pela sociedade, haja vista que também é a partir de seu corpo e do prazer que pode propiciar que os papéis são estabelecidos. Convém ressaltar como as escolhas lexicais para a construção do discurso revelam a perspectiva não apenas da narradora, mas também da autora, porque, no fragmento anterior, demonstra como ela fica impossibilitada de se fazer mulher, é preciso da intervenção masculina para se concretizar a feminilidade que se alcançaria por meio do ato

⁵⁸ Trata-se da narradora inicial dos contos que compõem a coletânea e que, a partir das histórias que ouve, registra as histórias de suas interlocutoras.

sexual. Também fica claro que no sistema patriarcal inclusive a identidade feminina é determinada pelo homem, no sentido de que até ocorrer o sexo com um homem a mulher não é mulher, é um “não-ser”, ou ainda uma criança, ou, no caso de adulta, ocupa o espaço de “ficar para titia”, mas nunca um espaço de mulher.

Contrariando e desmentindo o senso comum de que a orientação sexual é um desvio de caráter do indivíduo, podemos observar, a partir da narração da protagonista, que “desde menina [...] eu me sentia diferente” (EVARISTO, 2011, p. 49). Sua compreensão de estar em um corpo errado desde criança é tanta, pois “eu me sentia menino e me angustiava com o fato de ninguém perceber [...] [que] eu era um menino” (EVARISTO, 2011, p. 50). Essa sensação pode ser vista como uma “falha” na matriz de inteligibilidade de gênero (BUTLER, 2010), porém, como adiante se verá, essa é uma condição da própria personagem que, a partir de seu autoconhecimento e do contato com o mundo externo, se enxerga como completa.

Parte desse autoconhecimento é propiciada, também, pela maneira com que sua mãe lhe educava e a seus irmãos, uma vez que “mamãe veio ralhando contra o meu escândalo e ordenando que descêssemos da árvore (aliás, ela não gostava que subíssemos em árvores, só o meu irmão podia)” (EVARISTO, 2011, p. 53) e ainda: “nós duas ouvindo várias vezes os ensinamentos de como deviam se comportar as mocinhas e meu irmão subindo em árvores com o consentimento de minha mãe...” (EVARISTO, 2011, p. 57). Esses comportamentos atrelados ao sexo biológico e ao gênero vão ao encontro do que asseveramos em momentos anteriores desta tese a respeito das brincadeiras e brinquedos determinados para meninos e meninas. É por meio da repetição, uma vez que não se pode provar, que se reforça e perpetua a performance esperada dos gêneros (BUTLER, 2010).

Também a figura do pai atende a papéis predefinidos pelo gênero, posto que seja descrito como “um homem boníssimo, mas a quem nós, crianças, não tínhamos a coragem de interperer [sic] em seus infindos trabalhos” (EVARISTO, 2011, p. 52). A mãe, seguindo essa lógica, trata a sexualidade das filhas de forma velada e longe do olhar masculino, por isso “meu irmão foi dispensado” (EVARISTO, 2011, p. 53), quando a irmã Campo Belo menstrua pela primeira vez.

Os assuntos que envolvem o corpo e a sexualidade são um tabu no seio familiar, o que induz os/as filhos/as a buscarem informações em outros espaços que, infelizmente, nem sempre são os mais adequados e podem os/as colocar em perigo. Em se tratando do conto de Conceição Evaristo, a situação é semelhante, já que a narradora nos informa que “sem que a

mamãe-enfermeira soubesse, descobrimos, na rua e nos livros, tudo sobre o corpo da mulher e do homem” (EVARISTO, 2011, p. 53).

Difícilmente os meninos, ao chegarem à idade adulta, serão indagados sobre casamento e filhos/as, esse questionamento inevitavelmente cai sobre as mulheres. Essa situação acomete também a protagonista em tela já que “amarrava os meus desejos por outras meninas e fugia dos meninos” (EVARISTO, 2011, p. 54). Apesar de, nesse conto, os motivos que fazem com que a narradora não deseje ter a companhia masculina seja o fato da ausência de atração sexual pelos homens e não, talvez, o desejo de permanecer solteira, em geral as mulheres a solidão ou a ausência de companhia do sexo oposto é uma falha que precisa ser reparada. Afinal de contas, “como uma jovem tão inteligente, tão bonita, tão educada, tão e tão como eu, podia estar sozinha... Inexplicável” (EVARISTO, 2011, p. 54). O uso reiterado do advérbio de intensidade “tão” demonstra que independentemente se a mulher alcance todas as posições de poder e seja excelente em suas atividades, ela sempre estará em *déficit* com sua condição de mulher, posto que essa requeira a anuência e presença masculina como forma de validar tudo o que faz. Logo, por não se enquadrar naquele mundo pré-determinado e “sem nada para contar, pois nada eu tinha vivido nesse terreno, estranho no ninho, em que os pares são formados por um homem e uma mulher, resolvi sair de casa, mudar de cidade, buscar um mundo que me coubesse” (EVARISTO, 2011, p. 54).

É determinante para a compreensão da autoaceitação e da ampliação de horizontes da narradora que o médico não tenha descoberto os desejos e a incompatibilidade de gênero que a personagem sente. Ora, sendo ele a figura da ciência e, por isso, capaz de identificar patologias, o fato de não as encontrar demonstra que essa condição está na forma de se enxergar e agir no mundo em vez de localizar-se no nível patológico e/ou físico. Em síntese: não encontrar fisicamente em Campo Belo nenhum atributo que lhe aproxime daquilo que de fato sente, faz com que vejamos a sexualidade para além do órgão reprodutor. Dessa maneira, “a ignorância dele sobre quem eu era, ficou comprovada quando, no outro dia, no final da tarde, ele me cumprimentou dizendo que eu era uma menina muito corajosa, mais corajosa que muitos meninos” (EVARISTO, 2011, p. 51).

Essa constatação médica lhe provoca uma dor “maior do que a que senti com a supuração de minha apendicite” (EVARISTO, 2011, p. 51) porque acredita que aquele indivíduo seria capaz de identificar que ela era um menino e deveria ser educada como tal. Em tempo, ela própria “já descobrira o menino que eu trazia em mim e acreditava piamente que, um dia, os grandes iriam perceber o erro que estavam cometendo” (EVARISTO, 2011, p.

50). Daí podemos afirmar que essa percepção da protagonista é construída no/pelo binarismo entre meninos e meninas. Com efeito, Campo Belo sente-se, em um primeiro momento, como um menino porque seus sentimentos e desejos estão de acordo com aquilo que vê no irmão e nos demais homens que lhe rodeiam, repelindo a construção do ser feminino.

Não é difícil que você, leitor/a, já tenha ouvido essa frase de alguma pessoa homofóbica: “é fase, com o tempo isso passa”. A justificativa nada mais é que uma forma de manter o debate sobre a pluralidade sexual escondido ao mesmo tempo em que contribui para a interdição desses grupos em locais comuns a todos os/as cidadãos/ãs. Em Isaltina – como em todas as pessoas homossexuais – o tempo não mudou nada, porquanto “eu era eu, uma moça a esconder rapaz, que eu acreditava existir em mim” (EVARISTO, 2011, p. 55). É somente mais tarde, quando é enxergada por outros olhos como uma mulher que se percebe como tal: “não havia um menino em mim, não havia nenhum homem dentro de mim. Eu, até então, encarava o estupro como um castigo merecido, por não me sentir seduzida por homens” (EVARISTO, 2011, p. 57). Quando compartilha a descoberta epifânica de que “eu podia desejar a minha semelhante” (EVARISTO, 2011, p. 57), a personagem além de se despir de toda construção binária em que esteve inserida, principalmente, se (re)encontra no mundo. Isso porque não se trata de uma personagem transsexual, mas de uma mulher lésbica que por muito tempo julgou ser um homem apenas porque sentia-se atraída por outra mulher, o que demonstra como sua compreensão, *a priori*, era condicionada pelo binarismo homem/mulher.

Portanto, nesse conto, o exercício da maternidade lésbica se dá por meio de relação heterossexual não consensual. Apesar de ter sido violentada, a personagem consegue se reconstruir a partir da autocompreensão de sua lesbianidade e do amor que encontra na professora da filha: “tamanho foi a nossa felicidade. Miríades, Walquíria e eu. Minha menina, se pai não teve, de mãe, o carinho foi em abundância, em dose dupla” (EVARISTO, 2011, p. 58).

Contém certo tom de ironia – e também resistência, posto que a negação possa se apresentar como uma forma não violenta de resistir – o fato de, mesmo tendo sido estuprada por cinco homens, Campo Belo afirmar que “Walquíria se fez sozinha em mim. Pai sempre foi um nome impronunciável para ela. Dentre cinco homens, de quem seria a paternidade construída sob o signo da violência?” (EVARISTO, 2011, p. 56). Isso demonstra que ainda que o sêmen seja indispensável para a concepção, a figura/presença masculina é facultativa, sobretudo se tiver atrelada, como nesse caso, à violação do corpo e dos direitos femininos.

O encerramento do conto não nos fornece informações sobre a maneira com que essa maternidade se concretiza nos aspectos emocionais e práticos, em que ao menos uma das mães é negra, uma vez que não há descrições físicas sobre Miríades. Entretanto, a contar pela maneira com que se refere à esposa e à filha, podemos supor tratar-se de uma experiência compartilhada e não imposta a uma delas, como frequentemente acontece nos relacionamentos heterossexuais. Essa abertura também aponta para a necessidade de se refletir acerca dessas outras formas de maternagens e convida o/a leitor/a a rever seus conceitos sobre a homossexualidade feminina e a maternidade dupla.

Outro exemplo na literatura de autoria feminina contemporânea a abordar personagens homossexuais que dialogam com a maternidade vem da escritora carioca Lúcia Facco. Destacamos os contos “Triângulo” e “Chuva”, integrantes da coletânea *Lado B* (2006), publicado pela GLS, por atender às nossas pretensões nesta tese. No primeiro deles observamos situação semelhante à do conto de Evaristo em que uma mulher, em razão de sua orientação sexual, é violentada e, após a brutalidade, se reconstrói ao lado da mulher amada.

O narrador onisciente nos apresenta uma família pouco convencional, isto é, composta por um pai que abandona a esposa “para tirar as três filhas de perto da mãe, depois que ela queimou a mão da mais velha com ferro de passar roupa” (FACCO, 2006, p. 79). Sozinha com o pai, após as irmãs saírem de casa, Regiane é a representação de uma mulher de classe média baixa que trabalha como doméstica para várias famílias e só a partir do incentivo de uma de suas patroas é que volta a estudar sendo aprovada em um concurso público para gari. É indubitável como a profissão da personagem demonstra como a população com escassas condições financeiras está atrelada às atividades de cuidado com o outro e subalternizadas aos mais poderosos economicamente. Não queremos com isso menosprezar os/as garis, apenas chamar a atenção para o fato de que, por ser necessário pouca escolaridade e considerando que os/as mais pobres são os/as que mais têm dificuldade no acesso e permanência à educação formal, geralmente são eles/elas quem desempenham tais atividades.

Os atributos físicos descritos demonstram que a narradora tem consciência de como o corpo negro é sexualizado, logo não sendo nem feia nem bonita e com “pouca bunda, pouco peito, o que ela agradecia a Deus todos os dias, pois detestava ver as moças de formas redondas passando e os caras babando e dizendo aquelas coisas idiotas e obscenas” (FACCO, 2006, p. 80). Entender que ser comum é o melhor caminho para se manter a salvo dos assédios e violências sexuais é uma forma de denúncia do que as mulheres negras passam. Ademais, fica evidente como se autoanulam a ponto de preferirem ser desprovidas de

atributos físicos considerados pela sociedade como ideais apenas para não serem objetificadas pelos homens. Advêm também dessa descrição corpórea pouco atraente para a sociedade os apelidos envolvendo sua orientação sexual, uma vez que já presenciara situações de homofobia, por isso, e considerando os altos índices de violência contra a população LGBTQIAPN+, é natural que tivesse “medo de ser chamada de paraíba, mulher-macho” (FACCO, 2006, p. 81) e “o olhar de deboche. Não queria que a olhassem assim. Nem por ela, mas achava que Pedro ficaria triste” (FACCO, 2006, p. 81).

Todavia, como era de se esperar, os impulsos sexuais falam mais alto e, depois de namoros com homens sem muitas emoções, é com as amigas que começa a se entender, “olhou melhor uma delas e sentiu umas coisas esquisitas [...]. Ficou constrangida” (FACCO, 2006, p. 80-81). O mal-estar que relata está visceralmente ligado à maneira com que a homossexualidade foi (e é) abordada nas relações interpessoais, o que acaba por cristalizar a resistência e a ocultação dos próprios sentimentos. Regiane só é capaz de dar vazão ao que sente por meio da masturbação: “deixou sua mão deslizar para o vão entre as pernas e ficou tocando bem ali. Bem no meio, pensando na perna da Jane” (FACCO, 2006, p. 81). Apesar de, em alguma medida, soar subversiva a descrição de uma mulher se tocando se pensarmos na literatura de autoria feminina, no contexto das escritoras lésbicas é possível conjecturarmos uma maior naturalização do assunto já que são consideradas excêntricas e, por já estarem à margem, não permanecem envoltas por quaisquer laços de pudor em relação à sexualidade abordando mais espontaneamente a temática. Há que se ressaltar, contudo, que no caso da personagem principal do conto em tela, ela demonstra desconhecimento do funcionamento do corpo e do gozo, se questionando: “Uma delícia, mas credo! Será que aquilo era normal?” (FACCO, 2006, p. 81).

Apesar de manter uma relação dialógica com o pai, a personagem não abordava sua vida pessoal, porque, até mesmo para Regiane, “era demais querer que o pai ouvisse essas conversas. Bastava para ela saber que ele a amava e queria que fosse muito feliz” (FACCO, 2006, p. 82). Percebemos, portanto, que o assunto é interdito mesmo em situações em que as composições familiares não sejam tão rígidas; queremos dizer com isso que ainda que haja um canal de diálogo, inicialmente, ele parece estar obstruído por convenções que colocam a homossexualidade no nível patológico e/ou de falta de caráter.

O amor, em todas as suas formas, é o remédio para tudo. É por esse sentimento que Regiane se reencontra consigo mesma quando se relaciona com Madalena, sua nova vizinha. Para a protagonista, Dorival, o marido da vizinha, era “um ‘ignorantão’, pois tratava

Madalena como esses caras bem machões acham que têm de tratar as mulheres. Com desprezo e grosseria em algumas ocasiões” (FACCO, 2006, p. 83). Daí podermos vislumbrar como o patriarcado acaba por contribuir para a regulação dos papéis de gênero na medida em que se espera que as mulheres sejam abnegadas e submissas às demonstrações – pouco científicas – da virilidade masculina, isto é, por meio de violências. Grávida, “Madalena ia ficando cheia, a barriga arredondando cada vez mais e Dorival, com isso, se desinteressava dela” (FACCO, 2006, p. 84). A constatação nos permite levantar algumas hipóteses. A primeira delas diz respeito ao fato de que muitos homens podem não estar preparados para se tornarem pais e, por isso, se afastam. Há ainda a possibilidade de buscar esconder suas emoções e fragilidades diante da situação já que raramente discute-se a participação masculina na gestação, além, é evidente, da presença sexual quando é o caso. Pela materialidade literária em tela esses não parecem ser nenhum dos casos que acomete Dorival, pelo contrário, sua letargia diante da gravidez de Madalena está mais próxima da impossibilidade/do desejo de amar aquele corpo. Dito de outra forma, em função das transformações inerentes a toda gestação, o corpo desejado não é mais encontrado na companheira e então se evade. No limite, podemos especular que as alterações hormonais da gestante contribuem para o desinteresse masculino já que a fragilidade e as emoções podem se sobrepôr ao corpo do/para o prazer, maneira como grande parte do público masculino enxerga as mulheres.

Parece que Regiane, no estreitamento dos laços com a vizinha, também gesta. Carrega consigo o desejo de se encontrar e se tornar também mãe, já que “para ela, era o contrário. A gravidez tornava Madalena mais linda e ela desejava que aquele filho fosse seu. Ou melhor, visualizava-se vivendo com Madalena e a criança” (FACCO, 2006, p. 84). O desejo é compartilhado também pela vizinha que “perguntou a Regiane se queria sentir o bebê se mexendo. Regiane deitou ao lado de Madalena e encostou a cabeça em sua barriga. Embevecida, emocionada, sentia aquela vidinha, parte de sua Madalena, se mexendo de encontro a seu rosto” (FACCO, 2006, p. 84). Salta aos olhos como as personagens compartilham da intimidade e do desejo daquela criança, diferentemente de Dorival que, como vimos, se desinteressava pela esposa. Essa cena é interrompida pela chegada abrupta do marido que usa da violência para expressar a reprovação gritando “‘Bem que me avisaram, seu **sapatão** de merda! Dando em cima da minha mulher que está ‘esperando’, ainda por cima! E você, sua **puta**! Na cama com essa **tarada**!’” (FACCO, 2006, p. 84, grifos nossos). O uso do pronome masculino para se referir à lésbica é expressivo porque nos remete à ideia de

que a mulher lésbica deseja assumir um papel masculino por sentir atração por pessoas do mesmo sexo.

Pelos destaques, podemos observar como os estereótipos verbalizados são utilizados para diminuir a outra parte. Assim, o uso dos vocábulos “sapatão” e “tarada” reforçam a ideia de que as lésbicas são indivíduos masculinizados e pervertidos que só se firmam no e pelo sexo promíscuo. Ao mesmo tempo, ilustra como a população LGBTQIAPN+ é responsabilizada pelo declínio da família tradicional, quando, na verdade, a motivação maior para a derrocada da instituição seria o emprego de violência e falta de amor. Em se tratando da imagem da esposa construída pelas lentes do marido, ainda que seja flagrante o adultério – que por ele mesmo poderia provocar emoções fortes – permanece o destaque da diminuição da mulher quanto à sua participação no ato sexual. Em outras palavras, ser repreendida com o adjetivo “puta” demonstra como os desejos sexuais são reprimidos nas mulheres porque, em conduta dissonante, esses desvios são reiterados com a depreciação de suas ações.

Os impropérios continuam: ““Sua vaca, piranha! Como pode se deitar com uma mulher? Tu virou doente, é?”” (FACCO, 2006, p. 85), demonstrando como, além da animalização da personagem em uma flagrante tentativa de rebaixá-la já que os animais não humanos são vistos como mais irracionais e agem por instintos, acaba por reiterar o imaginário patológico que envolve a homossexualidade. A conclusão masculina ancorada nos pressupostos patriarcais é óbvia: ““eu vou te lembrar como é ser bem comida por um macho de verdade!”” (FACCO, 2006, p. 85). É imperativo nesse aviso como a atuação feminina no prazer está condicionada àquilo que ela pode proporcionar e como qualquer desvio deve, necessariamente, ser corrigido pelo homem por meio de sua hipotética superioridade que se refrata na mulher com a submissão sexual.

O poder que é outorgado por essas ideologias essencialistas é tamanho que faz com que Dorival invada a casa de Regiane: ““Vou te curar, sua safada. Você não tem pau para comer mulher, sabia? Esse buraco que você tem no meio das pernas é para dar para um homem”” (FACCO, 2006, p. 85). Novamente nos deparamos com a objetificação feminina e sua conseqüente redução ao fornecimento de prazer para os homens, dado que seu órgão sexual tenha sido criado para uso deles e que, em caso de esquecimento ou tentativa de alterar o estado de coisas, sejam eles os habilitados a reestabelecer a ordem. Essa organização, por sua vez, deve ser perpetuada pelas gerações, como podemos observar nas acusações proferidas: ““Tua mãe nunca te ensinou isso, não? Pois eu vou te ensinar isso agora. Vou te

comer bem comidinha e depois você vai querer sair dando por aí que nem a vagabunda que você é” (FACCO, 2006, p. 85).

Poderíamos dividir, para fins didáticos, os estupros descritos nesta narrativa como “para correção” e para “adestramento”. O primeiro, praticado contra Regiane, é aplicado como forma de corrigir as falhas da matriz de inteligibilidade de gênero nos termos de Butler (2010), porque a hegemonia masculina não pode ser questionada. Já o outro, como o próprio nome sugere, é utilizado como mecanismo para evitar que se perca o controle sobre os corpos e para que se mantenha a organização.

As escolhas da onomástica das personagens raramente não serão propositais, sempre se esconde e se constrói identidades a partir dos nomes que são atribuídos às personagens. Por isso, é crucial o nome de Madalena para a mulher de Dorival porque, assim como a figura bíblica, essa fica à sombra de um homem e tem sua história alterada pelo filtro masculino. Salma Ferraz em “Maria Magdalena: a antiodisseia da discípula amada” afirma que pelo fato de os Evangelhos terem sido escritos por homens, concomitante à condição de mulher de Maria Madalena, fez com que se tenha dado a alcunha de discípulo amado a João e não a ela “porque o defeito desta era ser mulher e com agravante: era uma mulher sábia e líder, que participava ativamente dos momentos cruciais da vida de Jesus” (FERRAZ, 2011, p. 27-28). Os erros interpretativos destacados por Ferraz (2011) chamam a atenção na medida em que se funde ao feminino a promiscuidade e o pecado, o que podemos ver, também, na maneira com que Dorival enxerga sua mulher.

Somos informados/as, no final da trama, que o marido de Madalena possuía preferências sexuais fora do convencional o que aponta para a ironia da situação. Ora, aquele que se revolta com o romance da esposa com outra mulher é fotografado “conversando, beijando na boca e entrando abraçado com um travesti ruivo, com os seios de fora, em um hotelzinho na Glória” (FACCO, 2006, p. 88), além de se ter descoberto que Dorival “era cliente assíduo e queria sempre ser bem comidinho, sempre de quatro” (FACCO, 2006, p. 88). A posição assumida pelo homem na relação sexual demonstra passividade, como aquela que exigia da esposa. Daí a ironia, pois enquanto em casa punha sua virilidade e autoridade masculina, na rua, espaço de dominação do homem outorgado pelo patriarcado, se porta de maneira submissa a um indivíduo marginalizado.

À primeira vista, talvez o conto em tela possa ser visto como óbvio, já que coloca em cena o típico machão que escamoteia suas “fraquezas” com a violência. Assim, apesar desse tom que aponta para um lugar comum das especulações sobre virilidade *versus* fraqueza

masculina, coloca em debate a violência e as arbitrariedades. Tais particularidades ilustram o que a própria autora, em sua dissertação de mestrado – em um modelo não convencional, diga-se de passagem, já que ficcionaliza o texto acadêmico – assevera sobre a literatura lésbica contemporânea, isto é, “a falta de ‘camuflagem’ no texto, a linearidade textual, a obviedade são aspectos de um ‘estilo’ atual da literatura lésbica, que está em um momento, em uma proposta de abandonar o silêncio” (FACCO, 2004, p. 103). Além de que, a própria proposta da editora pela qual o conto foi publicado, a GLS, possui como política dar espaço para narrativas que tenham, necessariamente, final feliz, independentemente de outros aspectos.

Da mesma maneira que o conto “Isaltina Campo Belo”, nesta narrativa, o final aponta para a superação das violências e a consolidação de um final feliz envolvendo um casal lésbico com filho/a já que “criaram juntas Pedrinho, hoje com seis anos” (FACCO, 2006, p. 89). Também não há evidências materiais para lançarmos luzes sobre as maternagens do casal já que a narrativa se encerra com a informação de que todos se mudaram para a Paraíba e nunca mais ouviram falar do agressor e pai biológico do menino; porém, a contar da construção das personagens e da maneira com que, desde o início da gestação, desejam ficar juntas e aproveitam a gravidez apesar das circunstâncias negativas, é possível conjecturar tratar-se de uma experiência enriquecedora e, muito provavelmente, permeada de ambivalências como é comum a qualquer configuração materna.

Está fora de debate o medo que assombra as pessoas homossexuais, seja ele decorrente da violência física ou simbólica, dentre a qual, provavelmente, o receio de ser rejeitado/a e abandonado/a pela família se sobressai. Por isso, é recorrente encontrarmos relatos de pessoas que se mantêm retidas; até mesmo porque o assunto ‘sexualidade’ é interdito no espaço doméstico e em algumas esferas da sociedade (ou em todos?). É justamente o silenciamento e seus desdobramentos na relação entre mãe e filha que observamos com potência no conto “Chuva”, da mesma autora, sobre o qual agora nos debruçaremos.

Se, nos contos anteriores, temos a visão de mulheres que, sobreviventes das mais variadas violências, se reconstróem e exercem suas maternidades, biológica ou não, ao lado de outra mulher; aqui, somos apresentados, a partir da narração homodiegética, a uma vida totalmente forçada em que Manuela “namorou rapazes, casou com um deles só porque pensava que ia agradar à mãe. E ela não estava nem aí se você era lésbica ou deixava de ser” (FACCO, 2006, p. 24). É, portanto, a partir do cronotopo da filha que se (re)desenha a experiência da maternidade lésbica ao mesmo tempo em que a narradora supera os medos e a

repressão de sua própria sexualidade quando observa na mãe uma performance que coloca em xeque todos os sentimentos que lhe cerceavam anteriormente.

Assombrada pelo silêncio da mãe após ser flagrada em situação íntima com uma amiga durante a adolescência, a narradora se casa com Marcelo e se vê imersa em um casamento falido, porém “pelo menos estava relativamente enquadrada. Deve ser muito complicado viver tentando dizer às pessoas que sua vida não é anormal, que você não é doente, nem tarada” (FACCO, 2006, p. 18). Resta comprovado que, ainda que suas pulsões sexuais e sentimentais apontem para o amor por outra mulher, a pressão social e o medo de, a todo instante, ter que se justificar por seus desejos impelem Manuela a optar por seguir as regras heteronormativas. Contudo, estar incluída naquilo que é visto como o correto não impede que a personagem sinta atração por outras mulheres e raiva, que “não era dele, mas de mim. Covarde, ligada a uma pessoa que não me dava mais atenção nem prazer de espécie alguma” (FACCO, 2006, p. 20).

Suspeitar do caso extraconjugal do marido a aliviava na medida em que “era uma maneira de ele não me procurar para transar” (FACCO, 2006, p. 20). Submeter-se ao desejo do companheiro consiste em uma forma de violência simbólica (BOURDIEU, 2012) a que diversas mulheres estão expostas, pois o matrimônio, pelo prisma religioso e patriarcal, confere aos homens o (suposto) direito ao sexo. Decorre do não consentimento o estupro marital, pelo qual muitos maridos têm sido criminalmente acusados e condenados, porém certamente diversas mulheres continuam a deitar-se com seus esposos sob a prerrogativa de obrigação e pelo medo⁵⁹. Em se tratando da protagonista, observamos que prefere imaginar que Marcelo tem outra mulher para que não tenha que “cumprir” com essa obrigação.

A escrita enquanto processo de subjetivação (ZUKOSKI, 2020) concorre para que a narradora se reavalie e possa dar vazão ao grande fluxo de sensações que antecedem o rompimento do segredo que (achava) existir entre ela e sua mãe. Parece-nos que o abismo que se criou entre a mãe e a filha sobre o referido flagrante é condição determinante para que a narradora se lance no mundo da escrita, daí a tentativa de registrar sua atração pela colega de faculdade correndo na chuva ser sintomática da forma com que a linguagem nos escapa: “tento colocar no papel a cena como aparece na minha mente, ou como apareceu naquele dia,

⁵⁹ De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, mais de dois terços das mulheres que foram vítimas de feminicídio jamais denunciaram as violências progressas. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/novembro/70-das-mulheres-vitimas-de-femicidio-nunca-denunciaram-agressoes>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

mas não encontro os adjetivos certos” (FACCO, 2006, p. 16) e também “vi tudo isso e senti muitas coisas mais que não consigo descrever” (FACCO, 2006, p. 16). Mesmo diante da dificuldade em transpor para o papel seus sentimentos em relação a Flávia, a narradora vai em frente, sem pudores. Entretanto, chama-nos a atenção o modo como acaba por se cercear ao pensar na colega como uma mulher: “Credo! Dizendo assim fica com cara de texto pornográfico” (FACCO, 2006, p. 16). Isso demonstra que, mesmo sendo detentora da palavra, paira sobre si um espectro do pudor decorrente do pensamento em que o sexo deve ser um assunto de homens e não de mulheres. Agir de outra forma é transpor os limites do adequado às mulheres e, por isso, tornar-se de baixo nível.

Somente por meio da escrita é que a narradora interrompe os silêncios de uma vida toda em relação à mãe e também à sua impossibilidade em lidar com a subjetividade da filha, uma vez que ela confessa não se lembrar “de ter tido uma única conversa séria com ela na vida, quando se tratava de algum assunto íntimo. Minha mãe era ótima para me ajudar a decidir questões práticas, mas nada além disso” (FACCO, 2006, p. 21). Registrar seus sentimentos é, até o momento, a válvula de escape para uma relação que se criou a partir do momento em que sua “mãe olhou, saiu, fechou a porta e nunca disse nada a respeito. Eu é que fiquei tão sem-graça que passei a ver nos olhos dela sempre uma acusação” (FACCO, 2006, p. 18).

A intertextualidade com o romance de Adriana Lisboa – a quem, inclusive, é dedicado o conto – contribui para o alargamento do debate: “me lembrei do livro *Um beijo de colombina*, de um trecho que fala das mulheres casadas que se masturbam na cama de casal pensando no corpo de outra mulher” (FACCO, 2006, p. 17). Como veremos, trata-se da mesma prática da protagonista que, casada, se sente atraída pela amiga da faculdade. Vislumbramos também certa relação intertextual com o conto “Linda, uma história horrível⁶⁰”, de Caio Fernando de Abreu (1948-1996) que integra a coletânea *Os dragões não conhecem o paraíso*, publicada em 1988. No texto de Facco (2006), ao procurar a mãe para questioná-la sobre o flagra recebido, a protagonista se depara com “a cachorrinha Linda. Estava velhinha, o focinho todo branco, cega de um olho, mas fora isso parecia muito bem de saúde e alegre como sempre” (FACCO, 2006, p. 22). É também a cachorra Linda, “coitada,

⁶⁰ Permita-me, caro/a leitor/a, fazer um breve parêntese sobre esse conto em sentido oposto às discussões acadêmicas para que eu possa registrar aqui uma pitada de nostalgia e agradecimento. Qual não foi a surpresa ao, durante a leitura da coletânea de Facco (2006), me deparar com esta intertextualidade, pois esse foi o *corpus* de análise de minha prova de mestrado, em 2018, que me permitiu chegar até este momento.

quase cega. Uma inútil, sarnenta. Só sabe dormir, comer e cagar, esperando a morte” (ABREU, 2018, p. 426) quem recepciona o narrador do conto do autor gaúcho quando o mesmo procura sua mãe para contá-la sobre sua condição de soropositivo.

Em vez de a mãe se portar de forma preconceituosa, é a filha quem demonstra descontentamento com sua sexualidade. Com efeito, Leal (2016), ao se debruçar sobre a obra de Lúcia Facco, nos ensina que, no conto em tela, “a internalização da homofobia [...] é vivenciada até o (re)conhecimento de amigas lésbicas e de uma nova paixão” (LEAL, 2016, p. 264). Por isso, encontramos um tom irônico na maneira com que a matriarca se posiciona diante do comportamento da filha. Ora, agindo com naturalidade e dizendo “que nunca comentou nada sobre o flagra porque achou que simplesmente não havia nada digno de comentários” (FACCO, 2006, p. 23), escancara ao/à leitor/a que se a situação é corriqueira para os casais heteronormativos por que haveria de ser vista de forma distinta nos relacionamentos homoafetivos?

Essa percepção vai ao encontro de sua própria orientação sexual já que “ela, que era viúva desde que eu tinha dois anos, havia se relacionado não com uma, ou duas, nem mesmo três mulheres. Ela o havia feito com várias, durante muitos anos, e achava que eu sabia disso” (FACCO, 2006, p. 23). Como podemos observar, o silêncio que predomina na relação mãe-filha é, entre outras coisas, produto e potência do incômodo que as relações não binárias provocam nas pessoas. Apesar disso, é flagrante como a figura materna é desenvolta no quesito orientação sexual, já que “teve o desprazer de me dizer que não pensava que eu era tão idiota a ponto de nunca ter percebido, nunca ter questionado o fato de ela, uma mulher vaidosa, cheia de vida, ficar viúva aos vinte e seis anos e encerrar a vida sexual” (FACCO, 2006, p. 23) e mais, debocha do fato de a filha não ter dado a devida atenção por “nunca ter aparecido com nenhum homem e volta e meia estar envolvida com uma ‘melhor amiga’” (FACCO, 2006, p. 23). Isso denuncia o modo como os/as homossexuais, por força do medo decorrente do preconceito, se referem aos/às seus/suas parceiros/as, isto é, nunca de forma objetiva e direta em relação ao mesmo sexo, mas com palavras dúbias que deixam no ar a orientação sexual da outra pessoa. Outrossim, “o heterossexual não precisa se explicar nem sequer se identificar, pois se parte do pressuposto de que um indivíduo que não fale nada sobre a sua sexualidade seja naturalmente heterossexual” (FACCO, 2009, p. 176), ação que coloca a homossexualidade como algo que se opõe ao considerado adequado.

Gradativamente, a relação de Manuela consigo mesma vai se desanuviando, tanto pela contribuição que a escrita lhe proporciona quanto pelo diálogo explícito com sua mãe. Não é

apenas o silêncio e o interdito que dificultaram o relacionamento entre as personagens ao longo da vida, mas também a insegurança e o medo que vêm do modo com que a sexualidade (não) é debatida. Superada essa insegurança, “quando consegui me acalmar e parar de rir, suspirei e, pela primeiríssima vez na vida, consegui ter uma conversa longa e clara com dona Ester, aquela senhora linda, elegante, um tanto fria, inteligente e lésbica que era a minha mãe” (FACCO, 2006, p. 24).

Novamente, não temos questões práticas no que concernem as maternagens dessas personagens e como a orientação sexual ou a classe social à qual pertencem poderiam influenciar em suas ações. Existem apenas indícios, como buscamos elucidar, de que o silêncio e o medo do julgamento provocam a manutenção dos estereótipos e da repressão da sexualidade de Manuela que se casa para suprimir seus desejos e fazer parte da massa dominante. No limite, o assunto – interdito por excelência nas famílias convencionais – se mantém como tabu e, em função disso, provoca a continuidade da matriz de inteligibilidade de gênero (BUTLER, 2010).

Esgotar as possibilidades de análises literárias e/ou catalogar todos os textos que versam sobre o fenômeno é impossível, contudo, a contar pelos contos que elencamos para nossa pesquisa, nos parece que ainda muito pouco é dito sobre a maternidade e as maternagens lésbicas. Por isso, diante de tão poucas representações ficcionais que lancem luzes sobre a ambivalência materna para casais homoafetivos, os relatos (auto)biográficos se mostram férteis para que possamos refletir sobre as experiências maternas para essas mulheres.

É, sem sombras de dúvidas, muito angustiante procurar pessoas como você nos livros e não encontrar, ou, quando os/as encontra, estarem atrelados/as a comportamentos e emoções classificados como inadequados e, por isso, dignos de escárnio. Mas como mudar essa realidade diante das dificuldades naturais que existem para os/as autores/as e outras, como as que o mercado editorial impõe na publicação de ficção? Como transformar uma realidade opressora em um momento em que as artes e a cultura são severamente atacadas e menosprezadas por grupos tecnicistas e homofóbicos?

Os caminhos, mesmos os mais difíceis, possuem curvas e fissuras; é por aí que a existência se consolida na pluralidade. Por esses mecanismos é que “Uma flor nasceu na rua!” e assim “Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio” (ANDRADE, 2010, p. 37). Diante da ausência de representação na literatura de uma maternidade lésbica que não esteja atrelada a relacionamentos heteronormativos progressos, ativistas têm relatado suas experiências e

inquietações em (auto)biografias nas quais compartilham a pouca representatividade que ainda possuem no campo ficcional e dividem medos e desejos dessa experiência. Dentre essas escritoras, chamamos a atenção para as mães Marcela Tiboni e Bruna Thimotheo que trazem para o/a leitor/a uma visão ainda pouco conhecida da maternidade, mostrando-nos que a experiência vai muito além da gestação, da amamentação, da biologia; ela está visceralmente ligada ao amor. É visível, a partir das obras já citadas, como o campo editorial ainda restringe esse tipo de publicação, pois a grande maioria delas é publicada por editoras de nichos específicos. A *Dita Livros*, por exemplo, é uma editora que publica livros de não ficção escritos por pessoas LGBTQIAPN+.

Um primeiro movimento que identificamos durante nosso processo de doutoramento – tanto no contato com mães lésbicas escritoras e/ou ativistas quanto em artigos sobre o tema – é a necessidade que essas mães têm de se encontrar, tanto na literatura especializada no tema quanto na ficção. Apesar de existir na literatura de autoria feminina certas representações que caminham nessa direção, muito pouco tem se representado acerca das novas configurações parentais, sobretudo de mulheres lésbicas que gestam. É evidente que essas discussões sejam recentes e, em certa medida, encontrem forte resistência por parcela da sociedade, posto que nossa jovem democracia – e, por conseguinte, a liberdade de expressão e busca por igualdade e equidade – esteve em perigo nos últimos anos. Entretanto, depararmo-nos com uma recente vertente da literatura contemporânea que traz à baila lésbicas exercendo o papel materno e, assim, nos acalenta e renova as esperanças de que mudanças significativas estão em curso na compreensão da maternidade e seus desdobramentos.

De toda forma, as inquietações de Tiboni (2019; 2021; 2022) se mostram legítimas se pensarmos que aquilo que não é visto/debatido incorre em invisibilização, de onde surgem as seguintes questões: “será que esses casais não existiam? Será que nós éramos alienadas? Será que esses casais não se sentiam à vontade para viver à luz do dia?”, pois “nunca tínhamos visto um processo de gestação de dupla maternidade” (TIBONI, 2021, p. 21). A ativista relata que Melanie, sua esposa, “estava grávida de quatro meses, e não havia um único livro que contasse a dupla maternidade, que nos preparasse para o que estava por vir, que nos acolhesse, que nos fizesse sentir representadas, escutadas e abraçadas” (TIBONI, 2022, p. 11). Daí sua incursão no mundo das letras, presenteando-nos com seus relatos e memórias sobre o tornar-se mãe ao lado de outra mulher.

A importância de se abordar a temática é vista, por exemplo, no relato de Bruna Thimotheo em seu *Eu Ventro Nosso*⁶¹ (2021). Durante um sangramento que teve em sua gestação, a jornalista recorda-se de situação semelhante vivenciada por Marcela e Melanie descrita no primeiro livro da ativista e artista plástica. Não houvesse esses registros e vivendo em um momento pandêmico⁶² de que outra forma as mães poderiam amenizar a situação pela qual estavam passando? Será que seriam capazes de raciocinar objetivamente e de se sentirem acolhidas dado que essas experiências não são facilmente encontradas na literatura especializada? Daí a importância de discutirmos, também, os textos não ficcionais já que nos possibilitam compreendermos as vivências e agendas dessa configuração familiar que começa a ganhar espaço nos debates públicos.

Antes de lançarmos luzes sobre a experiência dessas escritoras, julgamos imprescindível, neste momento, uma reflexão sobre as teorias acerca dos textos (auto)biográficos, já que podem nos auxiliar na compreensão dos discursos selecionados para esta seção. Bastaria tomarmos os relatos de Tiboni (2019; 2021; 2022) como espelho da realidade, pois

em oposição a todas as formas de ficção, a biografia e a autobiografia são textos *referenciais*: exatamente como o discurso científico ou histórico, eles se propõem a fornecer informações a respeito de uma “realidade” externa ao texto e a se submeter portanto a uma prova de *verificação*. Seu objetivo não é a simples verossimilhança, mas a semelhança com o verdadeiro. Não o “efeito real”, mas a imagem do real (LEJEUNE, 2014, p. 43, grifo do autor).

Todavia, ainda que haja a intenção de refratar na escrita as experiências do mundo palpável, aquele/a que o faz, inevitavelmente, ficcionaliza os fatos, demonstrando existir uma linha tênue que separa a biografia da ficcionalização, pois aquele/a que escreve não consegue dissociar-se de sua subjetividade e apresentar-nos os acontecidos *ipsis litteris*. Em outras palavras, por mais que a biografia possa pressupor fidedignidade absoluta naquilo que se propõe, é no nível da **semelhança** que ela se situa, por ser quem fundamenta a identidade (LEJEUNE, 2014, grifo nosso). Por isso, ainda que conste nas fichas catalográficas de *Mama: um relato de maternidade homoafetiva* (2019) e *Des-mama: memórias de uma mãe com outra*

⁶¹ Não será surpresa a você, leitor/a, o fato de esta biografia ter sido publicada pela Editora Metanoia, cuja especialidade é a publicação de obras que versem principalmente sobre a diversidade.

⁶² Referimo-nos à pandemia provocada pelo coronavírus que assolou o mundo entre 2020-2022.

mãe (2022) o indicador “biografia”, não deixaremos de considerar em nossa leitura que existe certa ficcionalização dos eventos até mesmo porque a memória é passível de vacilos e esquecimentos que modificam/transformam a realidade, além do fato de que o processo de escrita ficcionaliza aquilo que se propõe registrar. Tal cenário se potencializa pelo marcador de “relatos pessoais” e “memórias” no último livro lançado por Marcela Tiboni, ao costurar eventos do presente com sua descoberta enquanto indivíduo que não se enquadra nos moldes sociais vigentes da década de 1990.

Não é apenas pelos vínculos biológicos que a maternidade se impõe às mulheres, o maternar⁶³ crianças que não saíram de seus úteros é uma forma de elas se identificarem como mães e que nos possibilita ampliar os debates. Essa forma de maternagem não é recente, haja vista que sempre houve crianças abandonadas e/ou entregues para avós, tias, madrinhas criarem, além das adoções, porém muito pouco se tem discutido sobre as mulheres lésbicas que adotam e/ou se reproduzem de forma voluntária com o auxílio da medicina. Com efeito, os afetos são determinantes para que as mães exerçam seus papéis e, no caso de incompatibilidade sanguínea, é por esse caminho que se estabelece a constituição materna. Tanto é que é comum que encontremos em vários canais discursivos a menção às “mães de coração” como forma de legitimar as experiências femininas nesse âmbito. Essa compreensão é pungente na autora ao nos revelar: “eu me tornava mãe pelo desejo de maternar, pela vontade de cuidar de alguém, pela ânsia de partilhar minha vida, meus conhecimentos e desconhecimentos, pelo ímpeto de ajudar a formar outro alguém” (TIBONI, 2021, p. 33).

Assim como na maioria das narrativas analisadas anteriormente, a amamentação é vista como uma forma de cuidado, não como condição *sine qua non* para validar sua condição. Por isso, quando afirma que “não buscava vínculo, porque não acreditava que meu peito era o único jeito de criar vínculo” (TIBONI, 2022, p. 69), a autora valida a maternidade daquelas que, por inúmeros motivos, não puderam/conseguiram amamentar, incluídas aí as mães biológicas. Em tempo, demonstra que dar o peito está mais próximo da necessidade e instinto de sobrevivência da criança que do estabelecimento de vínculos afetivos *per se*.

Chama-nos a atenção a forma com que o casal subverte o estado de coisas ao vivenciarem uma maternidade plena. Não se trata apenas de duas mulheres lésbicas que se uniram e adotaram uma criança; ideia comum para a constituição familiar homoafetiva.

⁶³ É importante frisar que não abordaremos, neste trabalho, o maternar de casais gays nem de pais solos, o que, evidentemente, não invalida esses papéis e a importância que possuem na vida de milhares de crianças abandonadas ou não por pessoas heterossexuais.

Contrariamente, o relato de Tiboni (2019; 2021; 2022) nos apresenta inúmeras possibilidades que sequer são difundidas. Daí a compreensão da autora de que “na confirmação de que teríamos dois filhos e que eu, mesmo sem gestar, amamentaria nossos bebês, entendemos que seríamos mães numa maternidade pouco conhecida, e nos perguntamos se a sociedade estaria preparada para conviver com ela” (TIBONI, 2021, p. 43). A possibilidade de amamentar sem gestar provavelmente é inédita em textos de cariz ficcional e/ou (auto)biográfico e expõe como a visão que possuímos sobre a maternidade é limitada e ancorada, ainda que insistamos em negar, nos pressupostos heteronormativos.

Apesar de ser considerada uma experiência repleta de privilégios, a maternidade lésbica, como todas as demais, é atravessada por ambivalências, a começar pelo processo de fecundação (TIBONI, 2021). De partida, é preciso internalizar que “um casal de mulheres dificilmente terá uma gravidez acidental: pelo contrário, cada etapa é bem planejada, determinada e datada” (TIBONI, 2019, p. 12). Por isso, raramente encontraremos na literatura representações de mulheres que, lésbicas, se tornaram mães por acaso, salvo os casos em que haja violência e/ou relacionamentos anteriores, esses sim, frequentemente visualizados na arte literária.

Embora nos ensine uma nova perspectiva para a experiência, a ativista também revela o aprendizado pelo qual passa ao nos confessar: “saio do consultório pensando que aprendemos e ensinamos na mesma medida ao longo desta gestação” (TIBONI, 2019, p. 83). Do mesmo modo que defendemos que as mulheres vão se (re)conhecendo enquanto mães durante o processo, no caso das maternidades não convencionais (até que ponto realmente não são?), acontece o mesmo. Assim, independente da forma de concepção e/ou transformação das mulheres em mães, elas só se constituem no processo que, por si só, é ininterrupto.

Essa forma de concepção apresentada por Marcela e Melanie é extremamente significativa para demonstrar como a sociedade permanece atrelada a ideologias patriarcais, pois, conforme assevera Érika Novaes (2019, p. 277) “elas geraram juntas seus filhos sem que nenhum tipo de relação de poder ou de posição social estivesse envolvido”. Isso nos alerta para a forma como a educação pautada nas relações de poder ancoradas nos papéis de gênero pode ser prejudicial para a construção da identidade adulta das crianças, uma vez que contribui para a internalização e reprodução dessas performances.

O relato da autora dá-se a partir da Fertilização *in vitro* (FIV) realizada em Melanie com seus próprios óvulos, porém há ainda a possibilidade de “inseminação cruzada”, isto é, o óvulo de uma é implantado na barriga da outra. Segundo Tiboni (2019), diversas mulheres

“optam por esse formato por sentirem que torna mais equilibrada a participação das duas na vinda do bebê: ambas ofereceriam uma contribuição direta para a vinda da criança ao mundo” (p. 94).

Por isso, “a dupla maternidade era mesmo cheia de privilégios, desde poder optar por quem engravidaria, por poder escolher, por exemplo, quem faria o estímulo ovariano e usaria os óvulos (no caso da FIV, como fizemos) e por optar pela tentativa da dupla amamentação” (TIBONI, 2022, p. 67), o que pode levar à compreensão equivocada de que é mais fácil ou menos solitária. Rapidamente, a autora emenda: “a solidão não é menor, eu não diria isso, mas ao menos ela é partilhada” (TIBONI, 2022, p. 67). De fato, haja vista que existem duas mulheres que, decididas, passam por um processo extremamente expositivo e ainda criticado por parcela significativa da sociedade, para alcançarem aquilo que o discurso heteronormativo patriarcal assevera como a essência da mulher. A maneira como a relação é exposta a terceiros é explícita e consciente, dado que não podem “engravidar na tranquilidade de um cômodo com portas fechadas” (TIBONI, 2021, p. 29).

Como nos romances analisados no capítulo anterior, o parto é um momento crucial para as mulheres, a autora, aqui, define o parto como “sinônimo de medo, pânico, dor, grito, de falta de controle. E eu, portanto, parei de relacionar a maternidade à gravidez. Desejava ser mãe, mas não queria parir, e como não pensava em adoção, até então essa matemática não fechava” (TIBONI, 2021, p. 52). No caso de Marcela, a mãe que não gestou, o parto acontece no plano simbólico. É “um choro dolorido e muito solitário, porque ninguém podia me abraçar, eu não estava ali para parir, os meus medos e dores não eram o foco de atenção de uma equipe preparada para acalmar a mãe, e, no nosso caso, a mãe que iria parir” (TIBONI, 2022, p. 156). Sua definição do parto é emocionante porque ao mesmo tempo em que demonstra novas perspectivas para a construção do ser mãe, evidencia a solidão que essas mulheres que não vivenciam a gravidez física passam: “meu parto não cresceu barriga, não teve contração, não teve azia, não teve pontos na barriga. Pari sem ninguém olhar para mim, pari sem anestesia, sem cuidados especiais, sem máquinas para medir a pressão [...] **eu pari sozinha** [...]. Ninguém nasceu de mim, mas eu nasci naquela sala” (TIBONI, 2022, p. 156-157, grifos nossos).

É, em certa medida, também no nível do simbolismo que ocorre a concepção do filho das mães Bruna – sim, as duas mulheres têm o mesmo nome – já que, durante o procedimento da FIV, o médico afirma:

Meninas, agora prestem atenção aqui. Essa é a parede do seu endométrio, Bruna, aqui seu útero. Relaxa o máximo possível. Deem as mãos, sintam o amor de vocês fluindo por toda essa sala e pensem nas melhores coisas que vocês puderem. Vou inserir um cateter por aqui e vocês verão uma luz brilhar na tela. Essa luz é o filho de vocês duas (THIMOTHEO, 2021, p. 58).

Como observado pela própria autora, a figura masculina se fez presente, mas em uma concepção distinta da ratificada pelo patriarcado. O homem, aqui, é apenas um instrumento profissional ocasional para auxiliar na gestação e não personagem indispensável, tanto é que, se fosse uma mulher, a participação se daria do mesmo modo. Mostra-se contundente para a quebra de paradigmas que o procedimento seja realizado por um homem porque, em geral, são mais intolerantes à diversidade – ainda que esse índice esteja atrelado à visualização de homens gays, enquanto duas mulheres juntas lhes provocam prazer⁶⁴.

A produção literária, concomitantemente, retrata e ressignifica o contexto social em que está inserida. A zoomorfização, recorrente nas narrativas analisadas no capítulo anterior, se fazem presentes também no gênero biografia quando Thimotheo (2021) narra seu parto: “simplesmente virei bicho para dar à luz ao meu bichinho” e “seguiu fazendo força, com os sons mais profundos das minhas entranhas ecoando pela casa. Os bichos ficaram em silêncio, como se estivessem dando licença para que eu me tornasse bicho por inteira” (p. 134). Assim como nas narrativas analisadas no capítulo 3, observamos a presença da zoomorfização das sensações parturais, contudo o tom muda. Já não é mais uma forma de referir aos bichos pejorativamente.

As dificuldades encontradas na conciliação entre maternidade e trabalho são visíveis também nessa configuração familiar, o que nos leva a deduzir tratar-se primordialmente das questões relacionadas ao preconceito de gênero e não pela maternidade isolada. Não é apenas pelo fato de serem mães que Marcela e sua esposa encontram dificuldades, mas por serem mulheres que optaram por caminhos que são interditados, isto é, a conciliação de uma vida com filhos/as e a carreira, ausentes de presença masculina. No relato de Thimotheo (2021), por sua vez, observamos que não exercer as atividades laborais a que estava acostumada antes da gestação torna “difícil equilibrar as emoções nesse sentido, para que essa não fosse [gravidez] uma angústia do começo ao fim. Uma angústia por não fazer meu próprio dinheiro para comprar as melhores coisas pro meu filho” (THIMOTHEO, 2021, p. 109). Essa

⁶⁴ Outras informações sobre o assunto podem ser encontradas em: <<https://veja.abril.com.br/saude/homofobia-o-homem-e-mais-intolerante-do-que-a-mulher/>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

impotência é também na direção de depender financeiramente da esposa, o que demonstra sua atuação preliminar e um incômodo em sentir-se um fardo para a companheira.

Noutra direção, diferentemente dos casais héteros, “estávamos mais livres para trabalhar porque sabíamos da existência uma da outra na amamentação dos nossos filhos” (TIBONI, 2022, p. 88). Essa situação nos permite conjecturar que essa relação está atrelada primordialmente à questão de gênero, porque no caso de casais heteronormativos o homem se furta da responsabilidade por questões fisiológicas. Logo, se utiliza de aspectos físicos para justificar e ampliar seu descompromisso com o cuidado com os/as filhos/as. Por outro lado, no caso da maternidade lésbica, essa situação é amenizada e possibilita que as mães, desde que ambas estejam aptas à lactação, otimizem o tempo e possam dedicar-se às suas agendas.

A despeito de haver uma maior probabilidade de divisão de trabalho, as mães duplas permanecem envoltas às demandas exaustivas de suas crianças. No caso em tela, isso é maximizado pelo fato de terem gêmeos, o que permite a noção de que “antes de eles nascerem, eu imaginava meus dias com alguma produtividade para além da maternidade, e o que vivia com a chegada deles era a lei do eterno retorno” (TIBONI, 2022, p. 31). Não apenas como resultado da orientação sexual das mães, que por excelência necessita da exclusão da figura masculina do ambiente doméstico, mas também por compreender que é necessária a redistribuição de tarefas em qualquer contexto, a relação e os desafios da maternidade se mostram menos impactantes. Em função de que em “nossa relação não tem alguém responsável da casa para fora e outra da casa para dentro” (TIBONI, 2022, p. 135) nem que as atividades domésticas sejam distribuídas por gênero – e sim por afinidades com a atividade a ser desempenhada – é que os desafios são superados.

Essas novas configurações familiares encontram muita dificuldade na documentação dos/as filhos/as, o que ilustra o quanto a sociedade permanece atrelada ao passado. Assim, “não existe um único documento a ser assinado em que esteja escrito ‘filiação’ ou ‘parentalidade’; todos estão com campus de pai e mãe ou de mãe e acompanhante” (TIBONI, 2021, p. 52). Frente a essa dificuldade, em seu perfil no Instagram⁶⁵ e juntamente com outras mães ativistas, Marcela tem se dedicado a combater a homofobia e o despreparo dos órgãos governamentais para essa configuração familiar que cada vez mais luta para sair do limbo para onde foram encerradas pelas ideologias patriarcais e religiosas.

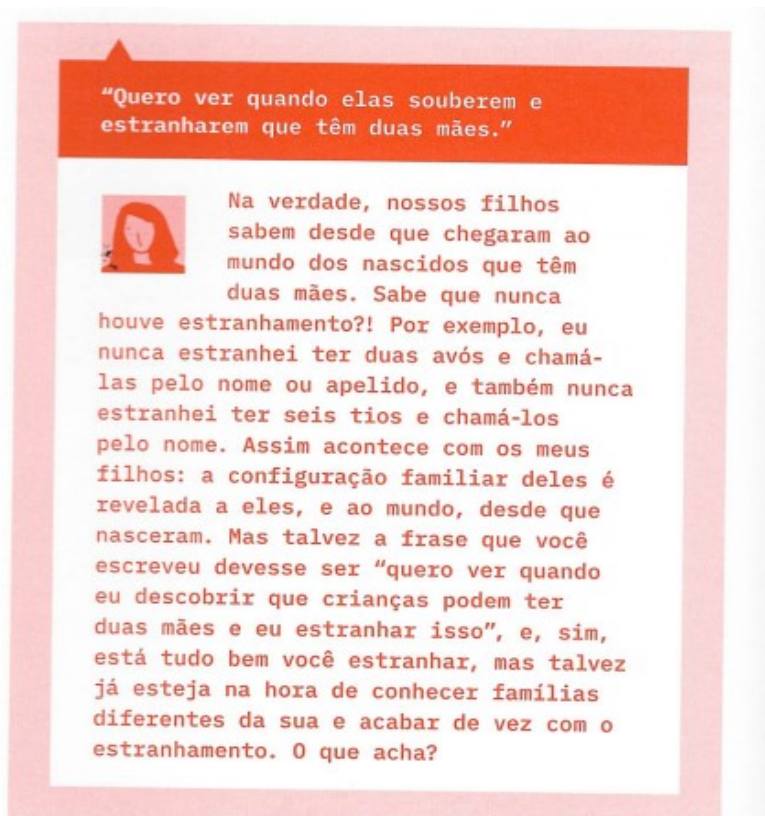
⁶⁵ Ver: @marcelatiboni – <<https://www.instagram.com/marcelatiboni/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

As dúvidas sobre qual o grau de parentesco e/ou de relação, evidentemente, são muitas para as mulheres, como podemos observar no relato de Tiboni (2019) que se posiciona: “vou ser mãe, mas não aquela que passou pela gestação, então pareço **um outro tipo de mãe**. Não vou ser pai, mas o fato de não parir a criança me aproxima mais da paternidade do que da maternidade” (p. 146, grifos nossos). É o que se confirma no relato em seu segundo livro ao sentir-se o pai de sling⁶⁶ enquanto a “mãe verdadeira” – aquela que passou pelo processo biológico da maternidade – está na academia. Salta aos olhos como há a incidência do patriarcado mesmo nessas relações, dado que aquela que não atende aos padrões femininos está inevitavelmente associada ao masculino e, portanto, à ideia de paternidade. Por isso, estar com os/as filhos/as no parque sem a presença feminina endossada pelo imaginário social faz com que Marcela esteja mais próxima da figura paterna e, em função disso, merece felicitações em uma réplica do que Leite (2019) nos ensina sobre ser necessário pouco para ser considerado um excelente pai. Portanto, “as pessoas acham que você é a mãe com bebê no sling, que não faz mais que a obrigação e ainda pode estar fazendo errado, enquanto eu sou o pai de sling, que ajudo, que você tem sorte em contar com a minha presença, que você é privilegiada” (TIBONI, 2022, p. 76).

No relato publicado em 2022, há alteração entre as memórias da autodescoberta da autora enquanto mulher lésbica – e seu desejo de ser mãe sem passar pelo processo biológico – e, como o próprio título sugere, o desmame das crianças. No plano estético, as ilustrações de Giovana Poletto – responsável pela arte nas duas obras publicadas por Tiboni – estabelecem paralelos seguindo a linha temporal proposta pela escritora ao mesmo tempo em que insere, ocasionalmente, os comentários que a família da autora recebe nas redes sociais e a forma com que essas mães se portam, revelando o aspecto didático como combatente do preconceito:

⁶⁶ Sling é um acessório, similar a uma tipoia de tecido, que possibilita que o/a responsável amarre a criança ao corpo.

IMAGEM 3 - RESPOSTA DIDÁTICA DA AUTORA AO PRECONCEITO



Fonte: TIBONI, 2022, p. 124

Noutros momentos, nas duas obras, as ilustrações do evento biografado se mostram complementares para as pretensões da autora. Isso também é visto nas transcrições dos diálogos, tanto com Melanie, quanto com os profissionais que as orientam em todas as fases da concepção, gravidez, parto e puerpério. Daí conjecturarmos que a ficcionalização se faz presente, pois, de que outro modo a autora poderia, por exemplo, reproduzir pensamentos e diálogos do período em que tinha apenas doze anos – como abaixo transcrito –, senão preenchendo os inevitáveis lapsos da memória com caracteres ficcionais?

– Ah, é mole. Deve ser roupa. Detesto ganhar roupas. Ainda mais porque devem ser rosa ou roxas, ter laços ou babados. Isso se não for um vestido ou uma saia. Já vou entregar para a minha irmã antes mesmo de abrir.

[...]

– Marcela, abre. Acho que você vai gostar!

– Ah, tá, já abro. Vou brincar e abro depois. Obrigada. (TIBONI, 2022, p. 79; 81-82).

Moraes (2021) nos ensina que a amamentação, nas artes em geral, esteve envolta em uma aura de santidade. Contemporaneamente, em função dos avanços tecnológicos e da

proporção que as redes sociais têm no imaginário coletivo, esse discurso agora se transmutou sem, contudo, deixar de atender aos interesses machistas e misóginos da sociedade. De toda forma, a experiência real mantém-se confrontando essa ideia, assim “aquela cena romantizada na penumbra do quarto, da mãe com o bebê mamando tranquilo, é raríssima. A mãe está esgotada e muitas vezes insegura, o bebê chuta, se joga para trás, morde, puxa o peito – essas cenas, sim, fazem parte do pacote diário de quem amamenta” (CARVALHO, 2019, p. 275). Nesse sentido, a foto da atriz Thayla Ayala amamentando, criticada posteriormente, pela também atriz e apresentadora Luana Piovani⁶⁷, mostra-se contundente para entendermos como essas imagens podem ratificar uma concepção inatingível da maternidade. Na imagem em questão, a atriz está segurando com uma única mão a criança recém-nascida, completamente maquiada e com a barriga sem indícios de que deu à luz há pouco tempo. Essas características, sem sombras de dúvidas, vão ao sentido contrário dos relatos de mulheres que amamentam na solidão de seus lares. A ampla divulgação e o alcance que as mídias sociais possuem são a força motora para a romantização e perpetuação de papéis maternos inalcançáveis, já que, no dia a dia, são vivenciados de forma distinta.

Se, como vimos nas representações maternas negras, há uma preocupação das mães em proteger seus filhos da violência física e as meninas dos abusos, no caso das mães lésbicas, nos parece que a estratégia de proteção aos/às filhos/as se mostra, primeiramente, na normalização da maternidade exercida, logo “quanto mais eu pudesse falar sobre a nossa maternidade, quanto mais conseguisse tornar normal nossa configuração familiar, menos atrocidades meus filhos ouviriam no futuro” (TIBONI, 2022, p. 122).

A expectativa da narradora é significativa da maneira como enxerga uma experiência planejada e compartilhada, assim se “sentia aliviada de poder viver isso tudo ao lado de outra mulher, de outra mãe, que viveria sensações e sentimentos parecidos, e provavelmente me entenderia, e eu a entenderia, e seríamos capazes de nos acolher em um momento tão vulnerável” (TIBONI, 2022, p. 33). O puerpério é um momento delicado na vida de toda mulher por ser

considerado um período cronologicamente variável, de âmbito impreciso. Tem como início o momento da cessação definitiva da atividade endócrina do ovo, ocorrido após a dequitação e a expulsão da placenta, ou em segmento da morte do ovo, indefinidamente retido. O puerpério tem seu término imprevisto, pois enquanto a mulher amamentar ela estará sofrendo modificações da gestação (lactância), não retornando seus ciclos menstruais

⁶⁷ Mais informações podem ser conferidas em: <<https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/01/22/piovani-critica-foto-de-thayla-ayala-amamentando-e-o-bico-que-racha.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

completamente à normalidade (MESTIERI; MENEGUETTE; MENEGUETTE, 2005, p. 5).

No caso da biografia em tela, pelo fato de serem duas mulheres vivenciando o fenômeno, “o puerpério duplo se torna um lugar de conforto e acolhimento e, ao mesmo tempo, uma situação de caos emocional generalizado” (TIBONI, 2022, p. 48). Fica evidenciado, portanto, que apesar de estar em um caminho extremamente movediço, o fato de estar acompanhada de outra mulher que, por excelência, também enfrentaria o puerpério, possibilita atravessar esse momento de forma mais leve. Isso, inevitavelmente, reflete-se nas produções literárias em circulação e aponta para a nossa tese de que apesar de se tratarem de mulheres que estão vivenciando a maternidade, a experiência se mostra distinta a contar da intersecção, neste caso, de orientação sexual.

Conciliar o trabalho com o cuidado dos/as filhos/as é problemático para todas as mulheres que optam pela maternidade. Apesar de em tempos passados ter sido necessário privilegiar uma das opções, hoje em dia é comum vermos mães inseridas no mercado de trabalho. É verdade que os sacrifícios dessas jornadas duplas são incomensuráveis e não deixa de imputar a elas performances idealizadas. Chama-nos a atenção a maneira desembaraçada com que as mães analisadas veem a divisão entre público e privado: “éramos excelentes profissionais, contratadas inúmeras vezes para realizar diferentes trabalhos, e entendemos que era responsabilidade também da sociedade nos auxiliar na criação de nossos filhos” (TIBONI, 2022, p. 61). Decorre certamente do pensamento não falocêntrico e da compreensão macro da sociedade, isto é, de que embora sejamos indivíduos somos vistos pela produção que fornecemos e, por isso, é preciso que a sociedade contribua para a formação dessa mão de obra. Esse posicionamento concorre e é originário do ativismo, posto que “a maternidade não nos silenciou. Ela nos potencializou a continuar sendo incríveis no que fazíamos, mas dessa vez equilibrando mais dois pratinhos nas varetas” (TIBONI, 2022, p. 61).

A ausência de outras mães vivenciando a mesma experiência é representativa do quanto esses perfis são invisibilizados pela mídia, por isso, “era curioso perceber que, mesmo sendo um casal de mulheres, tínhamos dificuldade em ter ao nosso lado outros casais de mulheres com filhos” (TIBONI, 2022, p. 102). Ora, se não há pessoas do convívio (físico e virtual) que experienciam a maternidade dupla, como poderiam sentir-se parte do mundo e livres de toda sorte de preconceitos?

Talvez possamos, erroneamente, acreditar que a maternidade vivenciada por essas mulheres seja a mesma para ambas. Até mesmo para Marcela e Melanie essa ideia precisou ser desconstruída, pois “por mais que falássemos sempre no plural – mães –, teríamos de nos

descobrir como singular, como mãe, dando a liberdade e o espaço para que cada uma cunhasse sua própria maternidade” (TIBONI, 2022, p. 173). Nessa experiência existem duas mães que poderiam se confrontar já que, sendo indivíduos, existe a possibilidade de choque de ideias ou até mesmo pelo fato de uma delas ser a responsável por levar a gravidez a termo; mas, em geral, não o fazem. Esse comportamento demonstra como estão preparadas emocionalmente para exercer esse papel.

Não é porque estamos abordando a maternidade de casais homossexuais que o plano ideal se concretizará. Não mesmo. O que ocorre é uma recorrência de sentimentos que têm pouca ligação com a orientação sexual da gestante, isto é, a “angústia por ter perdido minha autonomia, individualidade, independência” (THIMOTHEO, 2021, p. 110) em geral é compartilhada por todas as mulheres. Isso não quer dizer, por exemplo, que as preocupações decorrentes das intersecções a que estão expostas não contribuam ou potencializem determinadas sensações.

Ciente de que não terá “uma maternidade incólume, sem homofobia e preconceitos escancarados” (TIBONI, 2022, p. 209), à autora só resta lutar contra o preconceito. Nessa jornada, sua “maternidade é diariamente invalidada por tantos e tantas, eu não posso simplesmente SER mãe. Tenho sempre que EXPLICAR minha maternidade, dar validade e rótulos a ela” (TIBONI, 2022, p. 234). Situação ilustrativa dessa percepção pode ser vista no relato de Bruna Thimotheo durante um passeio em família no parque em que um antigo amigo de sua esposa se aproxima e as questionam sobre o processo gestacional e conclui: “ah, então não é seu filho” (THIMOTHEO, 2021, p. 123).

Diante de um casal heteronormativo com crianças raramente questões que envolvem a concepção seriam feitas porque ninguém transforma a mulher “em um objeto de observação científica, tais como animais no zoológico, com a certeza de que tem o total direito de qualquer coisa sobre ela [...] afinal, fertilização não é exclusividade de mulher lésbica” (THIMOTHEO, 2021, p. 123). Nessa direção, acreditamos ser necessário abordar com maior naturalidade as diferentes maneiras de se engravidar na tentativa, também, de afastar a ideia equivocada de que mecanismos tecnológicos estão a serviço principalmente de pessoas do mesmo sexo, o que pode levar à conclusão errônea de que, por não ser natural e frequentemente utilizadas por casais homoafetivos, é sinônimo de subversão e confrontação de dogmas religiosos, por exemplo.

Torna-se imperativo normalizar as novas configurações parentais, sob o risco de mantermo-nos excluindo pessoas que não se encaixam em um padrão que pouco atente à

pluralidade humana e as relações interpessoais. Por isso, a fim de sistematizarmos a comprovação de nossa tese, apresentamos a seguir o quadro 1, no qual explicitamos os principais pontos que a teoria interseccional nos permitiu observar em nossos *corpora* em cada segmento por nós elencados e que possibilita que ampliemos a compreensão do fenômeno investigado ao longo dessas laudas:

QUADRO 01: SÍNTESE DAS IDENTIDADES MATEERNAS NOS *CORPORA* ANALISADOS

Segmento	<i>Obra analisada</i>	Principais características
Maternidade branca	<i>Você nunca mais vai ficar sozinha</i> (2020), de Tati Bernardi	Predomínio das ambivalências desde a gestação; Revisita a relação com a mãe; Por meio do humor discute assuntos até então não abordados;
	<i>Véspera</i> (2021), de Carla Madeira	Abordagem das ambivalências; Confronto entre as ideias de mulher e maternidade contemporâneas com as do século XX por meio de Vedina e Custódia, respectivamente;
Maternidade negra	<i>Cadernos Negros</i> (2019), volume 42, diversas autoras	Abordagem de questões que envolvem o corpo negro; Violências simbólicas e físicas; Ambivalências nas práticas de maternagens; Memória.
	<i>A filha primitiva</i> (2022), de Vanessa Passos.	Ambivalências nas práticas de maternagens; Racismo; Relação conflituosa com a mãe; Ausência de figura masculina que auxilie nos cuidados parentais; Escrita enquanto processo de subjetivação; Preocupações com questões práticas para subsistência da filha;
	<i>Como se fosse um monstro</i> (2023), de Fabiane Guimarães	Racismo; Indiferença à experiência biológica da maternidade; Violências simbólicas e físicas;

		<p>Aborto;</p> <p>Preocupações com questões práticas para subsistência da filha, da própria mãe da protagonista e de suas irmãs;</p>
Maternidade indígena	<p><i>Coração na aldeia, pés no mundo</i> (2018), de Auritha Tabajara</p>	<p>Intercâmbio cultural;</p> <p>Ancestralidade;</p> <p>Lesbianismo;</p> <p>Escrita autobiográfica;</p> <p>Violências simbólicas.</p>
	<p><i>Metade cara, metade máscara</i> (2018), de Eliane Potiguara</p>	<p>Ancestralidade;</p> <p>Escrita autobiográfica;</p> <p>Violências físicas e simbólicas;</p> <p>Natureza e relação com a maternidade;</p> <p>Colonização.</p>
Maternidade lésbica	<p>“Isaltina Campo Belo”, in: <i>Insubmissas lágrimas de mulheres</i> (2011), de Conceição Evaristo</p>	<p>Violências físicas e simbólicas;</p> <p>Estupro;</p> <p>Relacionamento heteronormativo progresso para exercício da maternidade lésbica;</p> <p>Homofobia.</p>
	<p><i>Labo B</i> (2006), de Lúcia Facco</p>	<p>Relacionamento heteronormativo progresso para exercício da maternidade lésbica;</p> <p>Relação com a mãe.</p>
	<p><i>Mama: um relato de maternidade homoafetiva</i> (2019) e <i>Desmama: memórias de uma mãe com outra mãe</i> (2022), ambos de Marcela Tiboni</p>	<p>Escrita autobiográfica;</p> <p>Violências físicas e simbólicas;</p> <p>Dificuldades legais;</p> <p>Homofobia;</p> <p>Memórias;</p> <p>Ausência de representação em várias frentes da arte escrita;</p> <p>Ausência da figura masculina, tanto no processo de concepção quanto no exercício da maternidade.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Pelo exposto acima, podemos depreender que para as mulheres representadas nos *corpora* selecionados suas práticas de maternagens e relação com o aspecto biológico da

maternidade (nos casos em que existem) estão condicionados pelo local em que estão inseridas e pelos atravessamentos raciais, sociais e de orientação sexual. A contar da relação e/ou prevalência de cada um deles na identidade das personagens em tela fica nítido como alguns pontos se sobrepõem e revelam as urgências de cada grupo, daí a iminência de se ressignificar a experiência pela teoria interseccional; pois, do contrário, certamente estaremos aumentando os fardos que muitas dessas mulheres carregam posto que cobramos de cada uma delas uma performance pré-estabelecida e unívoca.

PALAVRAS EM ABERTO

Todas as mães são mulheres, mas nem todas as mulheres são/desejam ser mães. Enquanto esse entendimento não for compartilhado e descriminalizado, as mulheres permanecerão sob o jugo de uma sociedade que lhes cobra uma experiência materna santificada e afastada de questionamentos legítimos de quem a vivencia. Mas de que modo a literatura poderá mudar esse estado de coisas? Ora, sendo ela capaz de “desenvolve[r] em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (CANDIDO, 1989, p. 117), ela permite que possamos ressignificar situações cristalizadas socialmente. Portanto, compreendemos a literatura como mecanismo de (re)existência e difusão de novas perspectivas para o viver em sociedade. Nessa esteira, é imprescindível que ouçamos o que as próprias escritoras têm a dizer já “que, por vezes, [a mulher] quer ser reconhecida como indivíduo que pensa, mais do que gesta” (SANTOS, 2011, p. 181).

É nessa direção que os resultados da pesquisa coordenada por Zolin (2021) apontam, já que dentre as 353 personagens femininas, apenas 77 possuem filhos/as, o que parece sinalizar a preocupação das escritoras dos *corpora* com outros aspectos da vida que não a maternidade, como outrora as mulheres eram induzidas a pensar, ainda mais se levarmos em consideração que mesmo sendo mães, 80% delas circulam na rua com frequência. No entanto, os perfis maternos permanecem ancorados em uma perspectiva falocêntrica, uma vez que a maternidade é vivenciada, prioritariamente, por mulheres brancas e heterossexuais. Desse modo, podemos inferir que o estado de coisas, no que diz respeito às maternidades, tem sido gradativamente modificado a partir da inserção e permanência das mulheres no mundo das letras – ainda que por vias menos privilegiadas pela crítica literária especializada, como é o caso das pequenas editoras que versam sobre assuntos específicos, como o dos grupos negros, indígenas e lésbicos.

Como debatemos no início do capítulo II, as menções às características físicas e a reiteração de suas branquitudes são escassas nos romances ali arrolados. Em grande medida deve-se ao fato de não ser necessário demarcar explicitamente um local de fala, até mesmo porque, como sabemos, historicamente, o campo literário foi composto majoritariamente por pessoas brancas e letradas, como as autoras analisadas. Ainda que as mulheres tenham sido afastadas desse cenário por força do patriarcado, aquelas que conseguiram se inserir e permanecer nessa seara são, em sua maioria, brancas (DALCASTAGNÈ 2005; ZOLIN,

2021). Nesse contexto, alguns pontos podem ser sintetizados e nos levam a questionamentos quando pensamos na pluralidade da mulher brasileira.

No caso do romance *Você nunca mais vai ficar sozinha*, de Tati Bernardi, observamos como as preocupações da narradora estão relacionadas visceralmente às ambivalências da maternidade a partir de sua gestação em curso. Para Karine, sua condição atual funciona como um mecanismo que lhe possibilita revisitar a relação com a mãe dominadora ao mesmo tempo em que busca projetar sua própria experiência enquanto mulher que está se tornando mãe por meio de um tom bem humorado, o que torna o assunto – ainda delicado – palatável aos/às leitores/as. Dessa maneira, é pertinente ressaltar que “dizer que a gestação não cria uma mãe não implica dizer que tal experiência lhe seria indiferente” (IACONELLI, 2015, p. 79), mas que esse estágio contribui para o seu desenvolvimento enquanto mãe. Ao final do romance, o/a leitor/a se depara com uma mulher tornando-se mãe e expondo todas as suas angústias sem maiores receios de como a sociedade vai reagir ao dizer que ainda não é capaz de amar a vida que se faz em seu corpo.

Já em *Véspera*, de Carla Madeira, as identidades maternas são apresentadas de formas contrapostas e possibilita que confrontemos dois extremos em termos de abnegação. Em Vedina observamos a preocupação da mulher antes da mãe, porém esse desejo (consciente ou não) é constantemente solapado pela culpa de ter abandonado o filho em uma avenida movimentada em um momento de desespero e pelo fato de não conseguir encontrá-lo mais, após sentir-se arrependida pelo ato. Ao agir dessa maneira, Vedina põe em prática o pensamento que, não raras vezes, passou na cabeça de muitas mães que se encontram sufocadas por uma vida desregulada. Custódia, por sua vez, é uma mulher em que o ideal de identidade materna se sobrepõe à sua subjetividade, sobretudo pelas desavenças com o marido, provocada pelos não ditos que os envolvem. Afeita a questões religiosas, a personagem se refugia no cuidado superprotetor dos filhos para, quem sabe, não despertar a ira de Deus pelo comportamento provocador do marido em tê-los registrado com os nomes de Caim e Abel. Pouco a pouco e à custa de muito sofrimento, a personagem consegue ver que não seguir as determinações religiosas em nada modifica o caráter dos filhos, seu grande receio.

Pudemos observar que as questões que elencamos para análise ao longo desta tese de doutoramento, isto é, aquelas que envolvem orientação sexual, raça e classe social, não compõem o rol de interesses das personagens. Reiteramos que não encontrar menções acerca dessas temáticas nos *corpora* não significa que elas não sejam importantes ou que não

apareçam em outras obras de escritoras brancas e letradas, mas antes, evidenciam que essas mulheres – dadas as condições de onde e como se expressam – buscam se autoafirmar e desenvolver suas subjetividades. Dito de outra forma, inseridas em um ambiente propício e sem a necessidade de enfrentar outras problemáticas, como o sustento dos/as filhos/as e o racismo, essas mães conseguem refletir sobre sua condição.

Apesar de integrar a literatura desde o início, a mulher negra sempre foi retratada como estéril e como símbolo do prazer, o que pode indicar a negação à afrodescendência brasileira (DUARTE, 2009). Também Evaristo (2009) denuncia que essa imagem sempre esteve “presa ao imaginário da mãe-preta, aquela que cuida dos filhos dos brancos em detrimento dos seus” (p. 24). A erotização do corpo feminino, na condição de mulata, é extramente significativa, já que remete à mula, um animal estéril, filha do cavalo e do jumento, que serve para “carregar” os outros, como as mulheres negras escravizadas que serviam como mecanismo para enriquecer mais aos seus senhores a partir da quantidade de filhos/as que tinham. Se hoje essas imagens começam a se modificar com publicações que contestam essa representação, ainda podemos observar como algumas imagens são fortes e denunciam a representação de outros momentos históricos, como a exposta por Evaristo.

Com efeito, é improdutivo, do ponto de vista literário, iluminarmos as obras que versam sobre a temática se desconsiderarmos o passado escravocrata (DAVIS, 2016), porque mesmo que tenhamos avançado no combate ao racismo e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária muitos são os discursos que inferiorizam essa parcela de brasileiros/as e estão mascarados na falácia da democracia racial. Aí se escondem os perfis maternos negros, cada vez mais atrelados à necessidade premente de manter os/as filhos/as com responsabilidades na esfera prática e também emocional e psicológica, já que são vítimas constantes do racismo e de abusos sexuais.

Diferentemente da literatura canônica, nas representações maternas negras por nós analisadas no terceiro capítulo desta tese não se ancoram única e exclusivamente nas imagens de opressão elencadas por Collins (2019), apesar de haver caracteres que permitam certas aproximações. Noutra direção, as mães aqui estudadas são representativas daquelas vozes que se erguem para desconstruir estereótipos que as coloquem à margem, até mesmo porque todas as autoras dos textos aqui analisados são mulheres letradas. É notória como a constituição familiar na maternidade, muitas vezes, se modifica e contrasta com a proposta freudiana na qual o pai é o centro das relações. No caso da família brasileira, sobretudo naquelas pobres e marginalizadas, não encontramos a figura masculina quiçá tê-lo como detentor do poder.

Quando estão presentes, agem pelas balizas da violência física e psíquica (CASTRO; LEAL, 2022). Tomando por base os contos selecionados dos *Cadernos Negros* do ano de 2019, podemos conjecturar que a maternidade para as personagens analisadas está relacionada à manutenção das memórias e à luta incessante contra o racismo ao mesmo tempo em que buscam se autoafirmar enquanto mulheres que vivem (ou não) suas maternidades como um papel social e não como condição *sine qua non* para suas existências.

Mais subalternizadas que os homens em função da intersecção com o gênero, as mulheres dos romances estudados no capítulo três sofrem com as violências físicas e psíquicas ao mesmo tempo em que precisam lidar com uma estrutura social que as rotula como Outro. No romance *A filha primitiva*, de Vanessa Passos, nos deparamos com uma heroína que embora inserida em um ambiente opressor e racista encontra na escrita seu mecanismo de subjetivação e assim consegue se (re)inserir no mundo. É na experiência da maternidade que a escrita de fato se concretiza, pois “a chegada da menina me engravidou de novas palavras” (PASSOS, 2022, p. 71) já que “vinha desde a escola tentando escrever este livro. Depois do parto, revisei meus cadernos e a história não era mais a mesma” (PASSOS, 2022, p. 71), o que nos sinaliza que a maternidade modifica a percepção do mundo das envolvidas.

Em síntese, parece-nos que as ações das mães negras a partir da intersecção de classe, orientação sexual e raça gravitam no campo da (re)existência, sendo a preocupação com as coisas práticas da vida o *modus operandi* para suas atuações. Não que elas não tenham preocupações e/ou reflitam sobre as ambivalências da maternidade. Acontece que, se, como Virgínia Woolf (2014) vaticinou é preciso “ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção” (p. 12), no desdobramento do papel materno é principalmente nas mães solas e em situação de vulnerabilidade que as condições sociais e financeiras são determinantes para suas experiências e na própria relação que desenvolvem com seus/suas filhos/as. Queremos dizer com isso que suas preocupações são tão pungentes nesse aspecto que os comportamentos que apresentam são distintos do solidificado pelo patriarcado, isto é, de abnegação e vida em função dos/as filhos/as, em uma aura de santidade e realização. Em certa medida, isso até acontece se tomarmos por base que em grande parte essa ausência do lar em razão do trabalho está atrelada à necessidade de subsistência da família que geralmente está sob suas responsabilidades. Todavia, os aspectos raciais são determinantes e mostram como as preocupações se mostram distintas entre homens e mulheres (BAIA, 2021) porque estão relacionadas também com o corpóreo.

Abordar a maternidade negra invariavelmente passa pela maneira com que os direitos reprodutivos foram/são vistos já que também se relacionam com o passado escravocrata (DAVIS, 2016). Daí ser perceptível, a contar pelos textos analisados, que há a prevalência de zoomorfização das personagens, sobretudo na descrição do parto. Essa estratégia possibilita que se afastem ideias romantizadas e dóceis de uma experiência física e por isso dolorosa ao mesmo tempo em que recupera a condição primeira do ser humano: a de animal.

Em se tratando do romance *Como se fosse um monstro*, de Fabiane Guimarães, no limite, podemos inferir que a narrativa, simultaneamente problematiza a ideia romantizada da maternidade e expõe como a população negra ainda se mantém agrilhoadada a uma noção escravocrata. Encarar a maternidade como um trabalho além de retomar a função da mulher negra do Brasil colônia permite ressignificar como as mulheres, contemporaneamente, têm visto a experiência e como, de forma indireta (ou não), são vistas pela sociedade: como mulheres que devem se reproduzir, independentemente de suas vontades. Dessa forma, diferentemente do que discute Donath (2017), não é o arrependimento que está em baila, mas algo mais profundo e incômodo: o desinteresse. Um sentimento que, inviabilizado pelos discursos hegemônicos que utilizam o fenômeno para manter as mães encerradas nas práticas de maternagens, começa a vir à tona e provocar reflexões sobre como o corpo das mulheres é outremizado mascarado de benção feminina.

Podemos especular que estamos em um momento em que a maternidade começa ultrapassar pensamentos dominantes da elite branca por termos autoras como Conceição Evaristo e, mais recentemente, Vanessa Passos e Fabiane Guimarães, que lançam luzes sobre essas performances femininas. Entretanto, o caminho é muito longo, não só para se desmistificar a maternidade negra afastando-a das características das mulheres brancas, mas também para começarmos a debater sobre outros perfis maternos. Em grande parte, percebemos que há uma tentativa de enfraquecimento e apagamento, própria da colonização e da escravidão, no que diz respeito à força da ancestralidade e da participação da mulher negra no espaço público. Isso acontece porque o ocidente, ancorado em dogmas religiosos, principalmente, sentia necessidade da figura feminina fragilizada e necessitada da proteção do homem. Portanto, seria inviável que a população dominada mantivesse sua *práxis*, o que, pela própria potência da dominação e de outros discursos – como aqueles em que a religiosidade africana era associada ao culto ao demônio –, foram agastados.

Muito provavelmente, dentre os grupos por nós elencados para análise e reflexões nesta tese de doutorado, a maternidade indígena é a que menos (até o momento em que

redigimos estas laudas) dispõe de material literário para investigação. Contudo, isso não quer dizer que sua existência seja pobre ou menor que as demais, contrariamente isso é reflexo e ação do campo literário nos termos de Bourdieu (1996).

A ausência e/ou dificuldade em encontrar obras de autores e autoras indígenas deveria inexistir, haja vista que são eles/elas os donos de uma terra violentada em várias esferas. No entanto, em parte pela violência colonizadora isso não acontece. Por outro lado, recentemente o cenário tem sido alterado impulsionado pelas editoras específicas que se ocupam desse segmento e por incentivos financeiros do Estado brasileiro que busca, também por meio de leis – como a Lei nº. 11.645/2008 –, amenizar os estragos na cultura indígena.

No cordel *Coração na aldeia, pés no mundo*, de Auritha Tabajara, pudemos observar como o texto se mostra potente para rebater os essencialismos relacionados à maternidade, já que a protagonista transita entre atitudes convencionais para seu povo e também para os indivíduos da cidade, e aquelas mais calcadas na individualidade feminina, como o próprio título denuncia. Ora, o rompimento com a tradição expresso no gesto de ir para cidade e na performance da protagonista permite que conjecturemos tratar-se de uma ideia de maternidade atualizada também para as indígenas já que abrem mão do convívio com as filhas – não sem pena, é verdade – para buscar vivenciar suas vontades mais íntimas. Daí podermos especular que a personagem indígena, para além da tradição de seu povo, esteja acompanhando o espírito de época que confronta todos os essencialismos atribuídos às mulheres, para afirmar sua autonomia como seres subjetivados. Isso quer dizer que também na seara literária indígena – desconsiderada a ideia de mãe natureza – os discursos têm sido ressignificados justamente porque o conceito de aldeia como estereotípia de atraso não cabe mais nas discussões sociais.

Por outro lado, é impossível desvincular totalmente a relação que os povos aborígenes têm com a terra e que, inevitavelmente, perpassa as práticas das mães (des)aldeadas. Agir de outro modo faria com que nossas reflexões ficassem incompletas ao não considerar a ancestralidade e o poder que a natureza possui para os/as indígenas. A partir dos poemas analisados e que fazem parte da obra *Metade cara, metade máscara*, de Eliane Potiguara, podemos depreender que a literatura funciona como mecanismo de (re)existência para esses grupos na medida em que podem dar continuidade às suas tradições, em que a maternidade desempenha papel fundamental já que são as “mulheres indígenas [quem] produzem as sementes, o futuro da geração de homens e mulheres, que vão continuar a luta” (DA CRUZ, 2020, p. 51).

Na sequência de nossa investigação das representações maternas na literatura contemporânea escrita por mulheres, pudemos observar que, diferente dos relatos heterossexuais em que a chegada dos/as filhos/as parece ser a morte dos pais, como pontuou Badinter (1985), ao se basear na teoria hegeliana, nos casamentos lésbicos há mais compreensão e diálogo porque as tarefas são compartilhadas e não estipuladas pelos papéis de gênero forjados nas malhas do patriarcado.

Todavia, é significativa a pouca expressividade que as narrativas que envolvem a temática possuem. Ora, sendo o relato da experiência materna para as lésbicas a mais leve entre as por nós investigadas – se pensarmos nas dificuldades que a maioria das mulheres que optam por ser mães encontram –, é possível especularmos que, além da dificuldade dessas mulheres se inserir e manter no mercado editorial, haja também o cerceamento decorrente da homofobia, já que confronta os ideais maternos que ratificam a ideia de que a mulher só pode alcançar sua plenitude no exercício da maternidade, vivenciando as dores e as delícias que a caracteriza pela perspectiva patriarcal.

Por outro lado, talvez a pouca incidência de narrativas ficcionais envolvendo a maternidade lésbica sem a presença de figura masculina antes, durante ou depois da gestação, ainda esteja atrelada a uma necessidade primeira de gritar: estamos aqui, existimos! Não que a literatura ficcional não possibilite essa libertação, mas talvez se sobreponha o desejo de se assumir sem para tanto ser preciso se utilizar de artifícios que dissolvam o discurso. Com isso, conjecturamos tratar-se do anseio de, ao mesmo tempo em que se revela existente neste mundo, ajudar outras mães lésbicas que não encontram orientação para alcançar o objetivo de construir uma família, como no caso das Brunas, autora de *Eu Ventre Vosso*, que se reconhecem e buscam auxílio na trajetória de Marcela Tiboni e Melanie.

Nas (auto)biografias por nós analisadas fica evidente como há uma preocupação constante da mãe que gestou a criança – no sentido fisiológico – em incluir e fazer com que sua parceira sinta-se parte do processo, de modo a compartilhar todas as transformações existentes. Na prática, talvez haja diferenças na experiência, entretanto, elas são amenizadas pelo mais importante: o desejo de vivenciar aquela situação e o amor. As obras infantis e juvenis, como bem pontua a autora, são mais fáceis de encontrar e se mostram uma ferramenta potente no combate à homofobia, contudo, pairam no ar as dúvidas quanto à real inserção e aproveitamento desses materiais na educação básica – o primeiro espaço público formador das crianças. De todo modo, se nos desenhos animados o número de personagens não heterossexuais é escasso (TIBONI, 2021) o mesmo não se pode dizer dos livros

destinados às crianças, já que as novas composições familiares (não apenas a lésbica) se encontram representadas nesse campo da arte e contribuem para a naturalização de outras relações parentais.

O contato entre a mulher e sua mãe é extremamente importante para que aquela, ao desempenhar sua maternidade, replique sua experiência. Todavia, manter essa relação como única para determinar comportamentos e performances maternas é simplista demais e contradiz tudo o que discurremos nestas laudas. Portanto, é evidente que a mãe “vai buscar seus referenciais em seus primeiros modelos identificatórios, por meio dos quais retoma a figura de sua própria mãe, podendo reeditar, assim, a filha que foi e a mãe que teve, dialogando entre feminilidade e maternidade” (EMIDIO, 2011, p. 162), mas não apenas. É por meio do contato com os/as filhos/as e do cronotopo tempo e espaço que essas mulheres vão exercer a maternidade. Aí, provavelmente, se localizam os referenciais maternos que tiveram no passado, o que pode projetar, tanto para a adoção quanto para a recusa – outros sentimentos que nascem com a maternidade.

Como mencionamos em outros momentos, não pretendemos esgotar as possibilidades quanto a uma experiência tão ampla e mutável como é a maternidade e seus desdobramentos. Esperamos, com essa gestação que agora chega ao final e com o nascimento de uma perspectiva plural de maternidade, iluminar o modo com que esses papéis têm sido representados na literatura de autoria feminina contemporânea na ânsia de provocar modificações na compreensão atual que coloca as mulheres como reféns de uma experiência que deveria ser (não) vivenciada por opção, não por imposição como as ideologias essencialistas asseveram.

Por isso, nossa hipótese inicial de que a maternidade se apresenta de forma distinta para as mulheres, a partir da intersecção de classe, orientação sexual e raça, se mostrou comprovada, na medida em que pudemos observar, pelas representações literárias arroladas e analisadas, que a contar de seu local fala, alguns aspectos são mais ou menos pungentes em suas performances. Ademais, comprova-se também que, além das intersecções abordadas, as mulheres podem encarar a maternidade de diferentes formas dentro de um mesmo grupo, como as mulheres brancas, de classe média-alta, por exemplo; já que, como chamamos atenção no início de nossas reflexões, os indivíduos não obedecem necessariamente aos mesmos padrões e/ou valores. Todas as personagens investigadas, com maior ou menor destaque, apontam para sentimentos maternos que põem em xeque a maneira convencional que a maternidade tem sido representada, sobretudo, na literatura canônica, porquanto

considere, além dos atravessamentos interseccionais que mencionamos nestas laudas, o cronotopo tempo e espaço em que essas mulheres estão inseridas. O que significa dizer, portanto, que as representações que aqui buscamos debater não são estanques e imutáveis, pelo contrário, sofrerão com o passar do tempo e com as muitas conquistas femininas que certamente ainda estão por vir, a fim de que a equidade de direitos na vivência (ou não) da maternidade seja respeitada em sua pluralidade. A fim de mudar esse estado de coisas, a literatura se mostra como mecanismo de (re)existência para aquelas que, cada vez mais, se levantam em busca do atendimento às suas agendas, estejam elas incluídas pela maternidade ou não. Afinal de contas, elas talvez possam ou queiram ser mães, mas serão sempre mulheres.

REFERÊNCIAS

Teóricas

AFRICAN ARTE LISBOA, **A expressividade da maternidade africana**. 2023. Disponível em: <<https://malaposta.pt/exposicoes/a-expressividade-da-maternidade-africana/>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais coordenada por Djamilia Ribeiro. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ANDERSON, Kim. “Giving life to the people: an indigenous ideology of motherhood”. In: O’REILLY, Andrea (org.). **Maternal theory: essential readings**. Toronto: Demeter Press, 2007. p. 761-781.

ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Dicionário teológico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1998.

ÁVILA, Maria Betânia. “Modernidade e cidadania reprodutiva”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 163-176.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elizabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Tradução de Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BAIA, Luara Paula Vieira. **Maternidade tem cor?: narrativas de mulheres negras sobre maternidade**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

BAYLEI, Cristina Ferreira-Pinto. “Uma Nova Iracema: A voz da mulher indígena na obra de Eliane Potiguara”. **Revista Iberoamericana**, vol. LXXVI, n. 230, Enero – Marzo. 2010, p. 201-215.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**, volume 1. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**, volume 2. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BÍBLIA. Português. **Velho Testamento e Novo Testamento**. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1998.

BOCCHI, Aline Fernandes de Azevedo. Da senzala ao cárcere: corpo e maternidade às margens da história. **Fragmentum**, [S. l.], n. 54, p. 135–157, 2022. DOI:

10.5902/2179219438824. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/38824>>. Acesso em: 3 ago. 2023.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: Conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAH, Avtah; PHOENIX, Ann. “Não sou uma mulher? Revisitando a Interseccionalidade”. Tradução de Cláudia Santos Mayer & Matias Corbett Garcez. In: BRANDÃO, Izabel *et al.* **Traduções da cultural: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: Edufal; Editora da UFSC, 2017, p. 661-684.

BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em 14 jul. 2023.

BUSIN, Valéria Melki. Religião, sexualidades e gênero. **Revista de Estudos da Religião (REVER)**. v. 11, n. 1, p. 105-124. 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5175238>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMPOS, Haroldo de. “Por uma poética sincrônica”. In: CAMPO, Haroldo de. **A arte no horizonte do provável e outros ensaios**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969. p. 205-212.

CANDIDO, Antonio. **Direitos humanos e literatura**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023a.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023b.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Kely. “Amamentar não é só alimentar o bebê, é compartilhar cuidado”. In: TIBONI, Marcela. **Mama: um relato de maternidade homoafetiva**. Ilustrações de Giovanna Poletto. São Paulo: Dita Livros, 2019. p. 273-275.

CASTRO, Mary Garcia; LEAL, Fernanda. Contos, Cantos e Desencantos sobre a Maternidade em Romancistas do Brasil e da África. **Revista Z Cultural**. Rio de Janeiro, v. XVII, n. p., 2022. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/contos-cantos-e->

desencantos-sobre-a-maternidade-em-romancistas-do-brasil-e-da-africa/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Tradução de Vera da Costa e Silva [et. al.]. 27. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2002.

COLLIN, Françoise. **Praxis de la diferencia**: liberación y libertad. (edição Marta Segarra). Barcelona: Icaria, 2006.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. “Resumo gráfico das principais ideias e conceitos do Relatório ‘As Mulheres Indígenas e seus Direitos Humanos nas Américas’ (2017), da **Comissão Interamericana de Direitos Humanos**”. 2017. Disponível em: < <http://cidh.org/MulheresIndigenas/Brochure-MujeresIndigenas-pt.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

CORDEIRO, Mariana Sbaraini. A maternidade silenciada. **Revista Interfaces**. Guarapuava, v. 12, n. 1, p. 271-279. 2021. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6824/4731>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CURIEL, Ochy. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA. Entrevista concedida a Analba Brazão Teixeira, Ariana Mara da Silva e Ângela Figueiredo. **Cadernos de gênero e diversidade**, v. 3, n. 4, dez. 2017, p. 106-120. Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24674>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

DA CRUZ, Fabiane Medina. “Feminismo indígena ou Nhandutí Guasu Kunhã: a rede de mulheres indígenas pelos direitos ancestrais e reconhecimento ético”. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: autoria, autonomia, ativismo. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 41-60.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9077>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

DALCASTAGNÈ, Regina. Imagens da mulher na narrativa brasileira. **O eixo e a roda**. Belo Horizonte, v. 15, p. 127-135. 2007. Disponível em <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3267/3201>. Acesso em: 22 jun. 2023.

DALCASTAGNÈ, Regina. Quando o preconceito se faz silêncio: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. **Revista Gragoatá**, Niterói, v. 13, n. 24, p. 203-219, 1º semestre. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33169>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

DAMASCENO, Tatiana Maria. **Nas águas de Iemanjá**: um estudo das práticas performativas no candomblé e na festa à beira-mar. 2015. 235 f. Tese (Doutorado). Centro de Letras e Artes – CLA, Programa de Pós-Graduação Em Artes Cênicas – PPGAC, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11185/TESE%20-%20TATIANA%20DAMASCENO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS-FLOYD, R. The technocratic, humanistic, and holistic paradigms os childbirth. *Internacional Journal of Gynecology & Obstetrics*, Official publication od The **International Federation of Gynecology and Obstetrics** – FIGO, v. 75, p. 5-23, 2001. Disponível em: <https://bhpelopartonormal.pbh.gov.br/estudos_cientificos/arquivos/the_technocratic_humanistic_and_holistic_paradigms_of_childbirth.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.

DEL PRIORE, Mary. **A maternidade da mulher negra no período colonial brasileiro**. Estudos CEDHAL n.º. 04. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DONATH, Orna. **Mães arrependidas**: uma outra visão da maternidade. Tradução de Marina Vargas. 1a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DORRICO, Julie. “No fluido trânsito da educação: poesia e outros gêneros na letra de Márcia Wayna Kambeba”. In: KAMBEBA, Márcia Wayna. **Saberes da floresta**. São Paulo: Jandaíra, 2020, p. 13-14.

DREHER, Andressa. “Maternidade indígena. Como as indígenas vivenciam o parto, a amamentação e a criação dos filhos”. **Revista AzMina**. 2016 – Atualizado em 28 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/maternidade-indigena/>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

DUARTE, Eduardo de Assis. “Mulheres marcadas: literatura, gênero e etnicidade”. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**. v. 17-A, p. 6-18. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol17A/TRvol17Aa.pdf>. Acesso em 17 fev. 2023.

EMIDIO, Thassia Souza. **Diálogos entre feminilidade e maternidade**: um estudo sob o olhar da mitologia e da psicanálise. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afrobrasilidade. **Scripta**. Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>>. Acesso em 30 nov. 2022.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Tradução de Waldéa Barcellos. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

FACCO, Lúcia. **As heroínas saem do armário**: literatura lésbica contemporânea. São Paulo: GLS, 2004.

FACCO, Lúcia. **Era uma vez um casal diferente**: a temática homossexual na educação literária infanto-juvenil. São Paulo: Summus, 2009.

FERRAZ, Salma. “Maria Magdalena: a antiodisseia da discípula amada”. In: FERRAZ, Salma. **Maria Madalena**: das páginas da Bíblia para a ficção (textos críticos). Maringá: Eduem, 2011. p. 19-43.

FERNANDES, Nathalia. **Feminismo materno**: o que a profissional descobriu ao se tornar mãe. São Paulo: Pólen, 2019.

FILHO, Joel Vieira da Silva; MEDEIROS, Ana Clara Magalhães de. “O gênero autobiográfico na literatura de cordel de Auritha Tabajara: vozes ancestrais, vozes femininas em *Coração na aldeia, pés no mundo*”. **Cerrados Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura**. Ano 30, n. 55, p. 243-272. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/issue/view/2041/576>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

FONSECA, Nazareth Soares. “*Cadernos negros*: sobre a história da coleção”. **Afro-Hispanic Review**, v. 29, n. 2, The African Diaspora In Brazil (FALL 2010), p. 55-64. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41349340#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FORNA, Aminatta. **Mães de todos os mitos**: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

GUIMARÃES, Fabiane. Fabiane Guimarães lança livro que narra drama sobre barriga de aluguel. Entrevista concedida a Gabriel Lima. **Revista Metrôpoles**. 2023. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/entretenimento/literatura/fabiane-guimaraes-lanca-livro-que-narra-drama-sobre-barriga-de-aluguel>>. Acesso em 14 mar. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONZALES, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 237-256.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GREEN, Joyce. **Makin space for Indigenous Feminism**. Winnipeg: Fernwood Publishing, Zed Books, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HILFERDING, Margareth; PINHEIRO, Teresa; VIANNA, Helena Besserman. **As bases do amor materno**. Tradução de Teresa Pinheiro. São Paulo: Escuta, 1991.

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. Campinas: Papirus 7 Mares, 2019.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IACONELLI, Vera. **Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna**. São Paulo: Annablume, 2015.

KAMBEBA, Márcia Wayna. “Literatura indígena: da oralidade à memória escrita”. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 39-44.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. “Academia, criação literária e temática lésbica: a produção de Lúcia Facco”. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 47. p. 253-267, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/elbc/a/SCCxy577NGtDCS5bvJJCjGp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. “Afetos escolhidos: mães lésbicas nas narrativas brasileiras contemporâneas”. In: STEVENS, Cristina *et al* (orgs.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 293-305.

LEITE, Tayná. **Gestar, parir, amar: não é só começar**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LOBO, Silvia. **Mães que fazem mal**. São Paulo: Pasavento, 2018.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

MADEIRA, Carla. **Carla Madeira, do best-seller ‘Tudo É Rio’, lança novo e instigante livro**. Entrevista concedida a Raquel Carneiro. Revista Veja, edição nº. 2.764, n. p., de 17 de novembro, 2021b. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/cultura/carla-madeira-do-best-seller-tudo-e-rio-lanca-novo-e-instigante-livro/>>. Acesso em 27 set. 2022.

MANDAGARÁ, Pedro. “Uma forma de ver as literaturas das mulheres indígenas”. **Pernambuco – Jornal Literário da Companhia Editora de Pernambuco**. 2018. Disponível em: <<http://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2100-uma-forma-de-ver-as-literaturas-das-mulheres-ind%C3%ADgenas.html>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MARTINI, Gerlaine. “Fases da mãe d’água: saberes da conservação”. **Revista Calundu**. vol. 1, n. 2, jul-dez, 2017. DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v1i2.7633>. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/7633/6302>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

MARTINS, João Guilherme de Casto. “Questões de gênero em forma de cordel: análise da obra ‘Coração na aldeia, pés no mundo’, de Auritha Tabajara”. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, [S. l.], v. 18, n. 41, p. 265–271, 2020. DOI: 10.5212/RIF.v.18.i41.0015. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/19240/209209215202>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

MAUSHART, Susan. **A máscara da maternidade: por que fingimos que ser mãe não muda nada?** Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2006.

MENDES, Maria Elizabeth Peregrino Souto Maior. **O corpo materno em *Without a name e Butterfly burning*, de Yvonne Vera: tensões, transgressões e resistências**. 2017. 162 f. Tese (Doutorado) – UFPB/ CCHLA, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

MENEZES, Fernando Chui de. “Xilogravura – O sertão do nosso olhar”. **Revista Trama Interdisciplinar**. v. 1, n. 1, p. 180-188, 2010. Disponível em: <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/2151>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

MESTIERI, Luiz Henrique Mazzone; MENEGUETTE, Renata Ipólito; MENEGUETTE, Cícero. Estado Puerperal. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, Sorocaba, v. 7, n. 1, p. 5-10, 2005.

MERUANE, Lina. **Contra os filhos: uma diatribe**. Trad.: Paloma Vidal. 1a. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MONTEIRO, Ênio Chaves; PIRES, Vera. “Tautologia da xilogravura de cordel: oralidade, texto e imagem”. **Nau Literária**. v. 10, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/43354>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

MORAES, Mirtes de. **Maternidade: uma análise sociocultural**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2002.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de & ARAÚJO, Maria de Fátima. “A maternidade na história e a história dos cuidados maternos”. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, v. 24, n. 1, mar. 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v24n1/v24n1a06.pdf>>. Acesso: 04 ago. 2023.

NOGUERA, Renato. **Mulheres e deusas**: como as divindades e os mitos femininos formaram a mulher atual. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

NOVAES, Erika. “Foi tão lindo ver nascerem duas mães, antes mesmo de os bebês chegarem. E eles foram adotados em seus corações antes mesmo de existirem”. In: TIBONI, Marcela. **Mama**: um relato de maternidade homoafetiva. Ilustrações de Giovanna Poletto. São Paulo: Dita Livros, 2019. p. 276-278.

O'REILLY, Andrea. **Mother outlaws**: theories and practices of empowered mothering. Toronto: Women's Press, 2004.

O'REILLY, Andrea. **Textual mothers, maternal texts**: motherhood in contemporary women's literatures. Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 2010.

O'REILLY, Andrea. **Matricentric feminism**: theory, activism, and practice. Bradford: Demeter Press, 2016.

O'REILLY, Andrea. “Out of Bounds”: Maternal Regret and the Reframing of Normative Motherhood”. In: O'REILLY, Andrea. **Maternal Regret**: Resistances, Renunciations, and Reflections. Bradford: Demeter Press, 2022, n. p.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de. “Literatura marginal: questionamentos à teoria literária”. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2 – Especial, p. 31-39, jul./dez. 2011.

ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. **Pró III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância**. 2000. Disponível em: <https://antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=314>. Acesso em: 16 fev. 2023.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. “**Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar**”: escolhas afetivas e significado de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. 317 f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008. Disponível em: <<https://cdn.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf>>. Acesso em 27 jan. 2023.

PAGUNG, Luana Jéssica Gomes. “O surgimento da lua: incesto e violência contra mulheres em duas narrativas indígenas”. In: DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Queiroz; FREDERICO, Grazielle. **Literatura e direitos humanos**. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 97-110.

PEREIRA, Danglei de Castro. **Representação literária do indígena na literatura brasileira**: leituras. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

POTIGUARA, Eliane. **A terra é a mãe do índio**. Grupo Mulher – Educação Indígena, 1989. Disponível em: <https://lemad.ffe.ch.usp.br/sites/lemad.ffe.ch.usp.br/files/lemad-dh-usp_a_terra_%C3%A9_a_m%C3%A3e_do_%C3%ADndio.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PRADO, Danda. **O que é aborto**. Coleção Primeiros Passos, n. 48. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

RANGEL, Lucia Helena. “Elo e sentido na maternidade indígena”. Entrevista concedida a Patrícia Fachin. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Edição 359, ano X, 2011. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao359.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICH, Adrienne. **Of Woman Born**. Motherhood as Experience and Institution. New York: Norton & Company, 1976.

ROCHA, Josélia. “*Solo feminino*: a maternidade sob o olhar pós-patriarcal”. In: ZOLIN, Lúcia Osana; GOMES, Carlos Magno (orgs.). **Deslocamentos da escritora brasileira**. Maringá, Eduem, 2011. p. 183-198.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Editora Edipro, 2022.

SAFER, Jeanne. **Além da maternidade**: optando por uma vida sem filhos. Tradução de Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Mandarim, 1997.

SANTOS, Josélia Rocha dos. **Variações sobre o mesmo tema**: a relação mãe e filha no imaginário das escritoras Júlia Lopes de Almeida, Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Lya Luft e Livia Garcia-Roza. 2011. 191 f. Tese (Doutorado) – URFJ/Faculdade Letras/Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2011.

SANTOS, Mirian Cristina dos. **Intelectuais negros**: prosa negro-brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

SILVA, Fabiana Carneiro da. “Mulher negra entre a maternidade e a violência: a representação rasurada na literatura canônica brasileira”. **Forma breve – Revista de Literatura**. n. 13 (2016) Exodus: conto e recontos, p. 451-466. Disponível em: <<https://proa.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/4837>>. Acesso em 17 fev. 2023.

SILVA, Juliana Marcia Santos. **Mães negras na Pós-Graduação**: uma abordagem interseccional. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020. Disponível em: <<https://repositoriohtml.ufba.br/bitstream/ri/32119/1/Juliana%20Marcia%20Santos%20Silva.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

SOARES, Emília. “A consciência feminista de Vanessa Passos”. Entrevista. **Revista Acrobata**. 2022. Disponível em: <<https://revistaacrobata.com.br/acrobata/entrevista/a-consciencia-feminista-de-vanessa-passos/>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SOUZA, Florentina. “Gênero e ‘raça’ na literatura brasileira”. In: DALCASTAGNÉ, Regina; EBLE, Laetícia Jensen (orgs.). **Literatura e exclusão**. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 281-289.

STEVENS, Cristina; VASCONCELOS, Vania. Mães de outras cores: matrifocalidade na literatura afro-brasileira de autoria feminina. **Revista Cerrados**, Brasília, v. 20, n. 32, p. 67-86, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/25968>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

TABAJARA, Auritha. “Conheça a cearense Auritha Tabajara, primeira mulher indígena a publicar livros em cordel no Brasil”. Escrito por Roberta Souza, 24 de Março de 2021. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/conheca-a-cearense-auritha-tabajara-primeira-mulher-indigena-a-publicar-livros-em-cordel-no-brasil-1.3063460>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

TARDIVO, André Eduardo. **Mulheres “Com armas sonolentas”**: a (des)construção da maternidade em Carola Saavedra. 2021. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, 2021.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder**: a família no mundo, 1900-2000. Tradução de Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TIMERMAN, Natalia. “As filhas primitivas”. In: PASSOS, Vanessa. **A filha primitiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2022. p. 171-174.

VARELLA, Dráuzio. Homossexualidade, DNA e ignorância. **Dráuzio UOL**. 2015. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/homossexualidade-dna-e-a-ignorancia-artigo/>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

VASCONCELOS, Vania Maria Ferreira. **No colo das Iabás**: raça e gênero em escritoras afro-brasileiras contemporâneas. 2014. 228 f. Tese (Doutorado em Literatura e Práticas Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/16641>>. Acesso em 16 set. 2022.

VIEIRA, Trajano. “O destemor de Medeia e o teatro do horror”. In: EURÍPEDES. **Medeia**. Edição bilíngue. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2010.

VIVAS, Esther. **Mamãe desobediente**: um olhar feminista sobre a maternidade. Tradução de Claudio Cruz [et al.]. São Paulo: Timo, 2021.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse?**: o corpo no imaginário feminino. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattos. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZOLIN, Lúcia Osana. “O lugar da mulher no romance contemporâneo de mulheres”. In: KAMITA, Rosana Cássia; FONTES, Luísa Cristina dos Santos (orgs.). **Mulher e literatura**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2015. p. 361-378.

ZOLIN, Lúcia Osana. “Um retrato do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina”. **Revista Ártemis**, João Pessoa, vol. XXXI, n. 1, p. 295-321. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/56639/33770>>. Acesso em 04 jul. 2022.

ZUKOSKI, Ana Maria Soares. **Da quarentena ao voo: narrativa e identidade em Maria Valéria Rezende**. 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, 2020.

ZUKOSKI, Ana Maria Soares; ZOLIN, Lúcia Osana. “A escrita como processo de subjetivação feminina: uma leitura. **Revista Scripta Uniandrade**. v. 18, n. 1, p. 62-78, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18305/scripta%20uniandra.v18i1.1592>. Disponível em: <<https://revista.uniandrade.br/index.php/ScriptaUniandrade/article/view/1592>>. Acesso em 25 jan. 2023.

Obras literárias citadas

ABREU, Caio Fernando. “Linda, uma história horrível”. In: ABREU, Caio Fernando. **Contos completos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ADÉBÁYÒ, Ayòbámi. **Fique comigo**. Tradução de Marina Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

ALENCAR, José de. **Iracema**. 1. ed. rev. Coleção Grandes Nomes da Literatura. São Paulo: DCL, 2010.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. 2. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

AMADO, Jorge. **Gabriela cravo e canela**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ATWOOD, Margaret Eleanor. **O conto da Aia**. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

AUSTEN, Jane. **Orgulho e preconceito**. Tradução e notas de Marcella Furtado. São Paulo: Editora Landmark, 2012.

BATALHA, Martha. **A vida invisível de Eurídice Gusmão**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BEI, Aline. **O peso do pássaro morto**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

BERNARDI, Tati. **A mulher que não prestava**. São Paulo: Panda Books, 2006.

BRONTË, Charlotte. **Jane Eyre**: uma autobiografia: edição comentada e ilustrada. Tradução de Adriana Lisboa. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BRUM, Eliane. **Uma duas**. 2. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2018.

CAMINHA, Pero Vaz. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Biblioteca Nacional: RJ, Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

CAMPOS, Carol. **Duas mães**. Ilustrações de Corine Carreira. Divino de São Lourenço, ES: Semente Editorial, 2021.

CHIZIANE, Paulina. **O alegre canto da perdiz**. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

DORRICO, Julie. **Eu sou macuxi e outras histórias**. Nova Lima: Editora Caos & Letras, 2019.

DUPRÉ, Maria José. **Éramos seis**. 43. ed. São Paulo: Ática, 2012.

EMECHETA, Buchi. **As alegrias da maternidade**. Tradução de Heloísa John. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

EURÍPEDES. **Medeia**. Edição bilíngue. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2010.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

GARCIA-ROZA, Livia. **Meus queridos estranhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GILMAN, Charlotte Perkins. **O papel de parede amarelo**. Tradução de Diogo Henriques. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

GILMAN, Charlotte Perkins. **Terra das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GUIMARÃES, Fabiane. **Apague a luz se for chorar**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2021.

HETI, Sheila. **Maternidade**. Tradução de Julia Debasse. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

- JESUS, Carolina Maria de. **Wuarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- KAMBEBA, Márcia. **Kumiça Jenó**: narrativas poéticas dos seres da floresta. Ilustrações de Carlos Augusto Kambeba. Underline Publishing LLC, 2021.
- LIMA, Jorge de. **Poesia completa**: volume único. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MADEIRA, Carla. **Tudo é rio**. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- MADEIRA, Carla. **A natureza da mordida**. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- MATEUS, Nanda; COMISSO, Raphaela. **Mãe não é uma só, eu tenho duas!** Ilustrado por Veridiana Scarpelli. São Paulo, SP: Saíra Editorial, 2020.
- MELO, Patrícia. **Fogo fátuo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- MENEGUEL, Xuxa. **Maya – bebê arco-íris**. Ilustrações de Guilherme Francini. 1. ed. Rio de Janeiro: Globinho, 2020.
- MENTONE, Katen. **Como nascer de duas mães**: guia prático. Ilustração de Gabriela Emmerich. 1. ed. Sorocaba, SP: Lupe Palavraria Diversa, 2021.
- MIRANDA, Ana. **Yuxin**: alma. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MORRISON, Toni. **Amada**. Tradução de José Rubens Siqueira. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MOSCOVICH, Cintia. **Por que sou gorda, mamãe?** Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- PASSOS, Vanessa. **Manual de estilo e criação literária com a artesã Lygia Bojunga**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- PASSOS, Vanessa. **Fábrica de histórias**. Fortaleza: Papellisa, 2018.
- PASSOS, Vanessa. **A mulher mais amada do mundo**. Editora: Luazul, 2020.
- QUEIROZ, Rachel de. **Dôra, Doralina**. 1. ed. São Paulo: Mediasfashion, 2017.
- REIS, Maria Firmina dos. “A escrava”. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004, p. 241-262.
- ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- POTIGUARA, Eliane. **O pássaro encantado**. Ilustrações de Aline Abreu. 1. ed. São Paulo: Jujuba, 2014.
- REZENDE, Maria Valéria. **Quarenta Dias**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2014.

- SAAVEDRA, Carola. **Com armas sonolentas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SAMPAIO, Maria Guimarães. **Estrela de Ana Brasila**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SILVEIRA, Maria José. **Guerra no coração do cerrado**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SHRIVER, Lionel. **Precisamos falar sobre o Kevin**. Tradução de Beth Vieira e Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.
- VERÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Corpora

- AGUIAR, Marli de Fátima Aguiar. “Afeto”. In: RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio (orgs.). **Cadernos Negros: contos afro-brasileiros**. São Paulo: Quilombhoje, 2019, p. 239-244.
- BERNARDI, Tati. **Você nunca mais vai ficar sozinha**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- CALAIS, Samira. “Não vai achando que é só alegria”. In: RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio (orgs.). **Cadernos Negros: contos afro-brasileiros**. São Paulo: Quilombhoje, 2019, p. 261-267.
- EVARISTO, Conceição. “Isaltina Campo Belo”. In: EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011. p. 48-58.
- FACCO, Lúcia. “Chuva”. In: FACCO, Lúcia. **Lado B: História de mulheres**. São Paulo: GLS, 2006. p. 15-26.
- FACCO, Lúcia. “Triângulo”. In: FACCO, Lúcia. **Lado B: História de mulheres**. São Paulo: GLS, 2006. p. 79-89.
- GUIMARÃES, Fabiane. **Como se fosse um monstro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2023.
- MADEIRA, Carla. **Véspera**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021a.
- MARTINS, Lindevania. “Em segurança”. In: RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio (orgs.). **Cadernos Negros: contos afro-brasileiros**. São Paulo: Quilombhoje, 2019, p. 179-184.
- MARTINS, Nana. “Fim do mundo”. In: RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio (orgs.). **Cadernos Negros: contos afro-brasileiros**. São Paulo: Quilombhoje, 2019, p. 253-260.
- PASSOS, Vanessa. **A filha primitiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2022.
- POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grumin, 2018.

SILVA, Zainne Lima da. “Negra trama”. In: RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio (orgs.). **Cadernos Negros: contos afro-brasileiros**. São Paulo: Quilombhoje, 2019, p. 295-300.

TABAJARA, Auritha. **Coração na aldeia, pés no mundo**. Xilografias de Regina Drozina. 1. ed. Lorena: UK’A Editorial, 2018.

THIMOTHEO, Bruna. **Eu Ventre Vosso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2021.

TIBONI, Marcela. **Mama: um relato de maternidade homoafetiva**. Ilustrações de Giovanna Poletto. São Paulo: Dita Livros, 2019.

TIBONI, Marcela. “O desejo de ser mãe ao lado de outra mãe”. In: BARACAT, Annie; BASTOS, Deh; BATISTA, Gláucia *et. al.* **Maternidades no plural: retratos de diferentes formas de maternar**. 1. ed. São Paulo: Fontanar, 2021. p. 7-82.

TIBONI, Marcela. **Desmama: memórias de uma mãe com outra mãe**. Ilustrações de Giovanna Poletto. São Paulo: Dita Livros, 2022.